



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro –
UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins –
MAST/MCTIC

Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio - PPG-PMUS
Doutorado em Museologia e Patrimônio

**Museus escolares no Brasil: De recurso de ensino ao
patrimônio e a museologia**

Vânia Maria Siqueira Alves

UNIRIO – MAST

Rio de Janeiro, Janeiro de 2016

Museus escolares no Brasil: De recurso de ensino ao patrimônio e a museologia

por
Vânia Maria Siqueira Alves
Aluna do Curso de Doutorado em Museologia e Patrimônio
Linha 01 – Museu e Museologia

Trabalho apresentado ao
Programa de Pós-graduação em Museologia e
Patrimônio – PPG/PMUS para qualificação de Doutorado.
Orientadora: Maria Amélia Gomes Souza Reis

Vânia Maria Siqueira Alves

Museus escolares no Brasil: De recurso de ensino ao patrimônio e a museologia

Trabalho submetido ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT, para obtenção do grau de Doutor em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por

Prof^ª. Maria Amélia Gomes Souza Reus (Unirio), orientadora

Prof^ª Diana Farjalla Correa Lima (Unirio)

Prof. Ivan Coelho de Sá (Unirio)

Prof^ª Carina Costa Martins (UERJ)

Prof^ª Cristina Carvalho (PUC – RJ)

Rio de Janeiro, 2016

Dados internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A474 Alves, Vânia Maria Siqueira.
Museus escolares no Brasil : de recurso de ensino ao patrimônio e a museologia / Vânia Maria Siqueira Alves, 2016.
297 f. ; 30 cm

Orientadora: Maria Amélia Gomes Souza Reus.

Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; MAST, Rio de Janeiro, 2016.

1. Museus escolares. 2. Museus escolares - Brasil - História.
3. Patrimônio cultural - Proteção. 5. Museologia. I. Reis, Maria Amélia Gomes Souza. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Doutorado em Museologia e Patrimônio. III. Museu de Astronomia e Ciências Afins. IV. Título.

CDD – 069.68

(...) nada há de novo em escolher ver o mundo através de um microscópio e não um telescópio.

Na medida em que aceitamos que estamos estudando o mesmo cosmo, a escolha entre microcosmo e macrocosmo depende de selecionar a técnica apropriada.

Eric Hobsbawm (1986, p. 12)

Para minha família,
Para todos aqueles que lutaram e lutam para tornar a escola
um espaço de questionamento, de criação e de alegria.

Agradecimentos

Agradeço a minha orientadora, Prof^a. Dr^a Maria Amélia Gomes Souza Reis, pela confiança e liberdade referente ao presente trabalho, além da indiscutível amizade e compreensão em momentos difíceis.

Agradeço aos componentes da banca de qualificação – Ivan Coelho de Sá, Diana F. C. Lima, Carina Martins Lopes, Maria Cristina Carvalho - pela grandiosa contribuição para a pesquisa. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MTC, Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro – FAPERJ, instituições que possibilitaram a realização de um sonho, o doutorado.

Um enorme agradecimento aos professores do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MTC por todos os ensinamentos e maravilhosa receptividade, entre os quais destaco: Ivan Coelho de Sá, Diana Farjalla C. Lima, Teresa Scheiner, Marcos Granato, Elizabeth Mendonça, Maria Amélia Gomes Souza Reis. Aos meus amigos e colegas da Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio pelo aprendizado e afeto, em especial a Margareth Tostes e Ana Fátima Berquó.

Agradeço a todos os amigos e colegas da E. E. Dr. Carlos Albuquerque e Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, pelo enorme aprendizado e apoio, em especial para Mirian Peixoto Freitas, Aloísio Veloso Araújo e Anivaldo Dias. Aos demais amigos, pelo apoio e afeto. Aos meus alunos (as) pela delicadeza e sensibilidade durante a fase de elaboração do trabalho.

Agradeço de forma especial a Deus e a minha família, essa rede de apoio incondicional, que está sempre ao meu lado. Aos meus pais, meu porto seguro, tesouros da minha vida, os meus mais sinceros agradecimentos por todo apoio dado. Karol, filha amada, pelo seu carinho e amor. Minhas irmãs, irmão, sobrinhos (as), cunhados (as) e demais familiares pelo apoio e afeto. Agradecimento especial para Leila e Graciele Siqueira, presentes em momentos cruciais na elaboração da tese. Também para Joana Martins da Silva que se tornou dona da minha casa e cuidou como se fosse dela.

Professores, colegas de classe e de trabalho, alunos, amigos, família, todos vocês foram simplesmente essenciais. Muito obrigada!

RESUMO

ALVES, Vânia Maria Siqueira. *Museus Escolares: De recurso de ensino ao patrimônio e museologia*/ Vânia Maria Siqueira Alves, 2016. Doutorado em Museologia e Patrimônio – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins, Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, Rio de Janeiro, 2016. Orientadora: Maria Amélia Gomes Souza Reis.

Resumo

O presente trabalho aborda aspectos de museus escolares em funcionamento no Brasil. Deparando-se com uma indefinição terminológica que transcende o âmbito linguístico, dificultando a identificação de museus que, por seu objeto, funcionamento e estrutura se caracterizam como tais, compreende-os aqui como instituições museológicas – museus, memorial, centros de memória, acervo - que funcionam vinculadas às escolas de educação básica. Excluem-se os arquivos e os museus universitários. Para compreender a gênese dos museus escolares como objeto sociocultural fez-se necessário revisitar conceitos e contextos entre os quais: museu, patrimônio, educação, museus pedagógicos, museus escolares. Surgidos no século XIX, como recurso de ensino, esse formato de museu sofreu transformações em suas funções ao longo do tempo e do espaço. Presente nas legislações educacionais brasileiras do final do século XIX e primeira metade do século XX, foi necessário transformar fatos em dados para desvelar a longa trajetória dessa instituição no Brasil. Nas últimas décadas do século XX assistiu-se ao estímulo e impulso à criação de museus de educação escolar na Europa e diversos países da América Latina, entre os quais, o Brasil. Existem hoje diversas propostas e formas de operacionalizar os chamados museus escolares no Brasil. De modo geral, pode-se classificá-los em: museus históricos - em sua maioria surgidos a partir dos anos 1970 e constituídos por coleções sobre a história das instituições à que estão vinculados -; e os museus de ciências e outras coleções – em sua maioria, anteriores aos anos 1970, criados como recurso de ensino. Compreendidos em sua gênese, modelos conceituais, desenvolvimento e representações no tempo e no espaço, bem como suas relações como o indivíduo, cultura e sociedade, o museu é tratado aqui como “agente cultural” (Scheiner, 2005, p. 97), abrangendo os estudos patrimoniais e da museologia e incluindo sua relação com a sociedade humana. Nesse trabalho, buscou-se compreender os processos de “museus escolares” na contemporaneidade, a partir das concepções de museu, museologia e seus aportes teóricos, tendo em vista as experiências cotidianas da preservação, documentação e comunicação da cultura material e imaterial e memória escolar no Brasil. Frente à carência de pesquisas e dados, operações são necessárias para transformar os fatos em dados. Além da pesquisa bibliográfica e documental, graças a generalização do uso da web pelos museus, a pesquisa eletrônica foi crucial no levantamento de informações sobre a localização, história e ações das instituições museológicas investigadas sobre os museus escolares nesse período.

Palavras-chave: Museus escolares. Brasil. História dos museus escolares. Patrimônio cultural e Museologia. Preservação, comunicação e documentação

ABSTRACT

ALVES, Vânia Maria Siqueira. *Museus Escolares: De recurso de ensino ao patrimônio e a museologia*. Vânia Maria Siqueira Alves, 2016. Doctoral Thesis, Postgraduate Program in Museology and Heritage, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2016. Supervisor: Maria Amélia Gomes Souza Reis.

The present work talks about the aspects of school museums in operation in Brazil. Finding a terminological indefinition that transcends the linguistic scope, making it difficult to identify museums that by their object, working out and structure are characterized as such, understanding them here as museological institutions - museums, memorial, memory centers, collections - which works linked To basic education schools. Excluding archives and university museums. In order to understand the genesis of school museums as a sociocultural object, it was necessary to revisit concepts and contexts among which: museum, heritage, education, pedagogical museums, school museums. It came up in the nineteenth century as a teaching resource, this format of museum has passed through transformations in its functions along its time and space. It is present in the Brazilian educational legislations of the late nineteenth century and in the first half of the twentieth century, it was necessary to transform facts into data to unveil the long trajectory of this institution in Brazil. In the last decades of the twentieth century was seen the encouragement and impulse to create museums Of school education in Europe and several countries of Latin America, including Brazil. Today there are several proposals and ways to operationalize the so-called school museums in Brazil. In general, they can classify them in: historical museums - mostly came to exist from the 70's and constituted by collections on the history of the institutions which they are linked to; And science museums and other collections - mostly, prior to the 1970's, created as a teaching resource. Understanding in their genesis, conceptual models, development and representations in its time and space, as well as in their relationships as the individual, culture and society, the museum is treated here as a "cultural agent" (Scheiner, 2005, p.), Covering heritage studies and museology and including its relation to the human society. In this work, we searched to understand the processes of "school museums" in contemporary times, from the conceptions of museum, museology and their theoretical contributions, in view of the daily experiences of preservation, documentation and communication of material and immaterial culture and school memory in Brazil. Faced with a lack of research and data, operations are needed to turn facts into data. In addition to the bibliographical and documentary research, thanks to the generalization of the use of the web by museums, electronic research was crucial in gathering information about the location, history and actions of museological institutions investigated on the school museums in that period.

Keywords: School museums. Brazil. History of school museums. Cultural Heritage and Museology. Preservation, communication and documentation

Lista de Figuras

	Pág.
Figura 1 - Edifício da Typografia Nacional (Imprensa Nacional) onde funcionou o Museu Escolar Nacional, na Rua da Guarda Velha, atual Av. Treze de Maio	97
Figura 2 - Aspecto externo do Pedagogium	99
Figura 3 - Aspecto externo do Pedagogium	100
Figura 4 - Sala com aves empalhadas e amostras diversas da Escola Normal “Caetano de Campos” em 1908 – São Paulo	103
Figura 5 - Aspecto do Museu de História Natural do ISERJ	109
Figura 6 - Aspecto de sala de aula e museu escolar no Colégio Estadual de Curitiba, Paraná	112
Figura 7 - Foto tirada em 1937, onde apresenta aspectos do Museu de Ciências Naturais do Colégio Americano	120
Figura 8 - Fotografia do museu Silva Jardim localizado na Escola Estadual de Papanduva, Campo Alegre, 1946	122
Figura 9 - Fotografia de visita ao Museu Histórico Nacional, durante o Seminário Latino Americano de Museus	126
Figura 10 - Anúncios publicados em 1949 e 1963 pelo Jornal da Manhã sobre a oferta do Curso Organização de Museus escolares	130
Figura 11 - Mapa “Quantidade de Museus por unidade da Federação Brasil, 2010	144
Figura 12 - Aspectos do Museu Pedagógico e Laboratório Leopoldo Cathaud em funcionamento nas dependências do Instituto de Educação de Minas Gerais, Belo Horizonte	164
Figura 13 - Aspectos do Museu Pedagógico e Laboratório Leopoldo Cathaud em funcionamento nas dependências da Magistra, centro de formação de professores da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais a partir de 2011	165
Figura 14 - Aspecto externo do Museu do Colégio Caraça	166
Figura 15 - “Laboratório ao Ar Livre” - Museu Metodista de Educação Bispo Isac Aço	167
Figura 16 - Ficha catalográfica para Acervo fotográfico do Museu do Colégio Municipal Pelotense	188
Figura 17 - Catalogação do acervo Memorial do Deutscher Hilfsverein por letras	189
Figura 18 - Catalogação do acervo Memorial do Deutscher Hilfsverein por números	190
Figura 19 - Página Web do Museu de Ciências do Colégio La Salle Dores com a descrição da coleção	191
Figura 20 - Exposição temporária da Cultura Afro-brasileira - Museu Irmão Paschoal Pasa em Passo Fundo, RS	200
Figura 21 - Aspectos de exposição temporária sobre cultura japonesa no museu do Colégio Municipal Pelotense	201

Figura 22 - Exposição temporária realizada em comemoração dos 35 anos do Museu Escolar do CEAP, em 2008, no hall de acesso à Escola	201
Figura 23 - Aspectos da Exposição do Museu do computador – Colégio Estadual Padre Carmelo Perrone, Cascável, PR	202
Figura 24 - Aspectos de Exposições	204
Figura 25 - Aspecto exposição do Memorial do Centro Educacional Menino Jesus – SC	204
Figura 26 - Aspecto exposição temporária Colégio Marista 2011 - Museu Irmão Paschoal Pasa - Museu do Colégio. 2011	206
Figura 27 - Aspectos da Exposição do Museu escolar do Seminário Santo Antônio	207
Figura 28 - Museu de História Natural, Colégio Dante Alighieri – São Paulo	207
Figura 29 - Aspecto do Museu Colégio Dante Alighieri – Projeto em comemoração aos 100 anos	208
Figura 30 - Réplica da sala de aula do Curso Primário (2011) – Memorial Deutscher Hilfsverein	213
Figura 31 - Aula prática no Museu de História Natural da Academia de Comércio - Colégio Cristo Redentor – Academia de Comércio.	214

Lista de Quadros

	Pág.
Quadro 1 - Evolução dos museus pedagógicos	56
Quadro 2 - Características dos museus escolares	68
Quadro 3 - Denominações mais frequentes encontradas em contextos ocidentais no final do século XX e início do XXI para designar os museus de educação	76
Quadro 4 - Nomes majoritariamente usados hoje em línguas anglo-saxônicas, germânicas e românicas para designar os museus de educação e pedagogia	85
Quadro 5 - Número de museus escolares identificados em municípios (divisão administrativa de 1949) de Santa Catarina	121
Quadro 6 - Itens presentes nos educandários que ofertavam o ensino extra-primário em 1956	135
Quadro 7 - Mapeamento dos museus escolares no Brasil em funcionamento no Brasil	146
Quadro 8 - Mapeamento de planetário e observatórios astronômicos em escolas e colégios no Brasil	152

Lista de Tabelas e gráficos

	Pág.
Tabela 1 - Presença de museus em estabelecimentos escolares que ministram o ensino primário comum conforme natureza	113
Tabela 2 - Aparelhamento escolar no Brasil entre os anos 1932-1934	115
Tabela 3 - Aparelhamento escolar- Ensino Primário Geral (Comum e Supletivo) no Brasil entre 1935 -1937	116
Tabela 4 - Estabelecimentos escolares que possuíam museus nas regiões, unidades federadas e municípios das capitais	118
Gráfico 1 - Número de museus escolares no Brasil na década de 1930 segundo natureza administrativa	114
Gráfico 2 - Museus escolares e UF entre 1932 e 1937	117
Gráfico 3 - Museus escolares por unidades da federação e região	146
Gráfico 4 - Data de criação dos museus escolares em funcionamento no Brasil.	152
Gráfico 5 - Número de museus escolares em funcionamento no Brasil, segundo a natureza administrativa	155
Gráfico 6 - Número de museus em funcionamento no Brasil, segundo definição das missões no momento de fundação e ou revitalização	157
Gráfico 7 - Razão para criação e natureza administrativa	157
Gráfico 8 - Tipos de coleções dos museus escolares e Unidades da Federação	161
Gráfico 9 - Razão da criação do museu escolar e tipos de coleções	162
Gráfico 10 - Estado de Conservação dos museus escolares segundo a natureza administrativa	172
Gráfico 11 - Estado de conservação segundo o tipo de exposição	173
Gráfico 12 - Tipo de exposição e tipo de conservação realizada	174
Gráfico 13 - Tipos de coleções e tipo de conservação	176
Gráfico 14: Região e Documentação nos museus escolares	186
Gráfico 15 - Documentação e tipo de exposição	187
Gráfico 16 - Razão da criação e tipo de exposição realizadas nos museus escolares em funcionamento no Brasil	199
Gráfico 17 - Direito à memória	209
Gráfico 18 - Razão de criação e público atendido nos museus escolares em funcionamento no Brasil	211

Sumário

	Pág.
INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1 - Para compreender a gênese dos museus escolares: Revisitando “conceitos” e contextos	15
1.1 - Museu e Patrimônio: Conceitos de acesso	16
1.2 - Patrimônio	21
1.3 - Museu	29
CAPÍTULO 2 - Educação, herança educativa, museus escolares: conceitos a cruzar o caminho da Museologia e do patrimônio	38
2.1 - Educação	39
2.2 - Cultura material escolar	44
2.3 - Patrimônio histórico educativo, patrimônio educativo, patrimônio escolar, patrimônio histórico escolar: denominações para a herança educativa escolar	48
CAPÍTULO 3 - Museus Pedagógicos e museus escolares: tão longe, tão perto do patrimônio e da Museologia	52
3.1 - Museus pedagógicos: múltiplas concepções	54
3.2 - Museus escolares	66
3.3 - Museus de Educação?	73
3.4 - A emergência da educação escolar como patrimônio cultural e objeto de museu	80
CAPÍTULO 4 - Museus escolares: uma história ser (re)contada no Brasil	89
4.1 - Introdução	90
4.2 - “Lições de coisas”, o surgimento e “efervescência” dos museus escolares no Brasil	91
CAPÍTULO 5 - Museus escolares no Brasil: revitalização e crise (1930 - 1970).	107
5.1 - Introdução	108
5.2 - Escola Nova” e um novo papel para os museus escolares no Brasil	110
5.2.1 - Os museus escolares em números	113
5.2.2 - Os museus escolares em documentos, orientações para implantação e propostas de formação profissional	122
CAPÍTULO 6 - Museus escolares no final do século XX e início do XXI: O vislumbre de um novo movimento	132
CAPÍTULO 7 - Museus escolares atuais no Brasil: De comemoração e recurso de ensino ao patrimônio e à museologia	140
7.1 - Introdução	141

7.2 - Museus escolares em funcionamento: um complexo universo	143
7.3 - Museus escolares brasileiros no século XXI: onde estão	144
7.4 - Museus escolares: tipos e categorias	153
7.4.1 - Natureza administrativa dos museus escolares	154
7.4.2 - Museus escolares e o desejo de memória	156
7.4.3 - Coleções: Definindo o papel dos museus escolares?	159
7.4.4 - Escola: os desígnios iniciais e o percurso dos museus escolares	163
CAPÍTULO 8 - A preservação e conservação nos museus escolares	168
8.1 - Preservação e conservação	169
8.2 - Como os museus escolares estão atuando em função da preservação e conservação?	171
CAPÍTULO 9 - Documentação e informação: o que fazem e como fazem os museus escolares?	178
9.1 - Informação e documentação	180
9.2 - A documentação nos museus escolares	184
CAPÍTULO 10 - A Comunicação nos museus escolares	193
10.1 - Exposição	196
10.1.1 - Tipos de Exposição nos museus escolares	198
10.1.2 - Os espaços da exposição nos museus escolares	202
10.2 - Educação e ação cultural nos museus escolares	208
Conclusões	216
Referências	223
Apêndice A	244
Apêndice B	250
Apêndice C	297

INTRODUÇÃO

Introdução

Este estudo apresenta o resultado da pesquisa no doutorado embrenhado pela trajetória de vida profissional da pesquisadora. Reflexões e apontamentos desenvolvidos a respeito do tema museus escolares no Brasil são o resultado da investigação e de leituras realizadas no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MTC.

O entusiasmo pela educação e a predileção pelo tema patrimônio, somados às inquietações de professora de História da rede estadual de ensino em Minas Gerais há mais de duas décadas e na última década no Ensino Superior, ministrando entre outras, a disciplina História da Educação resultou no casamento que originou o tema museus escolares.

A escola é uma instituição muito presente na vida das pessoas e dificilmente alguém lhe é indiferente. Partindo do pressuposto geral da pouca atenção dada à história e à memória dessa instituição, seja como objeto da Museologia, seja pela História da Educação ou mesmo pelas próprias escolas é que se propôs como objeto de pesquisa o estudo dos museus escolares e suas experiências de preservação, documentação e comunicação da cultura material e imaterial e memória escolar no Brasil. Para realização da pesquisa foi necessário mapeamento dos museus escolares e análise de suas experiências de preservação, documentação e comunicação. É importante destacar aqui que a função educativa dos museus é tema de grande relevância e objeto de inúmeros estudos, tanto por parte da museologia como da educação.

Considerou-se aqui como museu escolar, instituições museológicas – museu, memorial, acervo, centro de memória – vinculadas às escolas de educação básica¹ que não se enquadram na categoria arquivo. Excluíram-se também os museus universitários. Ancorada em Varine (2012), utilizar-se-á aqui a definição própria para se começar a pensar o museu escolar.

Concebe-se o museu escolar aqui como um estabelecimento com funções museológicas, com uma estrutura especial, vinculado a uma instituição escolar de educação básica e ou de educação profissional, com função de recurso de ensino e/ou de preservação da memória da educação escolar e/ou outros temas. Ligado à atividade escolar, pode ser administrado pelos professores e outros membros da comunidade

¹ De acordo com Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394- 96, a educação básica é o primeiro nível do ensino escolar no Brasil. Compreende três etapas: a educação infantil (para crianças com até cinco anos), o ensino fundamental (para alunos de seis a 14 anos) e o ensino médio (para alunos de 15 a 17 anos).

escolar, bem como por profissionais da área de Museologia e outros. Além de atender ao público escolar, pode atender também ao público externo.

Vivencia-se hoje uma curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia, um momento de articulação em que a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada. A existência de tais lugares ocorre por não haver mais meios de memória, por esta encontrar-se fragmentada, permanecendo apenas o sentimento de continuidade capaz de “despertar ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação” (NORA, 1993, p. 7).

Para discutir os museus escolares como lugares de memória onde se preserva, documenta e comunica a cultura material e imaterial escolar, é preciso ter claro que memória e história não são antagônicas, pelo contrário se enriquecem mutuamente. Para Gagnebim (2009), a memória é uma força ativa, dinâmica, seletiva, que define o que se deve esquecer e o que se deve lembrar do passado e é também um instrumento de poder. Para essa estudiosa, falar de memória significa ter em mente uma relação que envolve o passado e o presente. A organização lógico-afetiva da memória é elemento constitutivo da história, da identidade e das diferenças, na medida em que responde também pelos sentimentos de continuidade e de coerência.

A necessidade de memória é uma necessidade da História. Dessa forma, assiste-se na atualidade a uma expansão da memória arquivística – os arquivos, as bibliotecas, os dicionários, os cemitérios, coleções, festas, aniversários –, que delega ao arquivo o cuidado de se lembrar por ela. Pertencendo aos dois domínios, da história e da memória, são lugares com efeito nos três sentidos das palavras, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos (NORA, 1993, p. 21).

Constituindo marcos testemunhais de outra era, os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea. À medida que a memória tradicional desaparece, vai surgindo a necessidade de acumular os vestígios dessa memória. “O que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar” (NORA, 1993, p. 15).

O desejo de memória vivenciado no final do século XX e início do século XXI contribuiu para a criação de centros de memória e documentação, memoriais, arquivos, museus, entre outros. As instituições escolares não ficaram imunes a essa dinâmica. Paralelo a esse movimento, houve uma expansão nos campos de interesse sobre a educação escolar. Além de objeto dos tradicionais campos como as Ciências da Educação, História, Sociologia, a educação escolar começa a ganhar espaço nas

Ciências da Informação e patrimônio. A criação de novos museus cujo objeto é a educação escolar, assim como a revitalização e ressignificação dos já existentes, insere-se neste contexto sociocultural.

A revolução documental também contribuiu para a ampliação do campo de pesquisas sobre a educação escolar. Além da documentação escrita, a iconográfica e a cultura material e imaterial produzidas nesse âmbito têm constituído importantes recursos para estudos e pesquisas. Os pesquisadores têm-se voltado, também, para a discussão metodológica sobre as potencialidades do patrimônio histórico escolar como fontes de informação para a compreensão desta cultura. Tem-se privilegiado as práticas desenvolvidas cotidianamente na escola – livros, cadernos, depoimentos orais, mobiliário, coleções de ensino, objetos (medição, registros, observação, processamento), entre outros.

Os museus escolares em funcionamento no Brasil ainda não foram objetos de estudo da Museologia e do Patrimônio, excetuando poucos trabalhos entre os quais os de Witt (2013) e Possamai² que abordam esse formato de museus em Porto Alegre e Barcellos (2013)³ orientando a implantação de museus escolares.

Os trabalhos que tratam da temática museus escolares no Brasil focam o final do século XIX e início do século XX e, em sua maioria, são objetos de estudo de historiadores da educação. Os estudos sobre instituições museológicas atuais, cujo objeto é a educação escolar e o patrimônio histórico escolar, também se concentram nessa área de pesquisa, seguindo a tendência mundial. O estudo do patrimônio histórico escolar e as instituições museológicas ligadas a esse patrimônio estão no auge. Também é notável o crescimento do número de museus e instituições interessadas na sua preservação. Para Viñao (2011), além da diversidade de usos que esse patrimônio oferece e a conjunção de interesses envolvidos, é preciso considerar sua transformação e questões no âmbito da cultura digital.

A investigação realizada norteadas pelas acepções da Museologia e Patrimônio, tem como objetivos:

- Compreender os museus escolares no Brasil como objeto cultural e suas diferentes representações e processos de constituição, em distintos tempos e espaços;
- Recuperar a historicidade dessas instituições, compreendendo-as como produtos de uma época e de interesses específicos, ou seja, objetos

² Trabalho de conclusão de curso de Museologia, 2013, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

³ BARCELLOS, Guy Barros. *Manual de implantação de Museus Escolares*. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2013.

culturais com função e uso escolar, social e cultural, ou seja, como fenômeno complexo relacionado à realidade sociocultural, econômica e política;

- Elaborar categorias/tipologias de museus escolares em funcionamento visando compreender a complexidade desse tipo de instituição;
- Analisar a partir das experiências cotidianas as funções museológicas – preservação, documentação e comunicação – dessas instituições na contemporaneidade brasileira;
- Analisar o papel dos museus escolares para as respectivas instituições a que se encontram vinculados;
- Responder a uma série de questões se coloca sobre os museus escolares: como foram e são criados esses museus? Como são utilizados? Qual o valor e o papel museológico e educacional dos museus escolares que existem atualmente nas escolas brasileiras?

Tendo se organizado como um corpo de conhecimentos na segunda metade do século XX, a Museologia vem buscando estabelecer, desde os seus primórdios, um corpus metodológico que a defina enquanto ciência. Várias tendências para a construção da Teoria Museológica são alvo de discussões entre os estudiosos, assim como Museu e Museologia são pensados à luz de diferentes sistemas de representação (SCHEINER, 2005, p. 87 - 89).

Pensar a museologia hoje pode ser um exercício intelectual dos mais fascinantes. Pode-se partir de qualquer uma das disciplinas ligadas às Ciências Humanas, trabalhando o Museu como objeto de estudo e a Museologia como resultado de um “*constructor*” temático que tome base qualquer uma destas ciências (SCHEINER, 2005, p. 87)

Sem se ater às discussões sobre as tendências para a construção da Teoria Museológica e sobre as maneiras de pensar Museu e Museologia, a investigação ancora-se na atual compreensão da Museologia “como o campo de conhecimento dedicado ao estudo e à análise do fenômeno Museu, enquanto representação da sociedade humana, nos diferentes tempos e espaços sociais” (SCHEINER, 2005, p. 96).

A investigação conduzida por uma historiadora apresenta o museu como campo de pesquisa e o insere especificamente no campo de estudo da Museologia, sendo a escola/história da educação a delimitação de um campo de estudo dentro da museologia. “Assim, não há nada de estranho no movimento de um pesquisador que, independente da área de conhecimento, debruça-se sobre o fenômeno museu e tenta compreendê-lo” (CHAGAS, 2005, p.61).

“O objeto de estudo da Museologia é o espaço museológico em si e a configuração de representações a partir dos objetos musealizados privilegiando a sintaxe documental e expositiva” (LOUREIRO, 2005, p. 29). A metodologia da Museologia aplicada de outras áreas do conhecimento faz com que tenha “objetos de estudo” no plural. De um lado, o próprio museu, sua caracterização, seus mecanismos, seus processos de atuação, de outro, as abordagens interpretativas, descritivas e modelizadoras que são dirigidas a partir do objeto musealizado, a construção de representações museais de contextos históricos e sócio-culturais.

Tendo como “tarefa estudar o museu em todas as suas relações com a teoria do conhecimento, com os sistemas de crenças e com as diferentes estruturas e conjunturas sócio-culturais no tempo e no espaço”, a museologia, como disciplina acadêmica, configura-se em linhas específicas de pesquisa⁴, desenvolvidas em interfaces com outros campos do conhecimento (SCHEINER, 2005, p. 96).

A investigação realizada situa-se na linha de pesquisa da Museologia, “Museu e sociedade”, em que se discute o museu como agente cultural, abrangendo os estudos patrimoniais e incluindo sua relação com a sociedade humana.

Nessa linha de investigação, encontram-se os componentes históricos e antropológicos da Museologia (manifestações de duração da realidade), sua estrutura como agente cultural (relação partes x todo), sua dimensão material e institucional. Ela só se torna possível quando percebemos o Museu no quadro dos Estudos Culturais, incluindo-se aqui o estudo das relações entre o Museu e a sociedade humana, podendo abranger os estudos patrimoniais. Na atualidade, utiliza-se como base de análise para tais estudos as relações do Museu com a globalização e as pautas de discussão sobre Identidade (SCHEINER, 2005, p. 97).

Ao falar de patrimônio histórico escolar, ultrapassa-se a fronteira da cultura material, atingindo o que Dominique Julia (2001, p. 11) aponta, “modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que concebem a aquisição de conhecimentos e habilidades”.

Por seu caráter de aplicação disciplinar, a museologia propicia interlocuções com especialistas das mais diferentes ciências, saberes, discursos e artes.

Consideramos a Museologia como um conjunto multidisciplinar de saberes e discursos de caráter teórico e instrumental voltado para a mediação das redes de significados e sentidos produzidos pelos seres humanos. [...]

⁴ Scheiner (2005) aponta as seguintes linhas de pesquisa da Museologia: Museu e real, Museu e sociedade, Museu e informação, Museu e criação, Museu e patrimônio, Museu e comunicação.

Desse modo, tem a possibilidade de reunir e organizar diferentes lógicas e esferas do conhecimento dispondo-as a serviço de objetivos comuns. Neste ponto, residiria sua grande riqueza (LOUREIRO, 2005, p. 28).

Frente à carência de pesquisas e de dados sistematizados sobre a temática foram necessárias operações para transformar os fatos em dados durante a realização deste trabalho. Isso se deu pelo uso de técnicas de pesquisa.

As técnicas não são senão as operações que o pesquisador realiza para transformar os fatos em dados. As técnicas são o ponto de engate entre a realidade empírica – que é o objeto da observação – e a conversão desta em um corpo articulado de evidências para demonstração de uma hipótese (AROSTEGUI, 2006, p.516).

Para realização do trabalho, utilizaram-se as técnicas quantitativas e qualitativas que se complementaram na pesquisa. Ambas cumpriram o objetivo de explicar o objeto de estudo, os museus escolares no Brasil.

As técnicas qualitativas são aquelas que trabalham com dados não expressos de forma numérica, quer dizer, com conceitos agrupáveis em classes, mas não suscetíveis de adquirir valores mensuráveis numericamente (AROSTEGUI, 2006, p.517).

As técnicas quantitativas, ou,

Técnicas quantificadoras são aquelas que aspiram a medir relações, ou a descobrir novas relações por meio da estatística. Quantificar as variáveis que intervêm em um fenômeno histórico e expressar suas relações através de medidas, de equações, através da linguagem matemática de nível mais ou menos elevado, não é nunca o “objetivo” de uma pesquisa, mas, como sempre, um instrumento de preparação dos dados (AROSTEGUI, 2006, p.538).

Técnicas de observação direta documental (AROSTEGUI, 2006) apareceram entre as qualitativas e as quantitativas utilizadas. As técnicas de observação direta documental, como o próprio nome indica, aplicaram-se ao estudo de variados tipos de “documentos” tais como: documentos escritos – de arquivo, publicações oficiais, periódicos ou não, livros, folhetos, opúsculos diversos, imprensa, entre outros. – ou documentos visuais ou sonoros.

Para Alves-Mazzoti e Gewandsznajerd (2004), pesquisas qualitativas geram um enorme volume de dados que precisam ser organizados e compreendidos. Procura-se

identificar dimensões, categorias, tendências, padrões, relações, desvedando-lhes o significado. Esse processo acompanha toda a investigação.

Para a elucidação do objeto investigado, foi necessário colocar diferentes lógicas e esferas do conhecimento a serviço da investigação. Entre os tipos de técnicas de coleta de dados ou instrumentos de coleta de dados foram utilizados: pesquisa bibliográfica; pesquisa documental – arquivos públicos, dados de registro (um acontecimento, em observância a normas legais e administrativas), dados de recenseamento educacionais –, pesquisa eletrônica. No que se refere ao tratamento às fontes, observaram-se as especificidades de cada uma.

A pesquisa bibliográfica e as técnicas de observação direta documental dialogaram ao longo do trabalho. Para a pesquisa bibliográfica, recorreu-se à literatura sobre museus, Museologia e instituições escolares e cultura material escolar, reportando tanto à Museologia quanto à História da Educação. O ponto de partida para o planejamento metodológico desta pesquisa foi o mapeamento inicial das instituições museológicas vinculadas às escolas que ofertam a educação básica e profissional. Exceto os trabalhos de Witt e Possami (2013) que tratam dos museus escolares em Porto Alegre no Rio Grande Sul e pesquisas específicas sobre alguns museus citados, não foram identificados estudos e mapeamentos sobre os atuais museus escolares na atualidade. Ao que parece, trata-se do primeiro trabalho nesse sentido, no entanto, o intuito não é suprir esta lacuna de informação, mas colaborar nesse campo de estudo.

Realizou-se um estudo transversal, documental, quantitativo, analítico. Para realização desse mapeamento, recorreu-se ao Guia de Museus Brasileiros, ao Cadastro de Museus do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, cadastros dos Institutos Estaduais do Patrimônio Histórico e Artístico, Guias de museus de Estados e buscas na web. As buscas foram realizadas entre março de 2012 e outubro de 2015, sendo identificados 115 museus escolares.

Para o levantamento dos dados sobre os museus escolares na atualidade, foi elaborado um formulário - Apêndice A - com itens de identificação e do processo museológico dos museus escolares, visando possibilitar o alcance dos objetivos da pesquisa. O instrumento contempla aspectos de identificação (região, unidade da federação, data de criação, natureza administrativa) e referentes ao processo museológico (razão da criação, tipo de coleções e de exposição realizada, estado de conservação das coleções, documentação, tipo de público atendido).

Os dados foram compilados e estruturados em um banco de dados, utilizando o Excel e o programa estatístico *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS®) for Windows®*, versão 20.0. para tratamentos estatísticos específicos. Realizou-se a análise

descritiva com verificação de frequências relativas e absolutas, medidas de tendência central e de dispersão, associação de variáveis categóricas utilizando o teste qui quadrado de *Pearson* para avaliação da estrutura e funcionamento dos museus escolares no Brasil. Para todos os testes estatísticos, foi considerado o nível de significância $p < 0,05$ para a análise descritiva das características com as CSAP (variável dependente) – teste do qui-quadrado e intervalos de confiança de 95% (IC: 95%) com nível de significância estatística do valor de $p < 0,05$ foram consideradas associações estatisticamente significantes com o desfecho. Na análise univariada de associação estatística por variáveis pesquisadas, o valor encontrado no teste de qui-quadrado demonstra a existência de comprovação/relação científica entre duas variáveis quando o valor P é igual ou menor que 0,005.

Para o levantamento de dados sobre os museus escolares, além dos guias de museus já citados, as fontes digitais constituíram em importante recurso. A rede mundial de computadores representa hoje um grande apoio a pesquisadores das mais diferentes áreas como fonte de pesquisa, necessitando de cuidado e de atenção com a filtragem e abordagem das informações coletadas nas buscas eletrônicas. Com a digitalização dos acervos de arquivos variados, divulgação do patrimônio cultural em geral e o museológico em particular, via internet, historiadores e outros pesquisadores das Ciências Humanas têm contado com esse apoio. Além do caráter de divulgação, ainda conta-se com os museus virtuais que requerem o trabalho com essas fontes.

A generalização de sites web de museus possibilitou que estes passassem a ser um dos mais importantes meios para difundir e promover as instituições museológicas, a sua história, ação e iniciativas, através da disponibilização de um conjunto de informações e recursos (PINHO, 2006, p.2).

As instituições de ensino, especialmente as particulares, têm-se utilizado com frequência desse recurso para divulgação de suas atividades, o que está associado ao valor mercadológico da instituição. Os museus vinculados a instituições públicas já apresentam maiores dificuldades nesse sentido. Apesar de um recurso potencial para os museus, no caso aqui, os escolares, a internet apresenta também risco metodológico e de naturalização dos dados. Mariz (2012), ao tratar do uso da internet pelas instituições arquivísticas, expõe o seguinte questionamento: até que ponto a internet tem sido explorada como serviço de informação e não apenas como “*folder* institucional”⁵?

⁵ Ver Diretrizes Gerais para a construção de websites de instituições arquivísticas. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Arquivo, 2000.

Considerou-se a forma de exploração desse recurso pelos museus. Contou-se com o auxílio de mecanismos de busca da internet, como o Google e Yahoo. Nas primeiras buscas, para elaboração do projeto e início da pesquisa, utilizaram-se os termos museu escolar e museus escolares, onde foram identificadas menos de 20 instituições. No geral, instituições voltadas para a preservação da memória escolar.

O mapeamento dos museus foi refeito periodicamente. À medida que a pesquisa foi avançando, novas possibilidades de identificar as instituições foram surgindo. Com o auxílio de mecanismos de busca da internet e o uso de outros descritores/indexadores como “museu da escola”, “museu do colégio”, “memorial da escola”, “memorial do colégio”, “acervo da escola”, “acervo do colégio”, o número de instituições identificadas passou de 50. À medida que novas instituições foram mapeadas, novos links surgiram, chegando aos museus de ciências naturais, história e etnologia, presentes nas instituições escolares. A busca utilizando indexadores como “museu de ciências do colégio/escola”, “museu de história do colégio/escola”, “centro cultural do colégio/escola”, ampliou o número de instituições identificadas, ultrapassando 100.

Utilizando-se periodicamente todos os termos citados, o mapeamento ampliou-se constantemente. Os dados desses museus na internet são muito fluídos, surgem e desaparecem constantemente. O efêmero é característica no ambiente da internet. Dessa forma, foram elaborados quadros para coleta e atualização dos dados conforme se poderá perceber no corpo do texto. Utilizou-se o critério região geográfica para mapeamento e discussão dos dados. A distribuição das instituições é desigual, bem como os formatos são complexos.

Ao entrar no endereço eletrônico para documentar, pode-se perceber que os museus, em sua maioria, não contam com sites e páginas próprias. Estão vinculados em sites de escolas, prefeituras, notícias e turismo. Alguns estão restritos apenas à indicação de existência. Esse aspecto também foi considerado na pesquisa.

As apresentações de trabalho em eventos científicos também contribuíram para a indicação de algumas instituições que não seriam identificadas em sites de busca ou guias. Por exemplo, pode-se citar no Ecomuseu da Amazônia, instituições vinculadas a unidades escolares com ênfase na educação ambiental. Além da pesquisa nos guias de museus e na internet, fez-se necessária a adoção de procedimentos como visitas presenciais para complementar ou obter informações sobre as instituições. As fontes iconográficas foram valiosas na percepção dessas instituições, resultando no Caderno Iconográfico – Apêndice B.

É importante ressaltar que o mapeamento aqui apresentado não dá conta de todos os museus escolares existentes no país. As fontes utilizadas apresentam

limitações. Museus de diferentes campos funcionam em diferentes partes do país e não estão cadastrados no Sistema Brasileiro de Museus e/ou contam com divulgação, como é o caso do Museu Escolar Prof.^a Joana Fornari, em Jundiai, São Paulo, do qual apenas a referência e endereço foram encontrados em sites de busca e ou da escola. Dessa forma, museus escolares em funcionamento podem não ter sido identificados.

Ao tratar da presença dos museus escolares no Brasil na primeira metade do século XX, foi necessário recorrer aos dados quantitativos do IBGE. Como demonstra Arostegui (2006), as técnicas quantificadoras nesse caso, além de medir relações, possibilitaram a descoberta de novas relações – a presença dos museus escolares nos anos 1930 no Brasil.

A pesquisa nos anuários estatísticos do IBGE, bem como os dados levantados acerca dos atuais museus, permitiram encontrar outras relações e explicar fenômenos conforme indica Arostegui.

A pesquisa quantificada tem os mesmos objetivos que a qualitativa: explicar o homem, coletivo e individual. A quantificação permite encontrar relações, explicações de comportamentos, que muitas vezes permanecem ocultas a uma pesquisa qualitativa. O poder da quantificação reside essencialmente na possibilidade que oferece de estabelecer relações exatas. Mas quantificar não é nunca um fim em si mesmo (AROSTEGUI, 2006, p.538).

Conforme aponta Alves-Mazzoti, Gewandsznajerd (2004), na pesquisa qualitativa, à medida que os dados vão sendo coletados, o pesquisador vai procurando identificar temas e relações, construindo interpretações e gerando novas questões e/ou aperfeiçoando às anteriores, o que leva a buscar novos dados, num processo de articulação que vai até a análise final.

As estatísticas sobre aparelhamento escolar presentes nos anuários do IBGE permitiram visualização da presença dos museus escolares no Brasil nos anos 1930. Utilizou-se a Estatística descritiva para tratar tais dados na medida em que informa melhor a respeito das relações internas entre esses dados. “A característica essencial da estatística é que suas conclusões não superam o âmbito da série de dados com que se trabalha” (AROSTEGUI, 2006, p. 545).

A partir do conjunto de dados sobre aparelhamento escolar nos anos 1930, foi possível elaborar outro conjunto, mais limitado, sobre os museus escolares no período, pode-se dizer uma reinvenção de dados. “A quantificação não altera, absolutamente, as condições qualitativas das coisas; simplesmente as submete a outro tipo de operações” (AROSTEGUI, 2006, p. 542).

A organização temática da tese está dividida em três partes. A primeira parte “Para compreender a gênese dos museus escolares: Revisitando conceitos e contextos” apresenta a terminologia necessária à compreensão dos museus escolares como objeto sociocultural. Os estudos terminológicos são de grande importância para a constituição de uma linguagem museológica. Os conceitos de acesso patrimônio e museu são abordados no capítulo 1. Educação, cultura material escolar e as várias denominações para a herança educativa escolar serão apresentadas no capítulo 2. A emergência da educação escolar como patrimônio cultural e objeto de museu e as múltiplas concepções e contextos dos termos museus pedagógicos, museus escolares e museus de educação serão apresentados no capítulo 3.

A segunda parte “Museus escolares: uma história a ser (re)contada no Brasil” desvela a longa trajetória dessa instituição no país. Em “Lições de coisas”, o surgimento e “efervescência” dos museus escolares no Brasil, capítulo 4, busca-se articular às inovações educacionais surgidas no século XIX e início do XX e o contexto brasileiro. Fervilharam ideias, propostas de inovação – entre as quais os museus escolares – no meio da fervura das dificuldades para a implantação de um sistema educacional moderno. Presente nas legislações educacionais, poucos são os dados sobre os museus escolares nesse período.

Num contexto internacional marcado pela crise e revitalização dos museus escolares e pedagógicos (1930 – 1970), pode-se dizer que o Brasil subverte essa ordem. “Museus escolares no Brasil: revitalização e crise (1930 -1970)”, capítulo 5, trata do florescimento dos museus escolares no contexto do movimento escolanovista, mais especificamente nos anos 1930 – 1940. Com nova função, os museus escolares compõem os recursos do aparelhamento escolar. Presente nas orientações educacionais, aparecem em crescimento nas estatísticas desse período. Sem registros nos levantamentos de dados a partir dos anos 1940, ausentes nas legislações educacionais nacionais, há indícios de maior quantitativo até o início dos anos 1960. Entre os anos 1950 – 1970 estiveram presentes em debates e cursos de formação. Apesar de presente no campo das idéias, pode-se dizer que esse é o período de crise dos museus escolares no Brasil.

Paralelo a renovação da historiografia, a partir dos anos 1970, com o alargamento do campo do patrimônio e da museologia, a escola e a educação, assim como outras temáticas, passaram a integrar esses campos. Com a explosão dos museus no final do século XX, pôde-se verificar um movimento de estímulo e impulso à criação de museus de educação escolar na Europa e diversos países da América Latina, entre os quais, o Brasil. No capítulo 6, “A cultura material escolar como patrimônio cultural: um novo

formato de museus escolares no final do século XX e início do XXI” aborda os novos museus surgidos nesse contexto, bem como os que sobreviveram e foram ressignificados e ou revitalizados.

A terceira parte do trabalho “Museus escolares atuais no Brasil: De recurso de ensino e de comemoração ao patrimônio e à museologia” trata o complexo universo e funcionamento dos museus escolares no contexto da Museologia. Existem hoje diversas propostas e formas de operacionalizar os chamados museus escolares no Brasil. No entanto, não há um modelo pré-definido ou padrão de museu escolar, apesar das similitudes nos modelos analisados. Para compreender esse complexo universo tratado no capítulo 7, é preciso recorrer aos critérios para classificação dos museus: processos de criação, natureza, missão e tipos de coleções.

Não se pode generalizar e exigir do museu escolar o cumprimento de funções estabelecidas pelo ICOM ou pelo IPHAN/MINC e IBRAM para os museus. Mas algumas funções – preservação, documentação e exposição – são inerentes a qualquer processo museológico e serão alvo de análises no que se refere aos museus escolares brasileiros em funcionamento. Embora apresentem um formato singular, pode-se dizer que funções básicas dos museus encontram-se presentes nos museus escolares, uma vez que estes também resultam de um processo museológico.

Partindo da noção de que a função básica do museu é a preservação e que todas as outras funções devem estar subordinadas a essa, Bruno (2009) aponta três questionamentos: 1) por que os museus devem ser preservacionistas? 2) como os museus estão atuando em função da preservação? 3) qual o futuro possível? Estas questões também norteiam a discussão sobre “A preservação e a conservação nos museus escolares” no capítulo 8. As coleções dos museus escolares, como dos demais museus, não existem isoladamente, normalmente estão condicionadas por um contexto institucional, assim como a conservação.

A informação e a documentação e demandam cada vez mais espaços nos museus a partir da segunda metade do século XX, integrando-se a todas as funções. Falar de informação e documentação em museus é uma necessidade que se impõe. No entanto, poucos investimentos têm sido feitos nesse sentido nos museus brasileiros.

A documentação de acervos museológicos mais do que um conjunto de informações sobre cada um dos itens da coleção, é um sistema composto de partes inter-relacionadas que formam um todo coerente, unitário, que intermédia fontes de informação e usuários e se estrutura em função do objetivo de atender as necessidades de informação de sua clientela (FERREZ, 1991, p. 4).

Todas as funções - registro, inventário, controle do movimento dos objetos e catalogação – estão interligadas e demanda critérios específicos. Informação e documentação: o que fazem e como fazem os museus escolares?” é o tema tratado no capítulo 9.

Para falar de comunicação em museus é preciso falar de exposição, sendo esta o motor dos museus escolares, assim como dos demais museus. Cumprindo prioritariamente a função documental e simbólica, esses museus, em sua maioria, contam com pouco espaço (geralmente uma sala/salão ou pouco mais) e pequenas coleções fixas que são ampliadas ao longo dos tempos.

Como se dá “A comunicação nos museus escolares” é uma discussão realizada no capítulo 10. Para falar de comunicação em museus é preciso falar de exposição, sendo esta o motor dos museus escolares, assim como dos demais museus. Cumprindo prioritariamente a função documental e simbólica, esses museus, em sua maioria, contam com pouco espaço (geralmente uma sala/salão ou pouco mais) e pequenas coleções fixas que são ampliadas ao longo dos tempos.

A ação educativa é atividade de destaque dos museus escolares e não deve e nem pode ficar restrita às atividades pedagógicas desenvolvidas pelo museu. Todas as ações do museu – preservação, comunicação, documentação e pesquisa – devem ser aplicadas em interação e como função educativa.

A pesquisa oferece elementos para que os setores políticos, acadêmicos e a sociedade civil percebam os museus escolares como uma das diferentes alternativas existentes na museologia, bem como o patrimônio histórico escolar como um dos novos objetos de investigação da museologia.

CAPÍTULO 1

PARA COMPREENDER A GÊNESE DOS MUSEUS ESCOLARES: REVISITANDO CONCEITOS E CONTEXTOS

CAPÍTULO 1 - PARA COMPREENDER A GÊNESE DOS MUSEUS ESCOLARES: REVISITANDO CONCEITOS E CONTEXTOS

1.1 - Patrimônio e Museu: conceitos de acesso

A renovação da história com os Annales colocou em cena novas fontes e abordagens, atingindo os variados campos e domínios da História e áreas afins, trazendo à tona temas singulares até então desvalorizados, mas que se mostraram importantes para a construção de uma história regional, nacional e com grandes contribuições para o debate historiográfico. Nesse contexto, a História da Educação trouxe à tona novas discussões como cultura material escolar, patrimônio da educação⁶. Da costumeira interface com sociologia, a História da Educação viu-se diante da interface com a Museologia, com a Arquivologia e outras ciências.

Concomitantemente a esse movimento, assistimos no final do século XX, à ressignificação e ao alargamento dos conceitos de patrimônio e de museus e, conseqüentemente, a incorporação de novos objetos e o aumento e diversificação das instituições museais, procurando salvaguardar e mostrar os mais diversos conteúdos. Desde os anos 1970, tem-se dado um aumento e uma diversificação dos museus, respondendo a uma demanda de musealização de outros aspectos da cultura, para outros setores sociais. Esta necessidade museológica é contemporânea da atenção dada à vida quotidiana, que toma relevo como aspecto revelador da sociedade e também resulta do questionamento dos modelos baseados na ciência e procura tornar visíveis grupos ou aspectos minoritários ou subalternizados da sociedade.

Os impactos dos acontecimentos de 1968 foram sentidos de diferentes formas pela Museologia “[...] um vento de renovação agitou o universo dos museus” (VARINE, 2012, p. 180). A Museologia começou a trilhar novos caminhos, adaptados aos objetivos do desenvolvimento local.

Até então, toda a história dos museus e de todas as teorias museológicas ensinadas faziam do museu um instrumento de pesquisa, de conservação, de educação, de prazer estético ou intelectual (o “deleite”, caro a Georges Henri Rivière), a serviço da ciência, da cultura e das artes. Uma evolução se esboçava também na maioria dos países, na direção de uma utilização mais especificamente turística do museu. Em outros lugares, o museu estava, por vezes, a serviço do nacionalismo ou da ideologia dominante (VARINE, 2012, p. 171-172).

⁶ Cultura material escolar e terminologias referentes ao patrimônio da educação escolar serão discutidas ainda na primeira parte deste trabalho.

Nos países industrializados, profissionais de museus questionaram sobre sua profissão e papel dos museus paralelamente à expansão da demanda turística pelas classes médias. Na América Latina, aflorava a tomada de consciência no que se refere à libertação econômica e cultural dos países industrializados, particularmente dos Estados Unidos. Em países recém-independentes na Ásia e África, jovens elites reivindicavam para seus patrimônios um papel maior na constituição das identidades nacionais e regionais. Nos Estados Unidos, as lutas contra a discriminação racial provocaram a criação de estruturas culturais de afirmação étnica (os museus de vizinhança, os *neighbourhood museums*) (VARINE, 2012).

Diante dessa agitação, o Conselho Internacional de Museus (ICOM) empreendeu, entre 1969 e 1972, um trabalho de reflexão coletiva sobre vários temas complementares. Assembleias e conferências foram realizadas e discutiram-se temas, como: luta contra o tráfico de bens culturais (1969), a afirmação do papel “político” dos museus (1971), a definição do novo conceito de museu a exemplo de ecomuseu⁷ e museu integral⁸ (1972).

A oposição a essa modernização de ideias e conceitos resultantes da demanda turística e a tradição elitista da Museologia tradicional de um lado, a timidez do desenvolvimento das propostas no âmbito institucional dos museus e da profissão de outro, levaram profissionais de museus de inúmeros países à elaboração de novas propostas para a Museologia, originando a chamada “Nova Museologia⁹” nos anos 1980 (VARINE, 2012).

⁷ São dados vários sentidos à palavra ecomuseu. Varine (2012, p. 182), criador do termo, disse preferir conservar o termo museu e atribuir qualificativo que define sua principal característica. Para esse autor, existe uma diferença entre o conceito original, o de 1971-1972, desenvolvido em seguida por G. H. Rivière, de um museu de parque, de vocação essencialmente natural e rural e o conceito derivado, aquele oriundo do Creusot nos anos 1973 – 80, de um museu instrumento de desenvolvimento comunitário. Para Varine, ecomuseu é uma dessas “palavras-valises”, onde cada um coloca o que quiser. Aponta algumas características comuns ao que se denomina ecomuseologia: patrimônio global de uma comunidade ou território; quadro territorial, criação em forma de processo lento, longo, multiforme; participação permanente da comunidade; fonte de educação popular; pesquisa e conservação são meios de ação; não tem modelo ou regras.

⁸ O museu integral se fundamenta não apenas na musealização de todo o conjunto patrimonial de um dado território (espaço geográfico, clima, recursos naturais renováveis e não renováveis, formas passadas e atuais de ocupação humana, processos e produtos culturais, advindos dessas formas de ocupação), ou na ênfase do trabalho comunitário, mas na capacidade intrínseca que possui qualquer museu (ou seja qualquer representação do fenômeno museu) de estabelecer relações com o espaço, o tempo e a memória – e de atuar diretamente junto a determinados grupos sociais (SCHEINER, 2012, p.19).

⁹ De acordo com Varine (2012, p. 181), a “Nova Museologia”, que toma formas diferentes de acordo com o país e com os contextos, é essencialmente um movimento de museólogos que procuraram adaptar o museu a seu tempo e às necessidades das populações. No entanto, esse não é um movimento apenas de museólogos, reúne profissionais de museus, professores, educadores, agentes de desenvolvimento e outros para os quais o patrimônio é um recurso essencial e que a cultura é uma dimensão primordial do desenvolvimento.

Nesse quadro, destaca-se a Mesa-Redonda de Santiago, no Chile, em 1972, evento organizado pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para discutir a situação dos museus na América Latina no qual se deu a “naturalização de conceitos como “integral” e “ação comunitária”” (SCHEINER, 2012, p.19).

A Mesa-Redonda de Santiago do Chile ocorreu no período de 20 a 31 de maio de 1972 e teve como tema central o papel social dos museus na América Latina. No entanto, várias das recomendações do documento demonstraram ser bastante universais, já que se aplicavam a todo o mundo (MANHART, 2012).

Como Varine (2012), Scheiner (2012) também aponta uma série de eventos e ações anteriores à Mesa-Redonda de Santiago que agitaram o mundo dos museus no século XX e apresentaram propostas de realização de uma prática museológica voltada para o aspecto social. Essas práticas são anteriores aos anos 1960, remontando à criação da UNESCO e do ICOM, portanto, não são originárias e nem exclusivas da Declaração de Santiago e do movimento denominado Nova Museologia (SCHEINER, 2012).

As práticas culturais e a educação não ficaram imunes a esse contexto, foram afetadas e passaram a ser pensadas como poderosas ferramentas de transformação social. Novas correntes pedagógicas surgiram, provocando transformações na educação e o cotidiano ganhou importância até então nunca vista.

O cotidiano deixa de ser o irrelevante para se tornar, do ponto de vista epistemológico, o meio através do qual se resgata a agência humana, com o seu conjunto de potencialidades, liberdades, dependências e constrangimentos. É porque metamorfoseamos o conceito de cotidiano que aspectos como a moda, o telefone, a eletricidade, os transportes, a água, o azulejo, o brinquedo ou a educação se tornam matérias museográficas (FELGUEIRAS, SOARES, 2004, p. 109).

Nesse cenário – multiplicação dos acervos, proliferação dos suportes materiais da informação, expansão dos interesses da pesquisa histórica em educação, complexidade museal –, o tema patrimônio da educação escolar¹⁰ tem se incluído através da criação ou da reativação de memoriais, arquivos, museus de história da educação e escolares em diferentes partes do mundo.

¹⁰ Há várias terminologias para designar o patrimônio da educação escolar, entre as quais: patrimônio histórico educativo, patrimônio educativo, patrimônio escolar, patrimônio do ensino. Essa discussão será realizada ainda na primeira parte deste trabalho.

Para tratar do tema proposto aqui, os atuais museus escolares no Brasil, torna-se necessário recorrer aos termos e conceitos da Museologia e da educação, ou seja, a linguagem de especialidade desses dois campos, bem como seus contextos.

A linguagem de especialidade possuidora de terminologias próprias (conjuntos de termos específicos de um determinado domínio) é aquela criada e comunicada entre membros possuidores de um conhecimento específico, podendo ocorrer em diferentes níveis de especialização e serem descritas em diferentes níveis de representação.

A terminologia pertence a uma linguagem de especialidade, que por sua vez pertence à linguagem natural. Com isso, não é descabido afirmar que uma linguagem de especialidade é uma sublinguagem pertencente à linguagem natural. Tal fato leva a consideração de que a comunicação especializada nada mais é do que uma comunicação natural ocorrida dentro dos campos especializados (SALES, 2007, p.4).

“A terminologia moderna surgiu da necessidade de cientistas e técnicos de normalizar conceitual e denominativamente seus campos de estudo” (REMENCHE, 2010, p. 348). Vários estudiosos já debruçaram sobre a temática terminologia e linguagem de especialidade, entre os quais destacam-se Eugen Wüster (1933), Rey (1979), Sager (1990), Gaudim (1991, 1995), Cabré (1992; 1998).

A discussão dos termos e conceitos aqui desenvolvidos está ancorada na Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) proposta por Cabré (1999) que considera a terminologia uma matéria de caráter interdisciplinar, constituída por elementos procedentes das ciências da linguagem, das ciências da cognição e das ciências sociais e conseqüentemente ao mesmo tempo uma unidade linguística, uma unidade cognitiva e uma unidade sociocultural. Essa teoria considera também as unidades terminológicas dentro de um esquema global de representação da realidade, admitindo a variação conceptual e denominativa e levando em conta a dimensão textual e discursiva dos termos.

A terminologia é um elemento fundamental no processo comunicacional-informacional do campo museológico. A Linguagem de Especialidade museológica é um dos campos que interagem no seu espaço como questão de estudo. O Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST-MCT na busca de “perspectivas de adequação com vistas à Linguagem Documentária no âmbito da disseminação da informação especializada” desenvolve a pesquisa “Termos e Conceitos da Museologia” (LIMA, 2008, p.10-11).

Lima (2007) aborda a configuração do campo museológico sob perspectiva do “cruzamento de fronteiras” do conhecimento e propício à interdisciplinaridade. A aplicação da interdisciplinaridade é compreendida “como exercício de determinada disciplina em outros campos do conhecimento, portanto, transitando fora do seu próprio domínio” (LIMA, 2008, p. 2).

Ao falar de museologia e interdisciplinaridade, Lima (2007) chama a atenção para o reconhecimento da Museologia como campo do conhecimento de formação híbrida. Na composição do campo, mesclaram a “área / disciplina e seu ‘produto’ mais antigo e de imediata identificação no imaginário social: o modelo ‘casa’ museu” (LIMA, 2007, p.2), originando, assim, tipos correlatos de museus como artísticos, históricos e científicos. A Museologia compõe-se de um patrimônio interdisciplinar. Identificou ainda para o contexto Museologia/Museu as categorias “objeto fronteiro” e “repositório”.

O repositório é terreno comum para exercício de campos diferentes no qual se desenvolvem comunidades híbridas. Espaço misto de interlocução, de ordem heterogênea, os objetos fronteiros (entidades) são interpretados sob a perspectiva de estratégias que marcam zonas (de negociação) comuns da ação interdisciplinar (LIMA, 2007, p.2).

Para Lima (2007), as relações entre Museologia e disciplinas remontam aos primórdios do Mouseion (Atenas e Alexandria) e perpassam a história do campo até o momento atual. O complexo cultural de Alexandria (ótica do patrimônio tangível) pode ser compreendido como forma embrionária do museu das coleções e centro de pesquisa na qual o campo do saber articula-se a outros domínios. Mesmo com o advento dos museus das especializações (século XVIII para século XIX) em razão da fragmentação do universo do saber, mantiveram-se e até reforçaram laços interdisciplinares. Foi necessário desenvolver novas formas de interlocução entre Museologia e diferentes disciplinas relativas às peculiaridades da natureza dos acervos e, também, ao enfoque museológico que lhes era atribuído. A Museologia chegou ao final do século XX, apresentando um quadro de relações bastante complexo com outras disciplinas, atingindo todas as funções do museu.

Por ser um campo novo e em construção, patrimônio da educação escolar além da ótica da interdisciplinaridade, precisa ser discutido a partir de chaves de acesso que possibilitem a sua compreensão como patrimônio e como objeto da museologia. A seguir apresentaremos algumas definições que têm por objetivo dizer brevemente, e em termos mais precisos possíveis, o que uma palavra significa. Não é a descrição de uma instituição, indivíduo ou atividade que a palavra designa, traz uma característica particular

destes. “As palavras são poderosos indicadores sociais e intelectuais” (EDSON, 2007, p. 39).

Sem a pretensão de esgotamento, os termos e conceitos aqui apresentados objetivam dar acesso ao tema “museus escolares” a partir de concepções e abordagens da museologia e do patrimônio.

1.2 - Patrimônio

Patrimônio, palavra de muitos sentidos e bastante utilizada no cotidiano, teve usos e significados diferentes ao longo do tempo e espaço. “Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) que fizeram dela um conceito “nômade”, ela segue uma trajetória diferente e retumbante” (CHOAY, 2006, p. 11).

Para Gonçalves (2007), o processo de qualificação da palavra patrimônio na atualidade parece não ter limites. Qualificações acompanham as divisões estabelecidas pelas modernas categorias de pensamento: economia, cultura, natureza etc., constituindo-se em construções históricas e em contínuas mudanças, sendo apenas necessária certa precaução ao utilizar a categoria patrimônio em contextos muito diversos.

A noção de patrimônio remonta ao mundo romano, do latim *patrimonium*, de *pater* = pai de família + “*monium*, variação fonética de *múnus* cujo sentido indica “ocupação”, “função” ou ainda “benefício” (FARIA, 1962 *apud* LIMA, 2012). No direito romano, a noção de patrimônio estava associada à herança transmitida pela família, ao conjunto de bens reunidos pela sucessão.

A noção de patrimônio designava, no direito romano, o conjunto de bens reunidos pela sucessão: bens que descendem, segundo as leis, dos pais e mães aos seus filhos ou bens de família, assim definidos em oposição aos bens adquiridos (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2013, p. 73).

“E o significado de ‘sucessão’, emprestado ao termo Patrimônio, persiste no tempo presente, mantendo-se a imagem fixada no conceito de algo transmitido por direito de herança” (LIMA, 2012, p. 34). Os romanos se encantaram e colecionaram objetos de arte grega clássica e as humanidades antigas, resultado de um processo de apropriação, cujas preferências e escolhas não eram investidas de valor histórico e não contavam com princípios para a sua preservação. Também os valores estéticos das criações gregas, em geral, estavam subordinados a outras categorias de práticas (CHOAY, 2006).

No século XVII, antes de ser retomada pela Revolução Francesa, outra noção de patrimônio cultural se fez presente e encontramos em Leibniz (1690) a noção jurídica de patrimônio em sentido mais alargado, devendo ser compreendida dentro de certo espírito da lei e em contexto específico.

Se, desde 1690, encontramos com Leibniz a palavra "patrimonium" em certo sentido mais alargado, tendendo para esse ou assim percebemos, ou seja, parece que em 04 de outubro de 1790 a palavra "herança" foi usada pela primeira vez em francês com algum sentido deliberadamente extra-familiar, em uma petição endereçada à Assembléia Constituinte por François Puthod de Maisonrouge: e foi para ele convencer os emigrantes de fazer de sua "herança" de família "um" patrimônio nacional. Há, certamente, nessa extensão de escolha, uma razão jurídica para a nação, essa última pode legitimamente reivindicar a posse de bens - castelos, móveis, bens - anteriormente possuídos pelas famílias emigrantes (DESVALÉES, MAIRESSE, 2010, p. 425, tradução nossa)¹¹.

Merece destaque o sentido dado ao patrimônio no final do século XVIII, a partir da Revolução Francesa e durante todo o século XIX, quando passou a designar essencialmente o conjunto de bens imóveis, gerando uma confusão com a noção de monumentos históricos. “O monumento, em seu sentido original, é uma construção condenada a perpetuar a lembrança de alguém ou de alguma coisa” (DESVALÉES, MAIRESSE, 2013, p.73).

Para Aloys Riegl (1903) “no senso mais antigo e verdadeiramente original do termo” (5), monumento é uma obra criada pela mão do homem com o intuito preciso de conservar para sempre presente e viva na consciência das gerações futuras a lembrança de uma ação ou destino. Nesse sentido, o monumento, em seu sentido original, relaciona-se com a manutenção da memória coletiva de um povo, sociedade ou grupo. Ele diferencia os monumentos intencionais daqueles não-intencionais.

Como ressalta Françoise Choay (2006):

“A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva. [...] A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas

¹¹Si, dès 1690, nous rencontrons chez Leibniz le mot "patrimonium" dans un sens plus étendu, tendant vers celui ou nous l'entendons, c'est, semble-t-il, le 4 octobre 1790 que le mot "patrimoine" est utilisé pour la première fois en français avec un sens délibérément extra-familial, dans une pétition adressée à l'Assemblée constituante par François Puthod de Maisonrouge: Il s'agissait pour lui de convaincre les émigrés de faire de leur "patrimoine" de famille" un "patrimoine national. Il y a certainement, dans cette extension du choix, une raison juridique à la nation, cette dernière peut, légitimement, revendiquer la propriété des biens – châteaux, meubles, avoirs – anciennement possédés par les familles émigrées(DESVALÉES, MAIRESSE, 2010, P. 425).

ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar” (6).

Após análise minuciosa, Rücker¹², aponta a Revolução Francesa como ponto de partida para as questões ligadas à conservação dos monumentos históricos na França, no entanto, Choay (2006), afirma que proteção do patrimônio francês iniciada nesse período permanece em geral desconhecida. A obra conservadora dos comitês revolucionários resulta de dois processos distintos: de um lado, a transferência dos bens do clero, da coroa e dos emigrados para a nação; e de outro, a destruição ideológica de uma parte desses bens, a partir de 1792, particularmente sob o Terror e o governo do Comitê de Salvação Pública. O processo destruidor da Revolução provocou a postura da reação e a ideia de perda gerou a necessidade de conservação, não apenas das igrejas medievais, mas da totalidade do patrimônio nacional.

O conceito deflagrado pela Revolução transferiu o entendimento para o âmbito de “o agente coletivo emanando da nova figura do Estado francês, representando a nação, ‘o povo’, determinando caráter de ordem nacional para o Patrimônio” (LIMA, 2012, p.34). No entanto, “essa fabulosa transferência de propriedade e essa perda brutal de destinação eram sem precedentes e trouxeram problemas também sem precedentes” (CHOAY, 2006, p. 98).

Integradas aos bens patrimoniais da nação, as antiguidades nacionais francesas se metamorfosearam em bens econômicos e simbólicos que precisavam ser preservadas e mantidas para além da conservação iconográfica realizada até então. Herança, sucessão, patrimônio e conservação tornaram-se palavras-chave. Antiguidades nacionais, as greco-romanas, herança arquitetônica moderna e algumas contemporâneas englobaram o conjunto do patrimônio, induzindo o conceito, então, a uma homogeneização do sentido dos valores. “Poder mágico da noção de patrimônio. Ele transcende as barreiras do tempo e do gosto” (CHOAY, 2006, p.98).

Para Scheiner (2004) foi no século XVIII que se percebeu a relação entre a ideia de patrimônio e a ideia de permanência, momento em que o pensamento ocidental, já havia incorporado a percepção do tempo.

O conceito de patrimônio, forjado para designar os bens pertencentes à nação e aos quais se pode aplicar um novo tipo de conservação deixou de ser pertinente e caiu

¹² Les Origines de la conservation des monuments historiques en France, 1790 – 1830. Paris, Jouve, 1913

em desuso com o fim da Revolução. A noção de monumento histórico, embora continuasse muito vaga para a maioria do público durante algumas décadas, entrou numa fase de consagração por volta de 1820, prevalecendo até a década de 1960 aproximadamente.

Ao longo de todo o século XIX, uma episteme muito específica se abriu para as chamadas ciências humanas e onde tanto se destacaram a Psicologia e a História. É o momento em que o Homem se instaurou definitivamente no âmbito do Patrimônio e do Museu. O olhar precisava, assim, voltar-se, continuamente, para o passado, para dar ao presente um sentido como experiência de determinação e para justificar o futuro enquanto proposta de mudança – pois já não se podia suportar que o futuro não fosse alteridade. A relação organizada e ‘oficial’ com o patrimônio, constituída no período, ressalta o seu papel como instância de legitimação da existência de um passado (da natureza ou do homem), e também como evidência absoluta dos modos e das formas através dos quais o humano se articulava com o já existente. No âmbito do patrimônio, este movimento gera a necessidade absoluta de comprovar o nascimento das civilizações e o aparecimento da cultura, como parte do movimento de evolução biológica. E para isso conta-se com o testemunho tangível dos monumentos, e também das coleções (SCHEINER, 2004).

Historicamente os processos de construção patrimonial têm sido associados fundamentalmente aos tempos do Estado-Nação, vinculados à sua utilização como recurso de unificação do mesmo no qual a seleção de bens (culturais, históricos e artísticos) determinada pelos interesses desse Estado (e suas classes hegemônicas) que usualmente não têm contemplado a nação real (ROTMAN, CASTELLS, 2007).

Os critérios acadêmicos e estéticos são os mais utilizados para a seleção do que deve ser considerado patrimônio, não levando em conta a comunidade que o originou e o detém. O inventário tecnocrático e científico, classificação/tombamento são apresentados como meios pouco eficientes nesse sentido (VARINE, 2012).

Baseado no conceito de monumento histórico, a noção universal de patrimônio foi ampliada consideravelmente no século XX, mais especificamente a partir de meados dos anos 1950. Essa expansão pode ser simbolizada pela Convenção relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, aprovada pela Conferência Geral da UNESCO, realizada em Paris em 1972. Por essa convenção, são considerados patrimônios cultural - monumentos, os conjuntos, e os lugares notáveis - e natural - os monumentos naturais, as formações geológicas e fisiográficas e as áreas que constituam o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas e os lugares notáveis naturais nitidamente delimitados - bens de valor universal excepcional. Apesar de a noção “de valor excepcional” ser

restritiva e complexa, a convenção de 1972 proclamou, não sem dificuldades, a universalidade do sistema ocidental de pensamento e de valores quanto ao tema patrimônio.

O patrimônio passou a integrar, “progressivamente, o conjunto de testemunhos materiais do homem e do seu meio. Assim, o patrimônio etnográfico, o patrimônio científico e, mais recentemente, o patrimônio industrial, foram progressivamente integrados à noção de patrimônio” (DESVALÉES, MAIRESSE, 2013, p.74).

Ao longo da segunda metade do século XX ocorreu a difusão internacional do conceito antropológico de cultura atravessando diferentes domínios do campo intelectual e da vida social provocando a oxigenação do campo do patrimônio no Brasil (ABREU, 2007).

Uma das medidas da UNESCO, em seus primeiros anos de funcionamento, foi estimular a criação de comissões nacionais de folclore (ABREU, 2007). Para Paulo Freire e Roland Colin, a cultura viva é o quadro de toda prática patrimonial, de todo processo de desenvolvimento cultural e de desenvolvimento global (VARINE, 2012).

Patrimônio e identidade têm sido frequentemente vinculados. Para Rotman, Castells (2007), na atualidade, o patrimônio não se relaciona somente com processos identitários em escala nacional, mas, também, em igual ou maior medida, com processos identitários em nível local, implicando distintos coletivos sociais. Nesse sentido, é preciso considerar também na geração dos novos paradigmas, o processo que se deu no campo científico/universitário, no entanto, esse não pode ser pensado isolado a despeito de um movimento mais geral que vinha acontecendo em organismos internacionais. A própria dinâmica do campo patrimonial põe em relação – e em tensão – as produções de ambos os espaços (o acadêmico e o das entidades supranacionais).

O final da década de 1970 e início dos anos 1980 são considerados marco temporal das relevantes transformações que se produziram na problemática da questão patrimonial na América Latina: a passagem histórica entre as velhas concepções e as atuais; a incorporação de manifestações culturais constitutivas da diversidade cultural passada e presente que tem construído a nação, dentre elas, aquelas produzidas por setores subalternos (ROTMAN, CASTELLS, 2007).

No final do século XX e início do XXI, a concepção ocidental da transmissão do patrimônio continuou expandindo e incorporando a noção de testemunho, princípio relativamente recente do patrimônio imaterial, simbolizado em 2003 na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

Entende-se por patrimônio cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e saber-fazer – assim como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como fazendo parte de seu patrimônio cultural (DESVALÉES, MAIRESSE, 2013, p.75).

Diferentes concepções de tempo - linear e tempo cíclico - produzem diferentes maneiras de trabalho da memória e conseqüentemente as concepções de patrimônio. Essas duas concepções de tempo não são excludentes. A noção de Patrimônio, com a qual nos habituamos, como se ela sempre tivesse existido em todo o tempo e lugar, está diretamente relacionada a uma concepção linear de tempo, que pode não fazer sentido em outros contextos. A dominação e o privilégio de uma concepção de tempo sobre outras pressupõe conflitos, disputas e um jogo significativo de ganhos e perdas (ABREU, 2007).

O campo cronológico do patrimônio também expandiu, deslocou-se de um passado para um passado cada vez mais próximo do presente. Paralelamente ocorreu também uma expansão tipológica do patrimônio, novos bens reconhecidos por disciplinas novas como a etnologia rural e urbana vem sendo integrados ao “*corpus patrimonial*” (CHOAY, 2006, p. 209).

O final do século XX e início do XXI, marcado pelo avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), possibilitaram a desterritorialização de alguns espaços de saber, onde a linguagem virtual ganha cada vez mais espaço. O ciberespaço, preconizado no início dos anos 1990 por Pierre Levy, tornou-se realidade, abarcando praticamente todos os campos da vida humana. O patrimônio não fica de fora, adere e ingressa no mundo da informática, emergindo, assim, uma nova categoria de patrimônio, o chamado Patrimônio Digital, também designado como Patrimônio Virtual.

O patrimônio digital é constituído por recursos exclusivos do conhecimento e da expressão humana. Abrange os recursos culturais, educacionais, científicos e administrativos, bem como os técnicos, jurídicos, médicos e outros tipos de informação criados digitalmente, ou convertidos em formato digital a partir de recursos analógicos existentes. Quando os recursos são “nascidos digitais”, não há nenhum outro formato, a não ser o objeto digital. Os materiais digitais incluem textos, bases de dados, imagens fixas e em movimento, áudio, gráficos, aplicativos e páginas web, entre uma vasta e crescente gama de formatos. Por serem frequentemente efêmeros, requerem a produção, manutenção e gestão específicas para manutenção. Muitos desses recursos têm valor e significado duradouros, portanto, constituem um patrimônio que deve ser protegido e preservado para as gerações atuais e futuras. Essa herança sempre crescente pode existir em qualquer língua, em qualquer parte do mundo, e em qualquer área do conhecimento e expressão humana (UNESCO, 2003b, tradução LIMA, 2012, p.37 - 38).

Para SCHEINER (2007, p. 36), “para existir, o mundo virtual deve replicar o “mundo real”, sua existência se legitima, portanto, pela existência do mundo até então conhecido”. A importância dada ao trato e à difusão do patrimônio virtual resultou na aprovação da Carta sobre a Preservação do Patrimônio Digital em 2003 pela Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura, UNESCO. De acordo com a UNESCO (2003), o patrimônio digital tem a seguinte definição:

consiste em recursos únicos que são frutos do saber ou da expressão humana. Compreende recursos de caráter cultural, educativo, científico e administrativo ou informação técnica, jurídica, médica e de outras classes, que são gerados diretamente em formato digital ou se convertem a este formato a partir de material analógico original. Os produtos “de origen digital” não existem em outro formato além do eletrônico.

Os objetos digitais podem ser textos, bases de dados, imagens fixas ou em movimentos, gravações sonoras, material gráfico, programas informáticos e páginas da Web, entre outros muitos formatos possíveis dentro de um vasto repertório de diversidade crescente. Geralmente são efêmeros, e sua conservação requer um trabalho específico neste sentido e nos processos de produção, manutenção e gestão. (UNESCO, Carta para La preservación Del patrimonio digital, 2003, p.1, tradução nossa)¹³

Tudo o que vem sendo incorporado e ou criado no mundo digital/barra virtual vem gradativamente sendo alvo de normatizações e muito ainda se tem a fazer nesse sentido. Por outro lado, os temas emergentes são alvo de inúmeros debates e tendências no meio científico e o patrimônio não foge a essa regra. Os debates e tendências, dessa forma, incluem:

- Eles podem constituir-se sobre referências tangíveis já existentes (por exemplo, acervos digitalizados dos principais arquivos, bibliotecas, museus e monumentos do planeta, coleções de alta relevância simbólica para a humanidade);
- Eles podem efetuar o registro, a conservação e a difusão do fabuloso patrimônio constituído por acervos sonoros e pelas mídias que produzem objetos culturais quase “imateriais” – resultantes das mais variadas articulações entre imagem, som e movimentos; e
- O patrimônio virtual tem uma vertente criativa, que se realiza não pela materialidade do objeto (produto), mas pela possibilidade de apreender o próprio ato criativo como patrimônio (processo): trata-se, aqui, de buscar capturar, ainda que de modo fugaz, no ato mesmo

¹³ El patrimonio digital consiste en recursos únicos que son fruto del saber o la expresión de los seres humanos. Comprende recursos de carácter cultural, educativo, científico o administrativo e información técnica, jurídica, médica y de otras clases, que se generan directamente en formato digital o se convierten a éste a partir de material analógico ya existente. Los productos “de origen digital” no existen en otro formato que el electrónico.

Los objetos digitales pueden ser textos, bases de datos, imágenes fijas o en movimiento, grabaciones sonoras, material gráfico, programas informáticos o páginas Web, entre otros muchos formatos posibles dentro de un vasto repertorio de diversidad creciente. A menudo son efímeros, y su conservación requiere un trabajo específico en este sentido en los procesos de producción, mantenimiento y gestión.

da passagem, aquilo que é, por natureza e norma, incapturável: o movimento, a criação, o fluxo, a passagem (SCHEINER, 2007, p 46).

Com a expansão tipológica e cronológica do patrimônio no final do século XX e início do XXI, o conceito de patrimônio também se expandiu muito, cabendo tudo o que é reconhecido e apropriado coletivamente por seu valor de testemunho e memória.

Conjunto de todos os bens ou valores, naturais ou criados pelo Homem, materiais ou imateriais, sem limite de tempo nem de lugar, que sejam simplesmente herdados dos ascendentes e ancestrais de gerações anteriores ou reunidos e conservados para serem transmitidos aos descendentes das gerações futuras. O patrimônio é um bem público cuja preservação deve ser assegurada pelas coletividades, quando não é feita por particulares. A inclusão das especificidades naturais e culturais de caráter local contribui à concepção e à constituição de um patrimônio de caráter universal (DESVALÉES, MAIRESSE, 2013, p.74-75).

Diferentemente do conceito de herança que se define logo após uma morte ou ao momento da transmissão intergeracional, o conceito de patrimônio designa o conjunto de bens herdados dos ascendentes ou reunidos e conservados para serem transmitidos aos descendentes (DESVALÉES, MAIRESSE, 2013, p.74-75).

Para Scheiner (2004), o conceito de patrimônio esteve desde sempre associado à ideia de morte, ou melhor, à sua negação, mas de toda e qualquer morte como transformação. Na contemporaneidade, Patrimônio como instância de presença tornou-se o fio-trama da questão patrimonial. A presença, que pareceria estar perdida no limiar do sentido, torna-se agora movimento, eclosão do múltiplo em essência e consistência, movimento em direção ao equilíbrio, à estabilidade. Isso permite pensar uma nova teoria do patrimônio, em que este pode ser definido por múltiplo de múltiplos, constituído no entrecruzamento de infinitas impressões, movimentos e fragmentos do real.

Nas últimas décadas, o Estado vem perdendo sua condição central em favor de uma pluralidade de agências e de agentes com referências locais, nacionais ou transnacionais, sejam empresas, movimentos sociais ou organizações não governamentais (ROTMAN, CASTELLS, 2007).

Nesse sentido, podemos assinalar pelo menos duas mudanças significativas no patrimônio: a organização da sociedade civil e a afirmação do conceito antropológico de cultura com a conseqüente naturalização da noção de diversidade cultural. Paralelamente, novas forças vêm-se impondo, provocadas pelo tema da biodiversidade e da biotecnologia, o que complexifica mais ainda o debate (ABREU, 2007).

A ideia de patrimônio foi produzida nas interfaces entre o antigo e o moderno, produto híbrido do mosaico cultural que definiu a modernidade, é termo de múltiplos

sentidos. A ideia contemporânea de patrimônio engloba sentidos herdados da modernidade – posse, herança, capital -, conjunto sógnico de procedência diversificada – natureza, identidade, intangível, virtual -, se articula a vários conceitos – identidade, vida, processo, conhecimento, virtual, global/local (SCHEINER, 2004).

Patrimônio, conceito polissêmico, define-se como uma poderosa construção simbólica relacionada a todos os tipos de evidência e vincula-se à ideia de pertencer. Este campo social complexo, ainda tem muito a incorporar e a contribuir no ambiente cultural da atualidade (SCHEINER, 2004).

O patrimônio tem desempenhado função e sido utilizado normalmente para: estudos e pesquisas, conhecimento científico; diversas formas de ação cultural; educação e ensino; socialização e inserção; economia (usos funcionais); promoção, identidade, prestígio de um território, serviços públicos; comércio e tráfico ilícitos de bens culturais de todo gênero; desvios do uso do patrimônio. O patrimônio, enquanto recurso, deve servir à sociedade em seu todo, uma vez que se define como um capital que deve ser frutificado, transformado e utilizado para finalidades diversas e sua gestão deve ser fruto da cooperação entre todos os atores do território. O patrimônio, sob suas diferentes formas, é o húmus para o desenvolvimento local que só se faz com participação efetiva, ativa e consciente da comunidade que detém esse patrimônio. É um capital real, presente para o desenvolvimento, um fator de consciência coletiva, pois deve viver, produzir, transformar para permanecer útil, necessita do reconhecimento e ação de comunidade (VARINE, 2012). E é nesse sentido que se tem que pensar o patrimônio histórico escolar e os museus escolares.

Hoje o campo do patrimônio se estrutura de maneira prospectiva em direção ao futuro. A palavra de ordem é diversidade: diversidade cultural, mas também diversidade natural ou biológica. Mas, mais do que salvá-la ou mais do que guardar os seus fragmentos, trata-se de criar condições para que ela se promova no porvir (ABREU, 2007). A conservação, vista aqui não como esterilização, mas como tornar vivo o patrimônio no seio da própria comunidade a que pertence, é apontada como um dos modos pedagógicos de utilização do patrimônio para o desenvolvimento. O desenvolvimento sustentável e real se faz em harmonia com o patrimônio, contribuindo para a sua vida e seu crescimento (VARINE, 2012).

1.3 - Museu

Do grego *mouseion*: templo das musas, a definição, a forma, o conteúdo e as funções do museu variaram ao longo dos séculos. São diversas as definições de museu

na atualidade. Além das definidas em convenções e organismos internacionais, textos legislativos ou organizações nacionais de vários países, há também as dos profissionais e estudiosos do campo. O museu enquanto objeto da museologia marcou presença na teoria da Museologia no século XX, sobretudo a partir da década de 1980.

No século XX, as definições do ICOM tornaram-se norteadoras das ações do museu e demais definições. Desde sua criação em 1946, o ICOM vem atualizando as definições de museu em consonância com a realidade da comunidade museística mundial.

Conforme os estatutos do ICOM adotados durante a 22ª Conferência geral de Viena (Austria) em 2007, um museu é:

Uma instituição permanente, sem fins lucrativos, à serviço da sociedade e aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e difunde o patrimônio material e imaterial da humanidade para fins de estudo, educação e deleite¹⁴ (Tradução nossa, ICOM, Disponível em <http://icom.museum/la-vision/definicion-del-museo/L/1/>, Acesso: 01/07/2015).

O modelo clássico de Museu respaldado na coleção, no prédio e no público visitante – museu tradicional, desenhado como caudatário e resultante, comumente, das decisões tomadas pelas camadas hegemônicas dos grupos sociais, predominante no campo museológico por longos tempos, sofreu duras críticas no final do século XX. Surgiram novos formatos e propostas alternativas de museus pautados no princípio da participação dos agentes sociais no ambiente museológico e voltadas para o desenvolvimento local: museu-território; museu comunitário; museu escolar.

Nesses modelos, a criação, a administração e o poder decisório emanam da comunidade, embora possa haver a atuação de especialistas da Museologia e demais campos relacionados (LIMA, 2012). Para Varine (2012), esses formatos de museus também apresentam alguns desvios da museologia moderna: economuseus, museus parque-temáticos¹⁵ e os museus-ladrões¹⁶.

¹⁴ “Una institución permanente, sin fines de lucro, al servicio de la sociedad y abierta al público, que adquiere, conserva, estudia, expone y difunde el patrimonio material e inmaterial de la humanidad con fines de estudio, educación y recreo” (ICOM

¹⁵ Pode-se dizer de maneira simplista que se associam ao turismo de massa e ao consumismo.

¹⁶ Os museus-ladrões podem tomar duas formas: a do museu regional ou nacional que centraliza uma parte importante (e escolhida) do patrimônio local, em um nível geográfico incompatível com a gestão desse patrimônio como recurso do desenvolvimento local; a de alguns grandes museus dos países ricos que contribuem ativamente e eficazmente à espoliação dos patrimônios comunitários e nacionais dos países mais pobres.

O momento de inovação do campo reflete o momento de complexidade do mundo, onde o museu passou a representar novas possibilidades que não apenas para representação e prestígio, mas para uso. A concepção de museu de território/ecomuseu apresentou-se naquele momento como um convite à inovação e à aproximação do indivíduo, uma vez que o museu sairia de dentro dos prédios e vitrines e passaria a ser contada e vista pelo próprio indivíduo integrante daquele espaço (SOLA, 1983).

O modelo ecomuseu já existia desde o final do século XVIII, o conceito foi criado por Rivière e nomeado em 1971 por Hugues de Varine. Para Varine (2012), esse termo provocou numerosas derivações e sentidos variados. Não há modelo, não há regra, são todos diferentes uns dos outros. Levando em conta tudo o que viu e ouviu nos últimos trinta anos, em matéria de nova museologia e de ecomuseologia, o conceito de ecomuseu em termos de serviço de desenvolvimento local parece refletir várias ideias complementares:

- Sua matéria primordial é o patrimônio global de uma comunidade ou território, não se restringindo à coleção constituída, apropriada, inalienável e a edifícios especializados;
- Sua criação toma a forma de um processo longo e lento, multiforme, que acompanha o desenvolvimento, no mesmo ritmo que este;
- É fonte de educação popular, de transmissão cultural, de abertura para o mundo e para outras culturas;
- A pesquisa e a conservação são de ação, e não um fim em si mesmo, ou obrigações e funções.

Cada ecomuseu é totalmente inovador, é sempre criado por circunstâncias absolutamente específicas, sendo instrumento de inovação sociocultural, corpo vivo e complexo.

O termo Território está ligado ao ecomuseu, que sempre é definido tendo uma abordagem multidisciplinar da relação das pessoas com o território. Os museus não devem existir apenas para fascinar o visitante, mas também para servir e interessar àqueles que fazem parte do seu entorno. Até hoje várias definições e modelos de museus coexistem, dificultando uma definição comum. O museu assumiu funções e formas diferentes, às vezes simultaneamente, às vezes separadamente ao longo dos tempos. No entanto, algumas funções devem responder à definição de museu (DESVALLÉES, 2007):

- Preservação, exploração, identificação: identificar os suportes de conhecimento, tendoem vista a exploração e a compreensão do mundo;

- Pesquisa, estudo e documentação: pesquisa na coleção – classificação, documentação, estudo do contexto e de seus componentes;
- Preservação: preservar tendo em vista a transmissão – especificidade da instituição museal. Importa ao museu gerenciar a conservação através da realização de inventários e documentação das coleções, de sua manutenção, assistência técnica e restauração quando for necessário;
- Comunicação – sinalização, interpretação direta por mediadores, exposição e publicação;
- Educação – nas instituições museais a educação é facilitada pela proximidade com as coleções. Além disso, os museus são os mais aptos a oferecer os conhecimentos sobre suas próprias especialidades: conservação preventiva, restauração e museografia;
- Caráter não lucrativo: característica que foi introduzida na definição de museu do ICOM em 1974 e que ainda hoje suscita debates. Impede que os museus se tornem lugares de lazer com fins comerciais.

No complexo panorama do mundo contemporâneo, de proliferação e de resignificação dos museus, o conceito de museu passou pela chamada “cirurgia conceitual” (CHAGAS, 2005), definições amplas onde se cabe tudo. No complexo panorama museal do mundo contemporâneo de proliferação e resignificação dos museus, destacam-se dois aspectos: a diversidade museal e a democratização da tecnologia museu.

O fenômeno da ampliação da diversidade museal trouxe a erosão das tipologias museológicas baseadas em disciplinas e acervos, o alargamento do espectro de vozes institucionais, a flexibilização das narrativas museográficas de grandes sínteses nacionais ou regionais, a experimentação de novos modelos museológicos e museográficos, a disseminação de museus e casas de memória por todo o país. A democratização da tecnologia museu implicou a apropriação (ou a antropofagia) dessa ferramenta por diferentes grupos étnicos, sociais, religiosos e familiares com o objetivo de constituir e institucionalizar as suas próprias memórias (CHAGAS, 2005, p. 20).

A definição brasileira mais conhecida a do Departamento de Museus e Centros Culturais - IPHAN/MinC - outubro/2005 e norteadora das demais normativas, articula museu ao patrimônio e o define como a instituição que cumpra as funções museológicas estabelecidas: “comunicação, exposição, documentação, a investigação, interpretação e a preservação de bens culturais em suas diversas manifestações”, incluindo o virtual.

O museu é uma instituição com personalidade jurídica própria ou vinculada a outra instituição com personalidade jurídica, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento e que apresenta as seguintes características:

I - o trabalho permanente com o patrimônio cultural, em suas diversas manifestações;

II - a presença de acervos e exposições colocados a serviço da sociedade com o objetivo de propiciar a ampliação do campo de possibilidades de construção identitária, a percepção crítica da realidade, a produção de conhecimentos e oportunidades de lazer;

III - a utilização do patrimônio cultural como recurso educacional, turístico e de inclusão social;

IV - a vocação para a comunicação, a exposição, a documentação, a investigação, a interpretação e a preservação de bens culturais em suas diversas manifestações;

V - a democratização do acesso, uso e produção de bens culturais para a promoção da dignidade da pessoa humana;

VI - a constituição de espaços democráticos e diversificados de relação e mediação cultural, sejam eles físicos ou virtuais.

Sendo assim, são considerados museus, independentemente de sua denominação, as instituições ou processos museológicos que apresentem as características acima indicadas e cumpram as funções museológicas. (Departamento de Museus e Centros Culturais - IPHAN/MinC - outubro/2005. Disponível em <http://www.museus.gov.br/SBM/main.htm> Acesso 16/09/2011)

Como toda definição, as do ICOM e do IPHAN/MinC devem ser analisadas em sua época e contexto. Embora incorporem os avanços científicos, definições normativas como estas têm fins essencialmente corporativos. Definições científicas comumente se distanciam das corporativas, trazem novos elementos, enriquecem o debate e conseqüentemente provocam mobilizações e alargamento dos textos normativos. O debate científico sobre o museu foi muito rico na segunda metade do século XX e início do XXI. Várias definições de museu surgiram nesse período. A seguir serão apresentadas algumas.

Para Van Mensch, (1992) *apud* DESVALÉES, MAIRESSE, (2013, p. 65) museu é “uma instituição museal permanente, que preserva as coleções de ‘documentos físicos’ e produz conhecimento a partir deles”. Com as funções predominantes de guarda e de pesquisa, a definição de museu de Mensch, fruto de seu contexto, estava ainda restrita ao patrimônio material.

Schärer define o museu como “um lugar em que as coisas e os valores que se ligam a elas são salvaguardados e estudados, bem como comunicados enquanto signos para interpretar fatos ausentes” (Schärer, 2007 *apud* DESVALÉES, MAIRESSE, 2013, p. 65). Ao falar de coisas e valores, estaria Schärer falando do patrimônio imaterial?

Nora (1984-1987) e Pinna (2003) definem o museu como “lugar de memória”. DESVALÉES, MAIRESSE (2013) apresentam uma definição na qual o museu é um

estabelecimento ou lugar que cumpre as funções de selecionar, estudar e apresentar “testemunhos materiais e imateriais do homem e do seu meio”.

O termo “museu” tanto pode designar a instituição quanto o estabelecimento, ou o lugar geralmente concebido para realizar a seleção, o estudo e a apresentação de testemunhos materiais e imateriais do Homem e do seu meio (DESVALÉES, MAIRESSE, 2013, p. 64).

Para Scheiner, (2007), o museu é fenômeno e engloba as instituições, os lugares diversos ou os territórios, as experiências, ou mesmo os espaços imateriais. Para essa autora, a contemporaneidade trouxe a ideia de pluralização do patrimônio, em que este apresenta várias faces, cada uma delas correspondendo a um olhar, a um modo diferente de apropriação que podem ser: a) os museus tradicionais existentes, baseados na apropriação e manutenção de referências existentes; b) as comunidades musealizadas, onde o patrimônio é operado como um valor-refúgio, por meio do qual certos grupos sociais reportam ao passado para reforçar a ancoragem identitária; c) o olhar cibernético, onde o campo patrimonial se adapta às novas tecnologias midiáticas. Dessa forma, o Museu hoje pode ser percebido como um

fenômeno, identificável por meio de uma relação muito especial entre o humano, o espaço, o tempo e a memória, relação esta a que denominaremos ‘musealidade’. A musealidade é um valor atribuído a certas ‘dobras’ do Real, a partir da percepção dos diferentes grupos humanos sobre a relação que estabelecem com o espaço, o tempo e a memória, em sintonia com os sistemas de pensamento e os valores de suas próprias culturas. E, portanto, a percepção (e o conceito) de musealidade poderá mudar, no tempo e no espaço, de acordo com os sistemas de pensamento das diferentes sociedades, em seu processo evolutivo. Assim, o que cada sociedade percebe e define como ‘Museu’ poderá também mudar, no tempo e no espaço (SCHEINER, 1999, *apud* SCHEINER, 2012, p. 18)

Para Varine (2012), o museu é considerado, em todos os países, a instituição mais representativa do patrimônio e da ação sobre esse patrimônio. O Museu pode ser um instrumento útil e eficaz de informação, de educação, de mobilização a serviço do desenvolvimento local. Um meio de administrar de modo dinâmico o patrimônio global de uma comunidade humana e de seu território. Para esse autor, o museu no sentido clássico do termo, tende a esterilizar o patrimônio para estudá-lo, protegê-lo e manipulá-lo com a finalidade de pedagogia ou de consumo cultural, uma vez que musealizar é retirar o objeto de circulação definitivamente. Varine propõe formatos alternativos de museus.

Para Sansoni (2007), chegar a um acordo sobre uma definição de museu é uma tarefa difícil e propõe algumas considerações para o desvelamento do fenômeno museu. O museu como fato surgiu e desenvolveu de uma prática para em seguida, desenvolver a teoria. Por outro lado, a multiplicidade de formas e diversidade de características atuais do museu, o transforma numa instituição extremamente larga e flexível, gerando dificuldade de consenso sobre a sua essência. Ao que parece, a evolução histórica é a chave para análise do desenvolvimento do museu. Também é preciso reportar a outras instituições, bem como aos processos de identidade, sociedade, poder, memória, esquecimento, políticos, econômicos, entre outros (SANSONI, 2007).

Além dos museus tradicionais e alternativos, têm sido criados museus no ciberespaço e no ambiente da internet – espaço web - e a partir desta nova situação deu-se o uso da denominação Museu Virtual (LIMA, 2009, p. 2). Esses museus surgiram no final dos anos 1990, no contexto da expansão da informática e da expansão museal, e é uma temática ainda muito nova e o seu conceito encontra-se em processo de construção e em articulação ao conceito de museu como pode-se observar a seguir.

Tem-se assim: *Cibermuseu*, museu no ciberespaço; e *Webmuseum*, museu na web, como exemplos do que se denomina termos correlatos, tendo em vista que um Museu Virtual é considerado um cibermuseu na medida em que se encontra situado na web. E há outras designações (menos freqüentes) como “museu on-line, museu eletrônico, hipermuseu, museu digital” (LIMA, 2009, p.6).

Além de se apresentarem nos espaços eletrônicos (sites), também é reconhecido como virtual, o museu que assim se autodenomina, “ostentando ou o termo virtual na sua designação (nome/título) ou, por outro lado, indicando este termo em qualquer parte do site permitindo, assim, reconhecer sua condição” (LIMA, 2009, p. 1).

Mesmo autodenominados virtuais, os museus virtuais se apresentam na Internet sob mais variadas formas e podem ser classificados em três Grupos Interpretativos:

- Museu Virtual: Grupo Interpretativo 1 – Museu e Coleção existentes somente no meio virtual, ou seja, sem correspondentes no meio físico.
- Museu Virtual: Grupo Interpretativo 2 – Museu e Coleção com correspondentes no mundo físico.
- Museu Virtual: Grupo Interpretativo 3 – Museu sem correspondente no mundo físico e Coleção com correspondência no mundo físico convertida digitalmente (LIMA, 2009, p. 10 – 12).

Lima (2009) classifica os três grupos apresentados acima em duas linhas e três categorias conceituais calcadas nas diferentes formas de composição dos atributos que os museus apresentam na sua constituição modeladora. A primeira (a) dizendo respeito a

criações de origem digital (sem correspondência no mundo físico); e a segunda (b) relativa aos produtos digitalizados (resultantes) de elementos existentes no mundo real (correspondendo ao mundo físico).

As Categorias A, B, e C receberam designações que refletem o formato de elaboração, de apresentação dos museus. Por conseguinte: - Categoria A - referente ao Museu e a Coleção sem correspondentes no mundo físico foi nomeada *Museu Virtual Original Digital*; -Categoria B - indicando o Museu e a Coleção com correspondentes no mundo físico, foi denominada *Museu Virtual Conversão Digital*; -- Categoria C – representando o Museu sem correspondente no mundo físico e a Coleção convertida digitalmente, foi designada *Museu Virtual Composição Mista* (LIMA, 2009, p.13).

Para Maria Piacente, os museus estão acessíveis na internet de variadas formas, entre as quais destaca três tipos básicos de web sites de museus. A primeira categoria de sites é o folheto eletrônico, cujo objetivo é a apresentação do museu. A segunda categoria de site seria museu no mundo virtual, onde a instituição apresenta informações mais detalhadas sobre o seu acervo e, muitas vezes, através de visitas virtuais. A terceira categoria é a de museus realmente interativos, onde pode ou não existir uma relação entre o museu virtual e o museu físico, mas são acrescentados elementos de interatividade que envolvem o visitante (HENRIQUES, 2004, p. 5 -7).

Nesse universo complexo dos museus – tradicional, de território, comunitários, virtual/digital - ainda cabem muitos outros modelos como o interior, cuja base conceitual é a emoção, o global, cuja base conceitual é a biosfera. “A base conceitual do museu é a espontaneidade: sem criação, não há museu” (SCHEINER, 2012a).

Palácios e palafitas, casas-grandes e senzalas, castelos e bangalôs, fábricas e escolas, escolas de samba e cemitérios, florestas e portos, terreiros de candomblé e centros espíritas, lojas maçônicas e igrejas católicas, pessoas, animais, plantas e pedras, pedaços da lua e fragmentos da alma, paisagens urbanas e rurais, campo e cidade, tudo, enfim, passou a poder ser compreendido como parte de uma museologia aplicada ou de uma museografia especial (CHAGAS, 2005, p. 19).

Nesse mundo tudo pode, pelo menos em tese, ser incluído no campo de possibilidades do museu, devido à sua capacidade de produzir metamorfoses de significados e funções, adaptação aos condicionantes históricos e sociais e à sua vocação para a mediação cultural. O museu tanto pode se constituir num campo privilegiado para o exercício de uma imaginação criadora, dispositivo e ferramenta de intervenção social como para tyrannizar a vida, a história e a cultura, sendo antropofágico, interessado em despojos, restos de culturas mortas, fragmentos. Dessa forma, “os

museus são lugares de memória e de esquecimento, assim como são lugares de poder, de combate, de conflito, de litígio, de silêncio e de resistência; em certos casos, podem até mesmo ser não-lugares” (CHAGAS, 2005, p. 18 - 20).

CAPÍTULO 2

EDUCAÇÃO, HERANÇA EDUCATIVA, MUSEUS ESCOLARES: CONCEITOS A CRUZAR O CAMINHO DA MUSEOLOGIA E DO PATRIMÔNIO

CAPÍTULO 2 - Educação, herança educativa, museus escolares: conceitos a cruzar o caminho da Museologia e do patrimônio

2.1 - Educação

A educação faz parte do dia a dia de todas as pessoas e está vinculada a todos os aspectos da vida: saber, fazer, ser e conviver. Dessa forma, está presente em todos os lugares e âmbitos da existência humana, podendo ocorrer de forma institucionalizada ou não. Para Brandão (2007, p.10), “a educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade.”

O termo educação, como os demais abordados anteriormente, sofreu modificações ao longo do tempo e se define em função de outros termos, sendo atualmente concebido de forma bastante ampla e contempla tudo aquilo que pode ser feito para e pelo desenvolvimento do ser humano.

Para Paulo Freire (2003), refletir sobre educação é refletir sobre o próprio homem e suas condições culturais. O homem é um ser inacabado, que está em constante busca. Dessa forma, a educação tem caráter permanente.

A educação é uma resposta da finitude da infinitude. A educação é possível para o homem, porque este é inacabado e sabe-se inacabado. Isto leva-o à sua perfeição. A educação, portanto, implica uma busca realizada por um sujeito que é o homem. O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém (FREIRE, 2003, p. 28-29).

Em processo contínuo de educação, o homem tende a captar uma realidade, fazendo-a objeto de seus conhecimentos, devendo transformá-la para ser mais. A educação é transformação, mudança e não adaptação do homem à sociedade. Desenvolver o ímpeto criador do homem torna a educação mais autêntica, desinibidora (FREIRE, 2003).

Assim como as demais práticas sociais, a educação e seus espaços são diversos. Existem os espaços e práticas não-intencionais, não-sistematizadas e não-institucionalizadas, configurando a educação informal. Existem também os espaços e práticas intencionais, institucionalizadas e sistematizadas, configurando a educação formal e a educação não-formal.

A Constituição Federal brasileira de 1988 aponta o desenvolvimento da pessoa e seu preparo para a cidadania e para o trabalho como princípio norteador da educação,

bem como os diferentes espaços e práticas sociais como colaboradores nesse processo. Destaca a responsabilidade da família nesse processo.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Os processos formativos do meio sócio-cultural – família, convívio com os amigos, atividades culturais, recreativas e associativas – decorrentes de processos espontâneos ou não organizados e não institucionalizadas são considerados como educação informal. Já a educação não-formal ocorre de maneira organizada e sistematizada, objetivando o desenvolvimento humano, porém fora do sistema formal de ensino. Compreendem atividades, desenvolvidas por diversos tipos de entidades e instituições da sociedade civil ou do Estado tais como museus, associações de bairro, igreja, sindicatos, partidos políticos, organizações não governamentais.

A educação formal ocorre sob a responsabilidade de estabelecimentos de ensino autorizados e tem por finalidade oferecer a educação prevista em lei para o sistema educacional. Oferecida pela escola, “a educação se sujeita à pedagogia (a teoria da educação), cria situações próprias para o seu exercício, produz os seus métodos, estabelece suas regras e tempos e constitui executores especializados” (BRANDÃO, 2007, p. 26).

O século XX tem entre suas características o triunfo do projeto de escolarização. A instituição escolar, que sofreu muitas mutações, tornou-se progressivamente ponto central de referência de toda a ação educativa nesse século. A naturalização e a persistência da configuração organizacional do estabelecimento de ensino, além de menosprezar a experiência não-escolar dos alunos, acabaram por contagiar as experiências de modalidades educativas não-escolares (CANÁRIO, 2006).

Mudança e inovação têm sido palavras-chave no vocabulário da educação desde a década de 1960. No entanto, “as escolas revelaram extremamente estáveis” (CANÁRIO, 2006, p24). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) no Brasil reconhece os vários espaços de processos formativos, mas, em sua implementação, tem priorizado a forma escolar, bem como possibilitado poucas mudanças e inovações.

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e

organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (LEI nº 9.394/96).

Gadotti (2000) apresenta duas concepções de educação formal amplamente consolidadas, a tradicional e a nova.

Enraizada na sociedade de classes escravista da Idade Antiga, destinada a uma pequena minoria, a educação tradicional iniciou seu declínio já no movimento renascentista, mas ela sobrevive até hoje, apesar da extensão média da escolaridade trazida pela educação burguesa. A *educação nova*, que surge de forma mais clara a partir da obra de Rousseau, desenvolveu-se nesses últimos dois séculos e trouxe consigo numerosas conquistas, sobretudo no campo das ciências da educação e das metodologias de ensino. O conceito de “aprender fazendo” de John Dewey e as técnicas Freinet, por exemplo, são aquisições definitivas na história da pedagogia terão um lugar garantido na educação do futuro (GADOTTI, 2000, p. 4).

Essas duas concepções de educação que têm em comum a concepção da educação como processo de desenvolvimento individual. No entanto, “o traço mais original da educação desse século é o deslocamento de enfoque do individual para o social, para o político e para ideológico” (GADOTTI, 2000, p. 4). O caráter permanente e social é a marca da educação no século XX. Apesar das desigualdades e diferenças entre regiões e países, ideias, como as de que não há idade para se educar, de que a educação se estende pela vida e de que ela não é neutra, são universalmente difundidas.

A educação formal do século XXI mantém em sua essência o modelo de escola consolidada na transição do século XIX para o século XX. Vivencia há algumas décadas o que se chama “crise da escola” (CANÁRIO, 2006). Mudanças são necessárias. É preciso transformar a escola. Que escola temos? Que escola queremos?

Escola, “do grego *schole*, que significa lazer consagrado ao estudo e também lugar onde se ensina” (SOARES, 1981, p.77). Pensada na maioria das vezes como uma abstração – lugar onde de estudo e ensino – e/ou associada a um prédio,

a escola é, antes de tudo, um lugar planejado no espaço, formado por uma estrutura arquitetônica, dentro da qual têm lugar práticas vinculadas ao processo de ensino do saber “legítimo” (FUNARI, ZARAKIN, 2005, p. 138).

Funcionando em um lugar cujo espaço está fisicamente circunscrito, a escola constitui junto com a casa, um dos lugares centrais da socialização das pessoas. Independente do seu formato e localização, “a escola possui historicidade e materialidade” (FUNARI, ZARAKIN, 2005, p. 136).

“Um dos seus traços distintivos é o facto de se tratar um espaço qualificado” (FERNANDES, 2005, p. 20). Para esse autor, a qualificação do espaço escolar dispõe de um conjunto de instrumentos - aceitação ou produção de estruturas e subestruturas educacionais, estrutura de normalização, organização do espaço escolar – que remetem-nos a duas vertentes: o enquadramento material da ação escolar e o tecido de relações interpessoais que sustenta a mesma ação. É com esse olhar crítico que se deve pensar a escola e tudo que a ela se refere.

Ao falar das perspectivas da educação para o século XXI, Gadotti (2000) aponta os ainda pouco consistentes paradigmas holonômicos - Complexidade e holismo - como uma tendência.

Esses paradigmas sustentam um princípio unificador do saber, do conhecimento, em torno do ser humano, valorizando o seu cotidiano, o seu vivido, o pessoal, a singularidade, o entorno, o acaso e outras categorias como: decisão, projeto, ruído, ambigüidade, finitude, escolha, síntese, vínculo e totalidade (GADOTTI, 2000, p. 5).

Pretendendo manter, sem superar, todos os elementos da *complexidade da vida*, os paradigmas holonômicos não são categorias novas na teoria da educação atualmente por encontrarem maior recepção do que no passado. Embora não aceitando enquadrar nos paradigmas holonômicos, as ideias de muitos intelectuais, filósofos e educadores apresentadas sob diferentes formas e significados apresentavam princípios/propostas desses paradigmas:

o “sentido do outro”, a “curiosidade” (Paulo Freire), a “tolerância” (Karl Jaspers), a “estrutura de acolhida” (Paul Ricoeur), o “diálogo” (Martin Buber), a “autogestão” (Celestin Freinet, Michel Lobrot), a “desordem” (Edgar Morin), a “ação comunicativa”, o “mundo vivido” (Jürgen Habermas), a “radicalidade” (Agnes Heller), a “empatia” (Carl Rogers), a “questão de gênero” (Moema Viezzer, Nelly Stromquist), o “cuidado” (Leonardo Boff), a “esperança” (Ernest Bloch), a “alegria” (Georges Snyders), a unidade do homem contra as “unidimensionalizações” (Herbert Marcuse), etc. (GADOTTI, 2000, p. 5).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) brasileira define no artigo 21 que a educação escolar compõe-se pela educação básica – infantil, fundamental e médio – e educação superior.

Quanto aos contextos, a educação liga-se aos saberes específicos de cada campo do conhecimento ou das ciências. Hoje se fala em educação ambiental, fiscal, para a diversidade étnica cultural, patrimonial, museal, empresarial, entre outras. Os

saberes relacionados ao contexto são mobilizados e integrados aos saberes da educação, objetivando o desenvolvimento de novas sensibilidades e a realização de novas experiências de modo de ser e viver em sociedade.

A escola ocupa papel central na educação patrimonial, apesar de essa não ser do tipo escolar, no entanto, incorporada ao papel da instituição educacional, a educação patrimonial está inserida nas propostas curriculares para a Educação Básica no Brasil, especialmente na de História. Para Varine (2012), a educação patrimonial é uma das numerosas práticas da ação patrimonial, somando-se à diversidade de métodos e agentes da educação patrimonial. Para esse autor, todas as ações que permitam à população ter consciência de viver no interior de um quadro patrimonial são importantes. Ressalta-se, também, neste contexto de educação patrimonial, a atuação teórica e prática das ações brasileiras junto às instituições museológicas e educacionais em diversos níveis de estudo, abarcando desde a fase infantil até o ensino superior.

Para Horta, Grumberg e Monteiro (1999), educação patrimonial é um processo permanente e sistemático de trabalho educacional – experiência e contato direto – centrado no patrimônio cultural, visando ao conhecimento, à apropriação e à valorização de sua herança cultural.

É um **instrumento** de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da **auto-estima** dos indivíduos e comunidades e a **valorização** da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural (HORTA, GRUMBERG, MONTEIRO, 1999, p 6).

A educação patrimonial iniciou na verdade nos museus, que, desde a década de 1970, intensificaram em vários países, suas ações educativas. No contexto específico do museu, a educação em museu ou pedagogia museal tem como objetivo principal a aprendizagem dos saberes pelo visitante.

A *pedagogia museal* é um quadro teórico e metodológico que está a serviço da elaboração, da implementação e da avaliação de atividades educativas em um meio museal, atividades estas que têm como objetivo principal a aprendizagem dos saberes (conhecimentos, habilidades e atitudes) pelo visitante (ALLARD E BOUCHER, 1998 *apud* DESVALÉES, MAIRESSE, 2013, p. 39).

Educação em museus é uma das ações do museu, o que é diferente de museus, cujo formato, objeto é a educação.

2.2 - Cultura material escolar

A renovação teórico-metodológica, pela qual vem passando a História da Educação, a partir da década de 1990 do século XX, tem colocado em foco a nova história cultural da educação, ligada à história do currículo, das instituições educativas e da cultura escolar. Nesse contexto, a escola tem se tornado um objeto de estudo cada vez mais frequente nas pesquisas desenvolvidas no país, contando com os mais diferentes enfoques de análise. Da História à Sociologia, da política educacional à prática pedagógica, cada uma dessas abordagens tem servido para colocá-la no centro das pesquisas educacionais (SILVA, 2006).

Além da documentação escrita e iconográfica produzida pelas instituições escolares, os pesquisadores têm-se voltado também para a discussão metodológica sobre as potencialidades dos materiais escolares como fontes de informação para a compreensão da cultura escolar. O interesse nesse campo tem uma natureza complexa e interdisciplinar, atualmente, abrange a história da educação, a sociologia e a pedagogia. Até então, com pouca ou praticamente nenhuma conexão, a museologia tem estado ausente nessa discussão. Alguns poucos autores como Margarida Felgueiras, Portugal, e Rita Possamai, Brasil, têm proposto essa conexão.

Novos olhares foram lançados sobre o patrimônio e a materialidade da escola e a memória dos atores educativos. Decorre daí, o interesse pela preservação da cultura material da escola, em outras palavras, pelo conjunto de artefatos materiais necessários para o funcionamento da escola envolvendo mobiliário e acessórios, infraestrutura do prédio escolar, utensílios destinados ao ensino das matérias como cartilhas, livros de leitura, mapas, globos, cadernos escolares, programas de ensino, panfletos, almanaques, mata-borrão, canetas, tinteiros, laboratórios de física e química (VECHIA, HOFF, SANTOS, p. 173-174).

Para discutir a cultura material escolar, é preciso partir, ainda que brevemente, de conceitos de acesso tais como cultura, cultura material e cultura escolar.

Em línguas, como inglês, francês, espanhol e português, a palavra cultura designa tanto o aspecto físico – cultivo do solo - como espiritual – cultivo da alma. Hoje sabemos que essa divisão é basicamente didática, pois, a manifestação do espiritual/simbólico depende da materialidade, assim como, o material/físico não existe sem o subjetivo, o espiritual. O conceito de cultura material para designar o universo físico feito, usado ou apropriado pelo homem, assim como o de cultura material escolar devem ser compreendidos nesse contexto.

A história, durante muito tempo, só teve interesse limitado pela cultura material. Campo dos arqueólogos, só a partir da escola dos Annales é que a cultura material abriu amplamente ao domínio do historiador, ainda não tendo encontrado seu espaço, nem forjado seus conceitos, nem desenvolvido todas as suas implicações. Os historiadores e arqueólogos, no geral, limitam-se a empregar a noção como se os termos pelos quais é designada fossem suficientes. “A noção de cultura material não tem valor em si; só o tem se se revelar útil” (PESEZ, 1995, p. 179 – 180). Sem a pretensão de propor uma definição decisiva e universal, para Pesez (1995) associa a materialidade à cultura.

A cultura material tem uma relação evidente com as injunções materiais que pesam sobre a vida do homem e às quais o homem opõe uma resposta que é precisamente a cultura. No entanto, não é todo conteúdo da resposta que se acha envolvido pela cultura material. A materialidade supõe que, no momento em que a cultura se exprime de maneira abstrata, a cultura material não está mais em questão. Isso designa não apenas o domínio das representações mentais, do direito, do pensamento religioso e filosófico, da língua e das artes, mas também as estruturas socioeconômicas, as relações sociais e as relações de produção, em suma a relação entre os homens. A cultura material faz parte das infra-estruturas, mas não as recobre; ela só se exprime no concreto, nos e pelos objetos (PESEZ, 1995, p.180 - 181).

Para esse autor, a noção de cultura material não pode ser tomada simplesmente na definição de cultura pelo material, pois nem todo conteúdo se acha envolvido pela cultura material. Rede (1996), também chama atenção para polissemia da expressão e do perigo de se entendê-la como um campo oposto ao imaterial.

A expressão *cultura material* é polissêmica e pode dar margem a ambiguidades. A polissemia deriva do fato de indicar tanto o objeto de estudo como uma forma de conhecimento (implicando uma proposta de método etc.). A ambiguidade atravessa os dois níveis de sentido ao deixar implícita a oposição a uma pretensa cultura imaterial (REDE, 1996, p.266 – 267).

Embora os artefatos ainda sejam um problema para os historiadores, as pontuações de Pesez e Rede datam do final da década de 1990, momento em que as discussões sobre as imbricações entre o material e o imaterial não estavam consolidadas. Essa visão já pode ser vista com maior clareza em Funari (2005) que não vê mais essa separação autoritária e arbitrária entre material e imaterial.

Autores como Baudrillard (2002) e Kopytoff (1995) têm assinalado as limitações de uma interpretação sobre os artefatos incidindo apenas em suas características e propriedades. Ulpiano Meneses (1998) chama a atenção para o fato dos artefatos

possuírem, como atributos intrínsecos, as propriedades de natureza físico-química, isto é, a matéria-prima a partir da qual são produzidos (fabricados), a forma geométrica, o peso, a cor, a textura, a dureza, etc. Tudo o mais advém do sentido historicamente atribuído aos objetos pelos grupos sociais (OLIVEIRA, 2003).

No caso do objeto pelo objeto, depara-se com o que se tem chamado, genericamente, de fetichismo. Sua característica é a transferência aos objetos (que, por definição, possuem apenas propriedades físico-químicas) de qualidades do universo orgânico (quer biológico, quer social) (REDE, 1996, p.272).

A definição de conceitos de cultura material está sempre intimamente ligada à visão que os autores têm da própria noção de cultura e circunscrevem e potencializam alguns elementos ou níveis (mente; relações sociais; comportamento; psicologia), bem como suas implicações para a equação cultural cultura material.

Para Magalhães (1998), cultura material escolar ainda é um termo que demanda refinamento conceitual, teórico, analítico e a exploração de um conjunto significativo de fontes de pesquisa, incluindo os próprios objetos. No entanto, o que se deve buscar é a compreensão da escola como projeto sociocultural. Na pesquisa, buscou-se compreender o museu – seu processo de criação e funcionamento – como um projeto sociocultural.

Os estudos sobre a cultura material escolar têm-se ampliado, mas estão praticamente restritos aos historiadores da educação. Nesse sentido, impõe-se a necessidade e a urgência de diálogo entre a História da Educação, a Arquivologia e a Museologia a fim de que se estreite e que se estabeleçam agendas comuns de trabalho visando à preservação, à documentação e à comunicação da cultura material e imaterial escolar e para os museus e arquivos escolares.

Como qualquer atividade humana, a educação escolar é portadora de materialidade e historicidade. Ao longo de sua trajetória utilizou e produziu artefatos, gestos, lugares concretos e simbólicos, vivenciou projetos pedagógicos diversos, ou seja, produziu uma cultura escolar, “conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (JULIA 2001, p. 10).

Para Viñao-Frago (1995), a cultura escolar refere-se a toda a vida escolar – o conjunto de aspectos institucionalizados do cotidiano do fazer escolar, os modos de pensar, os objetos escolares, a materialidade física. Nessa percepção, o autor apresenta duas áreas da cultura escolar, a material da ação escolar e o tecido de relações interpessoais que sustentam a ação escolar, a infraestrutura. Área encoberta no material.

A cultura da escola se desdobra em duas áreas de fundamental referência: uma que se refere à cultura material da escola, constituída pelo universo de objetos e instrumentos utilizados no exercício da atividade de ensino-aprendizagem e outra que envolve, no mesmo movimento, a relação de aprendizagem e a relação interpessoal (FERNANDES, 2005, p. 18).

Desde a criação dos primeiros museus, cujo objeto é a educação escolar, tem se priorizado a salvaguarda dos bens materiais. A cultura escolar representa um universo específico e repleto de características próprias.

A cultura material escolar envolve dois grandes elementos inter-relacionados: o edifício, ou artefato fixo, e a infinidade de artefatos móveis que estão em seu interior ou à sua volta, como lousas, mesas, carteiras, giz, retroprojetores, brinquedos e tudo o mais (FUNARI, ZARAKIN, 2005, p. 137).

Embora seja sabido que a separação entre material e imaterial é arbitrária, a preocupação em salvaguardar o que pode ser denominado como “patrimônio educativo intangível” é um movimento recente no que se refere ao patrimônio da educação escolarizada. Concebido como o “conjunto de aspectos que compõe a cultura da escola tradicional e estão intrínsecos em todos os processos relacionados com a prática educativa ao longo da história” (CABRERA, 2007, p. 4, tradução nossa)¹⁷ incluindo nesse grupo as tradições orais, as representações, práticas e expressões próprias associadas ao ato educativo escolar.

Cabrera (2007) estabelece a grosso modo três grandes categorias, nas quais se pode incluir o que denomina patrimônio educativo intangível:

1. Expressões ou representações em forma física da cultura escolar de uma determinada cultura escolar ou de uma determinada comunidade ou de um determinado momento histórico: ritos religiosos, festas escolares, uniformes, castigos, protocolos escolares, estilos ou costumes relacionados com os procesos de transmissão dos saberes, etc.;
2. Expressões individuais e coletivas que não contam com forma física: canções e melodias tradicionais de transmissão oral (didáticas ou de recreação), adivinhações, orações, instruções políticas, provérbios, trava-línguas, fábulas e adágios, expressões orais como repreensões, utilizações concretas de linguagem, expressões racistas, etc.;

¹⁷ conjunto de aspectos que conforman la cultura de la escuela tradicional y están intrínsecos en todos los procesos relacionados con la práctica educativa a lo largo de la historia” (CABRERA, 2007, p. 4).

3. Significados simbólicos e metafóricos dos objetos que constituem o patrimônio tangível, atendendo a seus aspectos físicos e a seu significado procedente de sua história.

Aqui se interessa mais especificamente aos artefatos móveis que se encontram no interior ou volta da escola que compõem os museus escolares. Conforme abordado anteriormente, esse recorte não exclui os demais. Para compreender a gênese e o funcionamento dos museus escolares através dos tempos, como se pode verificar na segunda parte deste trabalho, é preciso estabelecer relações com o artefato fixo, o edifício e com a problemática da produção e reprodução social. Na educação, os materiais são vestígios e registros das finalidades culturais da escola.

Ao recortar o universo da cultura material especificando um domínio próprio, isto é, o dos artefatos e contextos materiais relacionados à educação escolarizada, a expressão não apenas amplia o seu significado reinserindo as edificações, o mobiliário, os materiais didáticos, os recursos audiovisuais, e até mesmo as chamadas novas tecnologias do ensino, como também remete à intrínseca relação que os objetos guardam com a produção de sentidos e com a problemática da produção e reprodução social (SOUZA, 2007, p. 170).

Os museus escolares fazem e ou fizeram parte da cultura escolar dos estabelecimentos a que encontram ou encontravam vinculados. Considerados guardiões da cultura material do estabelecimento de ensino, estão repletos de significados para aqueles que vivenciam/vivenciaram suas instalações e para o próprio contexto no qual estão inseridos.

2.3 - Patrimônio histórico educativo, patrimônio educativo, patrimônio escolar, patrimônio histórico escolar: denominações para a herança educativa escolar

Os estudos sobre a herança educativa escolar são recentes e deparam com uma indefinição terminológica que transcende o âmbito linguístico, evidenciando a falta de consenso conceitual desse novo objeto e, ao mesmo tempo, revelando a consonância com o alargamento e a pluralização dos conceitos de patrimônio e museu vividos na contemporaneidade.

Encontra-se uma diversidade de denominações, quase sempre coexistentes e algumas terminologias são utilizadas com maior frequência hoje em línguas anglo-saxônicas, germânicas e românicas. Constituído do desdobrar das inquietudes do patrimônio de vida cotidiana e da demanda de atuação urgente sobre o legado da história

da educação, esse processo enfrenta o desafio de ir criando um corpo discursivo-científico próprio (CARRILLO, COLLELLDEMONT, MARTÍ, TORRENTS, 2011). O patrimônio, fruto da herança educativa escolar emerge atualmente como uma nova tendência da historiografia educativa. Tendo sido elaborada a partir das acepções conceituais que existem sobre o patrimônio cultural, o patrimônio histórico escolar, terminologia que será utilizada neste trabalho, ainda não é campo de estudo da museologia, salvo alguns trabalhos pontuais.

Em língua espanhola, tem-se encontrado, com frequência, termos, como patrimônio histórico-educativo e patrimônio educativo. Em língua francesa, comumente, se encontra o termo patrimônio escolar. No Brasil, recentemente foi proposto o termo “patrimônio histórico escolar”. Para a proponente, a “questão não é simplesmente semântica, mas diz respeito à concepção do que seja o patrimônio relativo à educação e às práticas de conservação” (SOUZA, 2013, p. 211).

Ao usar o adjetivo escolar, restringe-se a um aspecto da educação.

O adjetivo escolar é restritivo e implica a exclusão de processos, práticas e materialidades educativas para além das escolas. O uso do termo no plural – patrimônios escolares - chama a atenção para os bens materiais e imateriais, não somente para o tombamento dos edifícios, mas para a necessidade de proteção do acervo documental, museológico e bibliográfico e, por que não, dos modos de fazer e praticar o ensino. Mas, ainda assim, o foco é a escola (SOUZA, 2013, p. 211)

A acepção usual do termo patrimônio escolar retoma de maneira bastante clara as diferentes realidades da escola e da esfera escolar.

A definição do patrimônio escolar levanta polêmicas ligadas à conservação das construções arquitetônicas, ao reconhecimento de instituições escolares de comunidades culturais, à contribuição da escrita na constituição, ao lugar dos manuais escolares, ao patrimônio linguístico ou imaterial relacionado ao ensino, aos diversos caminhos de colocação em valor e as dimensões constitutivas do patrimônio da escola (MEUNIER, 2006, p. 18, tradução nossa)¹⁸.

Ao falar do patrimônio de uma instituição, falamos do patrimônio também do seu conjunto de bens materiais e humanos. O termo patrimônio histórico-educativo ou patrimônio educativo, comumente utilizado em língua espanhola é entendido como

¹⁸La définition même du patrimoine scolaire soulève des polémiques liées à la conservation des bâtiments architecturaux, à la reconnaissance des institutions scolaires des communautés culturelles à l'apport de l'écrit dans sa constitution, à la place des manuels scolaires, au patrimoine linguistique ou immatériel en lien avec l'enseignement, aux diverses voies de mise en valeur et aux dimensions constitutive du patrimoine de l'école (MEUNIER, Anik (org.). **Patrimoine Scolaire sa sauvegarde et sa valorization** Quebec, Canada: Éditions Multimondes, 2006, p. 18).

O conjunto de bens tangíveis e intangíveis que são considerados como indispensáveis para a construção da identidade histórica educativa coletiva. Referimo-nos aos bens que foram acumulados pela cultura escolar ao longo de nossa história educativa, formado pela cultura material e objetos escolares que foram utilizados na escola desde as origens de nosso sistema escolar (mapas, carteiras, manuais escolares, jogos, etc.), a cultura científica na qual se incluíram as idéias pedagógicas ou conceitos (teorias educativas, propostas de aplicações didáticas, pensamento pedagógico, métodos de ensino, princípios pedagógicos, etc.) e a cultura normativa (legislações, projetos políticos, etc.) que se tem valorizado como significativos para a memória pedagógica de um território) (COLLELLDEMONT, E. 2009 apud ROMERO, ZAMORA, 2011, p. 176, tradução nossa)¹⁹.

Pode-se perceber que as definições apresentadas acima, apesar de apresentarem uma visão mais alargada da prática educativa e em consonância com as tendências gerais do patrimônio, têm como foco a educação escolar. Concordando com Souza (2013), o termo “patrimônio histórico escolar” contempla melhor o que foi apresentado nos dois termos. Ao falar de patrimônio histórico educativo ou patrimônio educativo, é preciso levar em conta o conceito mais amplo de educação e não apenas o universo escolar. No entanto, é importante destacar que o universo escolar reflete aspectos educacionais mais amplos, não sendo possível separar completamente os aspectos. Conforme já apresentado anteriormente no conceito educação, esta existe por toda parte onde haja redes e estruturas sociais de transferência de saber de uma geração a outra, e se presentifica de várias maneiras e vários modelos. A educação escolar é apenas uma de suas práticas. “Em mundos diversos a educação existe diferente” (BRANDÃO, 2007, p. 9).

A discussão conceitual envolve não apenas o patrimônio educacional, mas também, os museus, cujo objeto é a educação escolar. Essa discussão será realizada posteriormente.

Os denominados museus de educação, como pode-se verificar a seguir dedicam-se quase que exclusivamente à educação escolar e tem os processos de ensino e de aprendizagem como eixo fundamental de sua proposta museográfica. No entanto, ensinar e aprender são processos complexos e não podem ser reduzidos ou

¹⁹el conjunto de bienes tangibles e intangibles que son considerados como indispensables para la construcción de la identidad histórica educativa colectiva. Nos referimos a los bienes que há ido atesorando la cultura escolar ao largo de nuestra historia educativa, formado por la cultura material e objetos escolares que se han utilizado em la escuela desde los orígenes de nuestro sistema escolar (mapas, pupitres, manueles escolares, juegos, etcétera), la cultura científica em la que se incluirían las ideas pedagógicas o conceptos (teorías educativas, propuestas de aplicaciones didáticas, pensamiento pedagógico, métodos de enseñanza, principios pedagógicos, etc.) y la cultura normativa (legislaciones, proyectos políticos, etc.) que se han valorado como significativos para la memoria pedagógica de un territorio (COLLELLDEMONT, E. 2009 apud ROMERO, ZAMORA, 2011, p. 176).

simplificados sem perder chaves importantes para a sua compreensão (CARRILLO, COLLELLDEMONT, MARTÍ, TORRENTS, 2011). A concepção de cultura material escolar apresentada anteriormente ilustra bem o que essa autora menciona. Outros problemas se fazem presentes no debate sobre essa temática como poderá perceber no decorrer deste trabalho.

CAPÍTULO 3

**MUSEUS PEDAGÓGICOS E MUSEUS
ESCOLARES: TÃO LONGE, TÃO PERTO DO
PATRIMÔNIO E DA MUSEOLOGIA**

CAPÍTULO 3 - MUSEUS PEDAGÓGICOS E MUSEUS ESCOLARES: TÃO LONGE, TÃO PERTO DO PATRIMÔNIO E DA MUSEOLOGIA

Os termos museus escolares, museus pedagógicos e museus de educação deparam com uma indefinição terminológica que transcende o âmbito linguístico, dificultando a identificação de museus que, por seu objeto, funcionamento e estrutura, se caracterizam como tais. Buscou-se discutir alguns usos desses termos e aspectos de sua evolução na linguagem de especialidade. Apresentar-se-á brevemente a trajetória dos chamados museus pedagógicos, museus escolares e museus de educação. Ressalta-se que os chamados museus universitários, aqueles criados e/ou subordinados às universidades e faculdades, não serão abordados.

A experiência dos museus sobre educação escolar remonta às grandes exposições universais do século XIX, destinadas, em sua maioria, a mostrar o progresso técnico vivenciado pelas potências industriais, associando-se à formação dos professores e, em muitos casos, à construção dos sistemas educativos nacionais em diferentes partes do mundo e à concepção pedagógica pestaloziana²⁰, cujos princípios centravam-se na experimentação.

Sob distintas denominações (“museu de educação”, “museu pedagógico”, “museu escolar”, “exposição escolar permanente”) surgiram na Europa e América centros que compreendiam por um lado uma biblioteca com obras de educação, legislação, documentos e, por outro, coleções de material de ensino e mobiliário escolar (LINARES, 2012. p. 55).

Entre os primeiros museus sobre educação escolar, destacaram-se os chamados museus pedagógicos e os museus escolares, fenômeno na segunda metade do século XIX e início do século XX. Ainda no século XIX, surgiram outras instituições museológicas sobre educação, tais como os museus pedagógicos universitários e os museus pedagógicos temáticos. A partir dos anos 1930, surgiram as Associações Patrimoniais e, nas duas últimas décadas do século XX, escolas e salas de aulas musealizadas e os museus virtuais de educação. Todas essas instituições contam com diferentes denominações, em diferentes lugares e contextos, conforme será discutido adiante.

²⁰ O ensino intuitivo centrado na experimentação, dando as lições de forma mais prática e viva, constituiu-se numa das importantes inovações pedagógicas da escola na segunda metade do século XIX. O método, preconizado por grandes nomes como Locke, Condilac, Rousseau, Pestalozzi, Basedow, Campe, Froebel, Diesterweg, foi tema dos mais diversos tipos de publicações, conferências e exposições da época.

3.1 - Museu pedagógico: múltiplas concepções

“Museu pedagógico” é uma expressão surgida no século XIX em um contexto específico do mundo ocidental, de línguas latinas, para se diferenciar dos museus escolares, e não possui tradução literal em línguas germânicas, anglo-saxônicas e algumas romanas. A partir da publicação do *Dictionnaire de Pédagogie et d’Instrucción Primaire*, coordenado por Buisson foi estabelecido naquele contexto o âmbito e função dos museus escolares e dos museus pedagógicos. Os museus pedagógicos eram aqueles que:

Compreendem: de uma parte, uma biblioteca de obras sobre educação, de legislação e administração escolar, assim como obras clássicas, propriamente ditas; de outra parte, de coleções de material de ensino e de mobiliário escolar (PELLISON, 1882, p. 1367 *apud* CARRILLO, COLLELLEDEMONT, MARTÍ, TORRENTS, 2011)²¹.

As necessidades econômicas de meados do século XIX impuseram necessidades de reformulação dos sistemas educativos no mundo ocidental visando à formação laboral, derivando, assim, a preocupação com o desenvolvimento da educação científica e técnica. Museus escolares e pedagógicos foram criados como um dos instrumentos dessa proposta educacional e sob distintas denominações, espalharam pela Europa e América no final do século XIX e início do século XX. Desde então, tem havido distintos projetos museológicos que têm desenvolvido modelos de gestão do patrimônio da educação conforme apresentaremos a seguir.

A diferenciação de denominações é uma questão de uso linguístico territorial, assim como de elementos conjunturais de caráter histórico, político, cultural e não somente de significado. Se retornarmos as listas de museus denominados como pedagógicos pelos estudiosos Andrews e Pellison no final do século XIX e início do XX, percebem-se várias denominações para tais museus.

Biblioteca y Museo Pedagógicos (Buenos Aires), Musée Scolaire National (Bruselas), Museo Escolar Nacional (Rio de Janeiro), Museo de Educación Nacional (Santiago de Chile), Musée Pédagogique (Paris), Cívico Museo Pedagógico e Scolastico (Génova), Museo d’Instruzione e d’ Educazione (Roma), Museo Pedagógico de Lisboa (Lisboa), Musée Pédagogique Suisse (Friburgo), Musée Scolaire Cantonal Vaudois (Lausanne), Exposition Scolaire Cantonal Permanente (Neuchâtel), Museo Y Biblioteca Pedagógicos (Montivideo), a los cuales podemos

²¹ Comprenden: de una parte, una biblioteca de obras sobre educación, de legislación y administración escolar, así como obras clásicas, propriamente dichas; de otra parte, de colecciones de material de enseñanza y de mobiliário escolar (PELLISON, 1882, p. 1367 *apud* CARRILLO, COLLELLEDEMONT, MARTÍ, TORRENTS, 2011).

añadir el Museo Pedagógico Nacional (Madrid) y el Museo Pedagógico Experimental de Barcelona (Barcelona) (CARRILLO, COLLELDEMONT, MARTÍ, TORRENTS, 2011, p. 20).

Na Alemanha, foi criado o primeiro museu pedagógico, consequência do método intuitivo de Pestalozzi que dava importância à observação dos objetos com a finalidade de melhorar a qualidade do ensino mediante a aplicação industrial. Nesse mesmo ano (1851), com a organização da Exposição Universal de Londres, foi criado o Museu Pedagógico de Stuttgart. Ressalta-se que grande parte desse tipo de museus foi criada após a realização das grandes exposições internacionais, pensadas e concebidas para mostrar as inovações da indústria e da ciência. Com o objetivo principal de divulgar as inovações da época, essas exposições, no geral, incluíam uma seção educativa, da qual deram origem a alguns museus pedagógicos. Entre 1851 e 1911 foram criadas 72 instituições desse tipo na Europa e América (LINARES, 2012).

Garcia Del Dujo (1985) aponta algumas razões para a criação desse tipo de instituição, resumidas por Linares (2012):

- As transformações políticas e econômicas que se produzem na Europa e que levam a considerar a educação como o “fator fundamental na configuração da nova ordem liberal-burguesa”;
- O processo de institucionalização do sistema escolar primário e a necessidades de melhorar as condições pedagógicas e higiênicas;
- Uma nova didática que toma as idéias de Rabelais, Comênio, Rousseau e Pestalozzi, fazendo centrar nos objetos, mas do que nas palavras (LINARES, 2012, p. 56, tradução nossa).

Concordando com as razões apontadas por Garcia Del Dujo (1985), Linares (2012) acrescenta as seguintes:

- A necessidade de construir identidades nacionais em consonância com os novos Estados Nacionais;
- As idéias positivistas que acompanharam o processo de renovação científica e técnica;
- A formação de cidadãos sob a lógica das relações de produção capitalista (LINARES, 2012, p. 56, tradução nossa).

A educação naquele momento era apontada como o caminho para o desenvolvimento e civilização dos Estados Nacionais e os museus pedagógicos vinham ao encontro destes objetivos ao cumprirem um importante papel na construção de uma identidade nacional.

Os museus pedagógicos transformaram-se de maneiras variadas ao longo do tempo e espaço em função de características – sociais, políticas, econômicas, culturais e

pedagógicas – que propiciaram a aceitação de umas e outras tendências como se pode observar no quadro a seguir elaborado por CARRILLO, COLLELLDEMONT, MARTÍ, TORRENTS, (2011, p. 25/26).

Quadro 1 - Evolução dos museus pedagógicos

Períodos		Etapas	Projeção
1850 – 1878	Antecedentes	1850 - 1857	Primeiras exposições sobre materiais e métodos educativos.
		1857 - 1878	Incipientes coleções educativas
1878 – 1931	Período de efervescência	1878 - 1931	Abertura generalizada de museus pedagógicos de âmbito nacional, regional e territorial, com tendência a musealizar holisticamente a educação.
		1900 - 1931	Incipiente criação de museus educativos temáticos dedicados a pedagogos, a âmbitos pedagógicos específicos ou a formas educativas concretas.
		1878 - 1931	Continuidade dos museus escolares, como exposição de meios didáticos.
1931 – 1986	Período de crise e revitalização	1931 - 1945	Decadência dos projetos museológicos nos contextos políticos estáveis e fechamento dos museus pedagógicos nos contextos instáveis ou ditatoriais.
		1931 - 1945	Formação de projetos museísticos em centros de documentação e investigação.
		1945 - 1960	Desorganização das instituições museísticas.
		1960 - 1972	Incidência de iniciativas museísticas pontuais.
		1972 - 1986	Início da recuperação da atividade museística sobre o patrimônio educativo.
1986 – 2009	Período de expansão	1986 - 2000	Abertura ou reorientação dos projetos museológicos, com tendência a musealizar a memória educativa.
		2000 – atualidade	Criação de redes museísticas. Surgimento de museus virtuais

Fonte: CARRILLO, Isabel. COLLELLDEMONT, Eulàlia. MARTÍ, Jordi. TORRENTS, Jacint. *Los museos pedagógicos y la proyección cívica Del patrimônio educativo*. Gijón (Austrias): Ediciones Trea, 2011, p. 26 (tradução nossa).

Os antecedentes dos museus pedagógicos (1850 – 1878) se localizam inicialmente na proliferação de feiras educativas em que se mostravam as aprendizagens dos alunos em contextos anglo-saxões e centro-europeus em meados do século XIX. Os objetivos dessas feiras e exposições eram por um lado, valorizar as práticas educativas que se estavam levando a cabo, por outro, era uma boa maneira de impulsionar melhoras nas práticas educativas. A partir desses objetivos, as feiras começaram apresentar as contribuições e inovações dos materiais didáticos com claro objetivo de promover a melhora dos sistemas educativos de recente criação. Houve também a inclusão do tema da educação e da pedagogia nas exposições nacionais e internacionais e posterior surgimento dos museus pedagógicos ou de educação e museus escolares (CARRILLO, COLLELLDEMONT, MARTÍ, TORRENTS, 2011).

A realização de feiras e exposições estava vinculada à vontade dos governos locais e as exposições nacionais e internacionais se realizavam sob o abrigo e suporte dos governos estatais. A direção dos eventos, exposições e museus se davam por nomeação direta e o financiamento dessa tipologia de museus esteve diretamente ligado a sua titularidade. Espaços próprios eram criados para abrigar feiras e exposições permanentes. Nas exposições nacionais e internacionais, a educação como tema genérico contava com espaço próprio, mas a educação científica, técnica ou artística era exposta junto à sessão de artes liberais.

Quanto aos aspectos museológicos, os primeiros projetos diferenciaram quanto aos objetivos e ao caráter das feiras e exposições. As exposições nacionais e internacionais de caráter pontual, bem como as exposições permanentes se realizaram com a finalidade de promover uma nova cultura acordada com os novos valores da sociedade industrial. Nas primeiras, a inclusão da educação, entre os temas dedicados aos aspectos sociais, deu-se como finalidade, processo e método para a promoção dessa nova cultura em desenvolvimento. Para isso, era necessário promover uma melhora extensiva e quantitativa do sistema educativo. As exposições permanentes foram continuadoras nesse sentido e propunham impulsionar a renovação pedagógica de áreas curriculares e métodos de ensino.

As feiras e exposições, bem como as exposições permanentes, apresentaram em seus projetos museológicos os propósitos da política educativa: oferecer recursos teóricos e práticos aos docentes e administradores da educação a partir dos diagnósticos do sistema e mostras das inovações educativas. A preocupação com a formação docente era o tema central dos museus pedagógicos, de tal maneira que as dimensões sociais e políticas de seus projetos eram secundárias.

A seleção de bens a serem expostos se dava mediante a adequação à finalidade de mostrar as novidades educativas e pedagógicas e tanto nas feiras quanto nas exposições (temporárias ou permanentes) eram expostos materiais escolares, materiais didáticos e bibliografia temática. A presença de livros, artigos e documentos demarcam limites bastante tênues entre biblioteca e museu. Coleções sobre temas de etapas e áreas educativas diversas fizeram presentes nesses eventos. No entanto, os temas vinculados a ciência e a técnica foram os que mais impacto tiveram na sociedade. As coleções expostas nas feiras e exposições dava-se pela contribuição das empresas e editoras nacionais e estrangeiras, uma vez que as coleções das exposições permanentes ou museus pedagógicos derivavam das feiras nacionais e internacionais.

As exposições se efetuavam tematicamente sem introduzir na museografia sequências ou cenografias. A clara vocação de serviços tanto das exposições permanentes como dos museus escolares implicou que estas instituições estivessem abertas ao público, com apresentações de mostras temporárias vinculadas a eventos nacionais ou internacionais dirigidas aos cidadãos e especialistas. Além da função expositiva, as exposições permanentes e museus pedagógicos realizavam empréstimos de livros, conferência e publicações.

O período que transcorre entre 1878 e 1931, foi de efervescência dos museus nacionais e identitários. A partir da celebração das exposições nacionais e internacionais do primeiro período e dos resultados obtidos pelos museus escolares, difundiu-se a percepção de que os museus pedagógicos eram um suporte pedagógico muito importante para os projetos de implantação ou reforma dos sistemas educativos em consolidação naquele momento. A relação entre exposições nacionais e internacionais e museus pedagógicos se mantiveram nos primeiros anos desse período. Destaca-se a abertura em 1879 do Musée Pédagogique de Paris, um claro hiato de época (CARRILLO, COLLELLDEMONT, MARTÍ, TORRENTS, 2011).

Nesse período, surgiram as primeiras legislações nacionais para proteção do patrimônio cultural e natural. A museologia focalizou na gestão e na criação de coleções e conservação de bens e adotou políticas de ampliação de coleções abertas e difusas e as exposições apresentavam coleções dispersas. Apesar de ser o momento de efervescência dos museus pedagógicos e escolares, a legislação não contemplava o patrimônio da educação. Os museus pedagógicos focalizaram na difusão pedagógica a partir da coleção de bens, criação de novos materiais ou programação de atividades de divulgação pedagógica; as exposições contavam com coleções racionalizadas; e as políticas de ampliação das coleções estiveram centradas nas inovações educativas.

Também dirigidos à investigação para a melhora das práticas educativas, começaram a aparecer nesse período os museus universitários nos Estados Unidos, cujas coleções se originaram das exposições locais ou nacionais e exposições interescolares. Nos últimos anos desse período houve também a abertura de museus pedagógicos temáticos, sob o abrigo das administrações locais, sociedades e entidades privadas, que dedicavam especificamente à difusão do pensamento de um pedagogo, ou a uma dimensão concreta da educação.

Embora a situação financeira dos museus pedagógicos e outros de educação fossem bastante instáveis, CARRILLO, COLLELLDEMONT, MARTÍ, TORRENTS (2011) apontam o aspecto direção como um dos fatores chave para a evolução experimentada nesse momento. De caráter pessoal, a direção outorgava personalidade ao museu. Nos museus pedagógicos nacionais, a seleção de diretores e equipe de trabalho se faziam mediante concurso administrativo ou nomeação. No que se refere aos museus universitários e museus pedagógicos temáticos, a direção era exercida respectivamente por professores universitários e membros provenientes da própria titularidade. As consequências diretas no plano museístico do museu se fizeram sentir na função de preservação e conservação que ficaram em segundo plano, submetidas à investigação e divulgação.

As origens dos museus pedagógicos, bem como a instabilidade econômica, foram fatores que frequentemente contribuíram para que esses museus funcionassem em espaços temporários, em edifícios adaptados, posteriormente, para abrigá-los, uma vez que não existia um planejamento para construção de edifícios para sede. Os museus pedagógicos universitários se localizavam em estabelecimentos universitários ou escolas de formação de mestres. Os museus pedagógicos temáticos possuíam localização estável em edifícios pertencentes as sociedades ou agrupamentos titulares dos mesmos.

O projeto museológico dos museus pedagógicos nacionais desse período, como o anterior tinha como objetivos prioritários o estudo e a exposição das novidades pedagógicas e didáticas. Os museus pedagógicos universitários e museus pedagógicos temáticos tinham como objetivos prioritários respectivamente exposição de novidades didáticas para fomentar novas culturas pedagógicas e estudo e exposição de abordagens temáticas. Além dos objetivos prioritários, propósitos sociais, da política educativa e formação também se fizeram presentes nos projetos museológicos dos museus pedagógicos, escolares, universitários e temáticos. No caso dos três últimos tipos de museus, não foram documentados os propósitos sociais.

Os museus pedagógicos, como no período anterior, tinham como finalidade social colaborar com a administração educativa no propósito de potencializar o desenvolvimento

industrial e cultural das nações mediante a extensão dos sistemas educativos nacionais. Quanto aos propósitos da política educativa, a promoção da educação artesanal e industrial se formalizava na globalidade do projeto. Tendo ou não propósitos de intervenção política, todos os museus desenvolveram seus projetos atendendo às necessidades de formação de mestres. Formadas por bibliografias especializadas, materiais didáticos, utensílios, mobiliário escolar, jogos, as coleções possibilitavam que museu, arquivo e biblioteca fossem consideradas partes intrínsecas de um mesmo projeto.

A exposição tanto nos museus pedagógicos nacionais, como nos museus escolares e temáticos seguiam o modelo francês que caracterizava pela vontade de racionalizar os materiais, primando pela especialização temática frente à tipológica. Nos museus pedagógicos universitários, as exposições ocorriam nos laboratórios, escolas, bibliotecas e departamentos, assim como exposições itinerantes. Vários serviços foram prestados por esses museus: exposições, conferências, publicações, atividades sociais.

O chamado **período de crise e revitalização (1931 – 1986)** coincide com o movimento de redação das primeiras normativas internacionais sobre o patrimônio cultural como a Carta de Atenas (1931) (CARRILLO, COLLELDEMONT, MARTÍ, TORRENTS (2011). No entanto, o patrimônio da educação continua ausente na legislação e normas internacionais.

A partir de 1931, houve uma conversão de muitos museus pedagógicos em centros nacionais de documentação pedagógica. O processo de desgaste de teorias pedagógicas que consideravam a necessidade de dispor de objetos para compreensão dos usos didáticos somados a indefinição entre museu e biblioteca ocorrida nos períodos anteriores começou a desintegrar-se dando origem a bibliotecas, arquivos e depósitos de materiais pedagógicos e educativos. Os museus pedagógicos, assim como os museus universitários pedagógicos, reformularam suas práticas, centrando-se na conservação e estudo da história da educação. No decorrer de suas ações, foram transformando-se em centros de conservação e investigação pedagógica nas áreas de organização escolar e investigação histórica. Os museus pedagógicos temáticos por sua vez transformaram-se em centros de estudo sobre o autor.

Os museus pedagógicos nacionais que sobreviveram e os que nasceram ficaram sob os auspícios das administrações educativas. Enquanto os museus de arte, história, ciência, etnografia passaram a depender dos ministérios da cultura e a potencializar sua função educativa, os museus pedagógicos seguiram com suas linhas próprias, limitando-se sua atividade de divulgação, centrando-se nas funções de conservação e, sobretudo,

investigação. A titularidade do museu comporta maneira de concepção diferentes dos museus, bem como projetos museísticos diferentes.

Nesse momento, também, os museus pedagógicos dependentes dos departamentos de história da educação das universidades começaram a estender-se como modelo museístico.

A instabilidade política dessa época acarretou consequências econômicas que foram sentidas, sobretudo, pelos museus de pedagogia e educação, experimentando, assim, uma redução de sua capacidade de gestão financeira. Outra mudança sentida desse período refere-se à alteração do perfil do diretor desses museus, que passaram a ser dirigidos por profissionais da área disciplinar de história da educação.

Nos períodos anteriores, os espaços de localização desses museus foram instáveis. Nesse período, experimentaram mudanças e relocações das instalações, buscando adequar-se às novas demandas e expectativas dos museus, bem como recuperar espaços emblemáticos no entorno cultural e temático para instalação respectivamente, de museus pedagógicos nacionais e pedagógicos temáticos.

Uma das transformações mais significativas ocorridas nesse período refere-se à reformulação dos projetos museológicos. “A partir desse momento, os museus transformam-se em centros de gestão do patrimônio educativo (CARRILLO, COLLELLDEMONT, MARTÍ, TORRENTS, 2011, p. 96)”. A concepção museística dessas instituições se aproxima da acepção de museu dada pela UNESCO e, ainda que de maneira bastante diversificada, se constata uma preocupação generalizada com a preservação e salvaguarda dos materiais educativos.

Bens materiais: aplicações para o ensino, equipamentos; Bens documentais: trabalhos de alunos, livros e bens gráficos e audiovisuais formaram no geral as coleções conforme especificidade de cada tipo de museu, bem como passaram a receber tratamento conforme características.

Além das exposições permanentes, os museus pedagógicos também realizam exposições temporárias e prestação de serviços educativos, conferências, publicações. Nos museus universitários e pedagógicos temáticos, a exposição das coleções e o arquivo destinam-se ao público especializado, assim como a realização de seminário, conferências e publicações. A maioria dos museus tende a expor os bens através de reconstrução cenográfica simulando aspectos da vida escolar, tais como sala de aula.

A partir de 1986, constata uma intensa atividade de expansão das instituições dedicadas ao patrimônio da educação. Além da revitalização e criação de inúmeros museus pedagógicos nacionais, museus pedagógicos universitários, museus pedagógicos temáticos, museus escolares, musealização escolas e sala de aula, assistiu-

se à aparição dos museus virtuais com a temática educativa. Importante, pensar essa tipologia de museus conforme abordado no primeiro capítulo. Também destaca o aumento de instituições patrimoniais dedicadas ao tema, entre as quais a Sociedad Española para el Estudio Del Patrimonio Histórico Educativo (SEPHE) e Swiss Association of Museums and Historical Collections of School, Childhood and Youth.

Nos últimos quinze ou vinte anos, o termo pedagógico aparece também com profusão na hora de qualificar as atividades de muitos outros museus, como os de Ciências Naturais, de Belas Artes e outros, o que causa alguns equívocos. Mas o que pode ser considerado um museu pedagógico na atualidade?

Para RUIZ BERRIO (2002), é louvável que museus como os de Ciências e outros tenham renovado e estejam atentos ao sentido pedagógico que podem ter os mesmos ou a criação de setores didáticos ou pedagógicos nos grandes museus do mundo inteiro. No entanto, é preciso diferenciar claramente um museu com produtos da natureza ou criados pela mão do homem ordenados e interpretados de maneira que crianças e jovens possam aumentar seu conhecimento qualitativamente e aperfeiçoar sua educação, de um museu constituído da herança da educação escolar de uma determinada ou várias sociedades.

Nascida em princípios do século XX por imperativos pedagógicos e como herança das atividades das elites ilustradas e do enciclopedismo, a preocupação em determinar tipos e categorias de museus não são recentes, remontam à Idade Média. Dos gabinetes de curiosidades e espécimes surgem os museus de ciência e dos tesouros de arte da realeza ou eclesiásticos, surgem os de arte, que constituirão a base do museu moderno no século XIX (ALONSO, 2001).

A classificação científica dos museus, sua codificação e fixação tipológicas têm sido uma das preocupações da museologia no século XX e início do XXI. Estudiosos do campo e instituições reconhecidas têm se debruçado sobre a questão com a finalidade de lograr uma maior especialização e funcionalidade dos museus no exercício de seus conteúdos. A partir de tais estudos, várias classificações têm sido propostas²².

Segundo Alonso (2001), o sistema de classificação de museus atualmente utilizado pelo ICOM atende a natureza das coleções e de acordo com esse sistema²³, os museus de pedagogia ensino e educação são classificados como “Museus de Ciências Sociais e Serviços Sociais. “Importante destacar que a classificação é uma teoria

²² Ver ALONSO FERNÁNDEZ, Luis. *Museología y Muesografía*. Ediciones Del Serb, 2001, cap. 5.

²³ Baseado na natureza das coleções, o ICOM apresenta oito grupos de museus: 1. Museus de Arte, 2. Museus de História Natural e Geral, 3. Museus de Etnografia e Folclore, 4. Museus Históricos, 5. Museus das Ciências e das Técnicas, 6. Museus de Ciências Sociais e Serviços, 7. Museus de Comércio de das Comunicações, 8. Museus de Agricultura e de Produtos do Solo.

implícita, ou uma hipótese sobre as características mais significativas do museu (ALONSO, 2001, p. 109). Para Álvarez Domínguez (2007), nesse caso, se substantiva a pedagogia em detrimento do adjetivo pedagógico – alusão que poderia ser feita a qualquer tipologia de museus.

Na Espanha, a expressão museu pedagógico é bastante utilizada para designar museus cujo objeto é educação escolar. É a expressão utilizada de maneira genérica para determinar aqueles museus responsáveis pelo gerenciamento do o patrimônio da educação escolar. Para CARRILLO, COLLELLDEMONT, MARTÍ, TORRENTS (2011), na atualidade, o museu pedagógico é uma tipologia de museu etnográfico, pois, ao tratar do patrimônio educativo e da pedagogia, pode ser considerado como patrimônio etnográfico²⁴.

Podemos agrupar sob o nome de museus pedagógicos todos aqueles centros museísticos que coincidem em ter como objeto museal a educação e a pedagogia, seja nas vertentes escolar, familiar ou comunitária; em ter como projeto museológico a vontade de incrementar o conhecimento sobre a educação e a pedagogia através da criação da memória pedagógica; em desenvolver atividades de preservação e conservação mediante tratamento museológico; e promover distintas atuações para difundir o acesso ao conhecimento do fenômeno educativo e discursos pedagógicos através da instituição museu (CARRILLO, COLLELLDEMONT, MARTÍ, TORRENTS 2011, p. 135).

Sob a ótica espanhola, os museus pedagógicos, instituições modernas, podem ser definidos como entidades de promoção de uma cultura pedagógica ao priorizar a educação escolar sobre a familiar ou comunitária e integrar grande parte dos projetos e ideais pedagógicos de cada época, mesclando paradigmas de atuação passados e propostas emergentes. No entanto, pode-se constatar, pelo exposto a seguir, que os museus pedagógicos integram as sensibilidades sociais de cada momento e têm uma função ideológica. “Podemos conceber a dimensão institucional dos museus pedagógicos como expressão da vontade administrativa e cívica de criar um espaço no qual potencializa uma determinada sensibilidade social” (CARRILLO, COLLELLDEMONT, MARTÍ, TORRENTS, 2011, p. 27, tradução nossa).

Para Álvarez Domínguez (2013), museu pedagógico hoje é um termo com significados múltiplos:

- Um espaço onde se dá o encontro da história escolar com o mundo da educação atual.
- Um lugar onde se expõem manifestações e expressões da memória educativa.

²⁴ Essa definição foi assinalada pelo historiador da educação Benito Escolano, 2002.

- Uma catedral pedagógica, fortificada com testemunho do passado histórico educativo.
- Uma porta de acesso ao descobrimento do passado da educação.
- Um novo instrumento pedagógico a serviço do conhecimento histórico educativo.
- Um espaço para recontextualizar e reinterpretar restos, vestígios, imagens e representações que nutrem e articulam nosso acontecer educativo.
- Espaços para musealização do patrimônio educativo.
 - A escola construída: espaço e relações sociais;
 - A escola por dentro: materiais e práticas escolares;
 - A escola refletida: imagens e testemunhos da vida escolar;
 - A escola reconstruída: passado, presente e futuro do museísmo pedagógico (ÁLVAREZ DOMÍNGUEZ, 2013).

Qualquer modelo de museu de educação é um museu pedagógico para Álvarez Domínguez²⁵ (2007) e, por sua vez, constitui um modelo metodológico para os demais museus. Para esse autor, os museus pedagógicos não são simplesmente lugares que recolhem os restos do passado histórico, cultural e educativo. É algo mais que um lugar onde armazenam, conservam e mostram diferentes objetos do patrimônio histórico educativo.

Um museu pedagógico como instituição há de ajudar na nossa formação; a dialogar, a refletir, a construir novos conhecimentos, histórias, pensamentos, diálogos, a trabalhar didaticamente, a transmitir valores; a ensinarmos, etc, sobretudo a pensar (ÁLVAREZ DOMÍNGUEZ, 2007, P.2).²⁶

Para Álvarez Domínguez (2013), o museu pedagógico tradicional ou virtual deve cumprir as funções de colecionar, identificar, documentar, investigar, conservar e exibir, ou seja, as funções atribuídas ao museu.

Independente da concepção de museu pedagógico, a do ICOM ou a dos espanhóis, nesse período, o patrimônio imaterial ganhou destaque, e sobre ele incidiram normativas e leis. Paralelo à revalorização dos museus e a outras instituições do patrimônio, a educação começou a ser incluída nas normativas do patrimônio cultural. A titularidade dos museus de educação continua sendo plural, destacando-se as administrações públicas (predominantemente), que garantem o financiamento destas

²⁵Álvarez Domínguez compartilha essa idéia com GÓMEZ GARCÍA, María Nieves (2003): “Acerca del concepto de Museo Pedagógico: algunos interrogantes”. En AA.VV. (coord.): *Etnohistoria de la escuela. XII Coloquio Nacional de Historia de la Educación*. Burgos. Universidad de Burgos, Sociedad Española de Historia de la Educación, p. 823.

²⁶Un museo pedagógico como institución ha de ayudarnos a formarnos; a dialogar; a reflexionar; a construir nuevos conocimientos, historias, pensamientos, diálogos; a trabajar didácticamente; a transmitir valores; a enseñarnos, etc.; y sobre todo, a pensar (ÁLVAREZ DOMÍNGUEZ, 2007, P. 2).

instituições. Por outro lado, são numericamente importantes os centros universitários e docentes titulares de museus.

A direção desses museus vem assumindo um caráter mais compartilhado, consensual, menos pessoal, sendo determinada por nomeação, seleção ou por vinculação a projetos de investigação, o que significa autoridade acadêmica e em alguns casos, política. A localização desses museus ficou mais estável em edifícios criados e pensados como espaços museísticos, no entanto, muitos estão localizados em salas e espaços pouco apropriados. Com os museus virtuais, muitos bens continuam nos lugares de origem e de uso.

A conservação e a investigação sobre o patrimônio educativo nacional e regional são os objetivos prioritários dos projetos museológicos dos museus pedagógicos nesse período. Já os museus universitários centram-se na investigação sobre a história da educação. Os museus pedagógicos de hoje centram sua atenção em processos de escolarização no período compreendido entre o século XIX e início do século XX. A política de ampliação de coleções se mantém, mas, diferente de épocas anteriores, se observa uma dedicação maior às coleções biográficas. No que se refere à exposição, observamos a parcialidade das coleções, mediante exposições temporárias, assim como o patrimônio imaterial vem ganhando destaque nesse novo contexto.

Seguindo as pautas internacionais sobre as funções do museu, os museus pedagógicos tratam museológica e museograficamente os elementos que configuram o patrimônio educativo e pedagógico. Além das velhas funções, os denominados museus pedagógicos assumem na contemporaneidade novas dimensões, podem ser bons espaços de comunidade e de identidades cívica. Inseridos na cidade, os museus pedagógicos têm muito a contribuir na promoção e no desenvolvimento da cidadania.

O universo dos museus pedagógicos é muito mais diverso do que apresentando anteriormente, bem como suas propostas e finalidades também, uma vez que os projetos museológicos foram orientados ao longo do tempo e do espaço de acordo com as instituições, titularidade, financiamento, objetivos.

Atualmente, o principal objetivo dos museus pedagógicos é escrever a história da educação a partir da história material da escola, ainda que outros enfoques venham surgindo. Os processos de ensino e de aprendizagem constituem os elementos nucleares da exposição nos museus pedagógicos.

3.2 - Museus Escolares

Como já abordado anteriormente, a denominação museu escolar foi estabelecida a partir da publicação do *Dictionnaire de Pédagogie et d'Instruccion Primaire*, coordenado por Buisson na segunda metade do século XIX para diferenciar-se do museu pedagógico. De acordo com esse dicionário, os museus escolares constituíam de “uma coleção de objetos, uns naturais, outros fabricados, destinados a dar às crianças ideias precisas, exatas, sobre o que lhes rodeia” (PELLISON, 1882, p. 1377 *apud* CARRILLO, COLLELLDEMONT, MARTÍ, TORRENTS, 2011).

Os museus escolares constituíam-se de “coleções de objetos e documentos diversos expostos temporariamente ou permanentemente para ilustrar as matérias ensinadas ou formar o gosto dos alunos” (FOLQUIÉ, 1976, p. 313 *apud* CARRILLO, COLLELLDEMONT, MARTÍ, TORRENTS, 2011, p. 20).

Localizados, geralmente, nas escolas, os museus escolares eram constituídos por coleções de materiais didáticos para apoiar as aulas e possuíam coleções de flora, fauna e minerais de várias procedências, modelos para as aulas de anatomia, etc. Eram constituídos também de objetos para aplicação do método “Lições de coisas”. Parte do material era adquirida pelos próprios alunos e professores ou por compra a museus pedagógicos e outras instituições (LINARES, 2013).

De acordo com DESVALÉES, MAIRESSE (2010, p. 632), museu escolar é

“Categoria de museu desenvolvida pelas escolas, dentro de uma ótica pedagógica e notadamente no século XIX, no quadro de desenvolvimento do método “lições de coisas”.

(...) Os museus escolares encontrados nos nossos dias, são, entretanto, instituições que expõem a partir de uma coleção geralmente constituída a partir dos antigos museus pedagógicos ou escolares – o patrimônio das escolas (livros, quadros/tabelas, boletins/comunicados, etc.) (DESVALÉES, MAIRESSE, 2010, p. 632, tradução nossa)²⁷.

Para Mansart, (2007), desde seu surgimento no século XIX, os museus escolares pretenderam exibir três grandes áreas do conhecimento: arte, história e natureza, embora, a última tenha obtido maior destaque.

Como os museus pedagógicos e outros, os museus escolares passaram por transformações ao longo do tempo e espaço. CARRILLO, COLLELLDEMONT, MARTÍ, TORRENTS (2011), utilizaram a mesma periodização dos museus pedagógicos para apresentar as transformações dos museus escolares.

²⁷ Catégorie de musées développés par les écoles, dans une optique pédagogique et notamment, au XIX siècle, dans le cadre du développement des leçons de chose. [...] Les musées de l'école, que l'on retrouve de nos jours, sont quant à eux des établissements qui exposent – à partir d'une collections parfois constituée par d'anciens musées pédagogiques ou scolaires – le patrimoine des écoles (livres, tableaux, bulletins, etc.).

CARRILLO, COLLELLDEMONT, MARTÍ, TORRENTS (2011) realizaram um estudo minucioso sobre aspectos dos museus pedagógicos, escolares e outros em cada fase descrita anteriormente. A seguir será apresentada uma síntese desses aspectos estudados pelos autores.

Quadro 2 - Características dos museus escolares

Períodos	Tipologia	Titularidade	Financiamento	Direção	Edifícios	Museologia Projeto	Coleções	Museografia
Antecedentes 1850 - 1878	Exposições permanentes de materiais didáticos	Administrativa: estatal, local e regional Associações de mestres locais ou nacionais	Poder local ou regional e ajuda de voluntários, Intervenção pontual do Estado.	Nomeação	Localização instável em edifícios próprios ou abrigados em instituições educativas	- Promoção e valorização das práticas industriais e artesanais; - organização de mostras de novos métodos didáticos; - apresentação de recursos práticos aos docentes visando a melhoria da sua formação didática.	- Aplicações para o ensino, mobiliário e utensílios escolares, livros pedagógicos, escolares e infantis - educação elementar ou educação secundária. - doações de empresas e incipientes projetos de coleções.	Exposição temática vocação de serviços, implicando que estas instituições estivessem abertas ao público,
1878 – 1931 Período de efervescência	Museus escolares Museus pedagógicos	Administrações locais, sociedades, entidades privadas	Instável	Direção unipessoal Provenientes da própria titularidade	Espaços temporários, em edifícios adaptados posteriormente para abrigá-los	Exposição de novidades didáticas para colaborar na melhora das práticas educativas.	Bibliografia especializada, materiais escolares e didáticos.	Seções temáticas
1931 - 1986 Período de crise e revitalização	Centros de recuperação e conservação dos espaços e fundos escolares da comunidade	Administrações educativas	Local ou vinculados a projeto de recuperação da memória	Nomeação da comunidade e académicos	Recuperação de espaços escolares patrimoniais	Recuperação do património educativo local como fonte etnográfica	Bens materiais: aplicações para o ensino, equipamentos Bens documentais: trabalhos de alunos, livros Bens gráficos e audiovisuais	Exposição total das coleções Público escolar.
1986 - atualidade Período de	Centros de recuperação e conservação dos espaços e fundos escolares da comunidade	Administração local	Públicos	Nomeação, seleção ou por vinculação a projetos de investigação	Edifícios escolares	Recuperação e conservação dos espaços e fundos escolares da comunidade	Sem definições	Exposição total das coleções e arquivos dirigidos ao público especializado

Fonte: Elaboração própria, a partir de CARRILLO, Isabel. COLLELLDEMONT, Eulàlia. MARTÍ, Jordi. TORRENTS, Jacint. *Los museos pedagógicos y la proyección cívica Del patrimonio educativo*. Gijón (Austrias): Ediciones Trea, 2011, p. 26.

Os antecedentes (1850 -1878) dos museus escolares, esses podiam ser administrados titularmente pelo poder estatal ou local ou regional. Outro modelo de titularidade comum desse período foi o desenvolvido pelas associações de mestres locais ou nacionais, cujo financiamento era bastante complicado. Embora, contando com poder local ou regional e da ajuda de voluntários, o suporte financeiro diminuía com o tempo, levando muitos museus ao fechamento, levando o Estado a intervir, em casos pontuais. Outro problema enfrentado pelos museus escolares refere-se ao espaço para funcionamento, uma vez que não contavam com uma sede própria e definitiva. Sem local estável para funcionamento, em muitos casos, estavam integrados em dependências municipais, outros, em edifícios escolares ou em espaços das associações de mestres.

Quanto ao projeto museológico dos museus escolares, os objetivos sociais; prioritários era promover a valorização das práticas industriais e artesanais. Para isso, era necessária a organização de mostras de novos métodos didáticos, bem como oferecer recursos práticos aos docentes visando à melhoria da sua formação didática. As coleções dos museus escolares eram compostas de aplicações para o ensino, mobiliários, utensílios escolares, livros pedagógicos, escolares e infantis. As etapas e áreas educativas contempladas eram a educação elementar ou educação secundária. A política de ampliação das coleções dava-se por meio de doações de empresas e incipientes projetos de coleções.

Os museus escolares, assim como as exposições permanentes, efetuavam tematicamente sem introduzir na museografia sequências ou cenografias e apresentou clara vocação de serviços, implicando que estas instituições estivessem abertas ao público, estando mais dirigidos a docentes, administradores da educação e pedagogos. Para Mansart (2007), a justificativa e conseqüente proliferação desse tipo de museu responderam em grande medida a quatro aspectos relacionados com sua organização e funcionamento:

- a) A integração de coleções não demandava custos altos, já que as mostras podiam ser obtidas em passeios e excursões escolares ou por doações;
- b) O ordenamento e preparação das peças para sua exibição recaem principalmente sobre os próprios professores e seus alunos, o que também assegura o barateamento dos custos;
- c) Ainda que se criam em função de uma escola e com fins meramente escolares, também podem ser usadas para visita do público externo;
- d) A explicação sobre a exposição quase sempre está a cargo de professores e alunos, ação que exige uma boa preparação temática e que tampouco gera gastos extraordinários (MANSARD, 2007, p. 5, tradução nossa)²⁸.

²⁸a) la integración de colecciones no tiene por qué ser costosa, ya que las muestras se consiguen principalmente em paseos y excursiones escolares o por donaciones;

O período que transcorre entre **1878 e 1931 foi também de efervescência** para os museus escolares. De singular característica, os museus escolares mantiveram suas atividades naqueles contextos políticos que não haviam iniciado os processos de centralização educativa. Dependentes de organizações locais, de associações de mestres ou de sociedades privadas, seus projetos museológicos estavam orientados para os aspectos práticos da educação. Nos entornos germânicos e mediterrâneos, muitos museus escolares foram criados sob a titularidade da administração local. Alguns governos regionais também auspiciaram museus escolares na Europa. Era bastante comum, conforme estudo de Andrews, a intervenção econômica em museus cuja titularidade era associada a docentes ou a agrupamentos privados com interesses educativos, o que não garantia a tranquilidade financeira dos mesmos.

Embora a situação financeira dos museus escolares e outros de educação fosse bastante instável, conforme abordado anteriormente CARRILLO, COLLELLDEMONT, MARTÍ, TORRENTS (2011) aponta o aspecto direção como um dos fatores chave para a evolução experimentada nesse momento. De caráter pessoal, a direção era exercida por membros provenientes da própria titularidade do museu, e semelhante ao que ocorreu nos museus pedagógicos nacionais e pedagógicos temáticos, as consequências diretas no plano museístico do museu se fizeram sentir na função de preservação e conservação que ficaram em segundo plano, submetidas a investigação e divulgação.

Os museus escolares, como os pedagógicos, funcionavam em espaços temporários, em edifícios adaptados, posteriormente, para abrigá-los e suas coleções eram compostas por bens com funções de uso pedagógico: bibliografia especializada, materiais escolares e didáticos.

Os museus escolares tinham como objetivos principais a exposição de novidades didáticas para colaborar na melhora das práticas educativas. Nas exposições potencializava elementos que sobressaiam nos projetos museológicos. Conferências e publicações eram os serviços prestados por esse tipo de museu

No chamado **período de crise e revitalização (1931 – 1986)**, as mudanças que atingiram os museus pedagógicos nacionais e universitários atingiram também os pequenos museus escolares. A partir dos anos 1970, assistiu-se à recuperação do patrimônio das escolas. “Recuperar os espaços educativos e os materiais didáticos e

b) el ordenamiento y la preparación de piezas para su exhibición recae principalmente en los propios profesores y sus alumnos, lo que también asegura el abaratamiento de costos,

c) aunque se crean en función de una escuela y con fines meramente escolares, también pueden usarse para la visita del público externo,

d) las explicaciones sobre lo exhibido casi siempre están a cargo de maestros y alumnos, acción que exige una buena preparación temática y que tampoco genera gastos extraordinarios (MANSARD, 2007, p. 5).

escolares utilizados em épocas anteriores foi também objetivo dos pequenos museus escolares do período” (CARRILLO, COLLELLDEMONT, MARTÍ, TORRENTS, 2011, p. 90). Diferente dos museus pedagógicos nacionais e universitários, a principal linha de ação dos museus escolares era a divulgação e não a investigação. Também surgiram nesse período a criação de instituições de naturezas variadas dedicadas à conservação e investigação sobre a biografia e ideias de um pedagogo.

Nesse novo contexto, os museus escolares mantiveram a filosofia de abertura para a cidadania. Mesmo estabelecendo convênios com universidades, com museus pedagógicos, a dependência desses museus com as administrações locais fez com que fossem considerados como espaço cívico de e para a cidade.

A instabilidade política dessa época acarretou consequências econômicas que foram sentidas, sobretudo pelos pequenos museus. Os museus escolares que conseguiram manter-se em funcionamento entraram num período de repouso, realizando atividades de menor alcance e visibilidade.

Outra mudança desse período foi o perfil da direção desses museus que passaram a ser dirigidos por pessoas da área disciplinar de história da educação, por meio de nomeação da comunidade e acadêmicos.

Nos períodos anteriores, os espaços de localização desses museus foram instáveis e nessa época, experimentaram mudanças e relocações das instalações, buscando adequar-se às novas demandas e expectativas dos museus.

As mudanças nos projetos museológicos foram bastante sentidas nos projetos museológicos dos museus escolares também. A recuperação do patrimônio educativo local como fonte etnográfica, visando dar identidade tornaram-se os objetivos norteadores desse tipo de museu.

Os bens que compunham as coleções dos museus escolares são fundamentalmente sobre a história da educação no território e nem sempre estão documentados. A história oral ocupa importante lugar como metodologia de documentação dessas coleções. As exposições dos museus escolares visam atender ao público escolar e no geral toda a coleção fica exposta.

Na década de 1970, no contexto da Nova Museologia, foi implantado no México, o Programa de museus escolares. Lançado pelo Instituto Nacional de Antropologia (INAH), em 1972, objetivando criar um museu em cada escola de educação primária do país. Os museus seriam criados, organizados, instalados, administrados e teriam as coleções constituídas pelas próprias crianças. Com orientações gerais do INAH, o programa enfatiza a participação no processo e tinha os seguintes objetivos:

- Obter uma larga participação voluntária da população à proteção e a salvaguarda do patrimônio cultural;
- Modificar radicalmente as referências tradicionais público-museu para fazer desse último um instrumento eficaz e popular;
- Dotar as escolas, indiretamente de auxílios didáticos (LAURRAURI, 1975)

Em 1975, cerca de 400 escolas contextos diferenciados, em 7 dos 31 estados contavam museus escolares. A pretensão era expandir o programa em um curto intervalo de tempo, oito anos, e não ter a necessidade de colocar em prática um aparelho administrativo e operacional complicado. Pouco tempo após implantação, a partir de 1975, os museus escolares como programa foi deixando de existir dando lugar aos programas de museus locais e na década de 1980 aos museus comunitários

A partir de 1986 constata uma intensa atividade de **expansão** das instituições dedicadas ao patrimônio da educação escolar. Nesse contexto, os museus escolares, localizados nos edifícios escolares, sob administração local, tornam-se centros de recuperação e conservação dos espaços e fundos escolares da comunidade. Dar identidade à comunidade através da recuperação de sua memória norteiam os objetivos desses museus e pode-se perceber que as transformações ocorridas nas ações e funções dos museus escolares se mantêm atualmente. As escolas e salas de aula musealizadas são administradas pelas próprias escolas e centros educativos, cujo financiamento, geralmente, é oriundo dos cofres públicos, sendo, portanto, instável. Exposição total das coleções e arquivos dirigidos ao público especializado continuam norteando a museografia dos museus escolares.

Álvarez Domínguez (2007), levando em conta a concepção elaborada por Henri Rivière em 1961²⁹, define museu escolar como

um estabelecimento de fato, sem uma estrutura especial, de nível modesto, com uma função exclusivamente docente, administrado por uma professora ou professor de um centro escolar e que trata simplesmente de recolher o material didático indispensável uma pequena coleção formada com reproduções de diversa índole, para ilustrar o ensino ou ensino dado pela escola (ÁLVAREZ DOMÍNGUEZ, 2007, p. 5, tradução nossa)³⁰.

²⁹ HENRI RIVIÉRE, Georges (1961): *Seminario Regional de la UNESCO sobre la función educativa de los museos* (7-30, septiembre, 1958). París, UNESCO, p. 39.

³⁰Um establecimiento de hecho, sin una estructura especial, de nivel modesto, con una función exclusivamente docente, administrado por una maestra o maestro de un centro escolar y que trata simplemente de añadir al material didáctico indispensable una pequeña colección formada con reproducciones de diversa índole, para ilustrar la enseñanza o las enseñanzas que imparte la escuela (ÁLVAREZ DOMÍNGUEZ, 2007, p. 5).

O que pode ser definido como um museu escolar na atualidade? As definições de DESVALÉES, MAIRESSE (2010) e ÁLVAREZ DOMÍNGUEZ (2007) dentre outras não atendem satisfatoriamente ao que pode ser designado como museu escolar. Ao denominar como instituições que expõem a partir de uma coleção geralmente constituída a partir dos antigos museus pedagógicos e escolares, os dois primeiros estudiosos não consideram novos formatos surgidos no final do século XX e início do século XXI. Embora considere os novos formatos, o último estudioso restringe os museus escolares à função docente, bem como sua administração pelo professor.

A Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (s.d) também apresenta a definição de museu escolar restrita à finalidade didática e oposta ao conceito de museu geral, mas, alarga-a ao considerá-lo como elemento vivo e flexível.

“A designação de *museu escolar* poder-se-á aplicar às colecções de qualquer natureza, organizadas pelo professor, no intuito de tornar o ensino vivo, objectivo e científico. (...) O *museu escolar* opõe-se, de certo modo, ao conceito geral de *museu*, pois este é o estabelecimento ou a instalação em que se catalogam e expõem objectos representativos do que se conserva como demonstração histórica de uma evolução, um conhecimento ou uma investigação, ao passo que ao *museu escolar*, mais que isso tudo, convém ser um elemento vivo e flexível (GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA, s.d, p. 275).

Dada as limitações conceituais, ancorada em Varine (2012), utilizar-se-á aqui a definição própria apresentada na introdução deste trabalho para discutir o tema o museu escolar na atualidade.

Frente às transformações conceituais, formatos e complexidade de instituições que se denominam ou que podem ser denominadas como museu escolar, este não pode ser considerado uma categoria paralela ou de oposição ao que é denominado como conceito geral de museu. Concordando parcialmente com a definição da Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (s.d), o museu escolar é um elemento vivo e flexível.

3.3 - Museus de Educação?

A denominação “Museus de educação” ou *Museum of Education* também surgiu no século XIX, no contexto de língua inglesa a partir das grandes exposições. Berrio (2002) assinala o ano de 1854³¹ e Londres como o ano e lugar de nascimento dos museus de educação. Pois foi nesse ano, na South-Kensington Museum, surgido a partir

³¹ Segundo Berrio (2002), há autores que assinalam o ano de 1857 como o do nascimento dos museus de educação em Londres.

da Exposição Universal de Londres de 1851 que se abriu uma seção de modelos destinados a servir ao ensino nacional de artes e suas aplicações na indústria. Essa seção foi se ampliando ao longo dos anos com uma série materiais úteis ao ensino de várias disciplinas, chegando a constituir um “Museu Pedagógico”.

Esse autor não desconsidera os antecedentes do século anterior para a instituição dos museus de educação. Os fatores que contribuíram para a explosão geral dos museus, no final do século, contribuíram igualmente para a instituição dos museus de educação. Nesse sentido, aponta alguns antecedentes para os museus de educação: o “Depósito real e imperial de livros e aparatos para uso das escolas primárias” aberto em Viena em 1775”; o “Jardim Botánico”, fundado em tempos de Fernando VI em Migascalientes; o “Real Gabinete de Máquinas”, instalado em Madri no reinado de Carlos III. No entanto, somente na segunda metade do século XIX se pode falar com segurança sobre museus de educação,

instituições que serão batizadas ao nascer com nomes diversos que fazem referência a educação ou a instrução primária, mas que ao final do século adotariam em sua maioria a denominação de “Museus pedagógicos (RUIZ BERRIO, 2002, p. 49, tradução nossa³²).

As primeiras denominações de museus estabelecidos no Reino Unido, Estados Unidos ou Canadá levavam o nome de *Educational Museum* e para Andrews, estudioso da temática, só poderiam ser assim denominados quando de caracterizava por:

Uma coleção de objetos exposta sistematicamente de acordo com os métodos museísticos, com a pretensão de fazer avançar a educação, tanto na formação de mestres e sua melhora profissional, ou ajudando aos responsáveis administrativos das escolas ou assistindo os investigadores das escolas ou ilustrando ao público. Seus serviços são sintetizados na frase: um museu educacional que educa observando a educação (ANDREWS, 1908, p.4 apud significado (CARRILLO, COLLELLDEMONT, MARTÍ, TORRENTS, 2011, p. 13, tradução nossa)³³.

³² Instituciones que serán bautizadas al nacer ccon nombre diversos que hacen referencia a La educación o a la instrucción primaria, pero que hasta llegar a finales del siglo adopatarán em su mayoría la denominación de “Museos pedagógicos”.

³³Una colección de objetos expuesta sistemáticamente de acuerdo com los métodos museísticos, com la pretensión de hacer avanzar la educación, tanto em la formación de maestros y su mejora profesional, ou ayudando a los responsables administrativos de las escuelas o asistiendo a los investigadores de las escuelas o ilustrando al público. Sus servicios son sintetizados em la frase: um museo educacional que educa observando la educación (ANDREWS, 1908, p.4 apud significado (CARRILLO, COLLELLDEMONT, MARTÍ, TORRENTS, 2011, p. 13)³³.

Também no entorno da língua inglesa, em meados do século XX começou aparecer a denominação de History of Education Museum, sendo ainda utilizada, atualmente, em instituições ligadas a universidades.

No contexto germânico, as expressões *Schulausstellung*, *Lehrmittelaustellung* y *Schulmuseum*, foram utilizadas para nomear tais instituições. Os dois primeiros termos faziam referência ao conceito de exposição permanente e o terceiro equivaleria ao conceito de museus escolares. A partir de 1900, o termo *Schulmuseum* passou a ter maior aceitação frente a outras formulações (CARRILLO, COLLELLDEMONT, MARTÍ, TORRENTS, 2011).

Entre os anos 1950 e 1970, a introdução da expressão *museo de historia de la educación* nos meios universitários em países ocidentais para dar nome às novas correntes museológicas que passaram a centrar sua atenção na musealização da história local, regional ou nacional da educação e de pedagogias serviu também para quebrar a polarização entre museu pedagógico e museu escolar. Em alguns casos, a clara intenção de projetar os objetivos dos museus pedagógicos fazia a recuperação da história educativa primeiro, e fazia a memória educativa posteriormente, levaram muitos museus a trocarem de nome. Apesar da variação enorme no panorama dos museus pedagógicos, a nova terminologia não chegou substituir totalmente a anterior (CARRILLO, COLLELLDEMONT, MARTÍ, TORRENTS, 2011). Nas línguas latinas, as denominações mais frequentes encontradas para esses museus são:

Quadro 3 - Denominações mais frequentes encontradas em contextos ocidentais no final do século XX e início do XXI para designar os museus de educação

Língua inglesa	Línguas germânicas	Línguas latinas	Atual gradação
Schoolhouse Museum	Schulmuseum	Museo de la [s] escuelas[s]	+
School[s] Museum	Museos de patrimônio histórico-etnográfico	Referencia al patrimônio histórico-etnográfico	
Referencias a instituições educativas históricas	Referencias a un personaje histórico relevante	Referencias a instituições educativas históricas	
Inclusion en un centro de patrimônio histórico-etnográfico		Museo de la educación	
Schoolroom Museum	Referencias a instituições educativas históricas	Referencia a la historia de la educación	
Schools Archives and Museum	Dorfschumuseum	Museo escolar	
Museum of Education		Museo pedagógico	
Referencia a personajes históricos relevantes	Archivos/museos archivo	Referencia a um personaje histórico relevante	
Museum of History of Education		Casa escolar	
School Days Museum	Schulhausmuseum	Escuela museo	
Museum School		Centro de memoria	
Inclusión en um centro patrimonial temático	Museumschule	Archivo y museo de la educación	-

Fonte: Reelaboração a partir de CARRILLO, Isabel. COLLELDEMONT, Eulàlia. MARTÍ, Jordi. TORRENTS, Jacint. *Los museos pedagógicos y la proyección cívica Del patrimônio educativo*. Gijón (Austrias): Ediciones Trea, 2011, p. 14, 16, 21

Para Alvarez Dominguez (2010), os museus de educação, como concebidos atualmente em dimensão física ou virtual são uma instituição moderna, no sentido em que nascem de uma consciência histórica e socioeducadora, de um espírito democrático e dos novos desafios e propostas ligadas a um recente repensar da história da educação. O novo museu de educação deve ser pensado como espaço vivo e de oportunidades

para a experimentação, emoção, reconstrução do conhecimento e lazer. Para isso, será necessário atender a uma série de dimensões e aspectos fundamentais que podem ser sintetizados nos seguintes termos: um lugar para aprender; um lugar para explorar e conhecer; um lugar para compartilhar e emocionar juntos; um lugar para buscar e investigar; um lugar para transformar.

Os museus de educação são espaços reais ou virtuais, em que se concentram a tradição e a cultura histórico-educativas que vem se desenvolvendo ao longo dos tempos; são atrativos, atraentes e sedutores espaços aptos para restaurar o silêncio histórico-educativo (ALVAREZ DOMINGUEZ, 2010, p. 165, tradução nossa)³⁴.

Ruiz Berrio (2002) agrupa os museus de educação existentes na Europa em cinco modelos principais, remetendo a uma perspectiva histórica e museológica diferente: “escola-museu”, “museu histórico escolar”, “museu de educação”, “museu pedagógico” e “museu/laboratório de história da educação”. É importante destacar aqui que trata-se de um olhar, a partir de um lugar de produção. O próprio autor reconhece a dificuldade da tipologia esboçada por ele, ser aceite por todos os especialistas, pois, é difícil reduzir todos os modelos de museu de educação aos modelos apresentados.

Para Ruiz Berrio (2002), os modelos apresentados pode servir ao menos, ainda que parece paradoxo, para diferenciar os museus das exposições. Deve servir ainda para distinguir com nitidez e sem menos valorizar nenhum deles, os museus da educação dos museus escolares e dos museus pedagógicos.

Pode-se dizer que a “Escola-museu” está mais associada com a história e com a identidade local. Agrupa num edifício, ele próprio significativo da arquitetura escolar de uma época, elementos representativos da história do ensino e da instituição de um determinado local ou região.

“Escola-museu” localiza os fundos correspondentes *in situ*, quer dizer, em um colégio do começo do século, que se estrutura por áreas de conhecimento; como o municipal de Gante ou o de Oslo. Nele se encontram todos os materiais curriculares, todos os livros, em uma palavra, todos os instrumentos didáticos que a escola utilizou durante uns cem anos aproximadamente; e mais, todo mobiliário de uma aula típica, incluindo a estufa (RUIZ BERRIO, 2002, p.55, tradução nossa³⁵).

³⁴ Los museos de educación son espacios reales o virtuales, em los que se concentram la tradición y la cultura histórico-educativas que há venido desarrollándose a lo largo de los tiempos; son atractivos, atrayentes y seductores espacios aptos para restaurar el silencio histórico-educativo (DOMINGUEZ, 2010, p. 165)

³⁵ Escuela-Museo, que ubica los fondos correspondientes *in situ*, es decir, en un colegio de comienzos de siglo, que se estructura por áreas de conocimiento; como el municipal de Gante ou o de Oslo. En él se encuentran todos los materiales curriculares, todos los libros, en una palabra,

Ruiz Berrio (2002) cita como exemplos de Escola-museu na Espanha: Museo de Huesca e Museu Del niño (Albacete). Quanto ao “museu histórico escolar”, pode-se dizer resumidamente que é um museu tradicional ortodoxo, constituído por um prédio e coleção voltados para a história da educação escolar.

O qual, é uma construção arquitetônica intencionada, exhibe o mais característico das grandes eras pedagógicas, com cuidado primoroso, mas também com um caráter estático. Seu exemplar extraordinário seria o museu da Comunidade de Ieper (RUIZ BERRIO, 2002, p.56, tradução nossa³⁶).

Nesse tipo de museu, todo o material e exposição obedecem a princípios e técnicas de museologia, apresentando cenas escolares, segundo uma concepção de história evolutiva/cronológica.

O “museu da educação” pode ser definido como:

Instituição que com critérios e técnicas modernas une a narração serial dos principais modelos de aula desde a Idade Média com exposição particularmente dedicada aos métodos pedagógicos (Froebel, Montessori, etc.), ou aos diferentes instrumentos utilizados nas aulas. Um precioso exemplo é o Museu Municipal da educação da cidade de Rotterdam (RUIZ BERRIO, 2002, p.57, tradução nossa³⁷).

O “museu pedagógico”, aqui visto como uma categoria de museu de educação é

o que combina uma exposição de história da educação com uma atividade sistemática de documentação e investigação pedagógica. Efetivamente, seria o herdeiro atual dos museus pedagógicos do século XIX. Pode-se citar como exemplo o Museu Universitário de Gent na Bélgica (RUIZ BERRIO, 2002, p.58, tradução nossa³⁸).

todos los instrumentos didácticos que la escuela utilizo durante unos cien años aproximadamente; es más, todo el mobiliario de un aula típica, incluyendo la estufa. IDEM

³⁶ O qual, en una construcción arquitectónica intencionada, exhibe lo más característico de las grandes eras pedagógicas, con un cuidado exquisito, pero con un carácter también estático. Su ejemplar extraordinário sería el museo de la Comunidad e Ieper.

³⁷ Institución que con criterios y técnicas modernas une a la narración serial de los principales modelos de aula desde el medievo las vitrinas reservadas particularmente a métodos pedagógicos (Fröebel, Montessori, etc.), o a los diferentes instrumentos utilizados em las classes. Um precioso ejemplo es el municipal de la ciudad de Rotterdam.

³⁸ en el que se combina una exposición de historia de la educación con una actividad sistemática de documentación e investigación pedagógica. Efetivamente, sería el heredero actual de los museos pedagógicos decimonónicos. Un ejemplo magnífico sería el de Museo universitario de Gante.

Segundo o autor acima, esse museu não é o maior em tamanho e número de peças, mas o seu centro de documentação contempla particularmente a história da educação belga e em geral a educação europeia.

Para Ruiz Berrio (2002), o “museu/laboratório de história da educação” seria o modelo ideal de museu para o século XXI. Pode-se enquadrar nessa tipologia, o museu que foi capaz de conservar livros e materiais do passado escolar, por sua vez um autêntico centro de construção da história da educação.

Possui carácter dinâmico oferecendo, em temporadas, sucessivas exposições monográficas sobre temas diversos, eleitos em virtude de seu interesse atual para a comunidade, que, por sua vez, promovem importantes investigações históricas (RUIZ BERRIO, 2002, p.59, tradução nossa³⁹).

O Museu Nacional da França, localizado em Rouen, é apresentado por Ruiz Berrio (2002) como exemplo destacado dessa tipologia. Funcionando em edifício próprio – histórico-medieval – suas exposições giram em torno das questões escolares que podem ter interesse especial no momento e na sociedade presente. Também uma série de investigações científicas sobre a história da educação, relacionando-as com as exposições ou com outras temáticas paralelas.

É importante salientar que esse agrupamento leva em conta o panorama europeu e não se aplica a todos os museus de educação da Europa e de outras partes do mundo. Outras proposições coexistem. Em Portugal, Felgueiras (2010) classifica os museus de educação escolar em três categorias: o museu pedagógico, o museu escolar e o museu propriamente de educação. Os museus ligados à educação são aqueles que tratam de aspectos da história da educação numa determinada região; os museus pedagógicos são espaços que permitem o estudo e a comunicação do acervo da história da educação e os museus escolares são constituídos pelo acervo de uma determinada escola.

Outra denominação que merece discussão mais aprofundada é a definição de “Ecomuseu escolar”, uma reflexão proposta em 1997 pelo professor Escolano, na Espanha, para denominar espaços depositários da memória e da micro-história da escola, de modo que ajudam a reconstruir o passado educativo do próprio território, denominado por ele de “ecohistória pedagógica”.

³⁹ Caracterizado por un carácter dinâmico, ya que ofrece en temporadas sucesivas exposiciones monográficas sobre temas diversos, elegidos em virtud de su interes actual para la comunidad, a la vez que promueve importantes investigaciones históricas.

fruto de la investigación y dentro del paradigma de la investigación-acción han surgido la incorporación de la memória a los contextos en que los profesores desempeñan su actividad (lãs escuelas) y los círculos em los que llevan a cabo su reciclaje profesional (centros de profesores) o encauzam sus relaciones sociales (organizaciones societárias). En las sedes de estos establecimientos se crea um espacio de reserva para archivar los textos, los objetos y la palavra, em espacio de memória que archiva las huellas e los testimonios educativos procedentes de um entorno abarcable, el que rodea a la institución (A. ESCOLANO, Benito. 1997, p. 12 -13 *apud* ROMERO, ZAMORA, 2011, p. 190).

3.4 - A Emergência da Educação Escolar como Patrimônio Cultural e Objeto de Museu

Conforme abordado nos capítulos anteriores, os termos museu, patrimônio, museu escolar, bem como outros específicos do campo da museologia e da educação encontram-se em construção e expansão, portanto, abertos e em discussão.

Também já mencionado, a partir da segunda metade do século XX, deu-se uma expansão do conceito de patrimônio abarcando objetos de investigação novos e um aumento e uma diversificação dos museus, bem como a revisão de seu conceito e funções, respondendo a uma demanda de musealização de outros aspectos da cultura para outros setores sociais.

Para Felgueiras e Soares (2004), essa necessidade museológica é contemporânea da atenção dada à vida cotidiana, que toma relevo como aspecto revelador da sociedade. Também resulta do questionamento dos modelos baseados na ciência e procura tornar visíveis grupos ou aspectos minoritários da sociedade. Para esses autores, os museus tornam-se espaços de afirmação da identidade nacional e funcionam na comunidade internacional como garantia de um certo *status* de civilidade e reconhecimento de sua cultura local. Tal fato deve-se levar em conta que os museus, ao longo de sua história, são espaços que reforçam ou mesmo constituem uma memória social comum à nação, ou grupo.

O cotidiano deixa de ser o irrelevante para se tornar, do ponto de vista epistemológico, o meio através do qual se resgata a agência humana, com o seu conjunto de potencialidades, liberdades, dependências e constrangimentos. É porque metamorfoseamos o conceito de cotidiano que aspectos como a moda, o telefone, a eletricidade, os transportes, a água, o azulejo, o brinquedo ou a educação se tornam matérias museográficas (FELGUEIRAS, SOARES, 2004, p. 109).

Como qualquer atividade humana, a educação escolar também utilizou e produziu artefatos, gestos, lugares concretos e simbólicos que alojaram e integraram a sociedade

e a mentalidade de cada época, deixando, assim, a sua herança. Nos anos 1960 e 1970, a educação ganhou relevo e a massificação impôs transformações nos sistemas de ensino por toda a Europa. Esse cenário abriu espaço para a história da educação e consequente necessidade de preservação da herança educativa. Uma explosão de museus na Europa, procurando salvaguardar e mostrar os mais diversos conteúdos, atingiu o campo educativo a partir dos anos 1980, destacando Alemanha, Holanda, Reino Unido, Áustria e França. A partir dos anos 1990, assistiu-se a um movimento de criação de museus escolares em Portugal⁴⁰ e Espanha. “Foi um movimento que polarizou as necessidades de identidade social e de democratização cultural” (FELGUEIRAS, 2005, p. 97).

A consciência da mudança levou a um cuidado particular com a constituição de coleções, guarda de espólios e também a criação de novos museus da educação. (...)

Os museus aparecem como os lugares privilegiados para a recolha, conservação, estudo e exposição desses artefatos do passado educacional. [...] Os museus em geral, como instituições culturais que no passado estiveram vocacionadas para as elites, são questionados e tendem a abrir-se a outros setores sociais, inserindo-se progressivamente no campo das indústrias culturais e também no desenvolvimento local (FELGUEIRAS, 2011, p. 74 – 75).

Trata-se dos “novos museus” de educação, que se diferenciam claramente de seus antecessores, os museus pedagógicos, surgidos na segunda metade do século XIX (CARREÑO, 2008, p. 75)⁴¹. Diferentes instituições, desde centros de investigação histórica vinculados a universidades, administrações educativas locais, regionais e estatais e também iniciativas de fundações, organizações e instituições privadas, vêm assumindo atividades de preservação da memória educativa (CARRILLO, COLLELLDEMONT, MARTÍ, TORRENTS, 2011).

Para Viñao Frago (2011), a história da cultura material das instituições educacionais é um setor em auge há mais ou menos uma década na Espanha e fora dela. Estudos, projetos de investigação, exposições, congressos, seminários e encontros científicos têm tratado o tema. A esse setor se une uma floração de museus e sociedades mais ou menos interessadas ou preocupadas com a conservação, catalogação e estudo

⁴⁰ Em Portugal, até ao presente, não se logrou criar um grande museu; apenas se desenharam projetos, investigação, além de algumas exposições. O Museu Escolar, em Marrazes, e a sala museu Oliveira Lopes, em Válega, são os projetos melhor sucedidos. (FELGUEIRAS, 2005, p. 98)

⁴¹ Se trata de los “nuevos museos” de educación, que se diferencian claramente de sus antecesores, los museos pedagógicos, surgidos en la segunda mitad del siglo XIX (CARREÑO, 2008, p. 75).

do patrimônio histórico-educativo. Para esse autor, trata-se de um movimento acadêmico e social.

Segundo Morgarro (2013), esse movimento internacional de preservação e de valorização do patrimônio da educação, nomeadamente no espaço europeu, tem ganhado uma relevância crescente nos campos científicos da educação e da história, bem como a consolidação de instituições museológicas dedicadas aos mesmos temas.

Articulando linhas de investigação, neste domínio, com iniciativas de grande fôlego que conferem visibilidade á história da escola e ao património da educação em vários países, surgiram publicações cujos autores pertencem a várias comunidades científicas e estão simultaneamente, nos respectivos países, ligados a projectos de criação e consolidação de museus de educação, alguns de impacto internacional (MORGARRO, 2013, P. 69).

Para Mogarro (2013) é um movimento transnacional que exprime modalidades simultaneamente convergentes e específicas de perspectivar o patrimônio educativo e a cultura escolar entre os diferentes países. Essa autora destaca alguns estudos em países europeus:

- França: obra coletiva de referência sobre o patrimônio da educação nacional (Alexandre-Bidon, Compère, Gaulupeau, 1999) articulada com a ação desenvolvida pelo *Musée National de l'Éducation* (Rouen), que integra o *INRP – Institut National de Recherche Pédagogique* e estudos de (Belhoste, Gisbert, Hulin, 1996), a par do desenvolvimento de projetos de salvaguarda dos materiais científicos, no contexto da articulação destes com os métodos pedagógicos;
- Em Espanha: obras de (Escolano Benito, 2007; Escolano & Hernández, 2002; Ruiz Berrio, 2006, 2000) inserem-se nesse movimento de investigação e também conduziu à criação de uma rede significativa de museus pedagógicos, escolares e sobre a infância, destacando-se o CEINCE-Centro Internacional de Cultura Escolar, dirigido por Escolano Benito;
- Norte da Europa (Bélgica, Holanda, Grã-Bretanha, etc.): estudos sobre a materialidade da escola por comunidades científicas articulando esta dimensão com investigações sobre a realidade na sala de aula (a *blackbox* do sistema educativo) e as práticas pedagógicas (Lawn & Grosvenor, 2005; Lawn & Grosvenor & Rousmaniére, 1998; Depaepe & Simon & Catteeuw & Dams, 2005; Depaepe & Simon, 2005).

Viñao-Frago (2011), como Mogarro (2013) destaca os estudos sobre a temática e assinala também a constituição de sociedades ou grupos especificamente dedicados a esse tema como Sociedad Española para el Estudio Del Patrimonio Histórico-Educativo

(SEPHE), criada em 2003. Destaca também os financiamentos de investigação sobre a temática e a criação de museus pedagógicos e centros sobre a memória educativa. Para esse autor, o furor comemorativo que caracteriza boa parte da produção da memória educativa vem abrindo espaço para o que chama de furor patrimonial e museístico.

Para Carreño (2008), transformações importantes explicam esse movimento: novas tendências historiográficas que se fixam nas práticas culturais; o atual processo de globalização dos movimentos pela recuperação da memória e as transformações produzidas na própria ciência dos museus.

Para Viñao-Frago (2011), o auge do patrimônio histórico-educativo e do crescimento de museus ligados ao mesmo deve-se ao crescente número de pessoas ou grupos interessados no tema, o que gera sua conservação, estudo e difusão. Para esse autor, dois usos do patrimônio e da memória ligadas ao mesmo explicam esse auge do tema: o uso nostálgico do patrimônio nas sociedades de escolarização geral; e o que chama de perspectiva científica, ligado a investigação histórica.

Sabe-se que o número de instituições museológicas dedicadas ao patrimônio educativo na atualidade é crescente. Apesar das dificuldades de se obter cifras exatas do número dessa tipologia de museus, reconhece-se que a maioria concentra-se nos países ocidentais, mais especificamente em países europeus – em torno de quatrocentos -, e que cerca de três quartos são instituições criadas ou recuperadas em alguns casos nas últimas três décadas (BERRIO, 2010).

Relativamente jovens e sob diferentes denominações – “Museus da escola”, “Museu Pedagógico”, “Museus de História da Educação”, “Museus escolares” –, esses museus, cujas coleções centram-se em materiais de ensino e da pedagogia surgem motivados pela necessidade de documentar e interpretar a escola no passado para poder compreender o presente e projetar o futuro. Muitos mantiveram continuidade desde suas origens como museus pedagógicos, mas seus objetivos e funções transformaram-se ao longo do tempo (LINARES, 2012).

Apesar de ser um movimento ainda incipiente, pode-se destacar algumas experiências bem sucedidas nesse campo dos museus no mundo.

o Museo Virtual de La Gestión Educativa e Escolar, criado na Argentina em 1883 e, atualmente, transformado em Museu Virtual; The Toy Museum, em Coventry, Reino Unido; Museu Escolar Basco (S. Sebastian, País-Basco, Espanha); Projeto Minha Escola – Memória Viva, 2007, financiado pela Fundação Carlos Chagas; Museu da Escola de Minas Gerais, BH; Museu Vivo da Escola Primária no Porto, 2004, e em diversas outras localidades de Portugal, Espanha, França e Itália (VECHIA, HOFF, SANTOS, p. 174).

Na América Latina, esse fenômeno de valorização do patrimônio histórico escolar também vando crescendo. Segundo Meneses (2014), um movimento em prol dos arquivos documentais organizados em suas instituições de origem vem ocorrendo em países como Argentina e México⁴². Destaca também a organização de Museus de Educação Argentina, Colômbia, Chile, Uruguai, entre outros.

Para essa autora, no Brasil, esse movimento advém das Universidades, com projetos de investigadores ou grupos de pesquisas em prol da recuperação dos acervos nas instituições de origem e enfrenta a falta de políticas públicas que possam garantir o desenvolvimento e a continuidade desses trabalhos, sobretudo, a difusão de seus resultados às comunidades escolares. Quanto às propostas de organização de museus; algumas iniciativas que pareciam ter vingado e que se desestruturaram pela falta de políticas de proteção a esses espaços, como o Museu da Escola de Minas Gerais e o Museu da Escola Catarinense.

As instituições museológicas virtuais/digitais dedicadas ao patrimônio da educação também têm crescido bastante e têm sido objeto de estudo, sobretudo entre os espanhóis, destacando-se – Pablo Álvarez, Eulàlia Collelldemont, Yanes e Peña.

A diversidade de denominações para os museus de educação e pedagogia não está concluída, no entanto, pode-se verificar que algumas são utilizadas com maior frequência hoje em línguas anglo-saxônicas, germânicas e românicas. O quadro a seguir, elaborado por CARRILLO, COLLELLDEMONT, MARTÍ, TORRENTS, (2011), demonstra a diversidade de denominações quase sempre coexistentes para definir e identificar os museus que têm por objeto museal a educação e a pedagogia.

⁴²São projetos desenvolvidos partir de iniciativas advindas dos Ministérios que buscam, ou já buscaram, organizar os acervos nas instituições com a participação de suas comunidades.

Quadro 4 - Nomes majoritariamente usados hoje em línguas anglo-saxônicas, germânicas e românicas para designar os museus de educação e pedagogia.

Museos sobre la educación y la pedagogía	Denominaciones	Objeto museal
	Museo de [la] Educación Museum of Education Musée de L'Éducation Museo dell'Educazione	Incidencia en exposiciones sobre los procesos educativos de enseñanza-aprendizaje. Incluyen exposiciones históricas y actuales.
	Museo Escolar/ museo de las escuelas School Museum Skolemuseum Schulmuseum Musée de l'École	Indidencia en exposiciones sobre la historia de la escuela em um determinado território, nacional, regional o local. Se utiliza también para denominar museos creados com finalidades didáticas, ubicadas em instalaciones escolares.
	Museo de Historia de la Educación History of Education Museum Museum of History of Education Musée de l' Histoire de l'Education	Incidencia en exposiciones sobre la historia de la educación, com predominância de la historia escolar, las disciplinas curriculares y los procesos de enseñanza-aprendizaje.
	Museo Pedagógico/Museo de Pedagogia Museo Pedagógico Museu Pedagógico	Incidencia en los aspectos de transformación del conocimiento pedagógico y educativo a través de las aportaciones derivadas del estudio del patrimonio educativo. Denominación utilizada también como genérico de los museos sobre la educación y la pedagogia en el Estado Espanhol.
	Museo de la Enseñanza Musée de l'Enseignement	Incidencia en la historia de los procesos de enseñanza.
	Otras denominaciones con referencia al patrimonio educativo	Incidencia en el estudio e interpretación del patrimonio educativo presente em las colecciones.
	Otras denominaciones con referencia a pedagogos específicos	Incidencia en la biografía y portaciones de pedagogos y pedagogas insignes.
Denominações genéricas con referencia al ámbito territorial del museo	Inclusión de escenografías educativas, majoritariamente escolares, em museos de historia y sociedad.	

Fonte: CARRILLO, Isabel. COLLELDEMONT, Eulàlia. MARTÍ, Jordi. TORRENTS, Jacint. *Los museos pedagógicos y la proyección cívica Del patrimônio educativo*. Gijón (Austrias): Ediciones Trea, 2011, p. 22

Para Felgueiras (2011), as várias denominações - Salas-museu, centros de memória, centro de recursos, museus da escola, da educação ou pedagógicos - são as formas institucionais ou organizativas que têm sido encontradas para responder à necessidade de conservação e divulgação da herança educativa.

Além de instituições museológicas, estudos, eventos científicos vêm sendo organizados nos países ocidentais, em especial os europeus, destacando-os

expressando essa mesma realidade, incorporando o tema em problemáticas mais gerais ou ocupando-se especificamente dele. A Espanha tem-se destacado nesse aspecto. A América tem entrado nesse debate. Canadá, Argentina, Brasil e outros começam atentar para a questão.

A temática sobre o patrimônio educativo começa a ganhar espaço no Brasil. Entre as atividades mais específicas, destaca-se a realização do I e IV Simpósio Iberoamericano História, Educação, Patrimônio Educativo em 2012 e 2015 respectivamente na Faculdade de Educação, UNICAMP, e Centro Paula Souza organizado pelo CIVILIS, Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação Cultura Escolar e Cidadania da UNICAMP. Esse grupo também gerencia uma lista de investigadores envolvidas com o patrimônio educativo, a Rede Iberoamericana para investigação e difusão do patrimônio histórico-educativo (RIDPHE). Tendo iniciado suas atividades como lista de discussão a partir de 2008, a lista hoje congrega cerca de 200 investigadores - Portugal, Espanha, de vários países da América Latina e de diferentes estados brasileiros - que, de alguma forma, estão envolvidos com a temática do Patrimônio Histórico Educativo.

A patrimonialização dos bens culturais da educação escolar começa a atrair a atenção de estudiosos e profissionais ligados ao patrimônio e aos museus. No entanto, ainda depara com muitos desafios. Meunier (2006), ao tratar do patrimônio escolar, em Quebec, Canadá aponta que os bens culturais que o constituem não são identificados e nem reconhecidos como um valor patrimonial, não são colocados em igualdade a bens de outros domínios. A atenção dada ao patrimônio escolar ainda não passou da esfera privada (pessoas, comunidades, municipalidades) à esfera coletiva. Para essa autora, esse tipo de patrimônio não se beneficia atualmente do interesse da coletividade. Destaca ainda os esforços louváveis de certas pessoas e comunidades de ensino religioso que conservam e preservam frações do patrimônio escolar.

Para Meunier (2006), muitos esforços têm-se empreendido para a preservação do patrimônio militar, político, econômico, natural e religioso, no entanto, ainda não há muito conhecimento da importância de preservar seu patrimônio escolar. No entanto, para essa estudiosa, as preocupações normativas, arquitetônicas, urbanas, rurais e sociais expressas nos diversos países ocidentais acerca do patrimônio escolar se não têm permitido a valorização, pelo menos, têm atraído a atenção para o tema. As questões em torno das diversas dimensões do patrimônio escolar parecem com certeza cruciais e atuais, mas permanecem, pelo menos, diante de outras, ignoradas e negligenciadas.

Em Portugal e no Brasil, as pesquisas sobre a memória da escola, a procura e guarda de acervos foram introduzidas na historiografia na década 1990.

Simultaneamente, tornou-se mais visível e premente, aos olhos dos historiadores, a necessidade de intervenção cívica para a sua salvaguarda, originando, de forma interligada, arquivo, biblioteca e museu destinados tanto ao estudo como à guarda, tratamento e divulgação das fontes documentais.

No Brasil, a multiplicidade de iniciativas envolvendo o patrimônio educativo – criação de museus e centros de documentação e memória, realização de encontros científicos, formação e iniciativas grupos de pesquisa – atestam o nascente interesse da temática no País. No entanto, as políticas de preservação desse patrimônio e o envolvimento de outros campos de atuação como a museologia ainda precisam avançar muito.

Mas, disso, convém reter, ao menos, o seguinte: é preciso avançar no que diz respeito ao debate político acerca da preservação desse patrimônio e, ainda, de não menor importância, avançar na reflexão que se pergunta qual o sentido dessas práticas de salvaguarda do patrimônio escolar; quem se beneficia dessas iniciativas e qual é o papel dos historiadores da educação (SOUZA, 2013, p. 210).

“Outra questão importante para o debate diz respeito à seleção dos bens educacionais a serem preservados” (SOUZA, 2013, p. 211). Historicamente, os processos de construção patrimonial têm sido associados fundamentalmente aos tempos do Estado-Nação, vinculados à sua utilização como recurso de unificação deste. A seleção de bens (culturais, históricos e artísticos) determinada pelos interesses desse Estado (e suas classes hegemônicas) usualmente não tem contemplado a nação real (ROTMAN, CASTELLS, 2007).

Para Varine (2012), os critérios acadêmicos e estéticos são os mais utilizados para a seleção do que deve ser considerado patrimônio, não se levando em conta a comunidade que o originou e o detém. O inventário tecnocrático e científico, classificação/tombamento são apresentados como meios pouco eficientes nesse sentido. No Brasil, como no Canadá, a atenção dada ao patrimônio histórico escolar ainda está concentrada na esfera privada (pessoas, comunidades, municipalidades) como será abordado na segunda parte deste trabalho. Resultado de ações pontuais, nesse caso, ao que se parece, leva-se em conta interesses específicos de grupos específicos. Dessa maneira, impõe-se uma discussão aprofundada sobre o que deve ser preservado, como, para quê, para quem e a quem compete fazê-lo (SOUZA, 2013).

A preservação desse patrimônio é questão também delicada, demanda definições articuladas sobre a natureza do patrimônio histórico escolar e as melhores formas de sua proteção. Para isso, é necessário levar em conta a especificidade dos patrimônios

históricos escolares, o que por sua vez demanda diálogos numa perspectiva integradora entre os vários campos envolvidos.

Ao que parece, a inexistência de um diálogo mais efetivo entre história, educação como objeto de museu e museologia levou, por parte de alguns estudiosos, à proposição de uma Museologia da Educação entre os espanhóis. É importante destacar que a educação como prática de ação e consequente debates está presente nos museus desde a segunda metade do século XX.

A museologia da educação é a relação entre os conceitos de “museu” e “educação” equivalente à relação que existe no debate da cientificidade da “museologia”, entre o que chama a autora, suporte e nosso campo de investigação (ROMERO, ZAMORA, 2011, p.187, tradução nossa¹).

No entanto, a Museologia não apresenta categorias de atuação ou de estudo. Existe Museologia. Por ser um campo em construção e expansão, novos objetos vêm sendo incorporados. O patrimônio da educação escolar, a gastronomia entre outros, constituem novos objetos de investigação da museologia e do patrimônio.

Os artigos sobre patrimônio têm assinalado frequentemente a vinculação do patrimônio com a identidade; também têm marcado a capacidade do patrimônio para representá-la e a sua utilidade na construção e na reprodução dessa identidade. Entretanto, na atualidade, o patrimônio não se relaciona somente com processos identitários em escala nacional, mas também, em igual ou maior medida, com processos identitários em nível local, implicando distintos coletivos sociais (ROTMAN, CASTELLS, 2007). E é nesse sentido que se tem que pensar o patrimônio da educação escolar.

CAPÍTULO 4

**MUSEUS ESCOLARES:
UMA HISTÓRIA SER (RE)CONTADA NO
BRASIL**

CAPÍTULO 4 - MUSEUS ESCOLARES: UMA HISTÓRIA SER (RE)CONTADA NO Brasil

4.1 - Introdução

Para se falar de museus pedagógicos e escolares no Brasil é preciso reportar à história dos museus e expansão dos sistemas escolares na Europa e América e, mais precisamente, às grandes exposições universais do século XIX destinadas, em sua maioria, a mostrar o progresso técnico vivenciado pelas potências industriais. Para compreender esse momento é preciso articulá-los.

As exposições nacionais e internacionais, ao abrirem espaço para mostra de material de ensino⁴³, deram estímulo e impulso à criação de museus pedagógicos, que inicialmente se voltavam para servir aos educadores, sendo abertos posteriormente aos alunos e ao grande público. Associando-se à formação dos professores e, em muitos casos, à construção dos sistemas educativos nacionais, a ideia de museu pedagógico ou de educação, conforme denominação recebida em espaços diferentes, ganhou força em diferentes partes do mundo e, a partir da década de 1870, inseriu-se na representação da modernidade educacional brasileira.

Para Bastos (2005), a preparação do Brasil para a Exposição Universal de Paris (1867) fortaleceu o interesse/debate para as questões educacionais e exteriorização da mesma. No entanto, é importante destacar que a construção da identidade nacional, associada à expansão da escolarização no Brasil é fator fundamental para compreensão das políticas educacionais adotadas nesse contexto de emergência dos museus escolares.

Os objetos de ensino ocuparam papel importante nas proposições de renovação da escola primária desde a virada do século XIX. Souza (2013, p. 105) apresenta três momentos significativos de implantação de inovações na escola elementar: “a modernização pelo método intuitivo na virada do século XIX para o século XX, as proposições da Escola Nova, nas décadas de 1930 a 1950 e a renovação representada pela Tecnologia Educacional nas décadas de 1960 e 1970”.

Falar de museus escolares no Brasil é falar de objetos de ensino e suas proposições de inovação e renovação na escola elementar. Optou-se nessa abordagem em orientar-se pelos momentos propostos por Souza para falar do surgimento, efervescência e crise dos museus escolares no Brasil. Para falar do novo formato de museus escolares emergente no final do século XX e início do século XXI acrescentar-se-

⁴³ Os fabricantes e os editores de materiais escolares eram relativamente pequenos perante as demais categorias (BASTOS, 2005).

á um novo movimento, o da expansão da informática da educação e o da pluralidade cultural.

4.2 - “Lições de coisas”, o surgimento e “efervescência” dos museus escolares no Brasil

Para Schwarcz (1995, p. 70), a década de 1890 representou a “era brasileira dos museus”. No século XIX, foram fundados alguns dos grandes museus brasileiros - Museu Nacional (1808), Museu Paraense Emílio Goeldi (1866) e Museu Paulista (1894). Sob direção de cientistas e orientação das ciências naturais, esses museus vivenciaram importantes reformulações entre a década de 1890 e o início do século XX. Vidal (1999), ao analisar o estudo dessa autora, fez um reparo que merece atenção ao falar de museus no século XIX: a inclusão dos “museus escolares” nesse contexto. Centrada na questão racial do período e sua relação com instituições de grande porte, essa autora não considerou esse formato de museus.

Também é importante ressaltar que os museus nacionais brasileiros como o Museu Nacional (1808), o Museu Paraense Emílio Goeldi (1866) foram criados sob orientação do ideário da monarquia local, e, o Museu Paulista (1894) nos primeiros anos da jovem república, portanto, “não são uma invenção republicana, embora tenham se adequado muito bem aos propósitos da “nova nação” que estava sendo engendrada” (CURY, 2005, p.2).

Sob distintas designações, dois tipos de museus de educação – o escolar e o pedagógico – foram criados no século XIX no mundo ocidental, como prescrição do ensino por aspectos, também denominado de método intuitivo ou lições de coisas e merece atenção ao falar da chamada “Era dos Museus” tanto na Europa, como no Brasil. O museu escolar é “categoria de museu desenvolvido pela escola, dentro de uma ótica pedagógica e notadamente, no século XIX, no quadro do desenvolvimento do método lições de coisas” (DESVALÉES. MAIRESSE, 2011, p. 632).

Para Vidal (1999), a importância dos museus nesse momento estava associada às mudanças na produção do conhecimento, que buscavam sintonia aos novos parâmetros científicos que identificavam na natureza a chave da decifração da realidade e do próprio homem. O método intuitivo e os estudos da natureza nas escolas cumpriam importante papel nesse sentido: deslocar a pedagogia “do ouvir “e repetir para a “do olhar”.

A escola, diferentemente do museu ou arquivo, não seria constituída como um ‘lugar de memória’. Ruptura com os valores comunais e instauradora de uma nova racionalidade, a escola produzia um presente

que negava a continuidade com o passado. Ao traçar as linhas de sua identidade, diferenciando-se do espaço doméstico e do religioso, a escola desterrava as práticas do ontem: nem repetir, nem venerar o passado pelo trabalho da memória. Por isso, passava a abrigar bibliotecas e museus escolares, esses sim, pequenos 'lugares de memória', enclavados na nova instituição (VIDAL 1999, p. 111).

Nascidos sob a concepção pedagógica pestaloziana, o que derivou, em alguns lugares, o método "lições das coisas" ou método intuitivo, no qual os objetos ocupavam importância essencial na aprendizagem, "os museus escolares dos séculos XIX e XX ocupavam-se da temática escolar, da recolha e organização de material para o ensino dos escolares, mas não da guarda da sua memória" (PETRY, 2011, p.1).

"Museus etnográficos e escolares se aproximavam" e a introdução do método intuitivo nas escolas estava associada ao modelo científico que norteava a concepção dos museus etnográficos construídos no Brasil no século XIX (VIDAL, 1999, p. 112). Museus etnográficos, escolares e pedagógicos obedeceriam à mesma lógica, a da instauração do paradigma da modernidade, pautados no princípio da razão instrumental deveriam ser "capaz de isolar, estudar e estabelecer leis para o conhecimento da natureza" (CURY, 2005, p.2).

A partir dos anos 1830, reformar a educação tornou-se tema importante dos debates políticos brasileiros. Com a instituição das primeiras escolas normais, o discurso da reforma da escola coincidia com o da reforma dos professores. "A ideia básica é que é da ação dos professores que adviria uma melhor educação das crianças" (FARIA FILHO, 2010, p. 16). O método utilizado aliava-se a essa proposição e tornava-se um indicador fundamental para analisar a qualidade da escola. Reformar o método e o mestre foi o caminho apontado nos debates políticos para solucionar o problema da educação brasileira. A aplicação do "método intuitivo" ou "lições de coisas" na escola brasileira esteve no centro dessa discussão, atravessou o final do século XIX, perdurando até a década de 1930, ocasionando mudanças nas representações da escola e no ato de ensinar. O método intuitivo,

conhecido como *lições de coisas*, foi concebido com o intuito de resolver o problema da ineficiência do ensino diante de sua inadequação às exigências sociais decorrentes da revolução industrial que se processava entre o final do século XVIII e meados do século XIX. Ao mesmo tempo, essa mesma revolução industrial viabilizou a produção de novos materiais didáticos como suporte físico do novo método de ensino. Esses materiais, difundidos nas exposições universais, realizadas na segunda metade do século XIX com a participação de diversos países, entre eles o Brasil, compreendiam peças do mobiliário escolar; quadros negros parietais; caixas para ensino de cores e formas; quadros do reino vegetal, gravuras, cartas de cores para instrução primária; aros, mapas,

linhas, diagramas, caixas com diferentes tipos de objetos como pedras, metais, madeira, louças, cerâmica, vidros; equipamentos de iluminação e aquecimento; alimentação e vestuário etc. Mas o uso de todo esse variado material dependia de diretrizes metodológicas claras, implicando a adoção de um novo método de ensino entendido como concreto, racional e ativo. O que se buscava, portanto, era uma orientação segura para a condução dos alunos, por parte do professor, nas salas de aula. Para tanto foram elaborados manuais segundo uma diretriz que modificava o papel pedagógico do livro. Este, em lugar de ser um material didático destinado à utilização dos alunos, se converte num recurso decisivo para uso do professor, contendo um modelo de procedimentos para a elaboração de atividades, cujo ponto de partida era a percepção sensível. O mais famoso desses manuais foi o do americano Norman Allison Calkins, denominado *Primeiras lições de coisas*, cuja primeira edição data de 1861, sendo reformulado e ampliado em 1870. Foi traduzido por Rui Barbosa em 1881 e publicado no Brasil em 1886 (SAVIANI, Dermeval. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_metodo_%20intuitivo%20.htm, Acesso: 21/01/2-13).

Entre as propostas e ações para a aplicação do método intuitivo ou lições de coisas teve lugar a prescrição de criação dos museus escolares, a criação do Pedagogium – um centro propulsor de reformas e melhoramentos pedagógicos -, investimentos tecnológicos na Escola Normal da Capital Federal, realização de congressos da instrução, entre outros.

A prescrição do método intuitivo para o ensino brasileiro, bem como a criação de museus pedagógicos e escolares aparece indicado pela primeira vez na Reforma Educacional conhecida como Leôncio de Carvalho, de 19 de abril de 1879.

Apareceu também nos pareceres de Ruy Barbosa em 1882⁴⁴ e Manuel Frazão em 1884, ao texto de 1879 apresentado pelo ministro do Império Leôncio de Carvalho. Apareceu também, um pouco mais tarde, no Decreto N. 980 de 8 de novembro de 1890 que dava novo regulamento ao Pedagogium da capital Federal como veremos a seguir. É nesse cenário, final do Império e início da República, que a criação de museus escolares e pedagógicos insere-se na legislação educacional brasileira.

O Decreto nº 7.249 de 19 de abril de 1879⁴⁵, documento que ficou conhecido como Reforma Leôncio de Carvalho, reformou o ensino primário, secundário e superior no município da corte e em todo império tematizava sobre os museus escolares e museus pedagógicos.

Art. 7º. Serão criadas nos diferentes distritos do mesmo município pequenas bibliotecas e museus escolares.

(...)

Art. 8º O governo poderá:

⁴⁴ Em 1882 também foi apresentado o projeto de Almeida Oliveira.

⁴⁵ Esse documento era composto por 174 itens agrupados em 29 artigos, eventualmente desdobrados em parágrafos e incisos, porém não ordenados em títulos ou capítulos (SAVIANI, 2010).

(...)

10. “fundar ou auxiliar bibliotecas e museus pedagógicos nos lugares onde houver escolas normais” (DECRETO nº 7.247 DE 19 DE ABRIL DE 1879, p. 274, 279).

Nos artigos 7º e 8º, pode-se perceber a orientação para criação de museus escolares e pedagógicos respectivamente, ou seja, museus escolares nos diferentes distritos/escolas e museus pedagógicos, onde houvesse curso de formação de professores. Também a concepção de formato e função dessas instituições está em consonância com a mundial descrita na primeira parte deste trabalho.

Com a submissão do texto de 1879 à apreciação da Câmara dos deputados, foi composta uma comissão para elaborar parecer sobre a matéria. Ruy Barbosa, Deputado Geral, no seu primeiro mandato, quase que totalmente desconhecido, e pouco afeito aos assuntos da instrução pública, foi escolhido para compor a referida comissão, tornando-se posteriormente seu relator. Utilizando-se de dados do próprio império, mas, sobretudo, de uma extensa literatura internacional, Ruy Barbosa elaborou um extenso parecer em quatro volumes, apresentando uma proposta de reforma da educação brasileira.

Apresentada aos pares, o parecer não atraiu maiores atenções, sendo rapidamente esquecido nos Anais da Câmara. Apresentando o diagnóstico/fracasso do sistema educacional, dava centralidade ao professor na reforma da escola (FARIA FILHO, 2010).

No parecer de 1882, Ruy Barbosa abordou entre várias questões a dos museus escolares e pedagógicos. Apoiado na literatura internacional - relatório do presidente do museu pedagógico de São Peterburgo, W. de Kokhowski, ao Congresso Internacional de Bruxelas em 1880 -, propôs três tipos de estabelecimentos:

- a) Coleções escolares, formadas pela administração, mestres e alunos;
- b) Museus escolares, instituídos em cada distrito, reunindo material de ensino intuitivo que exceder os recursos naturais de cada escola;
- c) Museu Pedagógico Nacional, destinado à instrução em todos os graus (VIDAL, 1999, p. 110).

No parecer de Ruy Barbosa, as coleções organizadas nas escolas por mestres e alunos para auxiliar na aprendizagem são denominadas como coleções escolares e não museus escolares como proposto por Buisson. Os museus escolares podem ser entendidos aqui como museus “distritais” centralizando material excedente das escolas que faziam parte do distrito.

Apesar de não ter produzido resultados práticos satisfatórios, o debate sobre a importância da educação e a necessidade de sua organização em âmbito nacional se fez presente em todos os projetos apresentados no final da década de 1870, assim como nos

textos preparados para o Congresso da Instrução que deveria ser realizado em 1883. Mas, por falta de verbas (a concessão de recursos foi negada pelo Senado), esse congresso não se realizou (SAVIANI, 2010). O Congresso da Instrução – Rio de Janeiro (1883-1884) foi convocado para o dia 01/06/1883 pelo Imperador Pedro II para tratar das questões referentes à educação pública na corte e nas províncias e seria presidido pelo Conde D'Eu, seu genro.

Inspirando-se nas Exposições Pedagógicas de Paris (1878) e Bruxelas (1880), o conde D'Eu propôs a realização de uma Exposição Pedagógica no Brasil na mesma época e local da realização do Congresso da Instrução. Ao contrário do congresso, a exposição foi mantida, tendo sido inaugurada em 29 de julho de 1883 (BASTOS, 2005). Essa exposição originou o Museu Escolar Nacional, como será discutido posteriormente.

Entre textos preparados para esse congresso, a questão dos museus escolares e pedagógicos aparece na questão 14 - Organização de bibliotecas e museus escolares e pedagógicos. Caixas econômicas escolares- da 1ª Sessão⁴⁶- Instrução primária, secundária e profissional. Foram pareceristas dessa temática: Manoel José Pereira Frazão e L. R. Vieira Souto (SCHELBAUER, 2000).

Frazão destacou as novidades dessas instituições no Brasil e exterior e distinguia os museus entre pedagógico e escolar. Para ele o museu pedagógico definia-se como:

Coleções de objetos relativos ao ensino, metodicamente dispostos de modo a poderem ser estudados pelos professores. Assim, os diversos modelos de ensino, como cadernos, lápis, ardósias, métodos de ensino de todas as disciplinas, em uma palavra, tudo quanto pode fornecer ao professor objeto de estudo pedagógico prático (ACTAS, 14ª questão, 1884. p.3 *apud* VIDAL, 1999, p. 110).

Na definição de museu pedagógico de Frazão, há uma ênfase na reforma do método, visando à formação e ao trabalho prático do professor. Quanto aos museus escolares, o parecerista definia-o como:

Chama-se museu escolar uma reunião metódica de coleções de objetos comuns e usuais, destinados a auxiliar o professor no ensino das diversas matérias do programa escolar. Os objetos devem ser naturais, quer em estado bruto, quer fabricados, e devem ser representados em todos os estados por que os passar a indústria. Os que não puderam ser representados em realidade, se-lo-ão por desenhos e por modelos (ACTAS, 14ª questão, 1884. p.5 *apud* VIDAL, 1999, p. 110).

⁴⁶Divididos em duas Sessões - 1ª) Instrução primária, secundária e profissional, composta de 29 questões; 2ª) Instrução superior, composta de 17 questões (SCHELBAUER, 2000).

Já na definição de museu pedagógico, percebe-se a ideia de material de apoio ao professor no trabalho em sala de aula, não especificando o uso apenas para aplicação do método intuitivo. Outra questão que merece atenção na definição é a recomendação de desenhos e modelos para representação da realidade. Segundo Vidal (1999), Frazão indicava ainda a oportunidade de uso dos museus para todo tipo de lição da escola e recomendava sua organização segundo os reinos da natureza: objetos minerais, animais e vegetais. Anunciava também a existência de dois museus escolares no Brasil: um mantido por Menezes Vieira e outro por Tobias Barreto.

Quanto à última questão colocada, ela merece esclarecimento. O que era esse museu escolar anunciado por Frazão? Não era o museu definido por Buisson, a coleção de apoio ao professor, constituída e mantida na escola, tratava-se de duas instituições que adaptavam e produziam matérias e murais importados da França destinados às escolas brasileiras.

Frente à expansão da escolarização primária e das propostas de inovações no ensino, uma indústria escolar começou a florescer na segunda metade do século XIX. Livros, mobiliário escolar, equipamentos de laboratórios, dentre muitos outros objetos, encontraram espaço nesse mercado em crescimento. A empresa francesa Maison Deyrolle, criada em 1831 por Jean-Baptiste Deyrolle, começou a editar suas pranchas escolares, o *Musée Scolaire Deyrolle*, em 1861, sob a administração do naturalista Emile Deyrolle. O governo tornou-se o principal comprador desse material. Na década de 1890, as pranchas chegaram ao Brasil. (VIDAL, 2009, p. 10-11). Para a adaptação e produção de matérias e murais destinados às escolas foram criadas no Brasil duas instituições denominadas também de museus escolares: um mantido por Menezes Vieira, que se associou à empresa francesa que viria a dirigir o futuro Pedagogium, e outro, por Tobias Leite.

Em 1883, foi criado no Brasil o Museu Escolar Nacional, pela Associação Mantenedora e presidida na época, pelo príncipe Conde D'Eu, centralizando o que foi produzido e desenvolvido no campo da educação, especialmente a primária. A ideia desse museu surgiu em 1880 com o educador Pedro de Alcântara Lisboa, que lançou a ideia de criação de um museu da instrução pública (BASTOS, 2005). Semelhante ao que ocorreu na Europa e Estados Unidos, o primeiro museu de educação/pedagógico no Brasil resultou de exposições.

Projeto do Deputado Franklin Dória, o Museu Escolar Nacional, foi organizado com o acervo da Exposição Pedagógica do Rio de Janeiro inaugurada em 29/07/1883, que contou com a participação de vários países. Funcionava em cinco salões desocupados da Imprensa Nationale como exposição permanente intencionava tornar-se

um centro de informações sobre o ensino primário no Brasil e países estrangeiros. Anexo ao museu havia uma biblioteca. Também podiam ser realizadas conferências públicas sobre assuntos peculiares do museu (LIMA FRANCO, 1885).



Figura 1 - Edifício da Typographia Nacional (Imprensa Nacional) onde funcionou o Museu Escolar Nacional, na Rua da Guarda Velha, atual Av. Treze de Maio Fonte: http://wikiurbs.info/index.php?title=Imprensa_Nacional, Acesso: 28/01/2013

De acordo com o Art. 1 do Regulamento do Museu Escolar Nacional, este constitui

Art. 1. O Museu Escolar Nacional constitue um centro de informações sobre a história, a estatística e o estado actual e do ensino primario, tanto no Brazil como nos paizes estrangeiros. Nesta conformidade, conservará em exposição permanente, de accôrdo com os progressos das instituições escolares, todos e quaisquer objectos applicaveis ao dito ensino (LIMA FRANCO, 1885, p. 4).

Apesar de a denominação Museu Escolar, a instituição tinha formato e função de museu pedagógico, conforme conceito da época. As seções do museu indicam bem esse formato. De acordo com Art. 2º do Regulamento do Museu Escolar Nacional, este era constituído de cinco seções:

- 1ª Documentos legislativos, administrativos e estatísticos relativos á instrução.
- 2ª Obras didáticas e quaisquer outras concernentes á educação.
- 3ª Planos de construção de edifícios escolares.
- 4ª Typos de mobilia escolar.

5ª Instrumentos e aparelhos de ensino; quadros, modelos, coleções geográficas, científicas e tecnológicas (LIMA FRANCO, 1885, p. 3 - 4).

A articulação aos propósitos reformistas do momento fica evidente na organização das seções do museu, mais especificamente no artigo 3º que enfatiza o uso da biblioteca para a formação de professores.

Art. 3. Os documentos e as obras pertencentes a 1ª e 2ª seções compõem a biblioteca do Museu. Esta Bibliotheca será destinada especialmente a auxiliar os estudos dos professores primários e a preparação dos alumnos das escolas normaes (LIMA FRANCO, 1885, p. 3 -4).

É importante destacar também a importância das primeiras exposições que exteriorizaram a educação no Brasil. Trata-se da Exposição de História do Brasil, na Biblioteca Nacional e da Exposição Industrial Preparatória à Exposição Continental de Buenos Aires em 1881 que incluíram uma seção da instrução pública em sua apresentação. (BASTOS, 2005).

Com a Proclamação da República e o conseqüente advento do federalismo, a educação popular foi mantida sob a responsabilidade das antigas províncias, os atuais estados. Foi criado em 1890 o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, tendo como primeiro ministro Benjamin Constant, que também se interessou pela questão dos museus e inseriu a questão na reforma implantada, criando o Pedagogium através do Decreto N. 667, de 16 de Agosto de 1890, reformulado pelo Decreto 980 de 8 de novembro de 1890.

O Decreto n. 980 de 8 de novembro de 1890, regulamentava e definia o Pedagogium como

centro impulsor das reformas e melhoramentos de que carece a educação nacional, afferecendo aos professores publicos e particulares os meios de instrucção profissional, a exposição dos melhores methodos e do material de ensino mais aperfeiçoado (Art. 1º Decreto Nº 980 de 8 de Novembro de 1890)

O Pedagogium não constituiu uma inovação republicana, incorporou a biblioteca e material clássico do Museu Escolar Nacional - originário da Exposição Pedagógica de 1883 -, extinto com a proclamação da República. Importante lembrar aqui que essa instituição foi criada pela Associação Mantenedora presidida pelo conde D'Eu. O que estava associado à monarquia precisava ser destruído para a afirmação da república.

Art. 76 Na secretaria do Pedagogium haverá os seguintes livros
6º o dos cursos scientificos e conferencias

§ 2º No Pedagogium e na Bibliotheca Nacional serão archivados os catalogos - Lima Franco - anotados por ocasião do inventario, a que procederam o secretario e o conservador do Pedagogium, quando receberam a bibliotheca e o material classico da extincta Associação Mantenedora do Museo Escolar (DECRETO Nº 980 de 8 de Novembro de 1890).

A organização de um museu pedagógico, exposições escolares anuais, realização de conferências e cursos, publicação de revista pedagógica, montagem de gabinetes e laboratórios para o estudo prático de ciências físicas e naturais eram estratégias previstas para que o Pedagogium cumprisse sua missão - tornar-se um centro propulsor de mudanças e de apoio aos professores (DECRETO Nº 980 de 8 de Novembro de 1890).

Subordinado ao recém criado Ministério da Instrução, o Pedagogium inicialmente funcionou na rua Visconde do Rio Branco nº 13, no centro do Rio de Janeiro. Em 1887 seu endereço foi transferido para a rua do Passeio nº 66, onde funcionou até seu fechamento, em 1919 (http://www.crsp.org.br/linha/default.aspx?id_ano=61, Acesso: 28/01/2013)



Figura 2 - Aspecto externo do Pedagogium. Fonte:
http://www.crsp.org.br/linha/default.aspx?id_ano=61, Acesso: 28/01/2013



Figura 3 - Aspecto externo do Pedagogium. Fonte: <http://www.cliopsyche.uerj.br/arquivo/instituicoes/pedagogium.html>, Acesso: 28/01/2013

O museu pedagógico do Pedagogium contava com exposição permanente composta por biblioteca, coleções de documentos e materiais diversos, podendo ser visitado durante o ano letivo, todos os dias úteis das 10 horas da manhã às 3 da tarde.

Art. 7º A exposição permanente do museu pedagógico compreenderá:
 a bibliotheca pedagogica, com uma secção circulante;
 a bibliotheca escolar;
 a collecção de documentos administrativos, legislativos e estatísticos nacionaes e estrangeiros, concernentes ao ensino primario e secundario;
 trabalhos classicos de professores e alumnos;
 material de desenho;
 material geographico;
 material de sciencias phisicas e historia natural;
 collecções technologicas, museos escolares, modelos, planos ou simples desenhos de edificios, mobílias, utensilios, instrumentos e apparatus escolares (DECRETO Nº 980 de 8 de Novembro de 1890).

Além de exposição permanente, o museu pedagógico podia ser utilizado pelo período de um mês para exposição e divulgação de obras de valor didático por editores e fabricantes. A sala de conferências também podia ser cedida aos professores públicos ou particulares para a realização de reuniões de reconhecida utilidade

O Pedagogium também promovia exposições escolares anuais, nos oito últimos dias do ano letivo, tendo como objetivo principal demonstrar o progresso realizado nas escolas em certo e determinado período. Dividida em duas seções: a primeira de

trabalhos clássicos de alunos dos jardins de infância, escolas primárias (sexo masculino e feminino), dos cursos secundários, escolas normais e de professores - planos e programas de estudos, emprego do tempo, organização pedagógica especial; a segunda era composta de material de ensino: compêndios, cartas, quadros, mapas, instrumentos e aparelhos, de preferência: livros de leitura, quadros históricos, estampas, poesias, e cânticos de assunto nacional. Também incluía entre os materiais de ensino: coleções de animais, vegetais, minerais que de interesse para as artes e as indústrias do país; móveis, utensílios, peças de ornamentação escolar e aparelhos de ginástica apropriados à escola brasileira (DECRETO Nº 980 de 8 de Novembro de 1890). Segundo Bastos (2005), entre os anos de 1891 a 1896, essas exposições foram realizadas.

Os museus escolares também foram contemplados no Decreto n. 981 de 08 de Novembro de 1890 instituído pela Reforma Benjamin Constant, que propunha a reforma dos ensinos primários e secundários no Distrito Federal, podendo constituir-se como referência para a organização do ensino nos Estados. De acordo com o Art. 9º do título II – Das escolas primarias, suas categorias e regime– do Decreto n. 981 de 08 de Novembro de 1890,

Cada escola primaria terá, além das salas de classe e outras dependencias, sua bibliotheca especial, **um museo escolar provido de colleções mineralogicas, botanicas e zoologicas, de instrumentos e de quanto for indispensavel para o ensino concreto**, um gymnasio para exercicios phisicos, um pateo para jogos e recreios, e um jardim preparado segundo preceitos pedagogicos (DECRETO N. 981 de 08 de Novembro de 1890, grifo meu).

O Decreto n. 981 de 1890 trazia um título específico sobre o Pedagogium – Título IV. No Art. 24, apresentavam-se os fins do Pedagogium, bem os meios para atingi-los. Esse artigo constava das mesmas orientações previstas no Art. 2 do Decreto 980 de 1890, apresentadas anteriormente. A criação de museus escolares foi prevista no Decreto 981/1890, onde fica clara a definição de seu formato – espaço dentro da escola, destinado ao ensino concreto.

Não se sabem os impactos dessa legislação em termos de ação e números nos primeiros anos da República. Para Bastos (2005), parece que não houve a implantação de museus escolares e/ou pedagógicos na maioria dos Estados. Ao que parece, em razão da carência de dados sobre o período, essa autora, importante estudiosa do tema, está falando das primeiras décadas republicanas e do impacto da Reforma Benjamin Constant. Entre as décadas de 1930 e 1940, os dados estatísticos permitem visualizar um número significativo de museus escolares no Brasil.

Quanto aos museus pedagógicos, com a extinção do *Pedagogium*, pode-se falar de algumas experiências estaduais a partir de estudos de Busch (1937). De acordo com estudos dessa educadora, museus escolares e pedagógicos estiveram presentes na legislação de pelo menos sete Estados brasileiros⁶ nas décadas de 1920 e 1930. Em Alagoas, o *Pedagogium* foi instalado em 1891 e em São Paulo, foi criado em 1895 o Instituto Pedagógico Paulista, cujos fins são semelhantes aos do *Pedagogium*. Identificou ainda o Regulamento da Instrução Pública Primária do Rio de Janeiro, de 1929, e criação de um Museu Pedagógico; Regulamento de 1932, do Maranhão e criação de museu pedagógico na capital; exposição sobre a organização do ensino em Pernambuco, 1934, e menção a presença de um Museu Pedagógico Central, criado em 1931 (PETRY, SANTOS, 2013, p.84).

Apesar da carência de dados e estudos sobre o tema museus escolares na primeira República, documentos e estudos trazem essa evidência. Vidal (1999), ao reportar ao relatório do Inspetor Geral Ramiz Galvão, de 1891, aponta a existência de uma ligação entre grandes e pequenos museus e os centros de ensino.

Compreendendo-se a sua necessidade, ordenou-se ao diretor do Museu Nacional que preparasse pequenas coleções de história natural apropriada para este ensino elementar. Graças à solicitude do diretor Dr. Ladislau Neto várias delas já estão prontas e vão ser remetidas ao *Pedagogium*, onde se organizarão convenientemente para a necessária distribuição (MOACYR, 1941, p. 67 *apud* VIDAL, 1999, p. 112-113).

Sily (2012), também aponta essa aproximação. Segundo esse autor, a partir de 1890, foram adotadas medidas de governo para a educação pública nesse sentido, onde as seções do Museu Nacional deveriam

organizar, classificar cientificamente e distribuir para estabelecimentos de ensino, coleções didáticas de história natural compostas com espécimes dos reinos animal, vegetal e mineral existentes no próprio Museu ou enviadas pelas escolas para esses fins (SILY, 2012, P. 337).

Além de distribuir coleções didáticas e de história natural para os estabelecimentos de ensino, o Museu Nacional também organizava coleções enviadas pelas escolas. A partir de 1919, as seções do Museu Nacional passaram a confeccionar quadros murais didáticos sobre essas temáticas, objetivando evitar que fossem importados e a valorização das riquezas naturais brasileiras, desenvolvendo, assim, no público escolar um sentimento de pertencimento, de identidade nacional (SILY, 2012).

A partir das informações acima, pode-se dizer que museus escolares foram criados no final do século XIX e início do XX e que essa constituição não se deu apenas

com materiais adquiridos na comunidade escolar; deu-se também com a circulação de materiais nacionais e internacionais que foram distribuídos às escolas.

Além das coleções destinadas aos museus escolares, coleções de ensino para os laboratórios de Física e Ciências Naturais foram alvo de investimentos significativos na Primeira República, transformando-se no final do século XX e início do XXI em parte do patrimônio histórico brasileiro. Essas estratégias coadunavam com a Reforma Benjamin Constant, em que se pretendia conciliar os estudos literários com os científicos. A figura a seguir, da Escola Normal “Caetano de Campos” em 1908 – São Paulo demonstra esse aspecto.



Figura 4 - Sala com aves empalhadas e amostras diversas da Escola Normal “Caetano de Campos” em 1908 – São Paulo. Fonte: <http://www.iecc.com.br/historia-da-escola/material-didaticos/202/> Acesso em 01/07/2014

De acordo com dados do Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1907-1908, a Escola Normal “Caetano de Campos dispunha de um museu que continha 600 espécies de zoologia, 257 fósseis, 150 espécies de mineralogia, um museu escolar de Saffray e aparelhos para o ensino de Anatomia.

Koptcke, Lopes, Pereira (2007), em estudo sobre a relação museu-escola, do Museu Nacional no século XIX e início do século XX, também apontam a relação de complementaridade do museu ao ensino escolar. Para essas autoras, a natureza da educação museal naquele momento era próxima às vanguardas pedagógicas. A implantação dos museus escolares como recurso para aplicação do método intuitivo era

uma prática corrente na Europa. Também a decorrência do conceito de museu-escola, disseminado pelo movimento a favor da vulgarização do ensino de história natural no hemisfério norte, determinou mudanças na função educativa dos museus. Museus e escolas passaram a compartilhar as formas de acesso ao conhecimento. Escolas implantaram pequenos museus e museus passaram a oferecer oportunidades aos escolares. “Os museus escolares eram desenvolvidos pelos professores e seus alunos, com a ajuda dos museus regionais e centrais” (KOPTCKE, LOPES, PEREIRA, 2007, p. 6-7).

No Brasil, o novo regulamento do Museu Nacional em 1911, que foi profusamente criticado (KOPTCKE, LOPES, PEREIRA, 2007) fica evidente a preocupação do momento com os estudos de história natural.

Art. 1º O Museu Nacional tem por fim estudar e divulgar a Historia Natural, especialmente a do Brazil, cujos productos deverá colligir, classificando-os scientificamente, conservando-os e expondoos ao publico com as necessarias indicações e proceder a estudos e investigações relativas á entomologia e phytopathologia agricolas, chimica vegetal e chimica geral (analytica) (Decreto nº 9.211 de 15/12/1911)

Outro aspecto que merece atenção ao falar dessa relação foi a regulamentação da criação de um museu escolar nas dependências do Museu Nacional, o que demonstrou a importância da relação museu-escola, bem como a proximidade de suas ações às vanguardas pedagógicas do momento. O novo regulamento instituído em 1911 previa no Art. 59. “Será organizado em uma das dependências do estabelecimento um Museu Escolar de Historia Natural, destinado ao ensino intuitivo, especialmente adaptado às crianças” (Decreto nº 9.211 de 15/12/1911).

Para Koptcke, Lopes, Pereira (2007), dezesseis anos depois, em 1927, em nova reforma, a preocupação educacional e da divulgação científica foi reafirmada pelo Museu Nacional, um dos seus períodos áureos.

Segundo Vidal (1999), para melhor compreensão do trabalho dos museus escolares, há que se indagar sobre os objetos que os compunham. Em circular dirigida aos inspetores escolares em 1891, o Inspetor Geral Ramiz Galvão chamava atenção para alguns aspectos na constituição de museus escolares.

Nessa circular, o inspetor enumera seis instruções a serem observadas, não especificando que deveriam ter essa ordem de importância. Primeiramente destaca a finalidade da coleção: servir ao ensino, não podendo ser constituída de meras curiosidades naturais. O segundo ponto é a formação da coleção conforme a situação/localização da escola. Se urbana ou suburbana deveriam predominar produtos

industriais e agrícolas respectivamente. Orientava a não predileção por ramos científicos no terceiro ponto e no quarto falava das contribuições para enriquecimento da coleção museu. Criado pela escola e para a escola, as coleções podiam ser enriquecidas com a contribuição de pais e alunos, excursões e viagens dos professores. O quinto ponto orientava quanto à classificação da coleção segundo um plano metódico que se aproximasse do indicado por Buisson no seu dicionário pedagógico. O último ponto propunha o uso de gravuras, litografias de valor artístico ou representando objetos e cenas históricas como meio de facilitar a aprendizagem na falta dos objetos próprios.

Voltando ao quinto ponto, quanto à classificação da coleção segundo critérios de Buisson, Ramiz Galvão orientava o seguinte:

1. Classe, produtos alimentares: leguminosas, cereais, farinha, féculas, café, cacau, mate, açúcar, etc, condimentos, bebidas; 2. Classe, indústria diversas: materiais têxteis, materiais corantes, couros, metais e minerais, vidros, cerâmica, porcelanas, papel; 3. Classe, materiais de construção: madeiras, pedras, gesso cal, cimento, argilas, ardósia; 4. Classe, combustíveis: lenha, carvão vegetal, carvão de pedra, cobre, velas, óleo, petróleo; 5. Classe, geologia e mineralogia: minerais usuais, fósseis; 6. Classe botânica: herbário, frutos, sementes; 7. Classe zoologias: animais úteis e nocivos (gravuras), aves úteis e as nocivas (idem), insetos úteis e nocivos; outros animais usuais; 8. Classe agricultura: instrumentos e máquinas agrícolas (modelos reduzidos); 9. Classe, física: pequenos aparelhos; 10. Classe, química: produtos químicos usuais (CIRCULAR, Inspetor Geral Ramiz Galvão, 1891 *apud* VIDAL, 1999, p 113)

A referida circular propunha como complemento do museu, o uso de aparelhos projetores luminosos para explicar temas relativos à cosmografia, geologia, história natural, física, geografia e história às classes. Apresenta o aparelho Laverne e uma série de fotografias como material indispensável. Sugere sua aquisição na escola primária por meio de doação e ação dos cidadãos da circunscrição.

Embora o foco das coleções e objetos dos museus escolares estivesse na história natural, havia também recursos didáticos a serem utilizados no ensino “da história e do que modernamente denominamos de geografia humana” (VIDAL, 2009, p.8).

Para Petry e Gaspar Silva (2013) existiram diversas propostas, formas de operacionalizar e diferentes objetos nomeados museus escolares. Falar o que foi um museu escolar no Brasil não é simples, uma vez que cada escola encontrou um jeito único de montar o próprio museu, privilegiando determinadas peças em detrimento de outras, utilizando-o para funções distintas.

Para essas autoras, na literatura educacional do final do século XIX início do século XX, pode-se encontrar: 1) escolar -, alojado dentro das instituições educativas,

deveria servir a professor e a alunos para a realização de estudos pautados no concreto, isto é, agregar um conjunto de objetos para tornar a aprendizagem intuitiva; 2) pedagógico - caracteriza-se como um centro de formação para professores, onde seriam desenvolvidos, testados, apresentados e difundidos novos métodos, mobiliários e instrumentos didáticos; 3) uma alusão ao móvel que guarda as coleções de objetos para as lições de coisas, que também aparece nomeado como museu escolar; 4) museu como recurso pedagógico instalado dentro da sala de aula; 5) condição de espaço físico ocupado nas escolas; 6) associação auxiliar da escola.

A introdução de museus foi proposta como recurso necessário à educação escolar. Mas como ocorria a apropriação desses objetos em sala de aula? Como regra eram acondicionados em armários, preferindo os armários envidraçados que permitiam a sua visibilidade. Sua apropriação dava-se basicamente no olhar. “As experiências eram sempre realizadas “por professores” e os objetos visualizados mais que tocados. Assim, endereçava a constituir uma “pedagogia do olhar” (VIDAL, 1999, p. 114).

Ao que parece, a história dos museus escolares e pedagógicos parece dissociar-se ao longo do século XX. Enquanto os primeiros alcançam números significativos na década de 1930, com o advento da chamada escola nova, o segundo, salvo algumas experiências estaduais, entram numa fase de crise. O *Pedagogium* foi extinto em 1919, mas ideia expressa neste órgão não morreu completamente. Com formato e função diferente foi criado, em 1937, o Instituto Nacional de Pedagogia. Em 1938, foi instalado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, INEP, vinculado ao Ministério de Educação e Saúde Pública, retomando, de certa forma, algumas funções do *Pedagogium* – publicações, pesquisas, estudos e aperfeiçoamento do magistério (BASTOS, 2005).

Os museus escolares, contando com a parceria dos grandes museus, como o Museu Nacional, atravessaram os anos 1920 –1930 com números significativos e ao que parece entrando em crise a partir do final da década 1940.

CAPÍTULO 5

MUSEUS ESCOLARES NO BRASIL: REVITALIZAÇÃO E CRISE (1930 À 1970)

CAPÍTULO 5 - MUSEUS ESCOLARES NO BRASIL: REVITALIZAÇÃO E CRISE (1930 À 1970)

5.1 - Introdução

Para CARRILLO, COLLELLDEMONT, MARTÍ, TORRENTS, (2011) entre as décadas de 1930 a 1970 houve uma diminuição da criação de museus de educação em países de contextos políticos estáveis e o fechamento de museus pedagógicos em contextos políticos instáveis ou ditatoriais. Muitos museus pedagógicos transformaram-se em centros de documentação e investigação entre os anos 1930 – 1945.

No Brasil, os anos 1930 também foram anos de mudanças. Além dos impactos do período entre - guerras, assistiu-se também à elaboração das chamadas políticas culturais, numa perspectiva preservacionista, criando/inventando o que, por muitas décadas – até 1970 aproximadamente – seria considerado o patrimônio cultural brasileiro.

A busca da identidade nacional brasileira resulta dos efeitos contingentes e provisórios assumidos por indivíduos, grupos e categorias sociais em contextos históricos e políticos específicos (GONÇALVES, 2002). Nessa perspectiva, a maioria dos intelectuais brasileiros considera a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), em 1937, como o momento que a nação e a identidade nacional compuseram as políticas de estado e de institucionalização da preservação cultural. É importante destacar que os debates sobre a nação já vinham ocorrendo desde o Império.

Para grande número de intelectuais, “é a partir dos anos 1930 que uma política cultural e educacional veio a ser assumida como tarefa do governo federal”. Muitos deles, de diferentes modos, identificados com o movimento modernista, desempenharam um papel importante a partir desse momento na criação de “um novo Brasil, um novo homem brasileiro concebido em termos de uma ideologia nacionalista”. Inserido num projeto de modernização política, econômica e cultural, o recém criado Ministério da Educação e Saúde tornou-se um dos principais instrumentos políticos e burocráticos para viabilizar as mudanças propostas nas áreas da educação e cultura (GONÇALVES, 2002, p. 40).

Diferentemente das tendências mundiais, assiste-se no Brasil na década de 1930 a um crescimento do número de museus escolares. Para compreender esse fenômeno é preciso articulá-lo ao chamado projeto de modernização política, econômica e cultural vivenciado pelo país nessa década e ao movimento escolanovista. Também é preciso articular esses dois movimentos. Grande parte dos intelectuais associados a esse movimento compôs os quadros políticos e burocráticos do governo Vargas.

São poucos os estudos e referências sobre os museus escolares no Brasil, especialmente sobre os anos 1930 – 1970. Entre os poucos estudos estão o de Petry e Silva (2013), que trataram com muita propriedade os diversos formatos de museus escolares em Santa Catarina no final do século XIX e primeira metade do século XX. Pereira (2010), ao abordar o papel educativo dos museus nesse período perpassa pelos museus escolares e pedagógicos.



Figura 5 - Aspecto do Museu de História Natural do Instituto de Educação - ISERJ
 Fonte: Disponível em <http://photos1.blogger.com/blogger/2761/302/1600/inst-educ-museu-hist-natural-1.1.jpg> Acesso: 22/09/2014

Entre os anos 1930 e 1940, os museus aparecem com frequência nos anuários estatísticos brasileiros sobre educação, no ensino primário geral (comum e supletivo) e em publicações como: “Organização de museus escolares”, Leontina Busch, São Paulo; “Técnica da Pedagogia Moderna”, Everardo Backheuser, Rio de Janeiro; Paulo Roquete Pinto (1942), Revista Escolar⁴⁷.

Nos anuários estatísticos, o museu aparece entre os itens especificados como aparelhamento escolar juntamente a bibliotecas – para os professores e para os alunos -; laboratórios e gabinetes; aparelhamento especial para projeções luminosas (fixas e animadas), trabalhos práticos de agricultura, outros trabalhos manuais, Educação Física.

⁴⁷ As referências sobre os museus escolares nessa revista são anteriores à década de 1930 – 1940. Registra-se em 1924, no volume 4, uma publicação de Fernando Pais de Figueiredo sobre o método intuitivo e os museus escolares.

Nas décadas seguintes, são raras as referências aos museus como aparelhamento escolar nas estatísticas sobre educação. Foram encontradas estatísticas desse tipo de instituição entre os anos de 1932 a 1937 e 1956.

Nos anos 1940, 1950, encontram-se com bastante frequência orientações para criação de museus escolares. Além de publicações específicas como “Organização e preparação de museus escolares” (1942) de Paulo Roquete Pinto, Porto Alegre e orientações do Museu Nacional, conforme será discutido mais adiante, o tema esteve presente também em obras como “Recursos educativos dos museus brasileiros” (1958) de Guy de Holanda, Rio de Janeiro e “Museu e Educação” (1958) de Florisvaldo dos Santos Trigueiro. Ao que parece, as variações nas denominações e funções, bem como presença ou não nas legislações educacionais, determinaram sua presença nos instrumentos de levantamento de dados estatísticos educacionais.

Quanto aos chamados museus pedagógicos, conforme abordado anteriormente, apenas dois foram criados nos anos 1930, o Museu Pedagógico do Maranhão, 1932 e o Museu Pedagógico Central, 1934, Pernambuco. A criação do Instituto Nacional de Pedagogia em 1937 e a instalação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, INEP, vinculado ao Ministério de Educação e Saúde em 1938 devem ser compreendidas no contexto no qual a política cultural e educacional passou a ser assumida como tarefa do governo federal.

Ainda no contexto do movimento escolanovista, entre os anos 1950 e 1970, uma onda de museus criados em São Paulo, inicialmente para serem museus escolares, transformaram-se em museus históricos e pedagógicos, de caráter educativo e cívico.

5.2 - “Escola Nova” e um novo papel para os museus escolares no Brasil

Entre as décadas de 1930 e 1960, princípios da Escola Nova⁴⁸, no qual o ato pedagógico deve estar centrado na ação e na atividade da criança se fizeram presentes na educação brasileira. Para Souza (2008), esses princípios começaram a ser divulgados no Brasil em meados dos anos 1910, mas, a partir da década de 1930, foram

⁴⁸Centrado na ação e atividade espontânea da criança, o pensamento pedagógico da Escola Nova é considerado por muitos estudiosos como o mais vigoroso movimento de renovação da educação. No entanto, essas propostas já vinham se formando há mais de cinco séculos (Vitorino de Feltre, 1378 – 1446, Rousseau, entre outros) e apenas no século XX encontrou condições para se propagar e tomar forma concreta, influenciando os sistemas educacionais. Entre os defensores de renovação da prática pedagógica destacam-se os suíços Adolphe Ferrière e Édouard Claparède, o educador norte americano John Dewey, o belga Decroly, a italiana Maria Montessori Kilpatrick e Jean Piaget.,

introduzidos de forma sistemática, tornando-se a orientação norteadora das reformas do ensino.

Assumindo diferentes formas, um quadro bastante complexo, que não pode ser generalizado, os desdobramentos do movimento escolanovista foram inevitáveis. Um “movimento contraditório e complexo”, o escolanovismo não pode ser confundido apenas como um movimento liberal, agregou contribuições do positivismo e do marxismo (GADOTTI, 2003, p. 148).

Mudanças nos métodos pedagógicos e a redefinição da finalidade social da escola foi o caminho apontado pelos renovadores da Escola Nova para a reorganização radical do sistema educacional brasileiro. Por um lado, a escola deveria preparar as crianças às necessidades da sociedade moderna em transformação. Por outro lado, ela deveria constituir-se em elemento transformador do meio social, abrindo-se à comunidade e intervindo nos processos sociais. Para isso, a escola deveria ser “uma instituição social, real e viva”, conforme propôs Dewey⁴⁹ (SOUZA, 2008, p.1).

Para a implementação da proposta escolanovista, museus e gabinetes foram novamente mobilizados e revitalizados, mas com um novo papel: atender às exigências da aprendizagem pela experiência, pela observação e pela investigação. Os museus escolares passaram a ser entendidos como recursos auxiliares a serem disponibilizados pela escola para favorecer a aprendizagem do aluno, uma espécie de laboratório que se prestaria a despertar a curiosidade e a atividade espontânea da criança para os fenômenos naturais. Os museus e objetos perderam a centralidade do processo, passaram a ser entendidos como mediadores (SOUZA, 2008). Na figura a seguir pode-se verificar um museu escolar ao fundo da classe de normalistas, no qual se destacam além dos armários, ao que parece de ciências naturais, elementos de História e Geografia.

⁴⁹ John Dewey (185 – 1952), filósofo, psicólogo e pedagogo liberal norte americano, foi defensor da Escola Ativa, que propunha a aprendizagem através da atividade pessoal do aluno, aprender fazendo. Traduzindo para o campo da educação, o liberalismo político-econômico dos Estados Unidos, construiu idéias de caráter progressista, como o auto-governo dos estudantes, o progressivo aperfeiçoamento do indivíduo e defesa da escola pública e ativa. Para ele, a liberação das potencialidades do indivíduo dava-se através dos princípios da iniciativa, originalidade e cooperação (GADOTTI, 2003).



Figura 6 - Aspecto de sala de aula e museu escolar no Colégio Estadual de Curitiba, Paraná
 Fonte: Acervo do IBGE, Estatísticas do Século XX, 2006, p. 91

Sob diferentes denominações, a implantação de instituições escolares – instituições auxiliares, serviços auxiliares da educação; instituições complementares, organizações auxiliares, entre outras – somaram-se a outros meios⁵⁰ para atender aos princípios escolanovistas (SOUZA, 2008).

As instituições auxiliares da escola compreendidas pelas instituições de ação educativa (SOUZA, 2008) ou aparelhamento Escolar (Anuário Estatístico do Brasil) - bibliotecas, jornais infantis, museus, laboratórios e gabinetes, fábricas e oficinas, instalações de educação física, rádio, cinema educativo, clubes de leitura, etc. – quanto as de ação social e de assistência (SOUZA, 2008) ou instituições peri-escolares (Anuário Estatístico do Brasil) – associações de pais e mestres, caixas escolares, assistência médica e dentária, merenda escolar, ligas de bondade, grupo de escoteiros, entre outras –variaram de funções, denominações e números entre os anos 1930 – 1960.

⁵⁰ A globalização do ensino, a adoção dos centros de interesse, os métodos ativos, a ênfase em atividades como excursões, salas ambiente, método de projetos, a elaboração de cadernos de vida, aulas fora da sala de aula, organização de álbuns históricos, etc. e a implantação de instituições auxiliares da escola foram meios utilizados pelos renovadores da Escola Nova buscando a transformação da educação. Instituições de ação educativa – bibliotecas, jornais infantis, museus, rádio, cinema educativo, clubes de leitura, cooperativas – quanto as de ação social e de assistência – associações de pais e mestres, caixas escolares, assistência médica e dentária, merenda escolar, ligas de bondade, entre outras.

5.2.1 - Os museus escolares em números

Para falar dos museus escolares em números, recorreram-se aos dados dos Anuários Estatísticos Brasileiros, levantados pelos censos educacionais realizados pelo Ministério da Educação, tendo como unidades informantes os estabelecimentos de ensino. Além das lacunas de períodos em que a informação não foi coletada (1900-1906 e de 1913-1926), é preciso levar em conta também as lacunas presentes nas pesquisas quantitativas. Outro fator importante a se considerar é que os museus escolares nem sempre foram alvos da coleta de dados. Os dados coletados mudaram ao longo do século XX.

Nas estatísticas do ensino do século XX, os museus escolares aparecem pela primeira vez em 1932. Nesse ano, foram registrados 539 museus em estabelecimentos de ensino primário geral (comum e supletivo) no Brasil e no ano de 1933, foram contabilizados 924. Em um ano, o número total de museus quase duplicou no Brasil, o que se deve ao aumento de estabelecimentos de ensino públicos – estadual e municipal. Nesse período houve um decréscimo no número de instituições federais e particulares. Nos anos seguintes, a taxa de crescimento permaneceu estável, apresentando pequenas variações, tendo a rede particular apresentado maior crescimento, como se pode observar nas tabelas a seguir. É interessante observar que apesar do número bastante significativo de museus, a sua proporção e crescimento não acompanha o crescimento do número de estabelecimentos de ensino, o que demonstra que na maioria das escolas não foram implantados museus escolares.

Tabela 1 - Presença de museus em estabelecimentos escolares que ministram o ensino primário comum conforme natureza

Ano	Ensino Federal		Ensino Estadual		Ensino Municipal		Ensino Particular		Total	
	Estab. escol.	Museus	Estab. escol.	Museus	Estab. escol.	Museus	Estab. escol.	Museus	Estab. Escol.	Museus
1932	17	2	15222	195	5201	74	6505	268	26945	539
1933	33	1	16788	549	5525	122	6433	252	28779	924
1934	32	1	16088	573	7296	152	6233	349	29649	1075
1935	35	1	16522	524	9184	146	6381	363	32122	1034
1936	29	----	17054	509	10375	118	6631	454	34089	1081
1937	44	----	17924	498	11554	100	7489	504	37011	1102

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico do Brasil – Ensino Primário Geral (Comum e Supletivo) – Aparelhamento escolar – 1932/1937, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE *Estatísticas do Século XX*. Disponível em, <http://seculoxx.ibge.gov.br/es/populacionais-sociais-politicas-e-culturais> Acesso: 30/01/2014

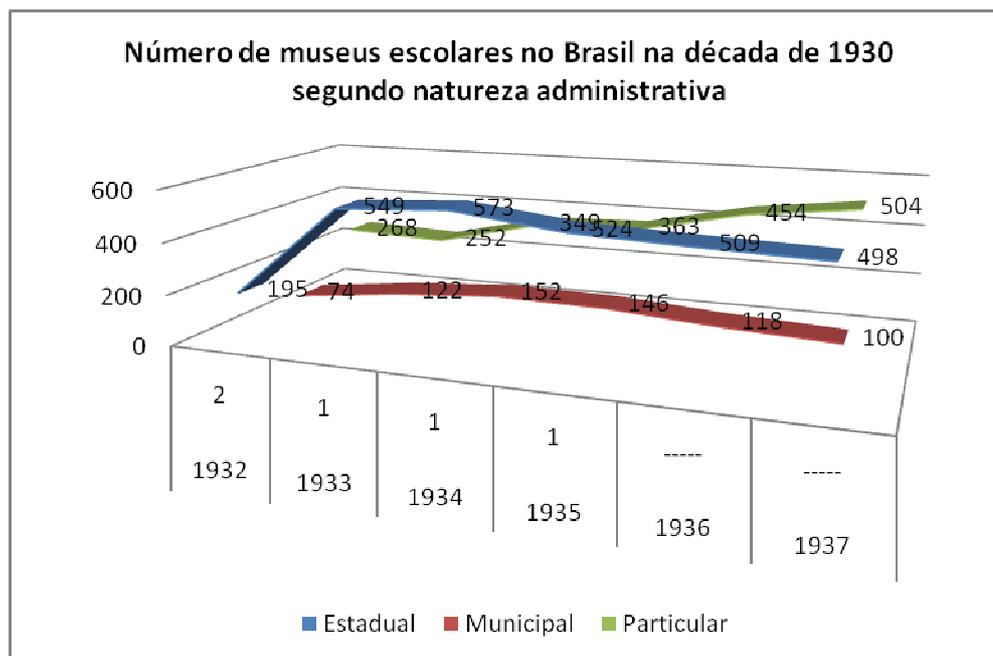


Gráfico 1 - Número de museus escolares no Brasil na década de 1930 segundo natureza administrativa. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico do Brasil – Ensino Primário Geral (Comum e Supletivo) – Aparelhamento escolar – 1932/1937, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE *Estatísticas do Século XX*. Disponível em, <http://seculoxx.ibge.gov.br/es/populacionais-sociais-politicas-e-culturais> Acesso: 30/01/2014

De acordo com os dados apresentados acima, pode-se perceber que nos primeiros anos, houve um crescimento significativo dos museus escolares na rede de ensino estadual, que caracterizavam também a maioria dos estabelecimentos de ensino no período. Com número crescente, a partir de 1934, o número de museus escolares dessa natureza começaram a decrescer, não acompanhando o crescente número de estabelecimentos de ensino da rede estadual. Nos estabelecimentos de ensino federal e municipal, a implantação de museus na década de 1930 não acompanhou a taxa de crescimento no número de estabelecimentos. Houve um decréscimo do número de museus escolares dessa natureza. Os museus escolares de natureza particular acompanharam o crescimento do número de estabelecimentos escolares, sobretudo a partir de 1935.

Conforme dados acima, a maioria das escolas não contou com museu em seu aparelhamento. Se comparado aos demais itens – ver dados a seguir – as bibliotecas e aparelhamentos para trabalhos práticos de agricultura, outros trabalhos manuais e Educação física eram os mais numerosos. Museus, laboratórios e gabinetes ocupavam posição intermediária. Bem poucos estabelecimentos de ensino contavam com projeções luminosas. No geral, pode-se dizer que o aparelhamento dos estabelecimentos de ensino era muito precário.

Tabela 2 - Aparelhamento escolar no Brasil entre os anos 1932-1934

EDUCAÇÃO

II — Ensino primário geral (comum e supletivo)

2. Resultados gerais do Brasil — 1932/1934

c) Aparelhamento escolar

ESPECIFICAÇÃO	Anos	RESULTADOS				Total			
		Ensino federal	Ensino estadual	Ensino municipal	Ensino particular				
Estabelecimentos que possuíam	Bibliotecas ...	Para os professores .	1932	6	1 599	30	693	2 328	
			1933	6	568	132	709	1 415	
			1934	7	792	280	1 192	2 271	
	Bibliotecas ...	Para os alunos	1932	9	616	162	581	1 368	
			1933	9	744	232	637	1 622	
			1934	14	1 124	328	930	2.396	
	Museus		1932	2	195	74	268	539	
			1933	1	549	122	252	924	
			1934	1	573	152	349	1.075	
	Laboratórios e gabinetes		1932	2	97	92	348	539	
			1933	—	80	22	277	379	
			1934	3	102	35	391	531	
	Aparelhamento especial para:	Projeções luminosas	Fixas	1932	1	18	13	99	131
				1933	1	48	21	150	220
				1934	2	34	23	160	219
Projeções luminosas		Animadas	1932	—	98	47	114	259	
			1933	1	100	68	108	277	
			1934	2	154	94	225	475	
Trabalhos práticos de agricultura		1932	3	409	76	175	663		
		1933	1	601	123	369	1.094		
		1934	1	593	229	412	1 235		
Outros trabalhos manuais		1932	4	295	36	378	713		
		1933	2	347	72	514	935		
		1934	5	418	72	578	1 073		
Educação física . . .		1932	4	181	30	335	550		
		1933	12	191	52	434	689		
		1934	19	275	107	617	1 018		

Anuário Estatístico do Brasil – Ensino Primário Geral (Comum e Supletivo) – Aparelhamento escolar – 1932/1937, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE *Estatísticas do Século XX*. Disponível em, <http://seculoxx.ibge.gov.br/es/populacionais-sociais-politicas-e-culturais>. Acesso: 30/01/201

Tabela 3 - Aparelhamento escolar- Ensino Primário Geral (Comum e Supletivo) no Brasil entre 1935 -1937

4. APARELHAMENTO ESCOLAR

ESPECIFICAÇÃO	Anos	Resultados							
		Ensino federal	Ensino estadual	Ensino municipal	Ensino particular	Total			
Estabelecimentos que possuíam	Bibliotecas.....	Para professores.....	1935	7	1.031	291	1.022	2.351	
			1936	7	892	281	1.021	2.201	
		1937	7	871	278	1.112	2.268		
		Para alunos.....	1935	14	1.290	322	990	2.616	
			1936	9	1.348	313	993	2.663	
			1937	11	1.448	353	1.116	2.928	
	Museus.....	1935	1	524	146	363	1.034		
		1936	—	509	118	454	1.081		
		1937	—	498	100	504	1.102		
	Laboratórios e gabinetes.....	1935	3	107	51	404	565		
		1936	—	94	36	509	639		
		1937	6	102	19	533	660		
	Aparelhamento especial para	Projeções luminosas	Fixas.....	1935	2	30	34	163	229
				1936	—	52	31	239	322
			1937	—	49	26	276	351	
		Animadas.....	1935	2	163	79	238	482	
			1936	1	149	96	246	492	
			1937	3	149	101	239	542	
Trabalhos práticos de agricultura	1935	1	602	259	391	1.253			
	1936	3	388	185	330	906			
	1937	5	368	224	335	982			

Anuário Estatístico do Brasil – Ensino Primário Geral (Comum e Supletivo) – Aparelhamento escolar – 1932/1937, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE *Estatísticas do Século XX*. Disponível em, <http://seculoxx.ibge.gov.br/es/populacionais-sociais-politicas-e-culturais>. Acesso em: 30/01/2014

É importante observar que a partir de 1935 há um decréscimo no número de museus nos estabelecimentos federais, estaduais e municipais. Apenas os estabelecimentos particulares apresentaram pequeno crescimento nesse período. Os índices de crescimento de um grupo e diminuição de outro não provocaram alterações significativas no resultado total. Essas alterações podem ser vistas também nos índices de crescimento/diminuição por regiões e unidades federadas apresentadas a seguir. Aqui serão utilizadas as denominações regionais vigentes no período.

Ao falar de regiões e unidades federadas, pode-se perceber a diminuição do número de instituições a partir de 1935 e em 1937, todas as regiões, exceto centro, apresentam queda no número de estabelecimentos. Em Alagoas e no território do Acre não foi registrado nenhum museu em estabelecimento de ensino no período analisado. As regiões com menor número de instituições foram a Norte (Acre, Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí), Nordeste (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco) e

Este (Sergipe, Baía e Espírito Santo) sendo respectivamente Pará, Pernambuco e Bahia, as unidades com maior número.

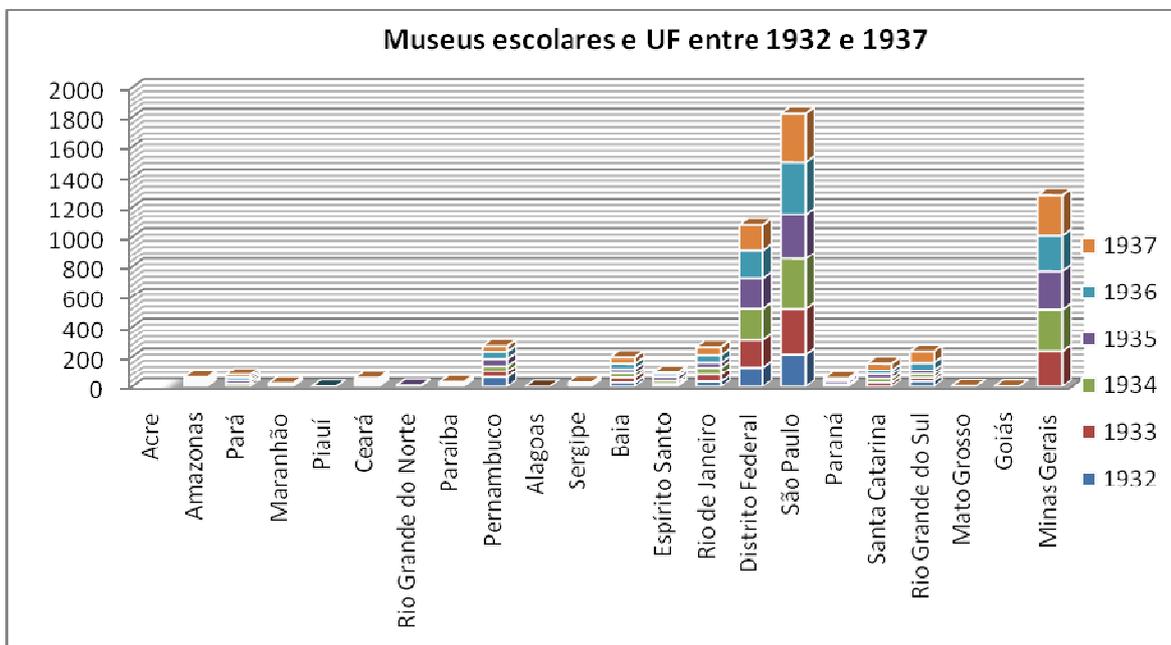


Gráfico 2 - Museus escolares e UF entre 1932 e 1937. Fonte: Elaboração própria a partir de dados levantados no IBGE

As regiões com maior número de museus foram a sul (Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e centro (Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais). A maior concentração de museus estava no Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo e Minas Gerais, sendo que essa última unidade concentrava praticamente todos os museus de sua região.

Tabela 4 - Estabelecimentos escolares que possuíam museus nas regiões, unidades federadas e municípios das capitais

Regiões	Unidades Federadas	Anos						Municípios das capitais	Anos	
		1932	1933	1934	1935	1936	1937		1936	1937
Norte	Acre	----	----	---	---	---	---	Rio Branco	----	----
	Amazonas	3	3	14	14	14	14	Manaus	14	14
	Pará	----	----	20	20	20	21	Belém	20	21
	Maranhão	2	4	5	4	4	4	São Luís	4	4
	Piauí	----	----	----	----	1	---	Teresina	1	---
	Total	5	7	39	38	39	39	Total	39	39
Nordeste	Ceará	5	6	9	11	13	14	Fortaleza	8	9
	Rio Grande do Norte	----	2	1	4	---	---	Natal	---	---
	Paraíba	6	2	3	3	7	10	João Pessoa	2	2
	Pernambuco	65	38	36	47	48	37	Recife	28	28
	Alagoas	----	----	----	----	---	---	Maceió	---	---
	Total	76	48	49	65	68	61	Total	38	34
Este	Sergipe	5	4	4	3	6	5	Aracaju	3	3
	Baía	27	34	28	32	36	41	Salvador	22	27
	Espírito Santo	8	10	20	28	20	11	Vitória	3	2
	Total	40	48	52	63	62	57	Total	28	32
Sul	Rio de Janeiro	35	47	47	34	48	53	Niterói	11	12
	Distrito Federal	130	181	210	204	188	166	Rio de Janeiro	188	166
	São Paulo	215	304	336	298	348	323	São Paulo	57	75
	Paraná	1	3	12	20	11	8	Curitiba	3	3
	Santa Catarina	1	26	28	28	28	46	Florianópolis	5	4
	Rio Grande do Sul	36	22	26	26	51	75	Porto Alegre	14	17
	Total	418	583	659	610	674	671	Total	281	277
Centro	Mato Grosso	----	----	----	----	---	3	Cuiabá	----	---
	Goias	----	----	----	----	---	2	Goiânia	----	---
	Minas Gerais	----	238	276	258	238	269	Belo Horizonte	17	31
	Total	---	238	276	258	238	274	Total	17	31
Brasil	Total	539	924	1075	1034	1081	1102	Total	403	413

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Anuário Estatístico do Brasil – Ensino Primário Geral (Comum e Supletivo) – Aparelhamento escolar – 1932/1937, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro. RJ 2006, PDF Disponível em <http://seculoxx.ibge.gov.br/es/publicacao>, Acesso: 30/01/2014

Outro aspecto importante é que as capitais dos Estados concentravam o maior número de museus. Na região norte, ao que parece, só existiram museus nas capitais. Nos estados com o maior número de museus em 1937 – São Paulo (323), Minas Gerais (269), Rio Grande do Sul (75), Rio de Janeiro (53), ao que parece houve uma maior descentralização dos museus para outros municípios.

Para melhor compreender a concentração de museus escolares nas capitais, é preciso ter em mente que o período abordado é o período de expansão dos grupos escolares – prédios escolares com edificações suntuosas, adaptadas ou construídas em bairros de elite ou nos centros da cidade para oferecer o ensino primário. Construídos nas capitais e sedes de municípios, esses prédios, além de atenderem aos propósitos da escolarização, eram símbolos da modernização proposta pela república.

Os grupos escolares, de uma maneira geral, apresentavam um certo ordenamento e uma certa racionalização do espaço interno, variando entre três e seis salas de aula, sala de direção, sala dos professores, secretaria, museu, biblioteca e arquivo, áreas de recreação de cuja configuração constavam pátios internos, jardins, largos, refeitório ou cantina e espaço destinado às aulas de ginástica (PINHEIRO, 2006 , p. 120).

A descrição, feita por Pinheiro ao se referir aos grupos escolares na Paraíba, contempla todo o país. Os números relativos aos museus escolares nos 1930 – 1960 no Brasil estão associados à expansão da escola primária e dos grupos escolares e escolas normais.

Merece destaque que os dados apresentados anteriormente referem-se à educação primária. A implantação dos grupos escolares como a representação do moderno em educação pública, no início do período republicano, só se difundiu efetivamente a partir dos anos 1930. A expansão da escolarização não foi seguida por melhores condições de funcionamento das mesmas. Responsáveis pela institucionalização do curso primário no Brasil, a expansão dos grupos escolares acarretou de muitas maneiras a deteriorização das condições de atendimento do ensino primário (SOUZA, FARIA FILHO, 2006). Fenômeno urbano, os grupos escolares, conviveram até a sua extinção como modalidade de escola na década de 1970 com as chamadas escolas isoladas, reunidas e associadas que atenderam em espaços improvisados, sobretudo as áreas rurais e as periféricas dos centros urbanos.



Figura 7 - Foto tirada em 1937, onde apresenta aspectos do Museu de Ciências Naturais do Colégio Americano. Fonte: Acervo do MMEBI – Disponível em: <http://www.metodistasul.edu.br/redessociais/museu/?cat=1&paged=3>. Acesso em: 5/8/2014

Sabe-se que os museus escolares continuaram existindo no Brasil, nas décadas de 1940 e 1950. No entanto, há poucos registros e dados sobre esse período. Orientações, publicações e cursos para a sua implantação são indicativos de sua existência. Em 1956, dados do IBGE sobre o denominado Ensino Extra-primário⁵¹, estabelecimentos de ensino comum, de nível médio, apresentam os museus entre os itens possuídos por esses educandários. Num total de 2652 educandários arrolados, 2321 informaram suas condições de funcionamento. Desse total, 946 instituições informaram a existência de museus escolares, o que representa um número bastante significativo, embora decrescente se comparado aos da década de 1930. Seriam as mesmas instituições que ofertavam o ensino primário e ampliaram sua oferta de ensino? Fica o questionamento. Os números são muito próximos. Não aparecem outros dados sobre a existência de museus escolares nos anuários estatísticos a partir de 1938, exceto em quadro resumo em 1956, o que significa que continuaram a existir pelo menos até essa década.

Em pesquisa realizada em Santa Catarina, Petry (2013) identificou-se em atas, relatórios e outros documentos da Secretaria de Educação a existência de vários museus

⁵¹A partir do Anuário Estatístico Brasileiro de 1955 é criada uma seção de estatísticas relativa ao ensino extra-primário, incluindo a informação do ensino médio e superior

escolares entre os anos de 1944 e 1951 como se pode ver no quadro a seguir, sistematizado pela autora.

Quadro 5 - Número de museus escolares identificados em municípios (divisão administrativa de 1949) de Santa Catarina

Nº ordem	Município	Nº museus	Nº ordem	Município	Nº museus
1	Biguaçu	1	23	Taió	3
2	Brusque	1	24	Florianópolis	4
3	Imaruí	1	25	Joaçaba	4
4	Ituporanga	1	26	Blumenau	5
5	Nova Trento	1	27	Jaraguá do Sul	5
6	Piratuba	1	28	Itaiópolis	6
7	São Joaquim	1	29	Itajaí	6
8	São José	1	30	Laguna	6
9	Turvo	1	31	Palhoça	7
10	Araranguá	2	32	Massaranduba	8
11	Bom Retiro	2	33	Rio do Sul	9
12	Camboriú	2	34	Indaial	10
13	Campos Novos	2	35	Rodeio	11
14	Concórdia	2	36	Tubarão	13
15	Criciúma	2	37	Campo Alegre	17
16	Curitibanos	2	38	Mafra	18
17	Gaspar	2	39	Urussanga	18
18	Lages	2	40	Araquari	20
19	Porto União	2	41	São Francisco do Sul	20
20	Tijucas	2	42	Ibirama	22
21	Timbó	2	43	Orleans	26
22	Canoinhas	3	44	Joinville	45

Fonte: PETRY, 2013, p. 144

Conforme essa autora, menos de 30% da documentação informa o ano de criação dos museus identificados, mas, em sua maioria, foram criados nos anos 1940. Se comparados com os números dos Anuários estatísticos da década de 1930, houve um crescimento e uma descentralização dos museus escolares. Pode-se perceber que estavam presentes na maioria dos municípios. É importante lembrar que um dos formatos dos museus escolares eram os armários e recursos da sala de aula. Não fica claro aqui o formato identificado pela autora. A carência de pesquisas e consequente levantamento de dados sobre os museus escolares nas décadas de 1950 e 1960, aliados à emergência e destaque de novos recursos auxiliares de ensino, como aparelhos de projeção cinematográfica, instalações de educação física, laboratórios e gabinetes, contribuem para um vácuo sobre esse período. Entre os indicativos da existência de museus escolares na primeira metade da década de 1960 está a publicação da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1963) que traz “Estatutos para museus escolares do Estado do Rio Grande do Sul” e a identificação de alguns museus criados nessa década.

Na fotografia a seguir, também apresentada por Petry (2013), a autora revela um formato de museu escolar – armários e recursos na sala de aula – nesse período. Pode-se verificar no fundo da sala, lado esquerdo, uma coleção de objetos e, à direita, quadros murais.



Figura 8 - Fotografia do museu Silva Jardim localizado na Escola Estadual de Papanduva, Campo Alegre, 1946. Fonte: Arquivo, 1946c, p. 424 *apud* PETRY, SILVA, 2013, p. 91

Com a crise da pedagogia nova, a emergência da chamada pedagogia tecnicista e de novos recursos de ensino, os museus escolares deixam de figurar nas legislações e projetos educacionais no Brasil a partir dos anos 1960. Assiste-se a partir desse momento a uma crise desse modelo de museu no Brasil, que perdurará até os anos 1970, quando um movimento tímido de ressignificação desse tipo de museu se iniciou.

5.2.2 - Os museus escolares em documentos, orientações para implantação e propostas de formação profissional

Além de referências já citadas, outras publicações trataram mais especificamente da organização dos museus escolares nos anos 1940 e 1950. Destacam-se aqui “Organização e preparação de museus escolares” (1942) de Paulo Roquete Pinto, as orientações do Museu Nacional e “Estatutos para museus escolares do estado do Rio Grande do Sul” publicado na Revista do Ensino (1963). Esses museus também serão alvo de projetos e propostas de formação profissional a partir dos anos 1950.

Segundo orientações de Roquete Pinto (1942, p. 124), para a organização de um simples museu escolar não havia necessidade de um grande laboratório, instalado de maneira toda especial, o que seria difícil e dispendioso. Bastaria começar o museu do modo mais prático, simples e econômico. “A sala que servirá de laboratório deve ser arejada e rica em luz natural e com janelas amplas”. Propôs o “Parque biológico escolar”. Para esse autor, o objetivo do museu escolar era o ensino de História Natural. O processo de criação do museu envolvia a observação, colheita e transporte de materiais (animais e vegetais). Para a composição do museu, sugeriu taxidermia, injeções, instalações do laboratório, mineralogia. Todo o material deveria ser exposto. Em sua obra, Roquete Pinto orienta a preparação de casos como a montagem de esqueletos e apresenta sugestões para um plano de assistência ao ensino.

O Regimento do Museu Nacional aprovado em 1941 estabeleceu, entre as competências da Secção de Extensão Cultural – S.E.C, órgão do Museu Nacional, a publicação de orientações para organização de museus escolares (DECRETO N. 6.746/1941).

Art. 5º À S.E.C. compete:

h) elaborar monografias relativas ao ensino das ciências naturais ou antropológicas.

1º O M. N. promoverá a publicação dos Arquivos do Museu Nacional, do Boletim do Museu Nacional, de catálogos e guias de coleções, de instruções para colecionamento de material de ciências naturais e antropológicas e para a organização de museus escolares, quadros murais, monografias e trabalhos de vulgarização (DECRETO N. 6.746/1941).

A Seção de Extensão Cultural (S.E.C.) do Museu Nacional foi criada por prescrição do regimento de 1941 e dispunha-se a servir como um centro de Educação Popular e de aprendizagem, bem como incentivo e auxílio à construção de museus escolares, entre outras ações voltadas à cooperação com o sistema educacional da época. Entre os anos de 1943 e 1946, a S.E.C. teve como dirigente um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, o professor e técnico educacional Paschoal Lemme (OLIVEIRA, 2012).

Instruções para organização de pequenos museus escolares aparecem na capa III, em todas as edições (cinco) de 1944 e 1945 da Revista do Museu Nacional. Veja instruções na íntegra no Anexo 1. Compostas por doze itens, as instruções centravam na formação de pequenos museus de história natural.

O item 1 recomendava toda escola a ter seu pequeno museu de história natural, bem como a importância dessa prática para o desenvolvimento do gosto pelos estudos da natureza, senso de observação concreta e raciocínio, da disciplina e cuidado.

O item 2 orientava quanto à aquisição do material dos museus escolares, que deveriam ser colecionados pelos próprios interessados: professores e alunos. Afirmavam que além de o Museu Nacional não ter verbas para fornecer o material, organizar a coleção seria uma prática benéfica para os interessados.

Boa vontade, iniciativa, cuidado e paciência são os recursos propostos no item 3 para organizar um pequeno museu escolar que, à primeira vista, parece muito difícil. “O museu deve ter o que há de mais comum na região em que vivem as crianças para as quais ele é criado”. Recomenda-se ainda o uso de fotografias ou estampas para representar seres vivos de outras regiões.

No item 4, recomenda que as escolas situadas na zona urbana ou mesmo suburbana devam frequentar o Museu Nacional e enfatiza a importância das excursões aos parques, campos e florestas para coleta de material para o próprio museu, além de oportunidade de exercícios higiênicos ao ar livre. As escolas situadas na zona rural, apesar de as dificuldades de visitar o museu, apresentavam boas condições para colecionar e criar um bom museu elementar.

Os itens 5, 6, 7 e 8 tratavam da recolha, identificação e conservação de minerais, plantas e animais para organização do museu escolar. Os minerais recolhidos pelos alunos devem ser etiquetados com dados como local, data, nome do colecionador. É o que recomenda o item 5. Se não identificados pelo professor, deveriam ser encaminhados à Seção de Extensão Cultural do Museu Nacional para tal fim. As plantas – item 6 - deveriam ser conservadas depois de coletadas, conforme as indicações fornecidas pelo Museu Nacional. Recomendavam coletar os vegetais herbáceos (ervas) completos e apenas folhas, flores e frutos dos arbustos. No item 7 recomendava a conservação de animais de pequenos porte em vidros de boca larga contendo álcool e insetos em caixas com um pouco de naftalina. O item 8 enfatizava a importância do estudo e observação da vida de animais e plantas e recomendava-se a criação de pequenos animais em aquários, vivários, etc. e o cultivo de plantas.

O item 9 tratava das informações sobre as peças. Ao lado das peças era comum sua história, fotografias dos aspectos da sua existência, indicações de sua utilidade ou nocividade, etc.

O item 10 recomendava enfaticamente a prática do desenho pelos alunos das peças que foram mostradas, bem como o hábito de comparar os seres vivos ou as suas partes, a contar número de órgãos, entre outros exercícios.

Apesar da importância dada ao conhecimento sobre seres vivos que os rodeavam, o item 11 apresentava como desnecessário o ensino de nomes científicos de plantas e animais. A organização de pequenos museus de história natural não podia

servir de pretexto para depredações inúteis. Incutir no ânimo das crianças o amor à natureza visando à preservação da fauna e da flora constituía a instrução número 12.

As instruções para a organização de pequenos museus escolares, editada pelo Museu Nacional, revelam a orientação escolanovista - ideias como o processo de socialização da criança, o aprender fazendo, a ênfase da educação na capacidade de aplicação dos conhecimentos às situações vividas.

Em trabalho no qual enfoca as instituições escolares paulistas entre os anos 1930- - 1960, Souza (2008), ao citar a divisão das mesmas por um grupo de trabalho da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo em 1960, registra a presença do museu:

a) Assistencial: Caixas Escolares ou Caixas de Cooperação Escolar; b) cultural: teatro, cinema, **museu**, biblioteca, jornais, clubes filatélicos; c) Socializante: cívicas (campanhas, comemorações, eventos de civismo), artísticas (coral, banda, fanfarra); sociais (escotismo, bandeirantismo, atividades sanitárias); esportivo/recreativas (festas, excursões) (SOUZA, 2008, p.3, grifo meu).

Alvo de diversas classificações, o museu aparece na categoria cultural das instituições auxiliares da escola. Outro fato que também pode ser constatado a partir do trabalho é que o desenvolvimento dessas instituições era precário devido à falta de incentivo e de apoio material dos poderes públicos. A atuação da Secretaria de Educação e Saúde de São Paulo em relação às instituições auxiliares da escola restringia-se, tão somente, à orientação técnica; tudo o mais, a execução e o suporte material, ficaram na dependência da iniciativa e boa vontade dos diretores, dos professores, dos alunos, dos pais e da comunidade (SOUZA, 2008). Pode-se perceber que a atuação da Secretaria de Educação e Saúde de São Paulo colidia com as instruções do Museu Nacional para a organização de pequenos museus escolares.

Nos anos 1950, a relação entre o museu e a educação foi tema bastante presente nas discussões sobre museus no Brasil. Publicações nacionais⁵² e internacionais e a realização do Seminário Regional Latino-Americano de Museus da UNESCO em 1958, no Rio de Janeiro, com o tema “O Papel Educativo dos Museus” contribuíram para debates intelectuais sobre a relação museu e Educação, enfatizando as visitas escolares. Entre as publicações internacionais destaca-se o livro “Musées et Jeunesse” (1952), do Conselho Internacional de Museus, composto por estudos de Germanine Cart (Museu do Louvre), Molly Harrison (Museu Geffrye de Londres) e Charles Russel (Museu de História Natural de Nova Iorque), prefaciados por Henri Fould e Georges-Henri Riviere. Entre as nacionais destacam-se os livros “Recursos Educativos dos Museus

⁵² É importante lembrar que publicações como a de Leontina Bush e Bertha Lutz nos anos 1930 já traziam essa discussão.

Brasileiros” (1958) de Guy de Hollanda, “Museu e Educação”(1958) de Florisvaldo dos Santos Trigueiros e “Museu Ideal”(1958), de Regina Monteiro Real (FARIA, 2012).



Figura 9 - Fotografia de visita ao Museu Histórico Nacional, durante o Seminário Latino Americano de Museus. Fonte: Escola de Museologia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Coleção Nair de Moraes Carvalho, 498 (cedida por Carina Martins Costa), IN (KNAUSS, 2011, p. 593).

Conforme se pôde verificar ao longo deste trabalho, os debates sobre a relação entre museu e educação no Brasil datam do século XIX. Para Knauss (2011), foi no contexto da década de 1950 que a questão da educação nos museus deixou de ser tratada em termos genéricos. Colocada a partir das relações do museu com a educação escolar, tendo como público-alvo crianças e jovens duas posições emergiram no debate sobre a questão. Uma “considerava que não se tratava de uma questão nova, pois os museus já davam atenção à educação há algum tempo”; a outra “indicava, no entanto, essa tendência como uma nova marca dos museus” (Knauss, 2011, p. 587).

Para Trigueiros (1958), a atenção dada por educadores e legisladores à criação de museus escolares no Brasil esteve, durante muito tempo, restrito ao campo das ideias, e só tomou corpo quando o desenvolvimento da técnica e uma nova conceituação influenciaram nas várias camadas sociais que constituem a opinião pública. As facilidades que apresentavam para o ensino contribuíram para a compreensão da necessidade de incrementar novos museus, especialmente os escolares.

Hoje, os educadores já utilizavam os museus pelas facilidades que apresentavam para o ensino, como repositório de elementos visuais da maior importância para a aprendizagem de quase todas as matérias,

conforme seja a sua especialidade. E é fácil compreender-se a necessidade de incrementar a criação de novos museus, principalmente escolares, tendo em vista que estes últimos atuam mais diretamente no ambiente estudantil (TRIGUEIROS, 1958, p. 113).

Guy de Hollanda (1958) apresenta em sua obra um mapeamento dos museus brasileiros por unidade da federação e os recursos disponíveis por esses. Informações sobre finalidade, acervo, horário de visitação, histórico e publica es, entre outras, deixam evidentes as várias possibilidades de recursos educativos presentes nos museus. Nessa obra apresenta apenas os museus gerais, não incluindo os escolares, exceto o Museu Regional Dom Bosco⁵³ em Campo Grande, Mato Grosso, mantido pelo Ginásio Municipal Dom Bosco.

Além dos recursos úteis ao ensino de história natural, como viveiros, aquários, herbários, pequenas cole es mineralógicas ou zoológicas para a forma o das cole es, em consonância com o seu tempo, esse autor recomendava ainda uso de elementos audiovisuais, as fitas gravadoras de som, os discos, os filmes. As recomenda es desse autor avançaram em rela o às propostas pelo Museu Nacional em 1944 – 1945, para a organiza o de museus escolares. Além dos recursos locais da natureza e os que representavam características de trabalho da região, recomendava ainda arte popular e folclore. No momento de intenso processo de urbaniza o no Brasil, Trigueiros (1958) via a escola como instrumento para potencializar o local e o desenvolvimento pessoal dos jovens, estimulando-os a permanecer onde estavam e não o deslocamento para os grandes centros.

No calor dos debates sobre as rela es entre o museu e a educa o, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), desejoso da profusão de museus escolares em diferentes estados do país, solicitou ao Museu Histórico Nacional oferta, em 1958, do “Curso de Organiza o de Museus Escolares”. Essa atividade envolveu também o “desafio do Curso de Museus de ministrar seus conteúdos a fim de aplicá-los na perspectiva de museus escolares” (FARIA, 2012, p.34). Importante destacar aqui que o “Curso de Museus” que se transformar  anos mais tarde no Curso de Museologia, ofertado pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, era ofertado pelo Museu Histórico Nacional.

O “Curso de Organiza o de Museus Escolares” destinou-se a professoras-bolsistas⁵⁴ do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), objetivando estudo e estágio no museu, “no período de seis meses, a fim de capacit -las a

⁵³ Em razão da transforma o da mantenedora em Universidade, o museu não pode ser classificado na atualidade como um museu escolar.

⁵⁴ As participantes eram professoras primárias em seus estados.

organizarem em seus Estados de procedência museus escolares, bem como orientassem as visitas escolares aos museus de suas cidades” (FARIA, 2012, p.40).

A finalidade desse curso é preparar professoras para a organização de museus escolares e capacitá-los a outros professores para o melhor aproveitamento do material audiovisual; material este, indispensável na motivação das aulas das diversas matérias do currículo escolar (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 1958, p. 5 - 6).

Qual a concepção de museu nesse momento? Que tipo de museu escolar pretendia ser fomentado pelo INEP? Segundo Octávia Corrêa dos Santos Oliveira, uma das professoras do curso, essa foi uma dificuldade para a organização da programação do curso. Na acepção da palavra, não existia museu escolar no Rio de Janeiro e o INEP não contava com museus pedagógicos. A programação resultou do debate entre os envolvidos no curso – professores, técnicos e alunos – no qual foi elaborado um programa que pudesse ser adaptado aos museus escolares. Em razão de atraso para início, o curso começou em 22 de julho, seguindo até novembro de 1958. Durante o curso, ocorreu o Congresso Americano sobre o papel educativo dos museus no Rio de Janeiro, no qual as bolsistas puderam participar como observadoras (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 1958b, p. 7-9)

De acordo com os trabalhos elaborados pelas professoras-bolsistas ao final do curso, percebe-se que os museus escolares foram tratados na “acepção” até então em vigor. Segue trecho do trabalho da bolsista Helena Ferreira Camargo (1958):

O museu escolar é de caráter especializado e só deverá funcionar com orientação pedagógica.

O museu escolar será a apresentação completa e sistemática de material didático e material áudio-visual e coleções, destinados a dar forma concreta ao ensino, porque só a experiência torna possível o conhecimento e compreensão das coisas (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 1958, p. 8 - 9).

De caráter especializado, o museu escolar não se destina à visitação pública, mas aos alunos e professores da escola onde funciona, aos estudantes das escolas normais e de outras escolas primárias que possuam museus. No entanto, a professora-bolsista aponta entre as providências necessárias para o funcionamento do museu, a necessidade de regimento interno, filiação aos departamentos estaduais e federais, necessidade de conhecimento de técnicas de museus por parte do professor encarregado. Destaca, ainda, a importância dos recursos audiovisuais, enfatizando a importância de um cinema educativo, uma discoteca e uma biblioteca. A menção ao

cinema educativo aparece também nos relatórios das demais professoras-bolsistas. (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 1958, p. 8 - 10).

De acordo com relatório dos professores orientadores, Otávia G. dos Santos Oliveira, Yolanda Marcondes Portugal e Geraldo Alves de Carvalho, responsáveis respectivamente pelas aulas teóricas e práticas sobre técnicas de museus, noções sobre numismática e visitas orientadas a diversos museus da cidade e de visitas a várias escolas padrão do Distrito Federal, o curso funcionou no Museu Histórico Nacional. Quatro professoras-estagiárias, oriundas do Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco e Bahia, comparecem ao curso no período de julho a novembro e realizaram satisfatoriamente as atividades previstas (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, 1958, p. 5 - 6).

Anúncios de ofertas de “Curso de Organização de Museus escolares” pela Escola de Horticultura Wenceslau Bello⁵⁵, da Sociedade Nacional de Agricultura no Rio de Janeiro, no Jornal “Correio da Manhã”, foram encontrados em 1949 e 1963 conforme pode-se verificar na imagem a seguir.

Além dos cursos de extensão, a preocupação com a formação de profissionais para o trabalho em museus escolares apareceu também nas propostas curriculares do Curso de Museus do Museu Histórico Nacional, nos anos 1970. Na matriz curricular do Curso de Museus de 1970, foi criada, para os alunos do 3º ano, a sessão de Museus Científicos, ficando três sessões para especialização dos formandos: museus artísticos, museus históricos e museus científicos. Na sessão de Museus Científicos, 1º período, 1970, constava a disciplina Técnica de Museus Escolares Polivalentes, com carga horária de 90 horas. O Parecer Nº 971/69, aprovado 05 de Dezembro de 1969, estabelecia a formação do museólogo com especialização em uma das áreas: arte, história, ciência e tecnologia, museus escolares polivalentes (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Currículo do Curso de Museus, 1932/1934, 1946, 1968/1971, 1973/1976).

⁵⁵ Criada em 1899, com vista à especialização de pequenos lavradores. Em 1937, torna-se Escola Wenceslau Bello. Ministra cursos, entre os quais o de Ciências Agro-Ambientais e de Zootecnia da Universidade Castelo Branco. Em 1995 foi integrada à Sociedade Nacional de Agricultura (http://www.faperj.br/mapa_da_ciencia/cgi-bin/mpcienc_busca.cgi/cidade58.htm Acesso: 01/04/2014).



Figura 10 - Anúncios publicados em 1949 e 1963 pelo Jornal da Manhã sobre a oferta do Curso Organização de Museus escolares

Fonte: Jornal "Correio da Manhã", 25 de março de 1949, p. 12. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage> / Acesso: 20/05/2014

Fonte: Jornal "Correio da Manhã", 1º caderno, Terça-feira, 5 de Novembro de 1963, p. 10. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/> Acesso: 20/05/2014

A Resolução Nº 14 de 27 de Fevereiro de 1970, que fixou os conteúdos mínimos para os cursos de Museologia, estabeleceu que a formação do museólogo se desse em curso de graduação, do qual resultava o bacharel em Museologia. Essa resolução manteve a especialização em uma das seguintes habilitações: Habilitação em Museus de Artes, Habilitação em Museus de Ciência, Habilitação em Museus Escolares Polivalentes e Habilitação em Museus de História. Para a habilitação em Museus Escolares Polivalentes, as disciplinas específicas previstas eram: Psicologia (I e II), Pedagogia (I e II), Didática (I e II), Comunicação (I e II), Ciências Sociais (I e II), Ciências Auxiliares da História (I e II) (MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Currículo do Curso de Museus, 1932/1934, 1946, 1968/1971, 1973/1976). A habilitação em Museus Escolares Polivalentes (1972 – 1976) não se efetivou. As habilitações em museus de Arte, de História e de Ciência se efetivaram. Conforme Atas do Conselho Departamental de 1975,

a falta de professores habilitados para essa parte específica constitui um impedimento para oferta dessa habilitação.

Pode-se perceber que entre os anos 1950 – 1970, o papel educativo dos museus apareceu com frequência nos debates da museologia. Embora apresentando um quadro de crise entre os anos 1960 - 1970, os museus escolares apareceram entre as preocupações de profissionalização da museologia. O Curso de organização de museus escolares só teve uma edição. Quais os resultados desse curso? A proposta de habilitação em Museus Escolares Polivalentes não se efetivou.

No início dos anos de 1980, a relação dos museus com as escolas mudou e conseqüentemente o debate sobre o sentido do trabalho educacional nos museus ganhou uma nova conceituação. Para Knauss (2011), essa mudança de relação reflete os ecos da Declaração de Santiago do Chile realizada em 1972 e o novo contexto da museologia.

Se nos anos da década de 1950, no Brasil, esse encontro colocou os museus na esteira da escola e do ensino escolar, a partir dos anos de 1980 esse encontro não deixou os museus na dependência da escola, criando espaço educativo alternativo, peculiar e próprio em torno do patrimônio cultural (KNAUSS, 2011, p. 596).

O público escolar continua potencial nos museus. A renovação/ inovação do espaço educativo dos museus e sua relação com a escola se encontram em processo e muito se tem a construir ainda.

CAPÍTULO 6

MUSEUS ESCOLARES NO FINAL DO

SÉCULO XX E INÍCIO DO XXI:

ISLUMBRAR DE UM NOVO MOVIMENTO

CAPÍTULO 6 - MUSEUS ESCOLARES NO FINAL DO SÉCULO XX E INÍCIO DO XXI: O VISLUMBRAR DE UM NOVO MOVIMENTO

No campo educacional, o século XX é marcado pelo triunfo do projeto de escolarização, marcado por “certezas” “promessas” e “incertezas” (CANÁRIO, 2008, p. 74). Para esse estudioso, o progressivo processo de escolarização vivenciado nesse século fez com que educação e escola coincidissem como se fossem uma e outra a mesma coisa. A hegemonia da forma escolar no processo educacional gerou/acentuiu o menosprezo pela experiência não-escolar dos alunos e contaminou todas as experiências de modalidades educativas, transformando-as a sua imagem e semelhança. Houve uma naturalização e a persistência da configuração organizacional do estabelecimento de ensino.

Os museus escolares, bem como os museus em geral no século XX, devem ser pensados nessa configuração. O Museu Nacional, ao criar um museu escolar no seu interior para atender às escolas, distribuir material para os museus escolares evidencia a naturalização e configuração organizacional do estabelecimento de ensino. A criação dos setores educativos dos museus no século XX também podem ser pensados nessa ótica.

A primeira metade do século XX, um “tempo certezas”, a instituição escolar “correspondeu, por um lado, a um período de harmonia entre a escola e o seu contexto externo e, por outro lado, a um período de harmonia e coerência internas entre as suas diferentes dimensões” (CANÁRIO, 2008, P. 74).

Nos anos pós Segunda Guerra Mundial (os “trinta gloriosos”, 1945 – 1975), houve de um lado, um crescimento exponencial da oferta educativa escolar e de outro da procura pela escola. A segunda metade do século XX assinala um processo de democratização de acesso à escola, marcando a passagem de uma escola elitista para uma escola de massas, a sua entrada num “tempo de promessas” (CANÁRIO, 2008, p. 73).

A partir da década de 1970, desencanto com a escola amplificou-se. Frente às transformações econômicas, sociais, políticas, culturais, o saber cumulativo e revelado apresenta obsoleto e com déficit de sentido e legitimidade. Crise ou mutação? A instituição escolar vivencia “tempos de incertezas”.

Desde a década de 1960, mudanças e inovações são palavras chave no vocabulário da educação. Os anos 1960 foram marcados por intensos debates pedagógicos e pela introdução dos meios audiovisuais nas instituições de ensino

“Nas décadas de 1960 e 1970, sob a égide da Tecnologia Educacional, novas tecnologias de ensino e materiais didáticos estiveram no centro das proposições de modernização da educação no Brasil” (SOUZA, 2013, 115).

Em realidade, inicialmente, o próprio termo “tecnologia educacional” foi concebido como a utilização de equipamentos audiovisuais e outros recursos tecnológicos com fins educacionais. No entanto, o conceito foi se redefinindo tendo em vista a abrangência que a abordagem passou a ter, aplicando conhecimentos científicos fundamentados na psicologia da aprendizagem, na teoria da comunicação e na teoria sistêmica na solução de problemas educacionais (SOUZA, 2013, 115).

Supervalorizados, os recursos audiovisuais – recursos utilizando imagem e som – que já vinham se propagando desde os anos 1930, difundiu-se partir da década de 1950 e tornaram-se depositários das expectativas de renovação didática nesse período. Segundo Fiscarelli (2009), esse termo, alvo de inúmeras discussões teóricas, entrou no campo pedagógico a partir do discurso que aliava imagens e sons a serviço do ensino.

O termo audiovisual insere-se no discurso pedagógico para designar tanto os métodos e técnicas quanto os objetos que as concretizam, servindo-lhes de apoio, como o disco, a fita magnética, o filme. O termo é usado tanto no sentido conjuntivo, referindo-se a meios que se expressam pela interação de imagens visuais e sons, como o cinema, o vídeo e a televisão, quanto no sentido disjuntivo, referindo-se tanto a meios que incorporam somente a expressão visual, como o quadro, o mural, o slide, o desenho, o mapa, o cartaz, o retroprojeto; quanto a meios que incorporam somente a expressão sonora, tais como: disco, fita de áudio e o rádio (FISCARELLI, 2009, p. 40-41).

Entre as décadas de 1950 e 1970, o Brasil viveu momentos decisivos no processo de industrialização, momento de intenso movimento – migrações, aceleração do processo de urbanização e consumo –, mas também marcados por grandes desigualdades sociais e debates sobre a realidade educacional do país, desafinada com as novas demandas. É nessa sociedade focada no desenvolvimento industrial e com forte demanda pela modernização do ensino é que o avanço da Tecnologia Educacional com o protagonismo dos chamados recursos audiovisuais se fez presente.

Patrocinada em grande parte pela atuação do Ministério da Educação e Cultura, em convênio com organismos internacionais norte-americanos, o avanço da Tecnologia Educacional está intimamente relacionado às representações educacionais em voga na época, isto é, a relação entre educação, desenvolvimentismo e as promessas de modernização do ensino. Nesse cenário, materiais escolares foram redefinidos em sua concepção, materialidade, finalidades e usos. No quadro a seguir, pode-se verificar que os museus escolares apresentam números decrescentes se comparado ao final da década de 1930. Já os aparelhos de projeção cinematográfica, laboratórios e gabinetes apresentam crescimento.

Quadro 6 - Itens presentes nos educandários que ofertavam o ensino extra-primário em 1956

Educandários que possuíam	
Bibliotecas.....	2 048
Museus.....	946
Laboratórios e gabinetes.....	1 538
Escritórios-modélo.....	282
“Ateliers” de pintura e desenho.....	287
Fábricas e oficinas.....	46
Instalações de educação física.....	1 578
Aparelhos de projeção cinematográfica.....	958
Outras instalações.....	297
Veículos de transporte dos alunos.....	127
Instituições p ri-escol res	
Grêmios literários e musicais.....	1 497
Associações desportistas e recreativas.....	1 285
Bolsas e cooperativas escolares.....	520
Grupos escoteiros.....	49
Centro de assistência moral e social.....	504
Conjuntos orfeônicos e musicais.....	1 150
Jornais e revistas.....	822

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – Ensino extra-primário, 1957, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro, RJ 2006, p. 383 PDF Disponível em <http://seculoxx.ibge.gov.br/es/publicacao>, Acesso: 30/01/2014

Para Saviani (2010, p. 305), apesar da intensa experimentação pedagógica da década de 1950 e início da década de 1960, os anos 1961 – 1969 são caracterizados pela “crise da pedagogia nova e articulação da pedagogia tecnicista”.

A partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, a pedagogia tecnicista advogou a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretendeu-se a objetivação do trabalho pedagógico. Buscou-se, então, com base em justificativas teóricas derivadas da corrente filosófico-psicológica do behaviorismo, planejar a educação de modo a dotá-la de uma organização racional capaz de minimizar as interferências subjetivas que pudessem pôr em risco sua eficiência. Se na pedagogia tradicional a iniciativa cabia ao professor e se na pedagogia nova a iniciativa deslocou-se para o aluno, na pedagogia tecnicista o elemento principal passou a ser a organização racional dos meios, ocupando o professor e o aluno posição secundária. A organização do processo converteu-se na garantia da eficiência, compensando e corrigindo as deficiências do professor e maximizando os efeitos de sua intervenção (SAVIANI, Dermeval, *Pedagogia tecnicista*. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_pedagogia_tecnicista.htm Acesso: 03/07/2014

Para esse autor, além da Guerra Fria, outros fatores externos ao processo pedagógico, como as consequências dos avanços tecnológicos no processo de

comunicação, também contribuíram para a emergência e predominância da concepção produtivista de educação.

Quanto à associação por muitos da Tecnologia Educacional à proposta tecnicista, Fiscarelli (2009, p.42) chama a atenção para o fato desse movimento, na sua origem, ter ignorado as possíveis contribuições de outras áreas das ciências, “ter voltado mais para a ação do que para a reflexão; preocupado com a racionalização das práticas educacionais, com a eficiência e com a eficácia do processo educativo”. Também a sua difusão no Brasil deu-se principalmente em um momento no qual o Brasil vivia um contexto de fechamento político. Só a partir dos anos 1970 começou haver uma preocupação em romper com essa concepção restritiva da tecnologia educacional, atingindo todo processo educativo, discussão que não será realizada nesse trabalho.

Com o avanço das Tecnologias Educacionais e da pedagogia tecnicista, os museus escolares perderam seu significado de mediadores da aprendizagem. Projetores de Slides, Retroprojetores, laboratórios de Física e Química, entre outros, passaram a ser considerados como equipamentos ideais. Muitos se perderam, foram descartados, e os que não foram para o descarte, foram parar nos depósitos e sótãos.

A preocupação com os recursos audiovisuais na década de 1970 pode ser evidenciada na recomendação da UNESCO para a transformação das bibliotecas escolares em modernos centros de multimídia ou de recursos. Tal recomendação objetivava estimular a lógica da descoberta.

Para Canário (2008, p. 78), o processo de democratização e massificação da escola assinala “o ponto de viragem que marca o irreversível rompimento do equilíbrio que caracterizava a “escola das certezas” e a evolução para uma dupla perda de coerência da escola” que ocorrerá a partir dos anos 1970. Frente aos novos desafios impostos pela globalização e incompatibilidade com a diversidade dos públicos com que passou a ser confrontada, a escola não tem conseguido atender à mudança de paradigmas no processo ensino aprendizagem. Canário (2008) sintetiza essa crise em três facetas.

O problema da escola pode ser sintetizado em três facetas: a escola, na configuração histórica que conhecemos (baseada num saber cumulativo e revelado) é obsoleta, padece de um déficit de sentido para os que nela trabalham (professores e alunos) e é marcada, ainda, por um déficit de legitimidade social, na medida em que faz o contrário do que diz (reproduz acentua desigualdades, fabrica exclusão relativa) (CANÁRIO, 2008, p. 79).

As reformas educacionais das últimas quatro décadas do século não conseguiram traduzir em uma resposta pertinente para a “crise da escola”. Para Canário (2008) não se pode prever o futuro, mas, pode problematizá-lo e pensar a escola do futuro. Propõe que essa escola seja pensada a partir de três finalidades básicas:

- Construir uma escola onde se aprenda pelo trabalho e não para o trabalho;
- Fazer da escola um sítio onde se desenvolva e estimule o gosto pelo acto intelectual de aprender;
- Transformar a escola num sítio em que se ganha gosto pela política, isto é, onde se vive a democracia em todos os sentidos.

E para isso é preciso transformar a escola. É preciso pensar a escola a partir da educação não-escolar, desalienar o trabalho escolar e pensar a escola a partir de um projeto de sociedade.

Paralelo a esse contexto de “crise da escola⁵⁶”, assiste-se a um movimento explosivo dos museus, alargamento do património e novas tendências da historiografia da educação, onde os museus escolares (re)surgem com nova formatação e função – preservação da memória da educação escolar. Pode-se dizer que esses dois fatores são preponderantes para a mutação dos museus escolares. Predominantemente voltados para o ensino/finalidade de didática até os anos 1970, os novos museus escolares adquirem novas funções.

Não se pode esquecer que alguns museus escolares de ciências criados no final do século XIX e no decorrer do século XX com finalidade de ensino sobreviveram às transformações educacionais e conseqüente em suas funções e compõem esse universo complexo dos chamados museus escolares. Também novos museus escolares de ciências e tecnologia surgiram a partir dos anos 1970. Pode-se dizer que esses museus revitalizados e/ou criados inserem na mudança de paradigmas sobre o processo ensino aprendizagem⁵⁷ vivenciados no período. A aprendizagem passa a ser pensada como um co-produto de uma ação e o museu como o modo de favorecer o aprender e a relação com o saber.

Witt e Possamai (2014) classificam os museus escolares mapeados em Porto Alegre no Rio Grande do Sul como históricos – memória da escola e preservação do património da educação escolar - e de ciências – coleções de botânica, mineralogia, etc.,

⁵⁶ No contexto da “crise da escola” assiste-se também a crise de identidade profissional dos professores marcada pela repercussão negativa da profissão professor, mal-estar docente, proletarização da profissão e discurso contraditório que ao mesmo tempo critica e culpabiliza de um lado, de outro, enaltece a profissão.

⁵⁷ Pensar a educação em termos de aprendizagem, em vez do ensinar consolidou-se no campo teórico, mas, ainda precisa avançar muito no cotidiano educacional escolar.

No mapeamento realizado na pesquisa, pode-se identificar museus escolares com outros tipos de coleções como de história local e outras.

Com coleções sobre a memória e história da educação escolar predominantemente do “tempo de certezas” e do “tempo de promessas”, pode-se dizer que os museus escolares históricos buscam também afirmar a escola como instituição central no processo educacional. A escola tem se apresentado dificilmente modificável a partir da sua própria lógica.

A revitalização e a criação dos museus de ciências, tecnologias e outras coleções além de inserir nessa lógica de afirmação do modelo de educação escolar de determinados momentos e instituições, busca-se também reinventar a organização escolar construindo uma nova legitimidade para essa.

Ao se pensar os museus escolares na atualidade pode se vislumbrar a possibilidade de pensar a escola a partir do não escolar, de deixá-la contaminar por tais práticas.

A maior parte das aprendizagens significativas realiza-se fora da escola, de modo informal, e será fecundo que a escola possa ser contaminada por essas práticas educativas que, hoje, nos aparecem como portadoras de futuro (CANÁRIO, 2008, p.80).

As experiências de museus escolares ainda são pontuais no processo educacional brasileiro, bem como este recurso não é propagado como alternativa para inovar e facilitar a aprendizagem. Na sociedade atual, onde a educação integral é o paradigma que norteia as ações, a informática, como uma nova Tecnologia Educacional, apresenta-se como alternativa para inovar e facilitar a aprendizagem. Sabe-se que seu uso como recurso educacional está longe de efetivar, por razões que não cabem discutir neste trabalho.

Os museus escolares, especialmente os históricos, além de inseridos no alargamento dos campos da história da educação e dos museus, devem ser pensados também sob a ótica dos direitos culturais. No Brasil a Constituição Federal de 1988 colocou, pela primeira vez, os direitos culturais no rol dos direitos fundamentais. Tais direitos vão desde o direito à produção cultural, passando pelo direito de acesso à cultura e chegando ao direito à memória. “A memória é tida como um elemento essencial para a constituição da identidade social, dá sentido de pertencimento e produz significados”. Em pesquisa realizada pelo IBRAM, a preservação do patrimônio museológico ocupa alto grau de importância das atividades desenvolvidas pelos museus (SILVA ... [et al.], (2014, p. 39).

Também têm que se pensar os museus escolares como a “menina dos olhos” das instituições escolares, bem como suas relações com o Estado, sociedade e mercados. Embora as fronteiras simbólicas entre Estado, comunidades nacionais e economia não estão estabilizadas, os museus escolares devem ser pensados ainda que como instituições que possuem força política e fazem uso da memória como instrumento de afirmação de identidades, visibilidade no mercado e de reivindicações de toda espécie (SILVA ... [et al.], 2014, p. 27).

Paralelo ao tão propalado advento da tecnologia digital e sua necessidade de inserção no ensino, vivencia-se também novas concepções de mundo, onde o múltiplo e o diverso se impõe. Nesse cenário, métodos de ensino, objetos, espaços escolares, desaparecem, sofrem metamorfose e são revitalizados.

Metamorfosados ou revitalizados, os novos museus escolares no Brasil surgem da ação de comunidades nas quais estão inseridos, com uma nova função ou com mais funções: guardiões do patrimônio histórico escolar, da história local, recurso de ensino, entre outras. Ao longo da história da educação, as pedagogias sempre buscaram e produziram materiais diversificados e coerentes com suas formulações.

Vistos genericamente como um fenômeno específico da educação escolar, esses museus vêm extrapolando as funções de recurso de ensino e comemoração e inserindo-se cada vez mais no campo do patrimônio e da Museologia.

CAPÍTULO 7

MUSEUS ESCOLARES ATUAIS NO BRASIL: DE RECURSO DE ENSINO E COMEMORAÇÃO AO PATRIMÔNIO E A MUSEOLOGIA

CAPÍTULO 7 - MUSEUS ESCOLARES ATUAIS NO BRASIL: DE RECURSO DE ENSINO E COMEMORAÇÃO AO PATRIMÔNIO E A MUSEOLOGIA

7.1 - Introdução

O termo museu escolar é quase desconhecido da maioria da população brasileira na atualidade. Na museologia e patrimônio, o seu uso é bem recente e aparece em poucos documentos como “Bases para a Política Nacional de Museus”, elaborado em 2003. O estímulo e apoio à participação dos museus escolares e outras modalidades de museus alternativos na Política Nacional de Museus e gerenciamento do patrimônio cultural estão previstos nesse documento.

5. Estímulo e apoio à participação de museus comunitários, ecomuseus, museus locais, museus escolares e outros na Política Nacional de Museus e nas ações de preservação e gerenciamento do patrimônio cultural (POLÍTICA NACIONAL DE MUSEUS, p. 4).

Além do documento citado anteriormente, o estímulo à criação de museus escolares também apareceu em alguns casos pontuais como o “Programa Museu na Escola” da Secretaria de Educação do Paraná e Projeto de Lei 01-00490/2013⁵⁸, que institui a implantação de um museu em cada escola do Município de São Paulo. De acordo com o projeto, o museu escolar deverá conter: documentos importantes da escola; fotos e documentos de todos os eventos realizados na escola; lista com nomes dos professores e os anos que lecionaram; trabalhos dos alunos; fotos e vídeos das formaturas. “A manutenção e organização do museu deverá ser feita com a contribuição da própria escola, mas poderá receber doações” (Projeto de Lei 01-00490/2013). Os projetos se destacam pela iniciativa, mas mantém essas tarefas de manutenção e organização desses museus atreladas às responsabilidades das escolas e a formação da coleções, em sua essência, estimulam o aspecto memorialístico da instituição. As escolas públicas brasileiras, por sua vez, enfrentam dificuldades financeiras e de pessoal para atendimento de qualidade.

Só recentemente, os museus escolares voltaram a ser incentivados indireta e nacionalmente através do “Programa mais Cultura na escola⁵⁹” lançado em 2013. A

⁵⁸ Projeto apresentado pelo Vereador Laércio Benko (PHS), São Paulo, baseado no projeto elaborado pelo aluno Bruno Garcia Belém do Colégio Conde Domingos, constante no Caderno de Projetos do Parlamento Jovem Paulistano 2012 da Câmara Municipal de São Paulo.

⁵⁹ De acordo com Art. 2 da Resolução Nº 4, de 31 de Março de 2014, o Programa Mais Cultura nas Escolas é uma iniciativa conjunta dos Ministérios da Cultura e da Educação, tem por finalidade

Resolução Nº 4, de 31 de Março de 2014 que dispõe sobre a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) às escolas públicas que ofertam a educação básica, com vistas a assegurar a realização de atividades culturais, por intermédio do “Mais Cultura nas Escolas”, de forma a potencializar as ações dos Programas Mais Educação e Ensino Médio Inovador. No Art. 4º, IX, a resolução apresenta a educação museal entre várias opções para elaboração dos Planos de Atividade Cultural da Escola e dentro dela, os museus escolares. Neste sentido, apresenta os “museus escolares como espaços dialógicos que permitem a interdisciplinaridade de diferentes áreas do conhecimento ligadas à realidade escolar e ao seu entorno (RESOLUÇÃO Nº 4, DE 31 DE MARÇO DE 2014).

A Secretaria de Estado da Educação do Paraná lançou o Programa Museu da Escola⁶⁰ visando estimular a implantação de Espaços de Memórias nas Escolas Estaduais da rede pública, com a finalidade da proteção do patrimônio histórico e preservação da memória da educação escolar paranaense. Escolas estaduais enviarão seus acervos de valor histórico para o Arquivo Público do Paraná, para que recebam os cuidados especializados necessários. A proposta é que esses materiais sejam integrados ao Museu da Escola do Paraná. Também algumas escolas foram tombadas pela cordenadoria de patrimônio cultural. Ao que parece, os núcleos de memória nas escolas são apenas uma parte da ação de coleta de acervo para um museu central.

As orientações e propostas apresentadas acima são bem recentes e ainda não foram objeto de pesquisas no que se refere aos museus escolares. Discutirá aqui, o complexo universo de museus escolares em funcionamento no Brasil. Varine (2013) aponta os museus escolares como uma experiência singular e muito interessante por apresentar diferentes soluções na experiência atual da nova museologia como forma de adaptação do museu e da museologia às necessidades do desenvolvimento humano. Para esse autor, a criação de um museu ou referendamento de um existente devem ser precedidas de um longo período de reflexão coletiva com a ajuda de vários questionamentos. Pensar um museu é pensar os seus dois conceitos - o museu tradicional e o museu evolutivo -

fomentar ações que promovam o encontro entre experiências culturais e artísticas em curso na comunidade local e o projeto pedagógico de escolas públicas.

⁶⁰Participam desse programa as seguintes escolas: Acervo Arquitetura Escolar do Paraná, Colégio Agrícola Estadual Getúlio Vargas – Palmeira, Colégio Estadual São José – Lapa, Colégio Estadual Moisés Lupion – Antonina, Colégio Estadual Regente Feijó - Ponta Grossa, Colégio Estadual Tiradentes - Curitiba, Grupo Escolar Jesuíno Marcondes – Palmeira, Grupo Escolar Manoel Eufrázio – Piraquara, Grupo Escolar Xavier da Silva – Curitiba, Instituto de Ed. do Paraná Prof. Erasmo Pilotto – Curitiba, Solar Conselheiro Jesuíno Marcondes - Palmeira

que não são antinômicos, mas que marcam duas opções culturais distintas e, conseqüentemente, contribuições diferentes.

O museu tradicional, instituição permanente, contendo uma coleção de objetos, gerido por pessoal científico especializado dirigido ao público, abrigado em um ou vários edifícios adaptados para este uso, utilizando a linguagem da exposição.

O museu evolutivo, constituindo em um processo de longo prazo, sobre um território, para uma população, com patrimônio ancorado na cultura viva desta, utilizando a linguagem do objeto (VARINE, 2013, p. 201).

Barcellos (2013, p. 27) apresenta os museus escolares como curadores do ensino de ciências, projetos onde os alunos-curadores são desafiados a desenvolverem suas próprias questões, conduzirem suas pesquisas e construir um museu cujo fim não é o museu em si mesmo. “Trata-se de um meio, uma ferramenta, para realizar alfabetização científica através de um processo (inter)ativo, (re)construtivo, analítico, comunicativo, emocional e afetivo”.

Ao pensar a criação de museus escolares, é preciso ainda identificar a instrumentalização do museu e qual o seu papel, o patrimônio utilizado, o público alvo, atores, parceiros dos museus entre outras questões.

7.2 - Museus escolares em funcionamento: um complexo universo

Como no final do século XIX e primeira metade do XX, existem hoje diversas propostas e formas de operacionalizar os chamados museus escolares no Brasil, não havendo um modelo padrão a ser seguido. Embora tenham similitudes, os processos de criação e desenvolvimento são diferentes nas instituições museológicas escolares.

Frente à diversidade de propostas e formas de operacionalização dos museus escolares encontrados no Brasil no início do século XXI, propõe-se aqui a elaboração de categorias/tipologias para esses museus. Os critérios utilizados neste trabalho foram elaborados para fins didáticos, conforme o enfoque dado pela pesquisadora e obedeceram a condições, metodologia, objetos de estudo, entre outros. Todavia, o esquema tipológico não ficará completo, é possível que instituições museológicas vinculadas às escolas de educação básica e profissional em funcionamento que não tenham sido identificadas e investigadas.

As regiões sudeste e sul concentram a maior presença de unidades museológicas, correspondendo a 67% dos museus brasileiros cadastrados. Os Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro, aparecem, nessa ordem, com o maior número de instituições. A região nordeste ocupa a terceira região em quantitativo de museus, correspondendo a 21% das instituições mapeadas e sua maior concentração ocorre nos Estados da Bahia, Ceará e Pernambuco.

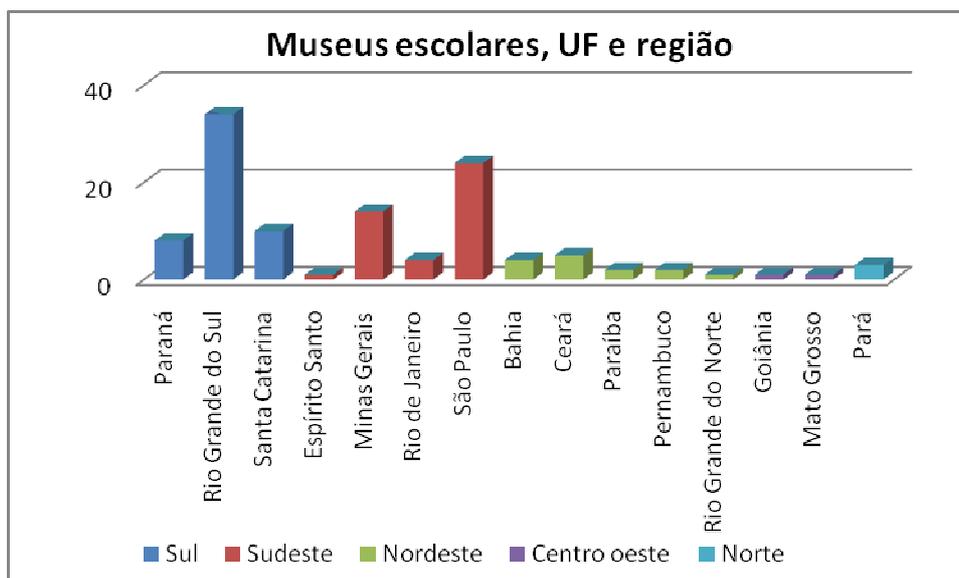
As regiões norte e Centro-Oeste possuem o menor quantitativo de museus mapeados. As duas regiões concentram 12% do total de instituições mapeadas. Os Estados do Pará, Amazonas, Goiás e Distrito Federal detêm os maiores quantitativos. Dos museus mapeados, um percentual significativo de museus está concentrado nas capitais dos Estados, totalizando uma média geral de 30,5%, sendo que na região norte esse percentual eleva-se para 59,6% e na região Sul essa concentração cai para 18,3%. Além das capitais, onde está concentrado o maior número de instituições museológicas, Campinas, São Paulo é o município brasileiro com maior quantitativo de museus (21) (MUSEUS EM NÚMEROS/INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011).

Quanto aos museus escolares, foram identificadas 115 instituições em todo o país e como os demais museus, sua distribuição quantitativa ocorre de forma desigual nas regiões e nos estados brasileiros. Na análise univariada de associação estatística por variáveis pesquisadas, o valor encontrado no teste de qui-quadrado (Valor $P= 0,005$) entre unidade da federação e região foi de ,000, o que demonstra a existência de comprovação/relação científica entre essas duas variáveis.

Como se pode observar no gráfico a seguir, a região sul concentra o maior número de instituições, seguida da região sudeste. As regiões norte e centro oeste também foram regiões com menores quantitativos.

No estado do Rio Grande do Sul, seguido por São Paulo foi identificados o maior número de instituições museológicas dessa categoria. A seguir, no Quadro 7, tabela descritiva das instituições museológicas de cada unidade da federação com informações referentes à Região, Cidade/Estado, Instituição Museológica, Escola / Instituição Escolar e Ano de Criação

Gráfico 3 - Museus escolares por unidades da federação e região



Fonte: Elaboração própria baseado em informações do Guia de Museus Brasileiros, Guia dos Museus Brasileiros/IBRAM, Cadastro de Museus IBRAM, Guia de Museus de Santa Catarina, Guia dos Museus do Estado do Rio Grande do Sul e buscas na Web.

Quadro 7 - Mapeamento dos museus escolares no Brasil em funcionamento no Brasil

Região	Cidade/UF	Instituição museológica	Escola/instituição escolar	Ano de Criação
Sul	Cafeara – PR	Museu Histórico Municipal João Rissati	Escola Municipal de Cafeara	2004
	Cascavel – PR	Museu do computador	Colégio Estadual Padre Carmelo Perrone	2012
	Curitiba – PR	Museu Prof. Guido Straube	Colégio Estadual do Paraná	1979
	Curitiba – PR	Museu do Colégio Militar de Curitiba - Museu Cel Loyola	Colégio Militar de Curitiba	2008
	Foz do Iguaçu – PR	Museu do Colégio Estadual Ayrton Senna	Colégio Estadual Ayrton Senna	2015
	Irati – PR	Museu Padre Wilson Belloni	Colégio Estadual São Vicente de Paulo	NI
	Umuarama – PR	Museu do colégio Global	Colégio Global	1997
	Urai – PR	Museu da Escola Franciscana Divina Pastora	Colégio Franciscano Divina Pastora	2013
	Dom Pedrito – RS	Museu Histórico Irmã Melânia Mottoso	Escola Nossa Sra. do Horto	1983
	Ijuí – RS	Museu Escolar do MECEAP	Colégio Evangélico Augusto Pestana – MECEAP	1973
	Nova Petrópolis – RS	Museu Pastor Paulo Evers	Escola Bom Pastor	2006
	Novo Hamburgo – RS	Museu da Educação da IENH	Instituição Evangélica de Novo Hamburgo – IENH	1986

Região Sul	RS				
	Novo Hamburgo – RS	Museu do Índio Tikuna	Instituição Evangélica de Novo Hamburgo – IENH	1981	
	Panambi – RS	Museu Escolar e Comunitário	E. M. E. F. Bom Pastor	2010	
	Passo Fundo –RS	Museu Irmão Paschoal Pasa ou Museu Zoobotânico Colégio Conceição	Colégio Nossa Senhora da Conceição	1932	
	Passo Fundo –RS	Museu do Colégio Notre Dame	Colégio Notre Dame	NI	
	Passo Fundo –RS	Museu do Instituto Menino Deus	Escola Redentorista Instituto Menino Deus	2012	
	Pelotas – RS	Museu do Colégio Pelotense	Colégio Municipal Pelotense	2005	
	Porto Alegre – RS	Memorial do Deutscher Hilfsverein	Colégio Farroupilha	2002	
	Porto Alegre – RS	Museu Metodista de Educação Bispo Isac Aço – MMEBI	Colégio Metodista Americano	1931 2010*	
	Porto Alegre – RS	Museu Anchieta de Ciências Naturais	Colégio Anchieta	1917	
	Porto Alegre – RS	Museu de Ciências do Colégio La Salle Dores	Colégio La Salle Dores	1930	
		Cidade/UF	Instituição museológica	Escola/instituição escolar	Ano de Criação
		Porto Alegre – RS	Museu Escolar de Ciências	Colégio Marista Nossa Senhora do Rosário	1968
		Porto Alegre – RS	Museu Professora Roma	Colégio Estadual Júlio de Castilhos	1993
	Porto Alegre – RS	Museu de Biotecnologia Júlio de Castilhos	Colégio Estadual Júlio de Castilhos	1960	
	Porto Alegre – RS	Museu Casarão da Várzea	Colégio Militar de Porto Alegre	2003	
	Porto Alegre – RS	Memorial Sévigné	Colégio Bom Jesus Sévigné	2000	
	Porto Alegre – RS	Memorial São Francisco	Instituto de Educação São Francisco	2012	
	Porto Alegre – RS	Museu de Ciências do Colégio Americano	Colégio Americano	1931	
	Porto Alegre – RS	Memorial Escola Técnica Estadual Irmão Pedro	Escola Técnica Estadual Irmão Pedro	2012	
	Porto Alegre – RS	Memorial do Colégio Bom Conselho	Colégio Bom Conselho	2013	
	Porto Alegre – RS	Memorial do Centenário -	Colégio La Salle Santo Antônio	2013	
	Porto Alegre – RS	Museu da Naureza Paulo da Gama	Instituto Estadual de Educação Paulo Gama	2010	
	Santa Maria – RS	Museu do Instituto Metodista Centenário	Instituto Metodista Centenário	1994	
	Santa Maria – RS	Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac	Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac	1998	
	Santa Maria –	Memorial do Colégio Manoel	Colégio Estadual Manoel	1996	

Região Sul	RS	Ribas	Ribas		
	Santa Cruz do Sul – RS	Museu do Colégio Mauá	Colégio Mauá	1966	
	São Gabriel – RS	Centro de Memória Escolar Profª Eloísa Weber	Escola Municipal Ginásio São Gabriel	2011	
	Sapuçaia do Sul - RS	Museu de Ciências do Colégio Ulbra São Lucas	Colégio Ulbra São Lucas	NI	
	São Leopoldo – RS	Museu Escolar Professor Arnildo Hoppen	Colégio Sinodal	1996	
	Taquara – RS	Museu de História da Tecnologia Harald Alberto Bauer / Museu do Cimol	Escola Técnica Estadual. Monteiro Lobato (Cimol	2014	
	Viamão – RS	Memorial Champaganat	Colégio Marista Graças	1997	
	Blumenau – SC	Museu Casa da Memória da Escola Número 1	Centro Educacional Menino Jesus	1992	
	Florianópolis – SC	Memorial do Centro Educacional Menino Jesus	Centro Educacional Menino de Jesus	2005	
	Florianópolis – SC	Museu do Homem do Sambaqui “Padre João Alfredo Rhor	Colégio Catarinense	1964	
	Ituporanga – SC	Museu Escolar do Seminário São Francisco de Assis	Seminário São Francisco de Assis	1965	
	Ibirama – SC	Museu Escolar Gertrud Frankowia	Escola de Educação Básica Eliseu Guilherme	2011	
	Iporã do Oeste - SC	Museu Escolar de Linha São Lourenço	Escola de Educação Básica de São Lourenço	2014	
		Cidade/UF	Instituição museológica	Escola/instituição escolar	Ano de Criação
		Irani – SC	Museu Escolar da Escola Básica Municipal Sebastião Rodrigues de Souza	Escola Básica Municipal Sebastião Rodrigues de Souza	2014
		Lages – SC	Museu do Colégio Bom Jesus Diocesano	Colégio Bom Jesus Diocesano (desativado)	NI
		Pomerode – SC	Centro de Memória da Escola Dr. Amadeu da Luz	E. B. M. Dr. Amadeu da Luz	2014
	Porto União – SC	Museu e Laboratório de Taxidermia do Colégio Santos Anjos	Colégio Santos Anjos	NI	
Sudeste	Vila Velha – ES	Memorial do Colégio Marista Nossa Senhora da Penha	Colégio Marista Nossa Senhora da Penha	2014	
	Alto Jequitibá – MG	Museu Constância Nora	Colégio Evangélico Reverendo Siqueira	2006	
	Araçuaí - MG	Museu Irmã Odile Kloet	Colégio Nazareth	Década 1920	
	Barbacena – MG	Centro de Memória Irmã Paula Boisseau	Colégio Imaculada Conceição	2014	
	Belo Horizonte – MG	Museu Leopoldo Cathoud	Instituto de Educação de Minas Gerais /Magistra	1946	
	Belo Horizonte – MG	Museu do Colégio Arnaldo	Colégio Arnaldo	1912	
	Belo Horizonte – MG	Museu do Colégio Militar	Colégio Militar de Belo Horizonte	1993	
	Belo	Museu Marista	Colégio Marista Dom	2003	

Região Sudeste	Horizonte – MG		Silvério		
	Catas Altas – MG	Museu do Colégio – Santuário Caraça	Santuário Caraça	~ 1821	
	Juiz de Fora – MG	Museu de Etnologia Indígena e de História Natural da Academia	Colégio Cristo Redentor – Academia de Comércio	1989	
	Poços de Caldas - MG	Memorial Padre Carlos	Escola Profissional Dom Bosco de Poços de Caldas	2003	
	Ponte Nova – MG	Museu Histórico de Nossa Senhora Auxiliadora	Escola Nossa Senhora Auxiliadora	NI	
	Santa Rita do Sapucaí - MG	Museu ETE/FMC – Colégio Marista	Colégio Marista	NI	
	Uberaba - MG	Museu da Capela Nossa Senhora das Dores Irmãs Dominicanas de Monteils	Colégio Nossa Senhora das Dores	1995	
	Ubá – MG	Museu Histórico do Ginásio São José	Ginásio São José	2014	
	Nova Friburgo – RJ	Museu Jesuíta	Colégio Anchieta	2010	
	Rio de Janeiro – RJ	Centro de Memória Institucional – CEMI/ISERJ	Instituto de Educação do Rio de Janeiro – ISERJ	2005	
	Rio de Janeiro – RJ	Museu de História Natural do ISERJ	Instituto de Educação do Rio de Janeiro – ISERJ	Década de 1930	
	Rio de Janeiro – RJ	Acervo do Colégio Militar do Rio de Janeiro	Colégio Militar do Rio de Janeiro	2013	
	Região	Cidade/UF	Instituição museológica	Escola/instituição escolar	Ano de Criação
	Agudos - SP	Museu escolar do Seminário de Santo Antônio	E. E. Doutor Francisco Tomas de Carvalho	1995	
	Itaquacetuba - SP	Museu Histórico do Colégio Apollo	Colégio Apollo	NI	
	Jaboticabal - SP	Centro de Memória Madre Francisca Peeters	Colégio Santo André	2014	
	Jaboticabal – SP	Museu de História Natural do Colégio Santo André	Colegio Santo Andre	NI	
	Jundiaí - SP	Museu Escolar Prof. Joana Fornari/ Museu Escolar do Conde	E. E. Conde do Parnaíba	2006	
	Monteiro Lobato - SP	Museu de História Natural da Escola Pandavas	Escola Pandavas	2008	
	Piracicaba – SP	Museu Prof ^a . Jair de Araújo Lopes – Centro Cultural Martha Watts	Colégio Piracicabano	2003	
Rio Claro - SP	Museu Theodor Koelle do Colégio Koelle	Colégio Koelle	1997		
São João da Boa Vista – SP	Memorial Escolar Dirce S. Carbonara	Escola Estadual Cel. Joaquim José	NI		
São Paulo – SP	Acervo da E. E. Culto à Ciência	E. E. Culto à Ciência	Início do século XX		
São Paulo – SP	Centro Cultural do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo	Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo	1980		
São Paulo – SP	Museu do Colégio Santo Américo	Colégio Santo Américo Mosteiro São Geraldo	1999		
São Paulo – SP	Museu Padre Anchieta	Colégio Regina Mundi	NI		

	SP			
	São Paulo – SP	Museu de História Natural do Colégio São Luis	Colégio São Luis – Fernão Cardim	2006
	São Paulo – SP	Museu de Ciências Naturais e Tecnologia	Colégio Emilie de Villeneuve	NI
	São Paulo – SP	Memorial do Colégio Passionista São Paulo da Cruz	Colégio Passionista São Paulo da Cruz	NI
	São Paulo – SP	Museu do Colégio Santo Ivo	Colégio Santo Ivo	2006
	São Paulo – SP	Museu Maria Soldado	Colégio Santo Ivo	
	São Paulo – SP	Museu da História dos Salesianos no Brasil	Colégio Liceu Coração de Jesus	2008
	São Paulo – SP	Memorial do Colégio Marista Arquidiocesano	Colégio Marista Arquidiocesano	2007
	São Paulo – SP	Museu de História Natural do Colégio Dante	Colégio Dante	2011**
	São Paulo – SP	Museu da E. E. Caetano de Campos	E. E. Caetano de Campos	Início do século XX
	São Paulo – SP	Centro de Memória da Escola Técnica Estadual Carlos de Campos	Escola Técnica Estadual Carlos de Campos	2008
Região	Cidade/UF	Instituição museológica	Escola/instituição escolar	Ano de Criação
Nord este	Ilhéus - BA	Museu do Instituto Nossa Senhora da Piedade	Instituto Nossa Senhora da Piedade	2007
	Lauro de Freitas - BA	Museu de História Natural da Escola Vila Alegria	Escola Vila Alegria	Século XXI
	Salvador - BA	Memorial do Colégio Antônio Vieira	Colégio Antônio Vieira	NI
	Salvador - BA	Museu do Colégio Militar de Salvador	Colégio Militar de Salvador	1989/2005**
	Aracoiaba – CE	Museu Histórico e Cultural Dr. Salomão Alves de Moura Brasil de Aracoiaba	Ginásio Escolar Normal Virgílio Távora	2009
	Fortaleza – CE	Museu da Escola Normal Justiniano de Serpa	Escola Normal Justiniano de Serpa	1941
	Fortaleza – CE	Museu Histórico Escolar Gustavo Barroso	Colégio Militar de Fortaleza	1964
	Fortaleza – CE	Museu Cultural Escolar 2 de Maio	E.E. F. M Integrada 2 de Maio	2002
	Russas – CE	Museu Padre Júlio Maria	Unidade Educacional Coração Imaculado de Maria UNECIM	1954
	Natal - RN	Museu do Colégio Executivo	Colégio Executivo	2011
	João Pessoa – PB	Museu do Colégio Lourdinias	Colégio Nossa Senhora de Lourdes	NI
	Petrolina - PE	Núcleo Municipal de Estudos das Ciências de Petrolina – NUMEC	Escola Municipal Nossa Rainha dos Anjos	2006

	Recife - PE	Museu de História Natural Louis Jacques Brunet	Ginásio Pernambucano	1858
	Recife - PE	Museu Madre Agathe Verhele	Colégio Damas	NI
	RN	Museu do Colégio Exeutivo	Colégio Exeutivo	2011
Centro-oeste	Goiânia - MS	Memorial do Colégio Santa Clara	Colégio Santa Clara	2013
	Campo Grande - MS	Museu do Colégio Latino Americano	Colégio Latino Americano	1999
Norte	Belém - PA	Ecomuseu da Amazônia	Fundação Escola Bosque	2007
	Belém - PA	Museu do Colégio Gentil Bittencourt	Colégio Gentil Bittencourt	NI
	Oriximiná - PA	Museu de Ciências da Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Maria	Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Maria	1972

Legenda

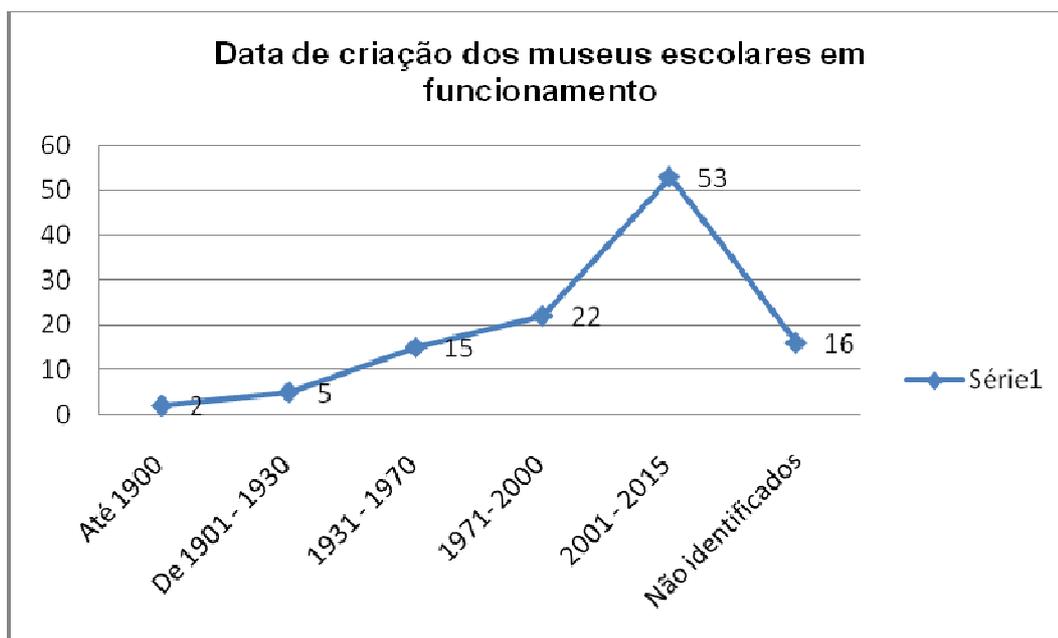
NI – Não Identificado

Fonte: Elaboração própria baseado em informações do Guia de Museus Brasileiros, Guia dos Museus Brasileiros/IBRAM, Cadastro de Museus IBRAM, Guia de Museus de Santa Catarina, Guia dos Museus do Estado do Rio Grande do Sul e buscas na Web.

Assim como no mapeamento da distribuição geral dos museus no território brasileiro, pode-se perceber a predominância dessas instituições nas capitais, sobretudo na região sul e sudeste. No que se refere ao mapeamento e à identificação dos museus escolares, Rio Grande do Sul e São Paulo, respectivamente, as capitais Porto Alegre e São Paulo apresentam quantitativamente o maior número dessas instituições.

Dentre as informações analisadas, o quadro anterior apresenta ainda informações sobre o ano de início do funcionamento dos museus mapeados e podemos observar no gráfico a seguir, a sobrevivência de um número muito pequeno de museus escolares anteriores à década de 1970. Após análise, pode-se notar que os museus em funcionamento foram criados em sua maioria nas três últimas décadas, sobretudo a partir do século XXI.

Gráfico 4 - Data de criação dos museus escolares em funcionamento no Brasil



Fonte: Elaboração própria baseado em informações do Guia de Museus Brasileiros, Guia dos Museus Brasileiros/IBRAM, Cadastro de Museus IBRAM, Guia de Museus de Santa Catarina, Guia dos Museus do Estado do Rio Grande do Sul e buscas na Web.

Além dos museus escolares, vale destacar a presença de planetários e observatórios em alguns estabelecimentos escolares brasileiros. Veja 7 a seguir.

Quadro 8 - Mapeamento de planetário e observatórios astronômicos em escolas e colégios no Brasil

Cidade/UF	Instituição museológica	Escola/instituição escolar	Ano de Criação
Curitiba – PR	Planetário e Observatório Astronômico Bagozzi	Colégio Bagozzi (Chacára do Colégio em Araucária)	2000
Curitiba – PR	Observatório Astronômico prof. Dr. Leonel Moro	Colégio Estadual do Paraná	1994
Porto Alegre – RS	Observatório Astronômico Capitão Parobé	Colégio Militar de Porto Alegre – CMPA Colégio Casarão da Várzea	2002
Porto Alegre – RS	Observatório Astronômico Herschel – OAH	Colégio e Faculdade Universitas	2000
Cariacica – ES	Observatório Astronômico Aristarco de Samos	Colégio Campo Grande	2005
Belo Horizonte – MG	Observatório Oswaldo Nery	Colégio Santo Agostinho	1995
Ipatinga – MG	Observatório do Centro de Astronomia Apex do Vale do Aço	Escola Educação Criativa	2000
São Paulo –	Observatório Astronômico do	Colégio Magno	1998

SP	Colégio Magno		
Belo Horizonte – MG	Observatório do Colégio Santa Doroteia	Colégio Santa Doroteia	2007
Fortaleza – CE	Observatório Astronômico do Colégio Christus	Colégio Christus	1988
Fortaleza – CE	Observatório Astronômico 7 de Setembro – OA7S – EBS	Colégio 7 de Setembro	1991
Fortaleza – CE	Observatório Astronômico 7 de Setembro – OA7S – NGS	Colégio 7 de Setembro	NI

Legenda

NI – Não Identificado

Fonte: Elaboração própria baseado em mapeamento de observatórios e planetários no Brasil disponível nos sites <http://www.uranometrianova.pro.br/observatorios/obsbrasil.htm> e <http://www.uranometrianova.pro.br/planetarios/planbrasil.htm> Acesso: 01/09/2015

Os observatórios e os planetários em funcionamento foram criados em sua maioria nas três últimas décadas do século XX, concentrando-se nas regiões sudeste, sul e nordeste. Do total de 12 (doze) instituições identificadas, apenas 2 (duas) são de natureza pública. Percebendo-se nesse campo um predomínio de instituições de natureza particular.

7.4 - Museus escolares: tipos e categorias

O sistema de classificação de museus adotado pelo Conselho Internacional de Museus - ICOM atende à natureza das coleções⁶² e, de acordo com esse sistema, os museus de pedagogia, ensino e educação são classificados como museus de Ciências Sociais e Serviços. Seguindo com menor ou maior rigor as orientações do ICOM, diversos autores têm elaborado classificações e tipologias para os museus. Para Alonso (2001, p. 110), deve-se admitir também os conteúdos⁶³ como o traço mais definidor do museu. Para esse autor, “se admite que uma classificação é uma teoria implícita, ou uma hipótese sobre as características mais significativas, que haverá de fazer explícita, ou justificar-se e explicar-se”.

De acordo com classificação adotada pelo ICOM, os museus que funcionam em instituições escolares ou vinculados a essas se enquadram na categoria museus de

⁶² De acordo com o sistema de classificação do ICOM, os museus são agrupados em: 1) Museus de Arte; 2) Museus de História Natural em Geral; 3) Museus de Etnografia e Folclore; 4) Museus Históricos; 5) Museus de Ciências e das Técnicas; 6) Museus de Ciências Sociais e Serviços Sociais; 7) Museus de Comércio e das Comunicações; 8) Museus de Agricultura e dos produtos do solo (ALONSO, 2001).

⁶³ Segundo o conteúdo e as disciplinas, os museus podem ser agrupados em: a) Museus de Arte; b) Museus Gerais, especializados, monográficos e mistos; c) Museus de história; d) Museus de Etnologia, Antropologia e Artes Populares; e) Museus de Ciências Naturais; f) Museus Científicos e de Técnica Industrial; g) Outras variações tipológicas de Museus (ALONSO, 2001).

Ciências Sociais e Serviços. Em razão de suas coleções, muitos são denominados e enquadrados como Museus de História Natural em Geral (coleções de botânica, zoologia, geologia, paleontologia, mineralogia etc.); Museus Históricos (coleções de objetos e recordações de uma época determinada, comemorativos etc.) e Museus de Etnografia e Antropologia. Os limites da classificação são bastante tênues.

Conforti, *apud* Poulout (2013, p. 33), evoca quatro características fundamentais de estabilidade da instituição: 1) a definição das missões no momento de fundação de cada estabelecimento – uma espécie de estatuto formalizado ou não – “fornece o quadro intelectual e, até mesmo estético e temático das ambições museais”; 2) a estrutura administrativa e profissional do museu, “que implica um código ético e uma prática de organização”; 3) a natureza das coleções permanentes; 4) “o prédio, que, por sua arquitetura, manifesta os desígnios iniciais e impõe certa disposição e, até mesmo um percurso”.

Os elementos enumerados por Poulout (2013) nortearão a caracterização dos museus escolares no Brasil. Ao pensar a criação de museus escolares, é preciso ainda identificar a instrumentalização do museu e qual o seu papel, o patrimônio utilizado, o público alvo, atores, parceiros dos museus, entre outras questões.

7.4.1 - Natureza administrativa dos museus escolares

Para caracterizar os museus escolares é preciso levar em conta entre vários aspectos, a natureza administrativa desses, ou seja, mais especificamente, quem são seus mantenedores ou seus vínculos funcionais.

No desenvolvimento do campo museal, brasileiro prevalece o investimento público, sendo a categoria municipal a que apresenta maior índice (41,1%). As categorias de museus privados no Brasil – que podem pertencer aos grupos associação, empresa, fundação ou sociedade – apresentam percentuais menores em relação às categorias públicas (22%) (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011, P. 63, vol, 1).

No que se refere às tipologias das instituições mantenedoras dos museus escolares, pode-se classificar da seguinte forma: a) Particulares – escolas confessionais, escolas de formação de quadros religiosos (seminários), de ensino geral e escolas de formação profissionalizante; b) públicas – de educação básica e profissionalizante e colégios militares que ofertam o ensino regular e preparação militar.

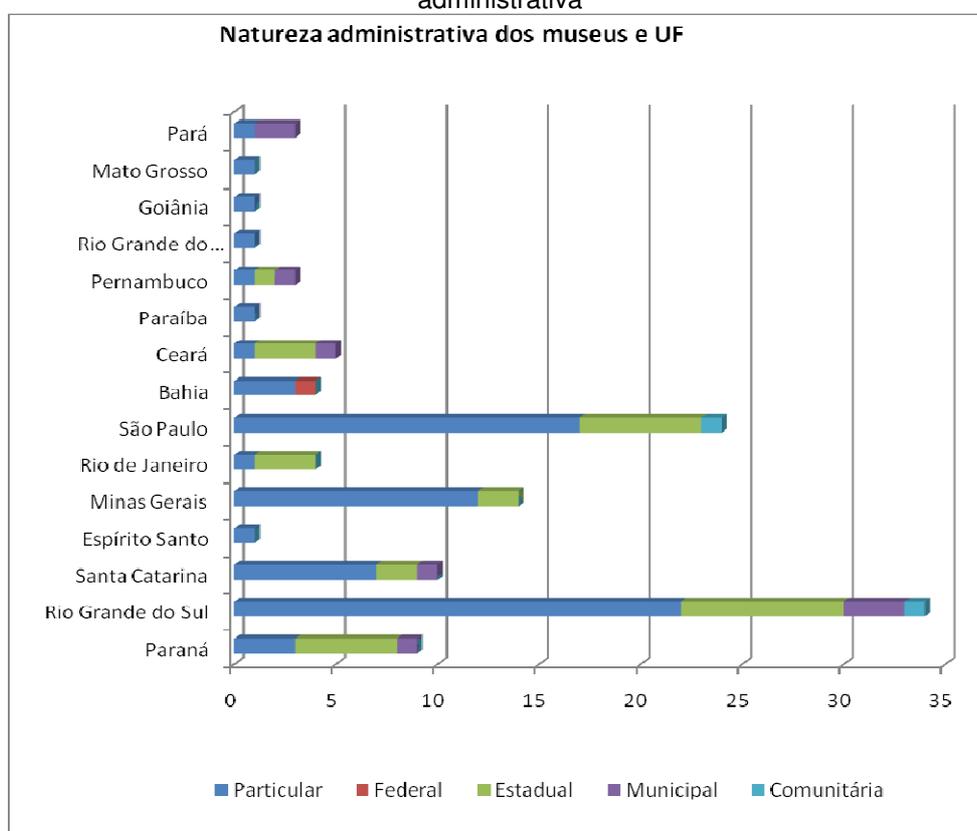
Como se pode observar no gráfico a seguir, a natureza administrativa dos museus escolares é bem complexa, prevalecendo na totalidade o investimen privado. Na análise univariada de associação estatística por variáveis pesquisadas, o valor encontrado no

teste de qui-quadrado (Valor $P= 0,005$) entre a unidade federativa e a natureza administrativa foi de ,000, o que demonstra a existência de comprovação/relação científica entre essas duas variáveis.

Com novas funções, os museus escolares incluem-se predominantemente no movimento das instituições de ensino particulares, sobretudo as confessionais, na preservação de sua memória. Os estados com maior número de instituições – Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais –, bem como nos de menores números – Espírito Santo, Paraíba, Rio Grande do Norte, Mato Grosso e Goiânia - prevalece a natureza administrativa particular.

Quanto à rede de ensino público, esse tipo de instituição tem sido criada/e ou reativada em sua maioria em colégios centenários que, em determinados períodos, foram considerados centros de excelência do ensino. Entre os estados que prevalece a natureza pública nos museus escolares estão os de Ceará, Pernambuco, Pará, Rio de Janeiro e Paraná. Exceto esse último, são estados com até 5 (cinco) instituições nessa modalidade. Quanto aos comunitários apenas 2 (duas) instituições) foram identificadas.

Gráfico 5 - Número de museus escolares em funcionamento no Brasil, segundo a natureza administrativa



Fonte: Elaboração própria baseado em informações do Guia de Museus Brasileiros, Guia dos Museus Brasileiros/IBRAM, Cadastro de Museus IBRAM, Guia de Museus de Santa Catarina, Guia dos Museus do Estado do Rio Grande do Sul e buscas na Web.

A natureza administrativa dos museus escolares e suas respectivas instituições de ensino são reveladoras de um fazer social que requer condições especiais para fazer lembrar ou esquecer.

7.4.2 - Museus escolares e o desejo de memória

Para Vinão (2011), a historiografia educativa não tem estado e nem está isenta do furor comemorativo que caracteriza boa parte da produção histórica. A própria concepção de monumento surge associada à comemoração, à lembrança. O furor comemorativo mencionado pelo autor estende-se também a outras tipologias de museus e ao patrimônio.

Parte significativa dos museus escolares surgidos no final do século XX são resultados desse “furor memorialístico-comemorativo” (Viñao, 2011), onde pessoas ou grupos interessados conjugaram seus interesses na conservação desse patrimônio e memória. No entanto, esse furor não pode ser pensado isoladamente, ele faz parte do momento atual onde há uma grande preocupação com a questão da memória. Nesse sentido, consideram-se os museus de história natural surgidos com finalidade didática e de ensino onde a preocupação com a memória também se faz presente.

Gagnebin (2009), Nora (1993), Huyssen (2000), entre outros autores concordam que existe hoje uma grande preocupação com a questão da memória. A partir da década de 1980, o foco parece ter-se deslocado dos futuros presentes (HUYSSSEN, 2000) para os passados presentes, uma vez que estamos vivendo uma era da cultura da memória, em que o mundo está sendo musealizado e cada um representa o seu papel nesse processo.

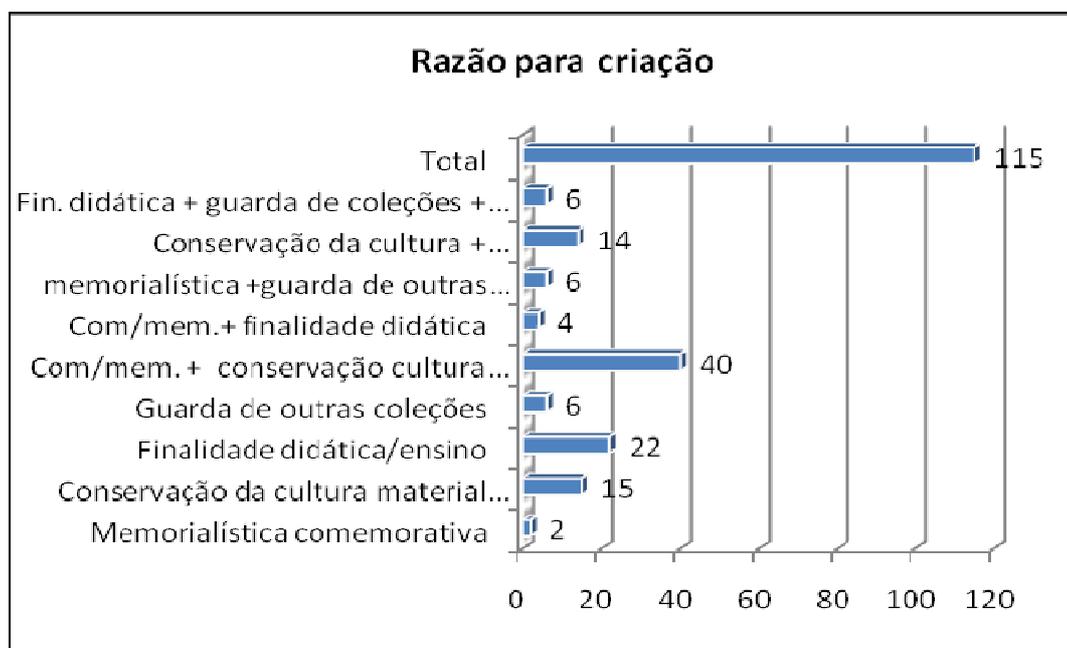
Nos campos disciplinares da História, Filosofia, Educação e da Psicologia, o cuidado com a memória não é apenas um objeto de estudo, “mas também uma tarefa ética: nosso dever consistiria em preservar a memória, salvar o desaparecido, o passado, em resgatar, como se diz, tradições, vidas, falas e imagens” (GAGNEBIN, 2009, p. 97).

Nesse novo movimento dos museus escolares constatou-se dois fenômenos: 1) os novos museus criados com funções comemorativas; 2) museus criados com funções memorialísticas, visando à preservação da memória e história da instituição e ou outras temáticas; 3) museus de história natural e tecnologia, sendo os primeiros criados em contextos anteriores retomando sua visibilidade.

O gráfico a seguir focaliza as razões de criação de museus escolares mapeados no processo de investigação e revela aspectos desse novo movimento pelos museus escolares, especialmente o desejo de memória. A missão aqui é um determinante das

características fundamentais desse tipo de instituição, seja preservação da memória, seja recurso de ensino.

Gráfico 6 - Número de museus em funcionamento no Brasil, segundo definição das missões no momento de fundação e ou revitalização.



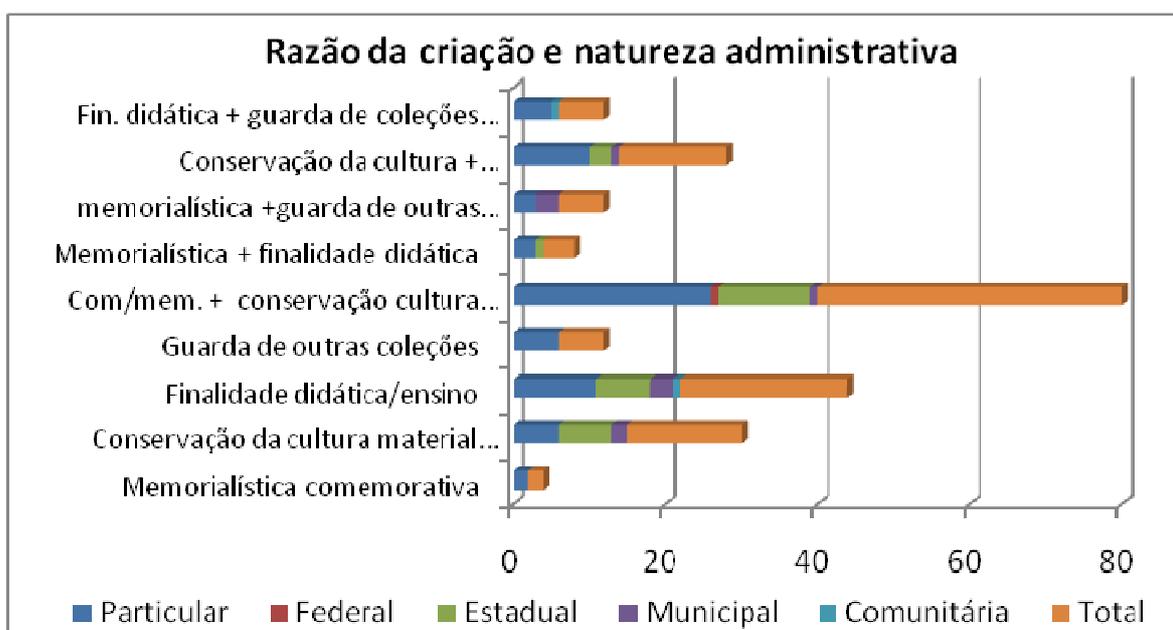
Fonte: Elaboração própria baseado em informações do Guia de Museus Brasileiros, Guia dos Museus Brasileiros/IBRAM, Cadastro de Museus IBRAM, Guia de Museus de Santa Catarina, Guia dos Museus do Estado do Rio Grande do Sul e buscas na Web.

Ao analisar os dados, pode-se perceber que a preocupação com a memória institucional predomina como razão de criação. Entre os museus identificados, a razão comemorativa/memorialística + conservação da cultura material escolar apresentaram o maior quantitativo. São museus criados especialmente os criados partir dos anos 1970, resultantes de atividades comemorativas. Pode-se ainda somar nesse quantitativo os museus criados para conservação da cultura material escolar não vinculado a atividades comemorativas.

Seguindo quantitativamente, estão os museus criados com finalidades didáticas/ensino. Esses se situam em dois recortes temporais distintos. Os museus de história natural datam em sua maioria do final do século XIX aos anos 1960, aproximadamente. Já os museus de tecnologia são característicos do final do século XX e início do XXI. Voltados para finalidades didáticas, esses museus são produtos históricos e não podem ser pensados desvinculados do desejo de memória.

Na análise univariada de associação estatística por variáveis pesquisadas, o valor encontrado no teste de qui-quadrado (Valor P= 0,005) entre a unidade federativa e a razão da criação e natureza administrativa foi de ,044, o que demonstra a existência de comprovação/relação científica entre essas duas variáveis.

Gráfico 7 - Razão para criação e natureza administrativa



Fonte: Elaboração própria baseado em informações do Guia de Museus Brasileiros, Guia dos Museus Brasileiros/IBRAM, Cadastro de Museus IBRAM, Guia de Museus de Santa Catarina, Guia dos Museus do Estado do Rio Grande do Sul e buscas na Web.

Ao analisar a relação entre a razão da criação e a natureza administrativa pode-se perceber que a razão comemorativa/memorialística + conservação da cultura material escolar predomina em todas as instituições, exceto nas comunitárias. Também são as instituições particulares, seguidas das públicas estaduais a que contam com maior número de museus criados com finalidades didática/ensino. Quanto aos museus criados para guarda de outras coleções predominam as instituições particulares e municipal.

A preservação do patrimônio histórico escolar tem sido o norteador da criação e ou revitalização desses museus, independente de natureza administrativa. Mesmo nos museus de história natural e outras coleções pode-se perceber a preocupação com esse patrimônio.

7.4.3 - Coleções: Definindo o papel dos museus escolares?

Para o sistema de classificação de museus, o ICOM utiliza atualmente a natureza das coleções. "A coleção é a marca e o catalisador da instituição museu rigorosamente"⁶⁴ (ALONSO FERNANDEZ, 2001, p. 150, tradução nossa). A coleção é, ao mesmo tempo, a única coisa que cada museu tem em comum com outro museu (AMBROISE Y PAINE *apud* ALONSO ERNANDEZ, 2001, p. 150), e é a primeira marca que diferencia as outras funções do museu. Para Desvallés e Mairesse, (2013), a coleção figura no coração das atividades de um museu.

De modo geral, uma coleção pode ser definida como um conjunto de objetos materiais ou imateriais (obras, artefatos, mentefatos, espécimes, documentos arquivísticos, testemunhos, etc.) que um indivíduo, ou um estabelecimento, se responsabilizou por reunir, classificar, selecionar e conservar em um contexto seguro e que, com frequência, é comunicada a um público mais ou menos vasto, seja esta uma coleção pública ou privada. Para se constituir uma verdadeira coleção, é necessário que esses agrupamentos de objetos formem um conjunto (relativamente) coerente e significativo (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2013, p. 32).

Pensada a partir de objetos materiais, Pomian (1984) define a coleção por seu valor simbólico, na medida em que o objeto perde a sua utilidade ou o seu valor de troca para se tornar portador de sentido ("semióforo" ou portador de significado). Nesse sentido, a coleção é

qualquer conjunto de objectos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das actividades económicas, sujeitos a uma protecção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público (POMIAN, 1984, p. 53).

Esta definição tem um caráter rigorosamente descritivo. Para fazer parte de uma coleção, o conjunto de objetos deve satisfazer algumas condições: não compor exposições que são apenas momentos do processo da circulação ou da produção dos bens materiais; não resultar de acumulações de objetos formadas por acaso; não compor coleções que não estão expostas ao olhar (como os tesouros escondidos), qualquer que seja o seu caráter (POMIAN, 1984).

A incorporação do patrimônio imaterial levou a uma acepção mais ampla do conceito coleção como

⁶⁴“La colección es el marchamo y el catalizador de las institución rigurosamente museística” (ALONSO FERNANDEZ, 2001, p. 150).

uma reunião de objetos que conservam sua individualidade e reunidos de maneira intencional, segundo uma lógica específica. [...] engloba tanto as coleções mais específicas quanto as coleções tradicionais dos museus, mas também coleções de testemunhos da história oral, de memórias ou de experimentos científicos (DESVALLÉS E MAIRESSE, 2013, p.34).

De acordo com o Código de Ética do ICOM (2008, p. 12), “os museus têm o dever de adquirir, preservar e valorizar seus acervos, a fim de contribuir para a salvaguarda do patrimônio natural, cultural e científico”. Coletar, conservar e valorizar aparecem aqui como funções primordiais do museu. No entanto, coletar (formar a coleção de um museu) não é tarefa simples, exige critérios e observação aos princípios éticos e da legislação em vigor.

Coletar implica ter em conta, pelo menos, três aspectos: o que coletar, o que não coletar e como coletar. Desses aspectos derivam outras ações complementares ou subsidiárias: “como selecionar e legitimar as obras e como ordenar e classificar as coleções, inevitavelmente unidas a outras duas prioritárias de como conservar e como exibir as obras” (ALONSO FERNANDEZ, 2001, p. 151). Derivam também as ações de investigação, documentação, didática, restauração, reprografia, publicidade e difusão e projeção sociocultural.

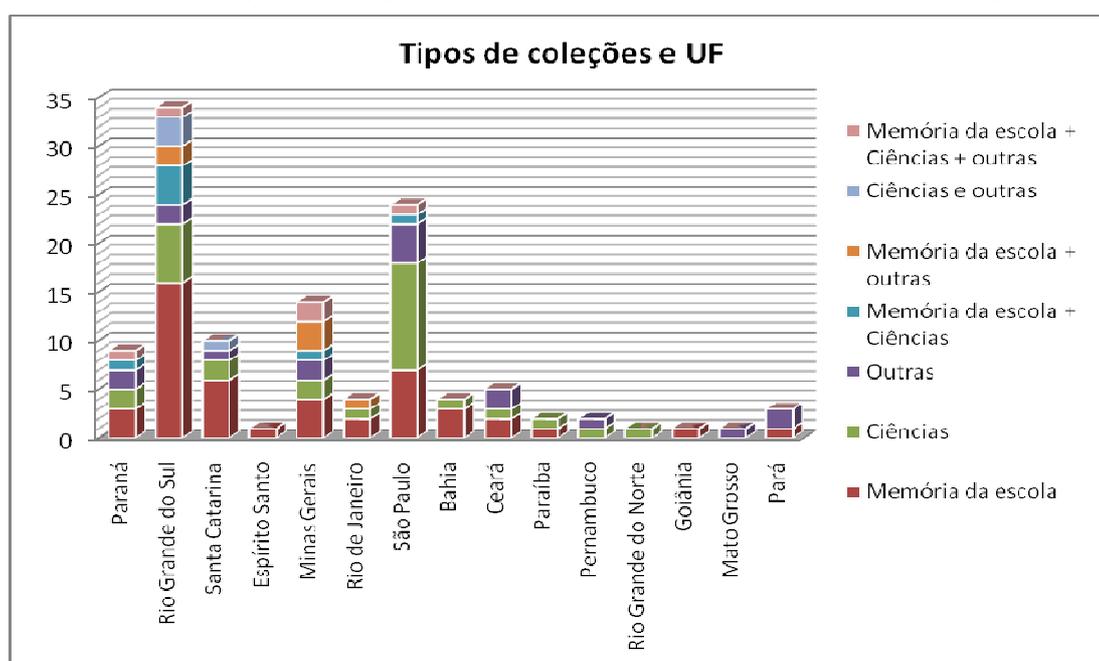
Para a elaboração de categorias dos museus escolares, utilizar-se-á como critério a natureza das coleções: a) coleções sobre a memória da escola; b) coleções de ciências; c) outros temas (etnografia, história local e geral etc.); d) coleções sobre memória da escola e coleções de ciências; e) memória da escola e outros temas; f) ciências e outros temas; g) memória da escola, ciências e outros temas.

Embora na análise univariada de associação estatística por variáveis pesquisadas, o valor encontrado no teste de qui-quadrado (Valor $P= 0,005$) entre a unidade federativa e os tipos de coleções, 877, não tenha demonstrado comprovação de relação entre essas duas variáveis, pode verificar no gráfico a seguir a prevalência de coleções sobre memória da escola. No entanto, pode-se identificar também unidades da federação – Pernambuco, Rio Grande do Norte e Mato Grosso - onde os museus não contam com coleções sobre a memória da escola/instituição.

As coleções sobre a memória da escola são compostas em sua maioria por coleções de objetos e recordações da história da instituição, evento, cidade. Sobretudo nas instituições confessionais (museus maristas, salesianos, metodistas, evangélicos e outros) e escolas centenárias, além da história da instituição, recordam-se também grupos de indivíduos, categorias profissionais e alguns personagens. Museus que abrigam coleções “outros temas” também cumprem essa função. Para exemplificar,

pode-se citar o Museu Histórico Municipal João Rissati – Escola Municipal de Cafeara, criado para contar a história do povo de Cafeara, cujo nome representa uma homenagem ao café, de que o município paranaense era grande produtor e o Museu do Colégio Santo Ivo/Museu Maria Soldado, SP destinado à Revolução de 1932.

Gráfico 8 - Tipos de coleções dos museus escolares e Unidades da Federação



Fonte: Elaboração própria baseado em informações do Guia de Museus Brasileiros, Guia dos Museus Brasileiros/IBRAM, Cadastro de Museus IBRAM, Guia de Museus de Santa Catarina, Guia dos Museus do Estado do Rio Grande do Sul e buscas na Web.

Coleções de Ciências - zoologia, botânica, paleontologia, antropologia, geologia e mineralogia - representam um percentual bastante significativo entre os museus identificados. Alguns contam com coleções oriundas dos museus escolares do final do século XIX e início do XX, entre os quais: Museu do Colégio Mauá, Museu de História Natural Louis Jacques Brunet (Ginásio Pernambucano), Museu de História Natural do ISEJ. O Museu do Computador (PR), Museu Escolar e Comunitário (RS) são constituídos por coleções e objetos representativos das ciências e tecnologia.

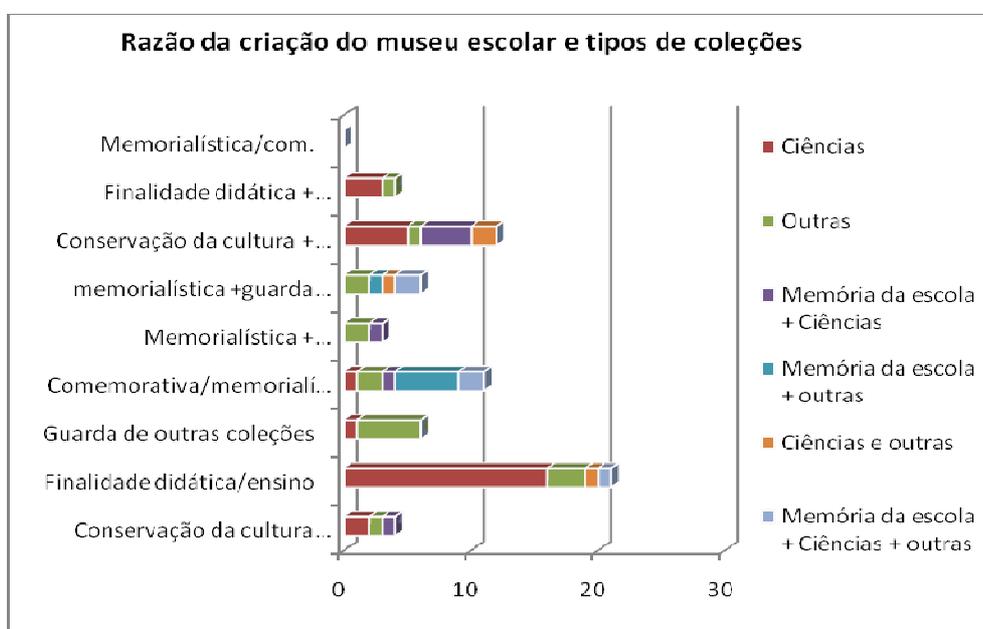
As coleções etnográficas em sua maioria dividem espaço com os museus de ciências e históricos. Entre os museus identificados apenas com esse tipo de coleção, cita-se o Museu de Etnologia Indígena do Colégio Cristo Redentor – Academia de Comércio.

Para Alonso Fernandez (2001), preservar e exibir não produz a coleção de um museu. Para esse autor, as diversas tipologias de museus requerem metodologias específicas distintas tanto para a formação de suas coleções como para seu devido

funcionamento e projeção sociocultural. Sem esquecer-se do caráter legal, no processo de seleção e constituição das coleções de um museu, devem-se levar em conta as questões acadêmicas, como: de onde procedem aos objetos, quem os fez, quem os usou, que usos foram feitos, quando foram criados, quem foram seus proprietários, do que são fabricados ou qual e sua raridade.

Na análise univariada de associação estatística por variáveis pesquisadas, o valor encontrado no teste de qui-quadrado (Valor $P= 0,005$) entre a razão de criação do museu escolar e os tipos de coleções foi ,000, o que demonstra comprovação de relação entre essas duas variáveis. Foi possível verificar a predominância de coleções sobre a memória da escola em museus criados com finalidade memorialística/comemortativa e memorialística/comemorativa + conservação da cultura material escolar. Essas coleções estão presentes também em museus criados com finalidades didática/ensino, bem como os criados para finalidade didática/ensino + guarda de outras coleções. As coleções de ciências e outras predominam nos museus criados com finalidades didática/ensino e nos criados com finalidades didática/ensino + guarda de outras coleções. Também museus criados com finalidade de conservação da cultura material escolar também contam com coleções de ciências e outras.

Gráfico 9 - Razão da criação do museu escolar e tipos de coleções



Fonte: Elaboração própria baseado em informações do Guia de Museus Brasileiros, Guia dos Museus Brasileiros/IBRAM, Cadastro de Museus IBRAM, Guia de Museus de Santa Catarina, Guia dos Museus do Estado do Rio Grande do Sul e buscas na Web.

Entre os objetos identificados nas coleções dos museus escolares classificados como históricos, destacam-se os objetos comemorativos, tais como medalhas, troféus,

estampas (imagens sobre papel, resultantes das técnicas de gravura e/ou impressão), mobiliário; objetos pessoais, equipamento de comunicação escrita, sonora/visual e telecomunicações.

Nos museus de ciências e outros, prevalecem os seguintes conjuntos de objetos:

- Medição/registro/observação/processamento: objetos usados na medição, registro e observação de fenômenos, substâncias, propriedades, volume e massa, ou ainda para processar dados e ampliar a capacidade visual dos seres humanos;
- Amostra/fragmentos: natureza animal, vegetal ou mineral em estado bruto ou processado. É significativa a presença de animais taxidermizados.

Os colégios confessionais, militares e históricos/temáticos (Revolução de 1932) contam com objetos de guerra (armas de fogo e outras) em suas coleções. No que se refere aos objetos de caça, estes encontram-se nos museus com coleções etnográficas e de história natural. Alguns museus contam ainda com coleções de moedas e selos.

Aparecem ainda coleções referentes ao patrimônio imaterial e áreas ambientais ao ar livre tanto para os museus históricos como para os de ciências. O museu da Escola Municipal de Cafeara desenvolve atividades de catalogação de acervo, gravação de pronunciamentos dos primeiros moradores da região e de relatos escritos de histórias do município. Em exposição permanente, encontram-se documentos de vários tipos – escritos, fotos etc. – que registram o modo de vida – religião, vestimentas e costumes – dos habitantes locais (www.museudavida.fiocruz.br/brasilliana/cgi/cgilua.exe/.../start.htm?... Acesso: 25/8/2014).

O Museu Metodista de Educação Bispo Isac Aço – MMEBI - conta também com ampla área verde, o “Laboratório ao Ar Livre”, onde são realizados estudos de fauna e flora, observação das relações ecológicas, comportamentos, entre outros.

As coleções, os aspectos escolhidos para serem lembrados e/ou expostos nos museus escolares, como em qualquer outro museu, constituem uma operação de segregação

7.4.4 - A escola: os desígnios iniciais e o percurso dos museus escolares

No que se refere à localização e espaço físico ocupado pelo museu, pode-se delimitar: instituição alojada no espaço físico da escola; instituição instalada fora do espaço físico da escola; espaço virtual; espaço físico dentro ou fora da escola e espaço virtual.

De acordo com pesquisa realizada, os museus escolares identificados estão predominantemente localizados nos edifícios escolares nos quais estão vinculados. Em razão da especificidade, em sua maioria funcionam em salas dentro do prédio escolar,

sendo que poucos foram identificados em funcionamento fora do espaço da instituição escolar ao qual estão vinculados, entre os quais: Memorial do Centro Educacional Menino Jesus - CEMJ, localizado em Florianópolis, SC; Memorial do Centro Educacional Menino de Jesus, SC; Museu Leopoldo Cathoud, Belo Horizonte –MG; e o Museu do Colégio Latino Americano, MS. O Museu Leopoldo Cathoud, localizado na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, é um exemplo singular de instituição localizada fora do espaço físico da escola. Inspirado nos museus escolares da Europa no final do século XIX, foi criado na década de 1930 e inaugurado oficialmente em 1946, no Instituto de Educação de Minas Gerais (IEMG) e transferido para a Magistra, centro de formação de professores da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais em 2011. Nas imagens a seguir, podem-se verificar aspectos do Museu Pedagógico e Laboratório Leopoldo Cathoud em funcionamento nas dependências do Instituto de Educação de Minas Gerais, Belo Horizonte e aspectos atuais do museu no Magistra, centro de formação de professores da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais.



Figura 12 - Aspectos do Museu Pedagógico e Laboratório Leopoldo Cathoud em funcionamento nas dependências do Instituto de Educação de Minas Gerais, Belo Horizonte. Fonte: http://modernidade2008.blogspot.com.br/2010_11_01_archive.html Acesso: 20/08/2014



Figura 13 - Aspectos do Museu Pedagógico e Laboratório Leopoldo Cathoud em funcionamento nas dependências da Magistra, centro de formação de professores da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais a partir de 2011. Fonte: Fotografias de Vânia Maria Siqueira Alves, 11/06/2014

Há também alguns casos de escolas que abrigam museus ou coleções em razão de falta de outros espaços para abrigá-los, embora a criação não tenha nascido na escola, esta a incorpora ao seu dia a dia. Alguns exemplos identificados nesta pesquisa merecem atenção: o Museu Maria Soldado - Colégio Santo Ivo, São Paulo, SP e o Museu Histórico Municipal João Rissati em Cafeara, Paraná.

O Museu Maria Soldado, cujo acervo é da Sociedade dos Veteranos de 32 que fica originalmente no Obelisco do Ibirapuera, foi transferido provisoriamente junto com a biblioteca dessa Sociedade para o Colégio Santo Ivo, São Paulo, SP (que abriga o Museu da Revolução de 1932) em razão de reformas do local. (<http://www.saopauloantiga.com.br/conheca-os-museus-da-revolucao-de-1932/> Acesso: 20/08/2012).

Há museus escolares em que as escolas não existem mais, como o Museu do Colégio Caraça em Minas Gerais e o Museu Casa da Memória da Escola Número 1,

Blumenau – SC. O primeiro conta com coleções variadas, não estando restrita ao patrimônio histórico escolar.



Figura 14 - Aspecto externo do Museu do Colégio Caraça. Fonte: Arquivo Particular de Vânia Siqueira Alves

Rompendo com a configuração museu tradicional, foram identificados dois museus: o Ecomuseu da Amazônia, em Belém, Pará e o Museu Cultural Escolar 2 de maio, em Fortaleza, CE. O primeiro, embora não tenha sido criado com função de museu escolar, pode ser considerado também como tal, pois integra as unidades pedagógicas da “Escola Bosque”. Já o segundo, que se denomina como museu, não tem coleções materiais e imateriais em si, no entanto, desenvolve ações voltadas para o patrimônio, memória e atividades culturais com os alunos da escola e tem como meta a organização de coleções materiais sobre a história da escola.

Acrescentou-se a classificação proposta pelas autoras, coleções referentes ao patrimônio imaterial e áreas ambientais ao ar livre tanto para os museus históricos como para os de ciências. O Museu Metodista de Educação Bispo Isac Aço – MMEBI conta também com ampla área verde, o “Laboratório ao Ar Livre”, onde são realizados estudos de fauna e flora, observação das relações ecológicas, comportamentos, entre outros.

Aspectos das coleções poderão ser visualizados nos anexos deste trabalho.



Figura 15 - Laboratório ao Ar Livre” - Museu Metodista de Educação Bispo Isac Aço. Fonte: http://www.metodistadosul.edu.br/redessociais/museu/?page_id=5 Acesso: 20/08/201

CAPÍTULO 8

A PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO NOS MUSEUS ESCOLARES

8 - A Preservação e Conservação nos Museus Escolares

“Inventariar, estudar e preservar são os primeiros passos na criação de uma identidade dos contextos escolares” (FELGUEIRAS, 2005, p.99). Entre os números do aparelhamento escolar no Brasil nos anos 1930 – 1940 levantados pelo IBGE, aparece o dos museus escolares. Não há iniciativas nacionais recentes de inventário, estudo e preservação do patrimônio educativo escolar, embora existam iniciativas pontuais de âmbito disciplinar importantes nesse sentido. Entre as iniciativas destacam a do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MTC, em parceria com o Museu de História Natural e da Ciência de Portugal para inventário de instrumentos científicos, onde um dos braços do projeto mapeia instrumentos de escolas secundárias. Destaca-se também a experiência da Rede de Investigação do Patrimônio Educativo da Unicamp em São Paulo com estudos e investigações sobre o patrimônio educativo.

Para Bruno (1999), na sociedade atual permeada pela onipotência dos objetos descartáveis, paira um certo constrangimento em pensar e realizar instituições que perpetuam os objetos. No entanto, o questionamento sobre o caráter preservacionista da instituição museu parece um aspecto pouco tratado. Partindo da noção de que a função básica do museu é a preservação e que todas as outras funções devem estar subordinadas a essa, a autora aponta três questionamentos: 1) por que os museus devem ser preservacionistas? 2) como os museus estão atuando em função da preservação? 3) qual o futuro possível? Estas questões também nortearão a discussão sobre a preservação e a conservação nos museus escolares.

8.1 - Preservação e Conservação

Para Desvallées e Mairesse (2013), a preservação constitui-se em um eixo da ação museal, representa aquilo que é fundamental para o desenvolvimento e missão dos museus: a construção de coleções e a preservação do patrimônio material ou imaterial.

Preservar significa proteger uma coisa ou um conjunto de coisas de diferentes perigos, tais como a destruição, a degradação, a dissociação ou mesmo o roubo; essa proteção é assegurada especialmente pela reunião, o inventário, o acondicionamento, a segurança e a reparação (DESVALÉES, MAIRESSE, 2013, p. 79).

Para esses autores, preservação envolve todas as operações inerentes a esse ato, desde a política de aquisição até a restauração se necessário. O conceito de preservação serve para dar conta do conjunto de atividades técnicas ou práticas referentes ao museu que inclui aquisição, organização, documentação, conservação preventiva e curativa, restauração, segurança.

A ideia de preservação está consolidada na a Museologia e esta, por sua vez, tem a potencialidade de desencadear processos orientados para a construção da identidade. O vínculo entre o museu e a conservação foi determinante para a emergência e o desenvolvimento da instituição. Os museus em sua maioria foram criados para evitar dispersões, para garantir uma conservação patrimonial pública (POULOUT, 2013). Os museus escolares surgidos ou revitalizados no final do século XX também objetivam garantir uma conservação patrimonial.

O patrimônio é frágil e, como todos os bens materiais elaborados pelo homem, têm um fim inexorável. São várias as causas deste fim: catástrofes naturais, guerras, danos causados pela poluição, insetos, microorganismos, condições ambientais, vandalismo, envelhecimento natural, manuseio e transporte inadequado. “A conservação trabalha no sentido inverso dessas forças, procurando estender a vida desses bens” (GRANATO, 2007, p. 5-6).

Para Desvallées e Mairesse (2013), as atividades de conservação objetivam fornecer os meios necessários para garantir a manutenção estável de um objeto contra toda forma de alteração, a fim de mantê-lo o mais intacto possível para as gerações futuras. Operações de segurança geral (proteção contra roubo ou vandalismo, incêndios ou inundações, terremotos ou tumultos) incluem entre as medidas de conservação.

A conservação é consequência direta do inventário e se torna um fator de gestão quando se inicia ações baseadas no patrimônio. “Pode-se mesmo dizer que a conservação é um dos métodos pedagógicos de utilização do patrimônio para o desenvolvimento” (VARINE, 2012, p. 117).

As atividades de conservação podem ser preventivas e curativas. A conservação preventiva consiste “o conjunto de medidas e ações que têm por objetivo evitar e minimizar futuras deteriorações ou perdas”⁶⁵ (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2011, p. 582). São medidas e ações indiretas que não interferem nos materiais e estruturas dos bens e também não modificam a sua aparência (ICOM-CC87, 2008).

Já a conservação curativa é “o conjunto de ações diretamente empregadas sobre um bem cultural ou um grupo de bens, com o objetivo de interromper um processo ativo de deterioração ou de introduzir um reforço estrutural”⁶⁶ (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2011, p. 582). Essas ações modificam por vezes a aparência dos bens (ICOM-CC, 2008).

⁶⁵“l’ensemble des mesures et actions ayant pour objectif d’éviter et de minimiser les détériorations ou pertes à venir” (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2011, p. 582).

⁶⁶“l’ensemble des actions directement entreprises sur un bien culturel ou un groupe de biens ayant pour objectif d’arrêter un processus actif de détérioration ou de les renforcer structurellement” (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2011, p. 582).

Métodos diretos ou ativos e indiretos ou passivos podem ser utilizados na conservação o patrimônio cultural material. No entanto, qualquer um desses procedimentos, mesmo uma simples limpeza e higienização, constitui um ato irreversível na história do objeto.

De um modo geral, **os indiretos** envolvem a inspeção da coleção, planos de conservação preventiva e de gerenciamento de riscos e de sinistros, métodos adequados para manuseio dos objetos, critérios e condições para embalagem, empréstimo e transporte, entre outros. Os **métodos diretos** têm como etapa prévia um diagnóstico detalhado e personalizado, a ferramenta principal para a decisão sobre que procedimento utilizar, e envolvem a intervenção direta na peça (GRANATO, 2007, p. 6, grifos meus).

Nem tudo pode ser preservado e ou conservado. As operações feitas nesse sentido, constiêm operações de segregações. Nos museus escolares, essas operações também são escolhas realizadas de acordo com objetivos e critérios fixados pelos sujeitos envolvidos. Um dos pontos que merecem destaque nesse sentido é a mobilização da comunidade escolar, a proximidade do patrimônio.

8.2 - Como os museus escolares estão atuando na função da preservação e conservação?

De acordo com Art. 21 da Lei 11.904/2009 que institui o Estatuto de Museus e dá outras providências, cabe aos museus garantir a conservação e a segurança de seus acervos, bem como a elaboração dos programas, das normas e dos procedimentos de preservação, conservação e restauração em conformidade com a legislação vigente.

As coleções presentes nos museus escolares são bastante diversificadas. Contam com objetos de origem orgânica, inorgânica e mista. Os instrumentos da tecnologia educacional, de comunicação escrita e interiores tornam obsoletos muito rapidamente na atualidade, o que pode levar à perda de uma parte significativa da história da educação.

A noção de preservação/conservação do patrimônio escolar material e imaterial aparece como uma primeira etapa necessária a garantir a salvaguarda desse patrimônio. As coleções dos museus escolares, como dos demais museus, não existem isoladamente, normalmente estão condicionadas por um contexto institucional, assim com sua conservação também.

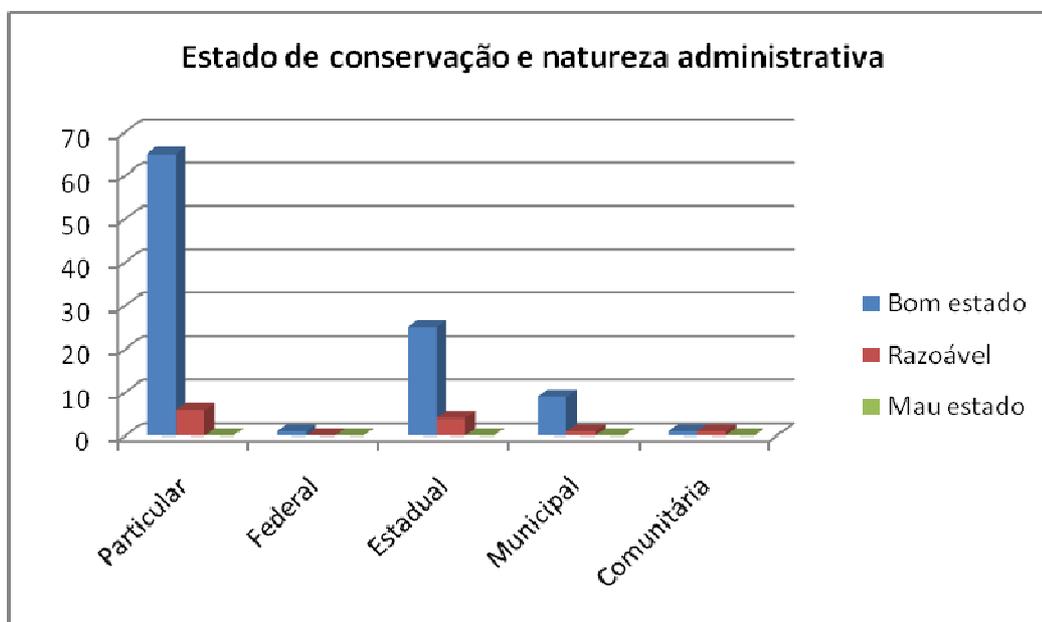
Predominantemente de natureza administrativa particular e versando sobre a memória da escola, o estado de conservação das coleções dos museus é descrita em

sua maioria pelas instituições aos quais estão vinculados como em bom estado de conservação.

Na análise univariada de associação estatística por variáveis pesquisadas, o valor encontrado no teste de qui-quadrado (Valor $P= 0,005$) entre o estado de conservação dos museus escolares e a natureza administrativa foi de ,038, o que demonstra a existência de comprovação/relação científica entre essas duas variáveis.

Conforme gráfico a seguir pode-se perceber que os museus de natureza estaduais são os que apresentam o maior percentual de coleções em estado considerado razoável. Não foram encontradas descrições relatando mau estado de coleções.

Gráfico 10 - Estado de Conservação dos museus escolares segundo a natureza administrativa

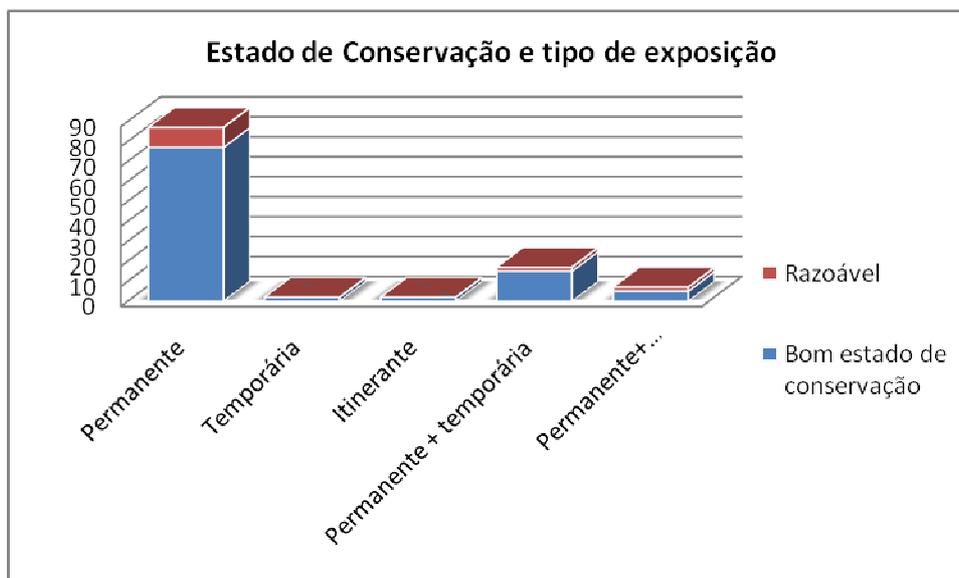


Fonte: Elaboração própria baseado em informações do Guia de Museus Brasileiros, Guia dos Museus Brasileiros/IBRAM, Cadastro de Museus IBRAM, Guia de Museus de Santa Catarina, Guia dos Museus do Estado do Rio Grande do Sul e buscas na Web.

Nos museus escolares, como em outros, pequenos e grandes museus, a maior parte das coleções foi constituída sem a consulta e ou participação de especialistas sobre determinada preservação especial. As formas de aquisição também não se inserem dentro de uma política de coleções organizada e sistematizada, estando apenas ligada à temática ou missão da instituição a ser criada/organizada.

As aquisições em sua maioria, incorporadas a exposição permanente, especialmente as doações, não cumpriram exigências quanto à avaliação da condição e da conservação durante a fase de coleta.

Gráfico 11 - Estado de conservação segundo o tipo de exposição



Fonte: Elaboração própria baseado em informações do Guia de Museus Brasileiros, Guia dos Museus Brasileiros/IBRAM, Cadastro de Museus IBRAM, Guia de Museus de Santa Catarina, Guia dos Museus do Estado do Rio Grande do Sul e buscas na Web.

As coleções desse tipo de instituição normalmente, oriundos de contextos em que a preservação “emocional/afetiva” sobressaia às questões de preservação física da estrutura do objeto, tem sido um dos grandes desafios para a preservação nas instituições museológicas escolares. Na maioria dos casos têm aumentado e envelhecido, originando dois dos principais problemas da preservação apontados por Michalski (2004): desequilíbrio entre as necessidades do acervo e os recursos disponíveis; inclusão de várias categorias de artefatos na conservação devido à idade do acervo.

Para Michalski (2004, p. 56), os museus e sua comunidade geralmente apontam a procura de novo pessoal, instalações e dinheiro como solução para esses problemas e propõe “que devem de vez em quando, fazer a si próprios três perguntas: Por que motivo preservar estas coisas em particular? Quais as coisas novas que querem colecionar? Porquê?”

Para Granato (2007, p. 5), “os objetos de interesse da conservação têm, portanto, em comum sua natureza simbólica, todos são símbolos e todos têm o potencial de comunicação, seja de significados sociais, seja de sentimentais”.

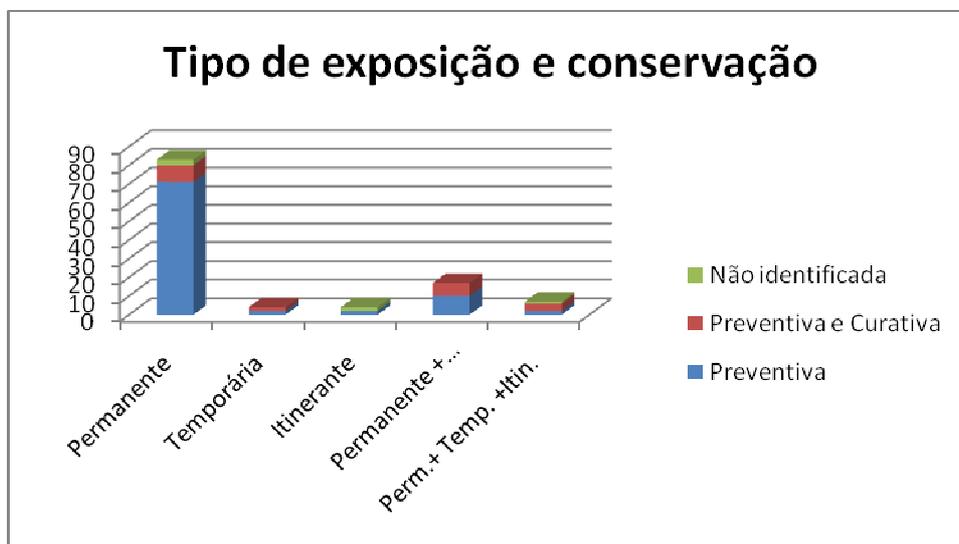
Nos museus escolares, além dos significados sociais, os significados sentimentais também se fazem presentes e próximos da comunidade que naturalmente partilham a gestão do museu. Nesse sentido, o acervo tem também valor sentimental para a comunidade a que pertecem.

Também são museus que enfrentam problemas de desequilíbrio entre os acervos e espaços. As perguntas propostas por Michalski (2004) são importantes e devem ser feitas nesses museus, mas, paralelo a isso precisam de pessoal especializado, instalações e dinheiro para reduzir possíveis perdas e riscos nos próximos anos⁶⁷ e consequente preservação do acervo. Para Michalski (2004, p. 92), “a preservação eficaz a longo prazo depende da gestão de risco, dos métodos integrados, do trabalho de equipe e da sustentabilidade”.

Ao tratar da conservação buscou-se identificar quais processos de conservação (preventivo, curativo, ativo, passivo) e ações têm sido predominante nessas instituições.

De acordo com o gráfico a seguir, a conservação preventiva tem sido predominante. Se levarmos as definições de conservação preventiva ao pé da letra, ao parece, a maioria dos museus a realizam apenas alguns dos seus aspectos e compreendem também medidas de higienização. Os índices de conservação preventiva e curativa levam em conta todo o tipo de intervenção nas coleções, desde a simples higienização até reparos. As exposições temporárias e itinerantes pela sua próprias características no geral apresentam coleções em bom estado de conservação.

Gráfico 12 - Tipo de exposição e tipo de conservação realizada



Fonte: Elaboração própria baseado em informações do Guia de Museus Brasileiros, Guia dos Museus Brasileiros/IBRAM, Cadastro de Museus IBRAM, Guia de Museus de Santa Catarina, Guia dos Museus do Estado do Rio Grande do Sul e buscas na Web.

Dentro do próprio museu, a situação da conservação é diversificada e irregular, pois ocorrem variações entre as formas de preservação de acordo com os diversos tipos

⁶⁷A experiência na gestão de risco do acervo demonstrou que o ponto de referência prático para se pensar em risco é de 100 anos (MICHALSKI, 2004, p. 56).

de objetos, sala de exposição e reserva técnica. No entanto, pode-se ressaltar boas iniciativas de conservação preventiva começam a ser implementadas como a do Museu do Colégio Municipal Pelotense, RS, que elaborou plano das atividades de conservação preventiva. Frente ao crescente acúmulo de bens a serem conservados e os altos custos da conservação curativa, a conservação preventiva tem se destacado como forma sustentável de conservação.

As dificuldades para a preservação/conservação do acervo que se fazem presentes na maioria dos museus brasileiros, podem ser identificados nos museus escolares. O Museu Guido Straube, no Colégio Estadual do Paraná onde o estado de conservação dos arquivos é razoável, e permite o manuseio dos documentos, enfrenta desafios para a aquisição de equipamentos, do mobiliário e do material para acondicionamento dos documentos higienizados e organizados e para proteção dos envolvidos (GONÇALVES, 2011). Mas, é preciso avançar muito na conservação preventiva.

No que se refere à conservação ativa, a limpeza dos objetos, mais especificamente mobiliários, equipamentos, amostras, coleções didáticas, é um dos processos mais utilizados nos museus escolares. “O processo de conservação ativa de um artefato compõe-se de quatro fases, qualquer que seja a forma de abordagem utilizada: a limpeza, a estabilização, o reparo e a restauração” Nem sempre são realizadas todas essas ações. A ação realizada depende do estado de conservação do objeto (GRANATO, 2007, p. 126). Pode-se acrescentar ainda, disponibilidade de materiais próprios para cada fase, laboratórios, profissionais especializados, entre outros.

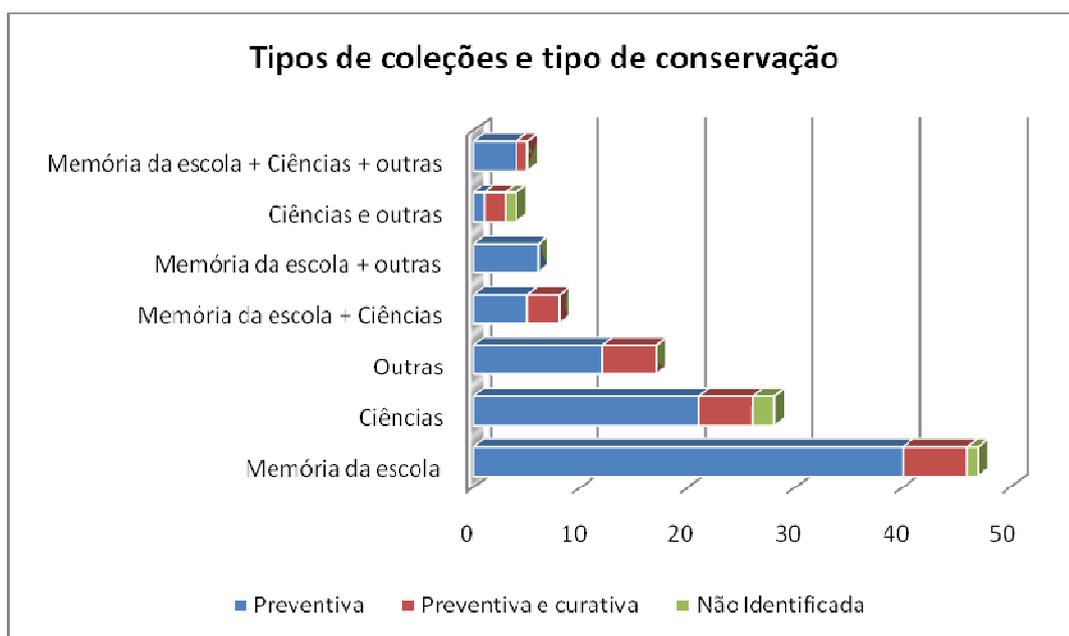
O Museu Casarão da Várzea do Colégio Militar de Porto Alegre conta com espaço anexo (antiga Cia de Guardas) destinado a Sala de Reserva e "laboratório de conservação/restauração. Todo o material doado é encaminhado para esse setor a fim de passar por processo de conservação de acordo com a necessidade específica, bem como organizado e, catalogado em banco de dados e pesquisa (MUSEU CASARÃO DA VÁRZEA).

Os Museus de Etnologia Indígena e de História Natural da Academia de Comércio, Juiz de Fora, MG é outro exemplo de museu que desenvolve trabalho de manutenção, conservação e restauração. Essas atividades são desenvolvidas em laboratório próprio, o que impõe uma atualização constante dos dados nos registros informatizados, fundamental para o acompanhamento das mudanças e aperfeiçoamentos do conhecimento científico.

De acordo com o gráfico a seguir, a conservação das coleções sobre a memória da escola em sua maioria dá-se pela conservação preventiva. Já a conservação das

coleções de ciências e outras são as que já sofreram maiores intervenções, ou seja, a a conservação curativa. É importante destacar que além das especificidades das coleções – animais taxidermizados, insetos e outros -, muitos dessas coleções são remanescentes de museus escolares de instituições particulares ou estaduais criados na primeira metade do século XX. Muitos desses museus ficaram inativos por determinado período retomando seu funcionamento no final do século. Essa é uma peculiaridade dessas coleções.

Gráfico 13 - Tipos de coleções e tipo de conservação



Fonte: Elaboração própria baseado em informações do Guia de Museus Brasileiros, Guia dos Museus Brasileiros/IBRAM, Cadastro de Museus IBRAM, Guia de Museus de Santa Catarina, Guia dos Museus do Estado do Rio Grande do Sul e buscas na Web.

Entre as coleções e objetos mais vulneráveis à degradação estão documentos, cartazes, murais, cadernos, estampas e outros, especialmente, os que não estão acondicionados adequadamente. A inadequação do acondicionamento, bem como as irregulares condições de umidade, temperatura e luz acarretam o aceleração do processo de degradação destes objetos.

Para Güths (2007), as condições ambientais próprias para as coleções e métodos de controle são estratégias muito importantes na conservação preventiva, assim como a ação humana. Atos de vandalismo, negligências e desconhecimento, ou as duas coisas juntas resultam na degradação do patrimônio.

As condições ambientais para as coleções nos museus escolares são diversas, sendo necessário levar em consideração a conjuntura institucional do museu, se público,

privado, comunitário ou misto. Tanto os museus mais antigos, quanto os mais novos que foram instalados em espaços adaptados para a função de museus, enfrentam problemas para guarda e preservação adequada do acervo: salas inadequadas e/ou improvisadas, falta de controle de temperatura, umidade, iluminação, segurança contra roubo, além de problemas arquitetônicos com pouca possibilidade de modernização e ampliação.

A questão da preservação e conservação de acervos históricos escolares começa a ser incluídas em algumas políticas públicas estaduais. É o caso Secretaria da Educação do Estado do Paraná, que elaborou de manuais de orientação para as escolas e em 2009 realizou a primeira oferta do Curso “Princípios e Práticas da Gestão do Patrimônio Histórico Escolar”, que, desdobrou-se em várias edições em distintos núcleos regionais do Paraná.

CAPÍTULO 9

DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO: O QUE FAZEM E COMO FAZEM OS MUSEUS ESCOLARES?

9 - Documentação e Informação: o que fazem e como fazem os museus escolares?

A documentação e a informação demandam cada vez mais espaços nos museus a partir da segunda metade do século XX, integrando-se a todas as funções. Falar de documentação e informação em museus é uma necessidade que se impõe. No entanto, poucos investimentos têm sido feitos nesse sentido nos museus brasileiros.

A documentação de acervos museológicos mais do que um conjunto de informações sobre cada um dos itens da coleção, é um sistema composto de partes inter-relacionadas que formam um todo coerente, unitário, que intermídia fontes de informação e usuários e se estrutura em função do objetivo de atender as necessidades de informação de sua clientela (FERREZ, 1991, p. 4).

Todas as funções - registro, inventário, controle do movimento dos objetos e catalogação – estão interligadas e demanda critérios específicos. Informação e documentação: o que fazem e como fazem os museus escolares?”

“O museu é essencialmente um centro de documentação, onde se investiga e ordena a informação”. A documentação em museus é uma tarefa complexa e compreende as funções de registro, inventário, controle do movimento dos objetos e catalogação (documentação científica das peças) (FERNANDEZ ALONSO, 2002, p. 159).

Documentação e informação são termos usados cotidianamente e em áreas de especialidade de forma aparentemente naturais. Para Smit (2008, p. 11), a “aparente naturalização” é um dos desafios para tratar um tema como o da “documentação”, uma vez que as discussões acadêmicas requerem utilização ou construção de conceitos dentro de uma linguagem de especialidade.

A documentação e a informação demandam cada vez mais espaços nos museus a partir da segunda metade do século XX, integrando-se a todas as funções do museu. Falar de documentação e informação em museus é uma necessidade que se impõe, no entanto, poucos investimentos têm sido feitos nesse sentido nos museus brasileiros. Frente às demandas da contemporaneidade, o museu deve ser uma unidade de informação e a Museologia um campo interdisciplinar de conhecimentos, uma vez que as relações interdisciplinares fazem presentes no funcionamento do museu. Neste sentido, a a Informação e a documentação estão interligadas entre si e todas as funções do museu.

Antes de falar das fases/ações presentes na documentação em museus, tratar-se-á brevemente dos termos documentação e informação.

9.1 - Documentação e informação

Para Ferrez (1994) documentação museológica é o conjunto de informações sobre cada um dos os objetos e espécimes das coleções do museu e ao mesmo tempo um sistema de recuperação de informação capaz de transformar em fontes para a pesquisa científica e para a comunicação que, por sua vez, geram e disseminam novas informações.

A documentação de acervos museológicos é o conjunto de informações sobre cada um dos seus itens e, por conseguinte, a preservação e a representação destes por meio da palavra e da imagem (fotografia). Ao mesmo tempo, é um sistema de recuperação de informação capaz de transformar, como anteriormente visto, as coleções dos museus de fontes de informação em fontes de pesquisa científica ou em instrumentos de transmissão de conhecimento (FERREZ, 1994, p.1)

Para Lima (2008), a documentação museológica vincula em todas as etapas à informação.

A Documentação Museológica nas “muitas atividades: processo de entrada e registro, documentação legal, catalogação, controle de movimento [gerenciamento de acervo] e mais...”, (KIELGAST, HUBBARD, 1997, p. 274) compreende: a elaboração da informação voltada ao conhecimento do acervo (objeto/exemplar/espécime/território e, também, o registro da manifestação cultural intangível); o seu manejo à disseminação dos conhecimentos que lhes são pertinentes, em ambiente interno e externo ao museu, em qualquer circunstância pela qual passam as coleções agregando informação à sua existência museológica (LIMA, 2008, p. 8).

A documentação museológica se constitui como uma área primordial às demais funções desenvolvidas pelas instituições museológicas, está presente nas funções mais visíveis dos museus - preservação, pesquisa e comunicação. No entanto, a documentação ocupa papel secundário entre as funções dessas instituições. É crescente a preocupação com a documentação em museus na atualidade, embora a prática da maioria dessas instituições esteja ainda longe de “assegurar que seus acervos ou respectivas informações sejam bem documentados e facilmente recuperáveis”. (FERREZ, 1994, p.8).

A documentação de acervos museológicos é uma atividade, sobretudo, de natureza prática sustentada em base de análise teórica, podendo encontrar apoio em outras áreas do conhecimento, como a Biblioteconomia, a Ciência da Informação e a Informática. A documentação também constitui importante instrumento para proteção dos acervos museológicos. Tal dispositivo encontra-se na Resolução do Conselho da Europa em 1999. A restituição e devolução de objetos museológicos em razão de tráfico ilícito,

saques, espoliação, roubos, encontra-se prevista no Código de Ética para Museus do Icom e conta com a documentação e informação em museus para sua execução (LIMA, 2010).

Tendo como objetivo ampliar a capacidade de aplicação das normas com base em roteiros aplicados à gestão de processo de documentação em instituições museológicas ou similares o Comitê Internacional de Museus (CIDOC-ICOM) conta com a Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus (CIDOC-ICOM) e e, também, da norma Spectrum 4.0: Padrão para gestão de coleções de museus do Reino Unido (Collections Trust).

Pode-se dizer que, apesar de a documentação servir de base para diversas atividades museológicas, ainda não existe no Brasil uma política sistematizada para que os museus tratem do tema com mais cuidado e afinco. São poucas e recentes as iniciativas nesse sentido. Pode-se citar aqui como exemplo o lançamento “Os Roteiros, ou Fact Sheets, do CIDOC” em 2015 pela Secretaria da Cultura do Governo do Estado de São Paulo em parceria com o Museu da Imigração, Museu da Imagem e do Som, Pinacoteca do Estado, Instituto de Arte Contemporânea de São Paulo e curso de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense.

A tradução e lançamento digital dos Roteiros do Comitê Internacional de Documentação do Conselho Internacional de Museus - CIDOC e do Glossário da norma Spectrum 4.0 objetiva divulgar de forma simplificada aspectos para o registro de entrada de objetos em instituições museológicas ou similares. Esses roteiros surgiram da Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus (CIDOC-ICOM).

Informação é um termo de múltiplas abordagens e usos, não podendo ser definida nem medida, “o fenômeno mais amplo que este campo do conhecimento pode tratar é a geração, transferência ou comunicação e uso da informação, aspectos contidos na definição de Ciência da Informação” (PINHEIRO, 2004, p. 2).

Como todo significado, o de informação variou no tempo e espaço. Para Brier (1992) *apud* Pinheiro (2004, p. 4), o significado de informação, deve ser compreendido num “contexto sócio-cultural e na perspectiva histórica” e considerando a linguagem. Pinheiro (2004) destaca que cada campo tem seus conceitos, de acordo com a compreensão e concepção de informação na área, o que resulta numa diversidade de definições.

A etimologia da palavra informação vem “do latim *formatio*, “de representar, apresentar, criar uma ideia ou noção” ou “dar forma, ou aparência, pôr em forma, formar” alguma coisa (Zeman, 1970 *apud* Pinheiro, 2004). No “primeiro caso, é uma definição

aberta e, no segundo, fechada, o que atende às diferentes aplicações da área” (PINHEIRO, 2004, p.5).

De caráter múltiplo e controverso, no conceito de informação, “existem certas premissas epistemológicas comuns ao fenômeno informacional, como por exemplo, seu domínio por excelência: o campo das relações sociais” (SOUZA, 2009, p. 3). Para esse autor, pode-se dizer que as possíveis relações e implicações do fenômeno da informação no espaço museológico ocorrem, “sobretudo no que tange aos aspectos relativos ao objeto e sua passagem pelas ações de musealização incluindo as questões de processamento técnico e teórico e as linguagens expositivas” (SOUZA, 2009, p. 3).

Os aspectos informacionais no âmbito do museu podem ser concebidos e manifestados a partir de uma série de aspectos e nuances que caracterizam o pensar e as práticas museológicas com vistas à construção de conhecimento. Como em outros campos do conhecimento, os usos e abordagens da informação no âmbito do museu envolve uma complexidade de múltiplas ações de caráter tanto teórico como práticas. (SOUZA, 2009).

De maneira que alguns tratam a informação produzida e divulgada através dos museus relacionada a questões de processamento e documentação, enquanto outros preferem dar mais ênfase às linguagens expositivas como ferramenta comunicacional (SOUZA, 2009, p. 2).

Também é importante destacar que o processo de produção do conhecimento/informação de caráter museológico reflete a heterogeneidade e premissas conceituais de museu existentes na contemporaneidade.

Apesar dos desafios, as demandas da contemporaneidade vêm sendo incorporadas gradativamente aos debates/práticas da informação/documentação em museus. Lima (1998) destaca o papel do CIDOC, Comitê Internacional para Documentação do ICOM, Conselho Internacional de Museus, órgão responsável pelo debate das questões da informação em museus ou museológica e chama a atenção para a atuação desse organismo em relação à informação/documentação de bens culturais/bens simbólicos imateriais e temas da etnologia/etnografia.

A partir da redefinição do papel dos museus na segunda metade do século XX, onde buscou entre outras ações romper com paradigmas museológicos centrados na exposição do objeto por ele mesmo, começou a ter grande alcance uma perspectiva que prima pela importância e representatividade social do espaço museológico.

Para Cândido (1998), a função primordial do museu é informar para agir e o objeto de museu é o instrumento desencadeador de reflexões e questionamentos que possibilita o cumprimento de tal papel social. A informação é um elemento vital para o desenvolvimento de todo e qualquer empreendimento nesse universo (LOUREIRO, 2008,

p 27). Para esse autor, a informação no museu deve privilegiar os aspectos concernentes à gestão, preservação e divulgação de seus acervos.

Para Pinheiro (2008, p. 81), “pensar os horizontes da informação em museus tem como ponto de partida e alicerce a noção de sistema, no seu desdobramento de sistema de informação e no entendimento do museu como um sistema de informação”. Essa é uma preocupação recente e que começa dar seus primeiros passos.

No Brasil, Ferrez e Bianchini (1991) já apontavam tal necessidade no final dos anos 1980 ao observarem que na Museologia havia pouco investimento em sistemas e na recuperação da informação.

A noção de sistema é “essencial para se pensar funcionalidade de museus e seus congêneres, e mesmo a interdisciplinaridade, que transcende as atividades dos profissionais desse campo” (PINHEIRO, 2008, p. 82). Para essa autora, a noção de sistema e sistema de informação implica na discussão de um conceito nucleador que transcende as tecnologias, e “nos museus expressaria a sua relação com o público, os visitantes, e a visão de seus objetos como fontes de informação”.

Pensar o museu como uma unidade de informação requer uma análise profunda sobre o que o faz ter esta função. Essa discussão é anterior às propostas de revisão do papel dos museus no final do século XX.

Os museus são veículos de informação. Todas as suas funções estão estreitamente ligadas à informação de que são portadores os objetos e espécimes de suas coleções. “Estes, como veículos de informação, têm na conservação e na documentação as bases para se transformar em fontes para a pesquisa científica e para a comunicação que, por sua vez, geram e disseminam novas informações” (FERREZ, 1994, p.1).

Para Loureiro (2008), o objeto musealizado é o cerne de todo e qualquer empreendimento nos horizontes museológicos. Já Lima (2008), atenta que, a qualificação de um produto cultural na categoria de Bem Cultural é uma atribuição de valor, um juízo elaborado pelo campo cultural que o consigna como elemento possuidor de caráter diferencial.

O objeto musealizado nos remete a dois caminhos de possibilidades de análise da informação produzida e divulgada nos museus: através da comunicação/exposição e da documentação (SOUZA, 2009).

Castro (1999) *apud* Souza (2009) ressalta a informação como potencial nas ações de pesquisa e comunicação no museu, ampliando seu papel além da conservação do objeto de museu. No entanto, Ferrez e Bianchini (1987) *apud* Souza (2009) apontam que

o não conhecimento do potencial do museu como um “sistema de informação”reflete nos insuficientes recursos empreendidos com ainformação/documentação.

9.2 - A documentação e a informação nos museus escolares

“A documentação é essencial para todas as atividades de um museu. As coleções sem a documentação adequada não são verdadeiras coleções de museus” (CIDOC, 2014).

Grande parte dos museus escolares, especialmente os históricos, formaram e organizaram seus acervos a partir de doações da comunidade e continuam ampliando seu conjunto através desta forma de aquisição. Há regras definidas para a aquisição no Código de Ética e Estatuto dos museus, bem como orientações para documentação. As aquisições não podem ser decisões pessoais, devem ser aprovadas por um comitê e estarem inseridas numa política institucional de acervo, a fim de que as coleções sejam mais coesas dentro do propósito e missão institucional de cada museu.

Conforme estabelecido na Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus (CIDOC-ICOM) quando um museu faz uma aquisição ou empréstimo deve-se iniciar o processo de documentação museológica, a elaboração de registros com as informações sobre o objeto⁶⁸. O processo de documentação deverá incluir evidências sobre a condição do mesmo e incluir em seus registros informações sobre sua procedência.

Os registros de inscrição são o primeiro passo a seguir quando um objeto e/ou coleção são incorporados ao museu. “O processo de incorporação suporta a incorporação de aquisições permanentes e empréstimos a longo prazo no acervo do museu” (ROBERTS, 2004, p. 33).

O registro é – em termos de uma definição genérica ou de carácter enciclopédico – um índice, lista ou livro para coisas, fatos e pessoas. Em nosso caso, se trata do controle de entrada – e saída – dos objetos do museu, a qual é atribuída um número de ordem⁶⁹ (FERNANDEZ ALONSO, 2001, p.160).

⁶⁸Devem-se registrar dados sobre a fonte, esboço dos objetos (autenticação da sua origem e avaliação do seu estado de conservação), a sua importância para o museu, o método de aquisição proposto (por exemplo, doação, compra, escavação), a conformidade da proposta com a política do acervo do museu, as recomendações do curador e outro pessoal especializado e a decisão do comitê. Se possível, o museu deve incluir uma fotografia ou imagem digital dos objetos (ROBERTS, 2004).

⁶⁹ El registro es – em términos de una definición genérica ou de carácter enciclopédico – um índice, lista o libro para cosas, hechos y personas. Em nuestro caso se trata Del control de entrada – y salida – de los objetos del museo, a los que se asigna un número de orden.

Ao se incorporar ao museu, o objeto recebe um número único de inventário, que também é inserido no Registro. Atribuir um número único a cada objeto quer seja por uma etiqueta escrita, quer seja pela identificação no próprio objeto e relacioná-lo na documentação possui valor inestimável para localização, identificação e recuperação de toda e qualquer informação vinculada aquele objeto. O museu deve manter um registro de incorporação, com um *checklist* de todas as aquisições.

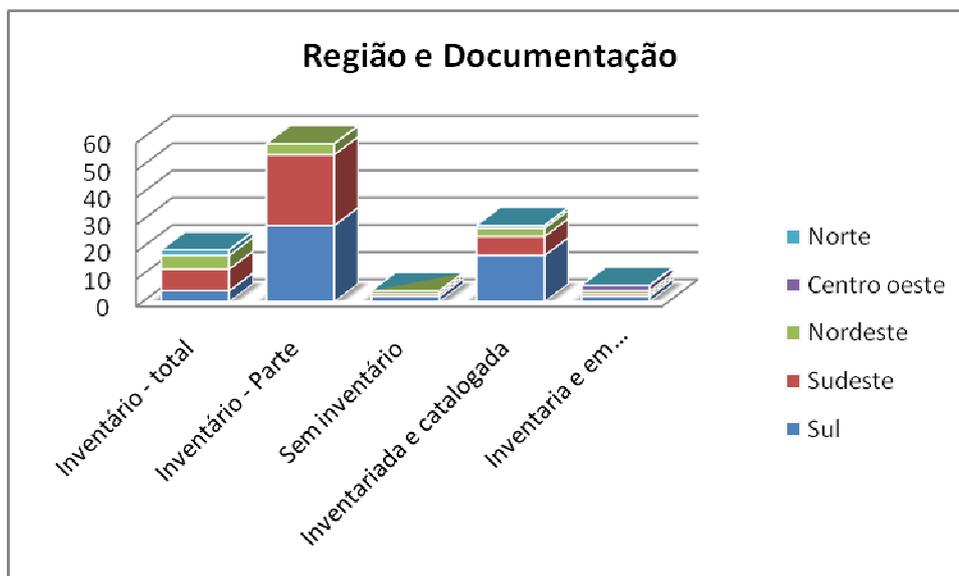
“A catalogação - ou seja, a investigação que configura os catálogos – dos objetos colecionados em um museu” (FERNANDEZ ALONSO, 2001, p.167), é uma atividade de pesquisa elaborada segundo determinado critério/categoria – temático, cronológico, onomástico, geográfico - e classes – de artistas, de nomes, de objetos e situações em um museu, etc. Inclui todos os documentos pertencentes à totalidade ou de uma parte dos dados de um museu descritos de forma sumária ou pormenorizados. “Catalogar quer dizer numerar e juntar; de fato significa dividir os dados em subdivisões compreensíveis” (Sistema de documentación para Musie, p. 18 e 66 *apud* Fernandez Alonso, 2001, p. 167).

A documentação em museus escolares em funcionamento no Brasil é um tema muito carente de estudos e no que se refere ao cotidiano das instituições há muito o que ser feito. Mesmo considerando as especificidades dos museus escolares, em geral, as normas e orientações para a documentação museológica não são aplicadas nessas instituições.

Ao analisar as relações entre o processo de documentação e as regiões brasileiras, gráfico 13, o valor encontrado no teste de qui-quadrado (Valor $P= 0,005$) demonstra que existe comprovação/relação entre essas duas variáveis. O valor encontrado foi de ,000. No geral, pode-se verificar que a maior parte das coleções encontra-se em processo de inventário. O processo de catalogação atinge um pequeno número de instituições. A região sul onde está concentrada a maior parte das instituições museológicas desse formato também concentra o maior índice de coleções catalogadas.

Considerando a catalogação como o processo total de documentação e de identificação que contém pormenores descritivos de cada objeto do acervo tais como: classificação ou outra identificação, dimensões físicas, procedência, número de incorporação e local de armazenamento pode-se dizer que, em sua maioria, as informações intrínsecas e extrínsecas dos objetos contidos nos museus escolares ainda não foram identificadas.

Gráfico 14 - Região e Documentação nos museus escolares

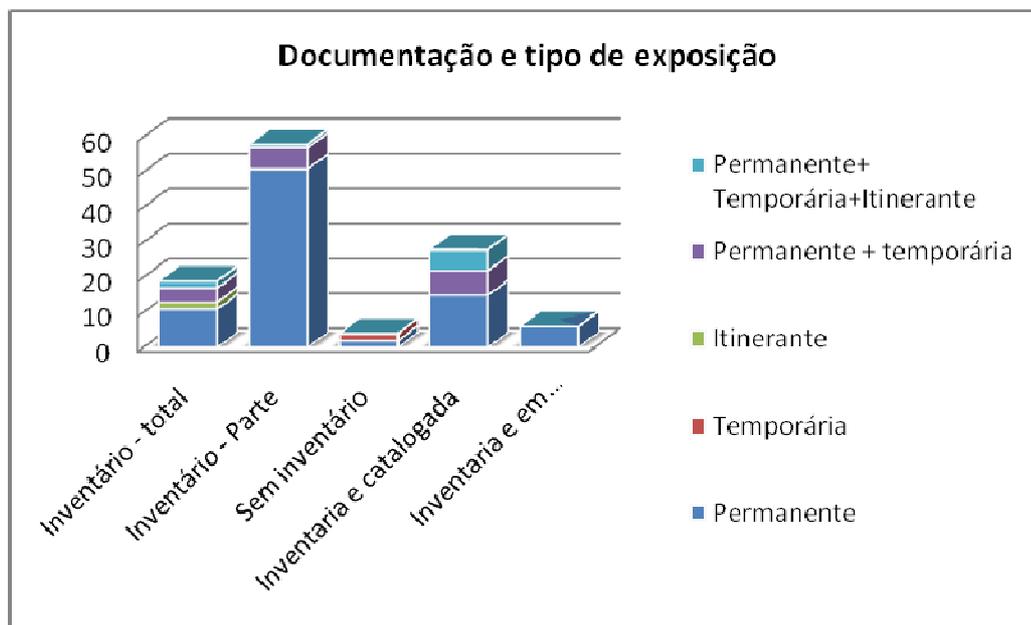


Fonte: Elaboração própria baseado em informações do Guia de Museus Brasileiros, Guia dos Museus Brasileiros/IBRAM, Cadastro de Museus IBRAM, Guia de Museus de Santa Catarina, Guia dos Museus do Estado do Rio Grande do Sul e buscas na Web.

Para Ladkin (2004), todos os objetos de coleções permanentes devem ser catalogados. Contando em sua maioria com coleções e exposições permanentes, conforme análise do gráfico 13 ficou perceptível que a maioria dos objetos das coleções desses museus ainda não estão catalogadas. Ao analisar a relação entre documentação e tipo de exposição nos museus escolares, gráfico 14 foi possível verificar comprovação/relação científica entre essas duas variáveis. O valor encontrado no teste de qui-quadrado (Valor $P=0,005$) foi de ,000. Os gráficos 13 e 14 dialogam entre si no que se referem ao processo de documentação museológica.

É importante pensar que o formato de constituição e condições de funcionamento da maioria dessas instituições é um fator sobremaneira para explicar os índices relativos à documentação. Também é importante destacar que

Gráfico 15 - Documentação e tipo de exposição



Fonte: Elaboração própria baseado em informações do Guia de Museus Brasileiros, Guia dos Museus Brasileiros/IBRAM, Cadastro de Museus IBRAM, Guia de Museus de Santa Catarina, Guia dos Museus do Estado do Rio Grande do Sul e buscas na Web.

O universo da documentação em museus escolares, assim como a conservação, também carece de mais estudos e aprofundamentos neste processo de investigação. Mas, algumas situações podem ser identificadas. Alguns museus escolares estão caminhando para a implantação de um sistema de documentação conforme orientações específicas da museologia. É importante destacar que as orientações do CIDOC são recentes e não se aplicam a todas as coleções. Outros já estão com sistemas de documentação próprios já estruturados. Há ainda aqueles que não iniciaram tal processo.

São alguns exemplos de museus com sistemas de documentação próprios em funcionamento e cumprindo ações inerentes a este: Museu Histórico Municipal João Rissati - Escola Municipal de Cafeara; Museu do computador – Colégio Estadual Padre Carmelo Perrone; Museu Prof. Guido Straube – Colégio Estadual do Paraná; Museu da Escola de 1º e 2º Graus Pio XII; Museu do Instituto Menino Deus; Museu Metodista de Educação Bispo Isac Aço – MMEBI, Museu Anchieta de Ciências Naturais, Museu do Colégio Mauá; Museu Casarão da Várzea do Colégio Militar de Porto Alegre. Neste último, onde a ideia é construir espaços temáticos que variam conforme as grandes datas, as doações poderão estar ora expostas, ora em reserva, implicando também o registro atualizado da movimentação dos objetos.

O Museu do Colégio Municipal Pelotense já conta com inventário e armazenamento do seu acervo de fotos, que devem ser catalogadas. Para isso, foi

elaborada uma ficha seguindo as orientações do Manual Para Documentação de Documentos Fotográficos, publicado pela FUNARTE e adaptada de acordo com a realidade do Acervo do Colégio Pelotense. Constam na ficha informações sobre a localização da imagem no acervo, a forma de aquisição, o conteúdo e seu estado de conservação. As fichas, assim como as fotos, foram digitalizadas e gravadas em CD-Rom; posteriormente serão impressas e armazenadas em arquivos específicos para sua função. (Veja imagem a seguir)

Acervo Fotográfico do Colégio Pelotense



Nº do inventário: CMP-235

Pasta nº: 02

Forma de Aquisição:

compra arquivo da instituição doação permuta outros

Observações:

Legenda: -

Cor, dimensões e suportes: PB, 12x17cm, suporte: 19,5x24,5cm

Temática: Prédio/Espaço/Secretaria/Funcionário

Data: -

Local: -

Personagens: -

Dedicatória: -

Outras fontes ou imagens relacionadas: CMP-199/CMP-200/CMP-201

Fotógrafo ou estúdio: -

Observações:

Estado de conservação:

bom regular ruim

Apresenta:

manchas rasgos fungos escritos selos outros

Observações:

A foto apresenta carimbo do Colégio no verso.

Figura 16 - Ficha catalográfica para Acervo fotográfico do Museu do Colégio Municipal Pelotense.

Fonte: CASTRO, 2006, p. 43 - 44

O Museu da ETE FMC (Escola Técnica de Eletrônica Francisco Moreira da Costa), Santa Rita do Sapucaí, MG possui 378 itens classificados e catalogados e mais outros 70 que estão em processo. Através de guias especializados, o museu conta ao

público a história dos diversos componentes eletrônicos que fazem possível uma sociedade moderna (<http://padreramonsj.blogspot.com.br/>, 2011).

Outra experiência de documentação e a do Memorial do Deutscher Hilfsverein A ordenação e organização do acervo adotou um sistema de registro alfanumérico por letras e números, em cadernos e em pastas com as fichas - de doação e de tombamento – conforme se pode verificar a seguir. Também foi adotado um caderno de registro para movimentação do acervo - de retirada de materiais – e agenda de visitas (BASTOS, JACQUES, 2014).

LETRA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
A	Revistas dos alunos	118
B	Revistas informativas	23
C	Jornais e boletins informativos	18
D	Revistas sem vínculos com a escola	13
E	Moedas, selos, cédulas monetárias	25
F	Cartões, cartas, bilhetes	37
G	Relatórios; contratos de compra e venda da escola	50
H	Convites: formaturas, confraternizações, festas escolares, homenagens	89
I	Flâmulas, distintivos, botons, etiquetas de cadernos, cartões postais, medalhas, troféus, placas	102
J	Plantas do prédio da escola	12
K	Hemeroteca (recortes de jornais)	300
L	Pastas variadas: livros de frequência, pastas de comemoração de datas significativas; relatórios de todas as gestões e setores da escola	76
M	Uniformes escolares desde 1929	98
N	Carimbos	15
O	Correspondências, regimentos escolares	21
P	Caixa com negativos de fotos	Reserva Técnica
Q	Cadernos escolares de aluno, desde 1895	263
R	Boletins escolares, históricos escolares, estatutos, marco referencial da escola	260
S	Documentos variados: certificados recebidos pela escola devido a algum destaque na área de esportes, concurso, homenagem	13
T	Partituras musicais	6
U	Jogos didáticos	10
V	Materiais doados	80
X	Urnas dos alunos da primeira série, organizadas quando plantam uma árvore no bosque da sede de Viamão, que será aberta na terceira série do ensino médio	2
Z	Álbuns da 2ª série sobre a história da escola e do bairro	06

Fonte: Caderno de Registros (2002); Memorial do Colégio Farroupilha.

Figura 17 - Catalogação do acervo Memorial do Deutscher Hilfsverein por letras

Fonte: BASTOS, JACQUES, 2014, p. 56.

NÚMEROS	DESCRIÇÃO	QUANTIDADES
1 - 99	Máquinas de gabinetes	11
100 - 199	Material de escritório	24
200 - 299	Máquinas fotográficas, projetores, filmadoras	18
300 - 399	Material de informática	12
400 - 499	Aparelhagem de telecomunicações; Pense Bem	14
500 - 599	Fotografias	4.000
	Álbuns com fotografias	40
600 - 699	Agendas escolares	25
	Diários de professores	11
	Cadernos de chamada	39
700 - 799	Materiais de artes, trabalhos manuais	15
800 - 899	Materiais do consultório médico	05
900 - 999	Materiais diversos (xícaras, copos com logotipo, etc.)	34
1.000 - 1.099	Livros	156
1.100 - 1.199	Livros didáticos	50
1.200 - 1.299	Livros em alemão	45
1.300 - 1.399	Aparelhagem do Laboratório de Física	04
1.400 - 1.499	Aparelhagem e instrumentos do Laboratório de Química	03
1.500 - 1.599	Aparelhagem e instrumentos do Laboratório de Biologia	06
1.600 - 1.699	Mobiliário	44
1.700 - 1.799	Materiais do laboratório de matemática	02
1.800 - 1.899	Slides	300

Fonte: Caderno de Registros (2002); Memorial do Colégio Farroupilha.

Figura 18: Catalogação do acervo Memorial do Deutscher Hilfsverein por números

Fonte: BASTOS, JACQUES, 2014, p. 57.

O Museu de Ciências do Colégio La Salle Doresé um dos poucos museus que conta com coleção inventariada e disponível em formato digital. Ao acessar os armários, abre-se uma página com a descrição da coleção conforme se pode verificar na imagem a seguir, que traz uma demonstração do armário 1.

Armário 1



Armário 2



Armário 3



Armário 4



Armário 5



Armário 6



Armário 7



Armário 8



Armário 9



Armário 1



PRATELEIRA 1

- 1 - Nome Comum: Cachorro-do-mato
Espécie: *canisoyon litheus*
Ordem: Carnívora Família: canidae
- 2 - Nome Comum: Gambá
Espécie: *didelphis sp.*
Ordem: Marsupialia Família: didelphidae
- 3 - Nome Comum: Gambá-de-orelha branca
Espécie: *didelphis albiventris*
Ordem: Marsupialia Família: didelphidae
- 4 - Nome Comum: Ouriço-cacheiro
Espécie: *coendou villosus*
Ordem: rodentia Família: eretizontidae
- 5 - Nome Comum: Porquinho-de-Índia
Espécie: *cavia porcellus*
Ordem: rodentia Família: cavidae
- 6 - Nome Comum: Zorilho
Espécie: *conopeltis chinga suffocans*
Ordem: Carnívora Família: mustelidae
- 7 - Nome Comum: Preá
Espécie: *cavia aperea*
Ordem: rodentia Família: cavidae
- 8 - Nome Comum: Mico
Espécie: *cebus apella*
Ordem: primates Família: cebidae
- 9 - Nome Comum: Sagol
Espécie: *callithrix jacchus*
Ordem: Primates Família: oellthriidae
- 10 - Nome Comum: Bugio - Extinção a nível Estadual segundo Decreto nº 41672/11/08/02
Espécie: *Alouatta sp.*
Ordem: Primates Família: cebidae
- 11 - Nome Comum: Ipira
Espécie: *eira barbata*
Ordem: Carnívora Família: mustelidae
- 12 - Nome Comum: Tamanduá mirim - Extinção a nível Estadual segundo Decreto nº 41672-11/08/02
Espécie: *tamandua tetradactyla*
Ordem: Edentata Família: myrmecophagidae
- 13 - Nome Comum: Lagarto Teju
Espécie: *tupinambis merianae*
Ordem: squamata Família:
- 14 - Nome Comum: Cascudo
Espécie: *aloricaria sp.*
Ordem: Família:
- 15 - Nome Comum: Tartaruga Tigre d'água
Espécie: *trachemys pictolota*
Ordem: chelonis Família: emyidae
- 16 - Nome Comum: Peixe-piranha
Espécie: *sepiastus sp.*
Ordem: Cypriniformes Família: characnidae



PRATELEIRA 2

- 1 - Nome Comum: Gato-do-mato Extinção!!!
Espécie: *leopardus tigrinus*
Ordem: Carnívora Família: felidae
- 2 - Nome Comum: Puma, sussuarana Extinção!!!
Espécie: *felis concolor*
Ordem: Carnívora Família: felidae
- 3 - Nome Comum: Coati Extinção a nível Estadual segundo Decreto nº 41672/11/08/02
Espécie: *nasua nasua solitaria*
Ordem: carnívora Família: procyonidae
- 4 - Nome Comum: Tauá Galinha
Espécie: *dasyus novemcinctus*
Ordem: Edentata Família: dasypodidae
- 5 - Nome Comum: Jaguetirica Extinção!!!
Espécie: *Felis pardalis*
Ordem: carnívora Família: felidae
- 6 - Nome Comum: Veado Bororó
Espécie: *mazama rufina*
Ordem: artiodactyla Família: cervidae
- 7 - Nome Comum: Mão-pelada
Espécie: *procyon cancrivorus nigripes*
Ordem: Carnívora Família: procyonidae
- 8 - Nome Comum: Jacaré-do-papo Amarelo
Espécie: *caiman latirostris*
Ordem: crocodilia Família: alligatoridae

Figura 19 - Página Web do Museu de Ciências do Colégio La Salle Dores com a descrição da coleção. Fonte: <http://www.lsdores.com.br/museudeciencias/armarios.html> Acesso: 20/07/2014

Os Museus de Etnologia Indígena e de História Natural da Academia de Comércio, Juiz de Fora, MG podem ser citados como exemplos da importância da documentação integrada a outras funções dos museus. O trabalho de manutenção, conservação e restauração das peças desses museus impõe uma atualização constante dos dados nos registros informatizados, fundamental para o acompanhamento das

mudanças e aperfeiçoamentos do conhecimento científico (MUSEU, Disponível em <http://www.academia.com.br/servicos/museu/> Acesso: 30/08/2014).

Pode-se perceber que há uma diversidade de registros nos museus escolares em funcionamento conforme as circunstâncias de cada um, a sistemas de registro manual e/ou informatizado. Ao que parece em sua maioria os museus escolares não cumprem determinados requisitos mínimos para registro propostos pelo CIDOC.

Nos museus, assim como em outras áreas de atividades humanas e culturais, o uso do computador e da internet tornaram-se instrumentos/recursos imprescindíveis e sua utilização vem se impondo como essencial para o desenvolvimento de diversas atividades nas instituições museológicas. Museus dotados de maiores recursos econômicos, tem se utilizado com maior proveito destes recursos para a digitalização dos fundos, constitui passo importante na conservação e divulgação, e é também um banco de dados para a sociedade atual. O ICOM tem recomendado a utilização das múltiplas facetas da internet, bem como a informatização dos museus. Além das recomendações éticas, esse órgão chama a atenção para o controle e uso da terminologia.

Assim como os demais museus, os museus escolares vêm incorporando a informática e a internet no seu dia a dia, apesar de poucos ainda contarem com base de dados on-line. Mas, em sua maioria contam com sites, blogs e redes sociais para divulgação de ações e assim pode-se dizer que a internet é o recurso que está dando visibilidade a este formato de museu. No geral, veiculam informações sobre o histórico da instituição, localização, horários de funcionamento, coleções, tipos de exposições, serviços e notícias

Sendo ainda um desafio a informatização nos museus escolares, a internet é um importante meio de visibilidade para esses museus. A inserção e a preservação dos acervos digitais ainda não estão acessíveis a todos os museus, pois a sua estruturação básica ainda não se encontra em consonância com demais atividades do museu.

CAPÍTULO 10
A COMUNICAÇÃO NOS MUSEUS
ESCOLARES

10 - A Comunicação nos Museus Escolares

Segundo versão aprovada pela 20ª Assembleia Geral do ICOM, Barcelona, Espanha - 6 de julho de 2001, o museu tem como finalidades adquirir, conservar, investigar, difundir e expor os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite. As funções atribuídas a essa instituição o define. Entre as características apresentadas pelo Departamento de Museus e Centros culturais – IPHAN/MINC, outubro de 2005 estão a vocação para a comunicação, a exposição, a documentação, a investigação, a interpretação e a preservação de bens culturais em suas diversas manifestações. O museólogo holandês Peter Van Mensch evoca somente três dessas funções: preservar, estudar e transmitir.

A definição de museu do Decreto Nº 8.124, de 17 de outubro de 2013 que regulamenta os dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, explicita como suas funções: conservação, investigação, interpretação e exposição.

IX - museu - instituição sem fins lucrativos, de natureza cultural, que conserva, investiga, comunica, interpreta e expõe, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de outra natureza cultural, abertos ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (DECRETO Nº 8.124, de 17 de outubro de 2013).

Para Alonso Fernandez (2001, p. 150), “desde uma posição ortodoxa, o museu coleciona e conserva objetos insubstituíveis para ser exibido”. Três funções mais clássicas – colecionar, conservar e expor – estão aí presentes. Para Waddell *apud* Alonso Fernandez (2001, p. 150), são funções interligadas e com o mesmo grau de importância.

Embora apresente um formato singular, pode-se dizer que as funções básicas dos museus encontram-se presentes nos museus escolares, uma vez que estes também resultam de um processo museológico e social.

O museu escolar é o fruto de um processo realmente museológico (conceito inicial, programação, adaptação de locais, levantamento e coleta de objetos, inventário, conservação, apresentação e animação) ligado à atividade escolar, de modo cooperativo, associando pais, alunos e professores, eventualmente até mesmo pessoas e/ou instituições vizinhas da escola (VARINE, 2012, p. 196).

Ao analisar as funções do museu escolar é preciso levar em conta sua singularidade e a complexidade de experiências nesse universo. Mesmo desempenhando as mesmas funções e tendo os mesmos objetivos dos “museus tradicionais” - preservação, documentação e comunicação -, uma vez que são inerentes a qualquer processo museológico, não se pode generalizar e exigir do museu escolar o cumprimento rigoroso de funções estabelecidas pelo ICOM ou pelo IBRAM.

Decorrente da falta de interesse/negligência por esse patrimônio, tanto no Brasil, como em outros países, só recentemente os museus escolares começam a ser vistos como patrimônio cultural. Apesar de ainda não ocupar lugar de destaque nos debates museológicos, a questão vem sendo evocada e discutida em pequenos grupos, gerando discussões e descobertas que vem acrescentar às questões debatidas no âmbito da história dos museus e da museologia.

Para Scheiner (2012), o museu é um espaço real e simbólico, onde se realiza atividades próprias: documentação; exposição/comunicação/educação, preservação/restauração. Predominantemente visual e “porta de acesso” do visitante/público ao espaço e a narrativa apresentada, a exposição é a atividade que caracteriza o museu como tal. A linguagem museológica é sempre educativa e deve ser articulada às linguagens da comunicação, seja através das exposições, seja através das ações educativas e publicações produzidas pela instituição. Para essa autora, muitos meios de comunicação são analisados, exceto o museu.

Para falar de exposição em museus, é preciso falar de comunicação e vice-versa.

A comunicação (C) é a ação de se veicular uma informação entre um ou vários emissores (E) e um ou vários receptores (R), por meio de um canal (segundo o modelo ECR de Lasswell, 1948). Esse conceito é tão geral que não está restrito aos processos humanos portadores de informação de caráter semântico, mas encontra-se também nas máquinas, tanto quanto no mundo animal ou na vida social (Wiener, 1948) (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2013, p. 35).

A comunicação pode ser interativa - (E↔C↔R) – ou unilateral - (E→C→R). A comunicação unilateral é chamada de *transmissão* (Debray, 2000). Nos museus, pode-se definir a unilateralidade e a linguagem não verbal como especificidade da comunicação quando a instituição não conta com um programa de pesquisa e educativo, para formação de mediadores para atuar como porta-vozes e estimular no visitante questionamentos sobre do que está sendo apresentado. Geralmente apresenta sem possibilidade de resposta da parte do público receptor e opera pela apresentação sensível dos objetos expostos. No contexto dos museus, a exposição faz parte de um sistema de comunicação mais geral que integra apresentação dos resultados da pesquisa efetuada

sobre as coleções (catálogos, artigos, conferências, exposições) e o acesso aos objetos que compõem as coleções (exposições de longa duração e informações associadas). Esta é a lógica que prevaleceu no sistema PPC (Preservação – Pesquisa– Comunicação) proposto pela *Reinwardt Academie* de Amsterdam (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2013).

A comunicação foi-se tornando progressivamente, no fim do século XX, o princípio motor do funcionamento do museu. Além da exposição, os museus utilizam ao longo dos tempos outras técnicas de comunicação tais como eventos, encontros, publicações, animações “extramuros”, divulgação em seus sites na internet e redes sociais (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2013). A Web e as diversas incursões dessas instituições nas redes sociais (YouTube, Twitter, Facebook, etc.) tem constituído importante meio de comunicação e divulgação dos museus. Apesar de praticamente todos os museus escolares sofrerem com a “invisibilidade” (WITT, 2013), em sua maioria contam com algum tipo de divulgação na Web. As redes sociais têm sido importante meio de divulgação.

10.1 - Exposição

Do latim *expositio*: exposto, explicação, o termo que também sofreu modificações ao longo dos tempos “significa tanto o resultado da ação de expor, quanto o conjunto daquilo que é exposto e o lugar onde se expõe” (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2013, p. 42).

Conteúdo ou lugar que se expõe caracteriza-se tanto como um lugar específico de interações sociais, como um conjunto de representações que este pode evocar, podendo ser organizada em um lugar fechado, a céu aberto ou *in situ*.

A exposição aparece também como uma das principais funções do museu que, segundo a última definição do ICOM, “adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade”. De acordo com o modelo Preservação, Pesquisa e Comunicação - PPC (da *Reinwardt Academie*), “a exposição faz parte da função mais geral de comunicação do museu, que compreende igualmente as políticas educativas e de publicação” (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2013, p. 43).

quando entendida como o conjunto de coisas expostas, a exposição compreende:

tanto as *musealia*, objetos de museu ou “objetos autênticos” , quanto os substitutos (moldes, réplicas, cópias, fotos, etc.), o material expográfico acessório (os suportes de apresentação, como as vitrines ou as divisórias do espaço), os suportes de informação (os textos, os filmes ou os multimídias), como a sinalização utilitária (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2013, p. 44).

Exposição e apresentação não possuem o mesmo significado dentro dos debates expográficos e museológicos. O termo “exposição”, corresponde, se não a um discurso físico e didático, então, ao menos, a um amplo complexo de itens colocados à vista. Apresentação pode evocar a mostra de bens em um mercado ou loja de departamento, que pode se dar de modo passivo. Esses dois níveis – a apresentação e a exposição – permitem precisar as diferenças entre cenografia e expografia.

No primeiro caso, o cenógrafo parte do espaço e tende a utilizar os *expôts* para mobiliar esse espaço, enquanto no segundo, o *designer* de exposições ou museólogo parte dos *expôts* e realiza pesquisas sobre o melhor modo de expressão, a melhor linguagem para fazer com que eles falem (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2013, p. 44).

O termo francês *expôt* não tem tradução para português e se define como um “termo genérico que designa qualquer objeto ou documento apresentado à vista do público” (POULOUT, 2013, p. 27). Desvallées e Mairesse (2011) apresentam esse termo como uma unidade elementar da exposição.

As diferenças de expressão - cenografia e expografia – também variaram ao longo das diversas épocas em razão de fatores como: o gosto e a moda; importância respectiva dos agentes que operam no espaço (decoradores, *designers*, cenógrafos, museólogos, arquitetos); disciplinas e finalidade de pesquisa. As tipologias de exposições podem ser concebidas ainda a partir das mídias utilizadas, do caráter lucrativo ou não da exposição, da concepção geral do *muséographe* (expografia do objeto, da ideia ou do ponto de vista) e ainda a implicação, cada vez mais marcante, do visitante-observador (DESVALLÉES, MAIRESSE, 2013).

As exposições e mostras são o meio de comunicação mais importante do museu, é onde ocorre o contato direto entre o visitante e o acervo do museu. Por isso, o seu potencial e capacidade de comunicação deve nortear o planejamento e projeto da exposição, qualquer que seja o tema, método ou tipo (HERREMAN, 2004).

Uma exibição é uma comunicação média baseada nos objectos e nos seus elementos complementares, apresentados num espaço predeterminado, que utiliza técnicas de interpretação especiais e sequências de aprendizagem que visam a transmissão e comunicação de conceitos, valores e/ou conhecimento (HERREMAN, 2004, p. 100).

Para Scheiner (2006), o processo de uma exposição vai além do planejamento e o desenvolvimento de um projeto, a montagem e a organização, estende-se a todas as etapas de produção – antes, durante e depois da criação da exposição. Divide o

processo de uma exposição em cinco fases: pré-montagem; montagem da exposição; a exposição propriamente dita; desmontagem; avaliação.

Esta metodologia de desenvolvimento de exposições aplica-se a qualquer tipo de museu, a qualquer modelo conceitual de museu, em qualquer lugar do mundo: não existem processos distintos para museus diferentes (SCHEINER, 2006).

10.1.1- Tipos de Exposição nos museus escolares

Há diferentes critérios para classificar as exposições, bem como abordagens aos tipos de exposições. Quando se fala em exposição em museus, frequentemente aparece os termos “permanente” e “temporária” ou de “longa duração” e “curta duração”, assim como os termos como “itinerante” e de “média duração”. Como classificar uma exposição em um museu?

O termo exposição “Permanente”, refere-se às exposições planejadas para ficarem disponíveis à visitação por um período maior, com um caráter mais centralizador das coleções principais do museu, podendo ser alteradas de acordo com a narrativa do museu. Também são escolhidos suportes mais duráveis para atenderem às necessidades e demandas da exposição, no entanto, são relativos, as exposições permanentes são atualmente alteradas extensivamente e/ou periodicamente trocam os objetos exibidos.

Para Herreman (2004, p. 100), o que normalmente é designado de “exposições permanentes”, seria melhor definido como exposições “principais”, considerando-se “que estas são planejadas como parte de uma estrutura de conceitos, linha histórica ou tema principal do museu”. Para ele, o termo “exposições principais” se aplica principalmente aos pequenos museus, que não têm ou visam ter exposições “permanentes”, mas, que aproveitam a oportunidade para apresentar diferentes temas e coleções que utilizam exposições a longo prazo, que talvez possam durar entre um a três anos. Também se aplicaria a museus que têm uma exposição principal muito pequena, enquanto as galerias principais são dedicadas a exposições temáticas com a duração de alguns meses, um ou dois anos.

Quanto ao significado de exposição “temporária”, Belcher (1997) *apud* Herreman (2004, p. 100) “divide em “curto prazo”, com duração de um a três meses; “médio prazo”, três a seis meses e “longo prazo” que se espera uma duração para um período indefinido”.

Outros tipos são as “itinerantes”, as “portáteis” e as “móveis” (ALONSO FERNANDEZ, 2001). A “itinerante” leva exposições de todos os tamanhos, a diversos

locais. São exposições que podem ser tão simples como um único objeto ou grupo de objetos. Podem ser projetadas para lugares fixos ou circularem em autocarro, caminhões ou comboios. Em geral, são exposições que pretendem oferecer a oportunidade de serem vistas por uma população maior e mais diversa, em locais diferentes. Esse tipo de exposição tanto pode ser organizada como recebida pelos museus.

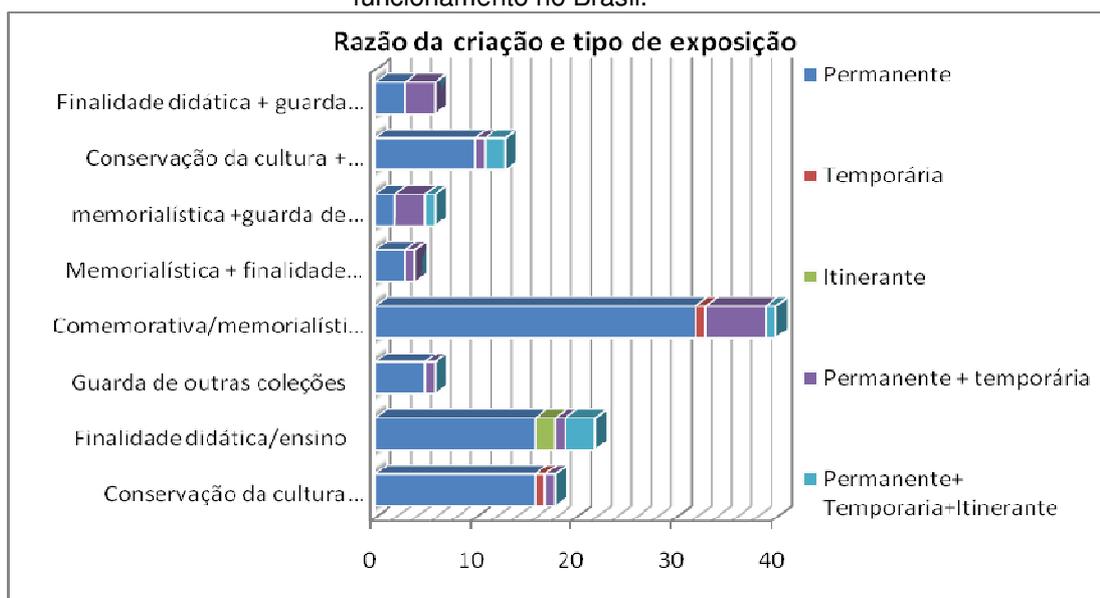
As chamadas exposições portáteis são também uma variante das temporárias. De pequeno porte e facilidade para instalação em outros espaços diferentes, se desfazem ao término de sua função. As exposições móveis são aquelas construídas e mantidas com independência de espaços. No geral, são originárias de fins comerciais ou culturais de publicidade (ALONSO FERNANDEZ, 2001).

Como podemos classificar as exposições dos museus escolares?

A exposição é o motor dos museus escolares, como dos demais museus. Em sua maioria, esses museus contam com pouco espaço (geralmente uma sala/salão ou pouco mais) e pequenas coleções fixas que ampliam ao longo dos tempos.

Os museus escolares, em sua maioria realizam exposições permanentes. Veja no gráfico a seguir. Ao que parece o tipo de exposição realizada não tem relação com a razão da criação do museu. Na análise univariada de associação estatística por variáveis pesquisadas, o valor encontrado no teste de qui-quadrado (Valor $P= 0,005$) entre a razão da criação e o tipo de exposição ,298, não demonstrou comprovação de relação entre essas duas variáveis.

Gráfico 16 - Razão da criação e tipo de exposição realizadas nos museus escolares em funcionamento no Brasil.



Fonte: Elaboração própria baseado em informações do Guia de Museus Brasileiros, Guia dos Museus Brasileiros/IBRAM, Cadastro de Museus IBRAM, Guia de Museus de Santa Catarina, Guia dos Museus do Estado do Rio Grande do Sul e buscas na Web.

Ao que parece, o termo exposições “principais proposto por Herreman (2004, p. 100), se aplicaria bem nesse caso, considerando-se “que estas são planejadas como parte de uma estrutura de conceitos, linha histórica ou tema principal do museu”.

Poucos são os museus que realizam exposições permanentes e temporárias e/ou realizam e recebem exposições itinerantes. Entre os museus que recebem exposições itinerantes de outras instituições destacam-se os museus: Museu Prof. Guido Straube – Colégio Estadual do Paraná e o Museu de Ciências Naturais e Tecnologia – Colégio Emilie de Villeneuve, São Paulo, SP. Este último apresenta entre suas atividades, a realização de exposições itinerantes (http://www.colegioemilie.com.br/default.asp?site_Acao=MostraPagina&Paginald=64, Acesso 26/08/2014).

Entre as exposições temporárias destacam-se as comemorativas, as organizadas para a “Semana Nacional de Museus” e “Primavera dos Museus”. No geral, são trabalhos realizados pelos alunos e expostos no espaço do museu por períodos curtos de tempo como os exemplos a seguir.

O Museu Irmão Paschoal Pasa em Passo Fundo, RS participou da 7ª Primavera dos Museus promovida pelo Ibram - Instituto Brasileiro de Museus, através de uma Exposição da Cultura Afro-brasileira, realizada para as turmas do 4 ano. Pode-se perceber na imagem a seguir coleções de história natural continuam presentes no ambiente.



Figura 20 - Exposição temporária da Cultura Afro-brasileira - Museu Irmão Paschoal Pasa em Passo Fundo, RS. Fonte: <http://colegiomarista.org.br/conceicao/multimedia/7-primavera-dos-museus-exposicao-cultura-afro-brasileira> Acesso: 01/08/2014

Outros tipos de exposições temporárias podem ser encontrados dividindo espaços com exposições permanentes nos museus escolares. Segue exemplo de uma exposição de artigos da cultura japonesa utilizadas na cidade de Suzu, no Japão - considerada cidade-irmã de Pelotas – no museu do Colégio Municipal Pelotense, realizada entre setembro e outubro de 2013. Essa coleção de 83 peças incluindo objetos de uso caseiro, religioso e também os artefatos utilizados como decoração foi doada ao museu por Luiz

Carlos Lessa Vinholes, pelotense que morou por dez anos em Suzu, sendo adido cultural no Japão. A mostra é uma homenagem aos 50 anos da relação de irmandade entre Pelotas e Suzu, as primeiras cidades-irmãs entre Brasil e Japão.

Pode-se observar na imagem a seguir que a exposição divide espaço com a coleção “permanente” do museu.



Figura 21 - Aspectos de exposição temporária sobre cultura japonesa no museu do Colégio Municipal Pelotense. Fonte:

<http://www.pelotas.rs.gov.br/noticias/detalhe.php?controle=MjAxMy0wOS0yNQ==&codnoticia=35177> Acesso: 01/08/2014

Outro tipo de exposição temporária bastante frequente, são as realizadas com objetos do museu em espaços estratégicos da escola, como se pode observar na imagem a seguir



Figura 22 - Exposição temporária realizada em comemoração dos 35 anos do Museu Escolar do CEAP, em 2008, no hall de acesso à Escola. Fonte: <http://router.ceap.g12.br/site/noticia.php?cod=363> Acesso: 01/08/2014

Alguns desses espaços de exposições funcionam também como espaço de prática de ensino. É o caso do Museu do computador – Colégio Estadual Padre Carmelo

Perrone, Cascável, PR, que reúne monitores de variadas formas e tamanhos, gabinetes gigantes, impressoras e outros equipamentos de informática com quase 50 anos e são utilizados pelos alunos do curso técnico em informática para fazer experimentos e testar habilidades. O Museu que resultou de um projeto de coleta de lixo eletrônico continua realizando atividades de educação ambiental nesse sentido. Para o coordenador do Museu Edson Gavazzoni, “a ideia não é apenas mostrar para os alunos o rico acervo do museu, mas dar continuidade a uma série de ações que estão sendo organizadas pelos alunos das três turmas, com relação ao lixo eletrônico” (<http://www.oparana.com.br/educacao/alunos-fazem-visita-a-a-maquina-do-tempo-20762/> 30/09/2012 Acesso: 01/08/2014).



Figura 23 - Aspectos da Exposição do Museu do computador – Colégio Estadual Padre Carmelo Perrone, Cascável, PR

Fonte: Catve.com/noticia/6/36696/colegio-padre-carmelo-inaugura-museu-do-computador
Acesso: 01/08/2014

Fonte: Disponível em <http://www.oparana.com.br/educacao/alunos-fazem-visita-a-a-maquina-do-tempo-20762/> 30/09/2012 Acesso: 01/08/2014

Diferentemente da grande maioria dos museus pesquisados, Museu Cultural Escolar 2 de Maio, no Ceará é um das poucas instituições que realiza apenas exposições temporárias. Outros aspectos das exposições realizadas nos museus escolares podem ser verificados nos anexos – Aspectos das exposições.

10.1.2 - Os espaços da exposição nos museus escolares

Uma das primeiras preocupações para realização de uma exposição é o espaço. Scheiner (2006) enumera quatro tipos de espaço: o simbólico, o geográfico, o

arquitetônico e o virtual. Não se pode esquecer que as características das exposições se orientam pelo modelo conceitual de Museu⁷⁰.

“Do ponto de vista geral, o primeiro espaço a ser identificado em todo projeto de exposição é o espaço simbólico. Toda exposição é um produto simbólico que vai ocupar um espaço cultural dentro do museu”. Os visitantes só compreenderão as intenções e abordagens do criador da exposição, se os códigos que lhes forem familiares, ou com os quais podem identificar suas experiências de vida, suas leituras de mundo (SCHEINER, 2006, p. 17). A escola como instituição presente na vida das pessoas favorece essa compreensão quando se trata da exposição em museus escolares.

A segunda questão apresentada é a dos espaços geográficos. Esta se aplica aos museus de território, que partem dos espaços geográficos, há uma série de questões que são específicas e não serão discutidas aqui⁷¹. Nos museus identificados, apenas o Museu Metodista de Educação Bispo Isac Aço – MMEBI e o Ecomuseu da Amazônia incorporam espaços geográficos em seus projetos.

A terceira questão é a identificação dos espaços arquitetônicos, que são comuns a todos os museus. Deve-se buscar otimizar a relação entre o espaço existente e o espaço criado. “A solução básica seria criar contextos nos quais os espaços envolvem os objetos: o espaço é parte da exposição. Os museus que têm espaços arquitetônicos definidos partem da arquitetura para definir a exposição, não forçam uma exposição dentro da arquitetura” (SCHEINER, 2006, p.27).

No caso dos museus escolares, a questão do espaço para abrigar o museu é uma das dificuldades, entre outras. Em algumas escolas centenárias, os museus escolares ocupam espaços pré-definidos para tal e integrados ao conjunto arquitetônico. Mas, com a resignificação atual, enfrentam dificuldades também. As novas demandas e funções são incompatíveis com os espaços pensados na primeira metade do século XX. Quanto às escolas particulares, estas encontram em situação um pouco melhor frente as escolas públicas que enfrentam inúmeras dificuldades nesse sentido. Apesar das dificuldades enfrentadas pelos museus escolares, há exemplos interessantes que demonstram uma preocupação com integração dos objetos ao espaço arquitetônico - há uma sintonia visual entre arquitetura, luz natural, luz artificial, espaço de circulação, espaços de exposição. Observe as imagens a seguir.

⁷⁰ O modelo conceitual de museu variou no tempo e espaço e atualmente segundo definições de organizações profissionais e institucionais e estudiosos. Scheiner (2001/2002) classifica em: 1) Museu Tradicional – Museu Tradicional Ortodoxo (acadêmico); Museu Tradicional do tipo interativo (exploratório); Museu Tradicional com coleções vivas (Jardins botânicos, Zoológicos, aquários, etc.); 2) Museu de Território – Museus Comunitários e Ecomuseus; Parques Nacionais e outros sítios naturais musealizados; Cidades-monumento, sítios arqueológicos e similares; 3) Museu virtual.

⁷¹ Ver Scheiner, 2006, p. 17 – 26.

Museu da E.E. Doutor Francisco
Tomas de Carvalho



Museu Escolar Gertud Frankowia



Figura 24 - Aspectos de Exposição

<http://diariodenoticias.com.br/noticias.asp?idnoticia=4581&act=det> Acesso: 03/07/2014

Fonte: <http://arquivohistoricoibirama.blogspot.com.br/2011/06/grupo-escolar-eliseu-guilherme.html>
Acesso: 03/07/2014



Interior do Memorial do Centro Educacional Menino Jesus
Fonte: Acervo pessoal de Carla Regina Hofstatter

Figura 25 - Aspecto exposição do Memorial do Centro Educacional Menino Jesus - SC
Fonte: [http://www.jornaldaeducacao.inf.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1828#myGallery1-picture\(4\)](http://www.jornaldaeducacao.inf.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1828#myGallery1-picture(4)) Acesso: 21/01/2014

Para Scheiner (2006), uma exposição bem sucedida não tem que ser sempre grandiosa, luxuosa, caríssima e nem todos os museus, para ser sucesso de público e crítica, precisam receber filas de visitantes na porta, uma vez que alguns museus nem sequer comportam milhares de visitantes. Deve-se tomar cuidado para que não ocorra

confusão entre qualidade museológica e museográfica com sucesso de mídia e de público.

Os museus escolares se enquadram nessa situação. Sem espaço e pessoal para receber muitos visitantes e na maioria das vezes praticamente sem recursos, alguns museus escolares conseguem realizar pequenas exposições de qualidade. Ao pensar as exposições oferecidas por este tipo de museu, a primeira coisa que se precisa ter em mente são os limites enfrentados pelos mesmos, bem como sua singularidade. Nas imagens anteriores, pode-se perceber exemplos de instalações simples e com visual adequado ao acervo. No Museu Escolar Gertud Frankowia, o espaço expositivo está restrito a essa sala apresentada.

A quarta questão colocada por Scheiner (2006) trata da resolução dos espaços virtuais - nos museus virtuais e nos outros modelos de museus, que usam implementos virtuais e digitais. Nos museus escolares, pode-se verificar que a maioria contam com sites, blogs, e redes sociais (facebook) para divulgação de suas atividades. o que não configura um museu virtual aos que tem sede física e sim, um complemento comunicacional.

Alonso Fernandez (2001) reconhece quatro tipos de funções gerais que vem sendo assumidas pelas exposições ao longo do tempo: 1) a simbólica, ligada ao valor ostentativo dos objetos; 2) a comercial, unida ao valor de mercado; 3) a documental, ligada ao valor informativo ou científico dos objetos; 4) a estética, unida ao valor artístico das obras. Não são excludentes ou incompatíveis entre si, essas funções podem estar presentes em uma mesma exposição.

Qual a função das exposições nos museus escolares? Pode-se dizer que nos museus escolares a exposição cumpre prioritariamente a função documental e simbólica. A função comercial parece inexistente nos museus identificados a primeira vista. Mas, se pensados como diferencial na rede particular de ensino e articulados à construção de uma identidade nesse sentido, a função comercial está subtendida. A função estética, relativamente recente no mundo dos museus, ainda não é uma preocupação significativa no universo dos museus escolares. Há museus escolares classificados como históricos, de ciência e mistos (ciências, história, etnografia). A forma de apresentação geral também coincide com os conteúdos das coleções. Veja as imagens a seguir.



Figura 26 - Aspecto exposição temporária Colégio Marista 2011 - Museu Irmão Paschoal Pasa - Museu do Colégio. 2011. Fonte: <http://colegiomarista.org.br/conceicao/sala-de-aula/atividades-marcam-semana-do-meio-ambiente>

Para Alonso Fernandez (2001), a maior e até a mais sofisticada profissionalização das exposições em nosso tempo foi impulsionada, entre outros, pelos campos da moderna iluminação, as técnicas de desenho espacial, as de preservação ambiental e as de criação de âmbitos adequados para a apresentação e salvaguarda dos objetos.

No entanto, alguns erros são bastante frequentes nas exposições: 1) Uso de materiais caros e inadequados ao clima, ao tipo de exposição e ao tipo de suporte, em nome de uma sofisticação museográfica desnecessária; 2) Relação inadequada objeto x fundo; 3) Exposições em locais com condições inadequadas de conservação (SCHEINER, 2006).

Entre os “erros” mais comuns identificados nas exposições em museus escolares estão os locais em condições inadequadas de conservação, sobretudo, iluminação e temperatura. Também é bastante comum a relação inadequada entre objetos, suporte e espaço. São muitos objetos no mesmo suporte e espaço. Comumente, são expostos um grande número de objetos no mesmo suporte e espaço, colocando em risco o acervo e a qualidade técnica da exposição.

Na exposição a seguir pode-se perceber os efeitos dos limites enfrentados pelos museus escolares em que a riqueza de objetos fica comprometida pela adequação ou inadequação ao espaço, uma vez que a exposição quer apresentar mais objetos do que comporta as vitrines e a exposição. Outro fator que contribui para que todo o acervo seja exposto, refere-se à falta de espaço destinado para reserva técnica dentro dos museus escolares.



Figura 27 - Aspectos da Exposição do Museu escolar do Seminário Santo Antônio Fonte: <http://www.seminario.org.br/fotogalerias/2008/05/18.php> Acesso: 20/07/2014

Scheiner (2006) aponta o recurso cênico como uma das melhores possibilidades que se tem para usar nas exposições. No entanto, esse é um recurso pouco utilizado nos museus escolares em razão de dificuldades como falta de recursos e espaço. Os poucos que utilizam, podem-se verificar resultados bastante satisfatórios. As imagens a seguir mostram como a luz cênica pode dar efeito mais dramático às exposições e consequente na vida do museu e do visitante.



Figura 28 - Museu de História Natural, Colégio Dante Alighieri – São Paulo. Fonte: <http://www.revistainfra.com.br/porta/Textos/?Destaque/14162/Muito-al%C3%A9m-da-sala-de-aula-> Acesso: 29/08/2014



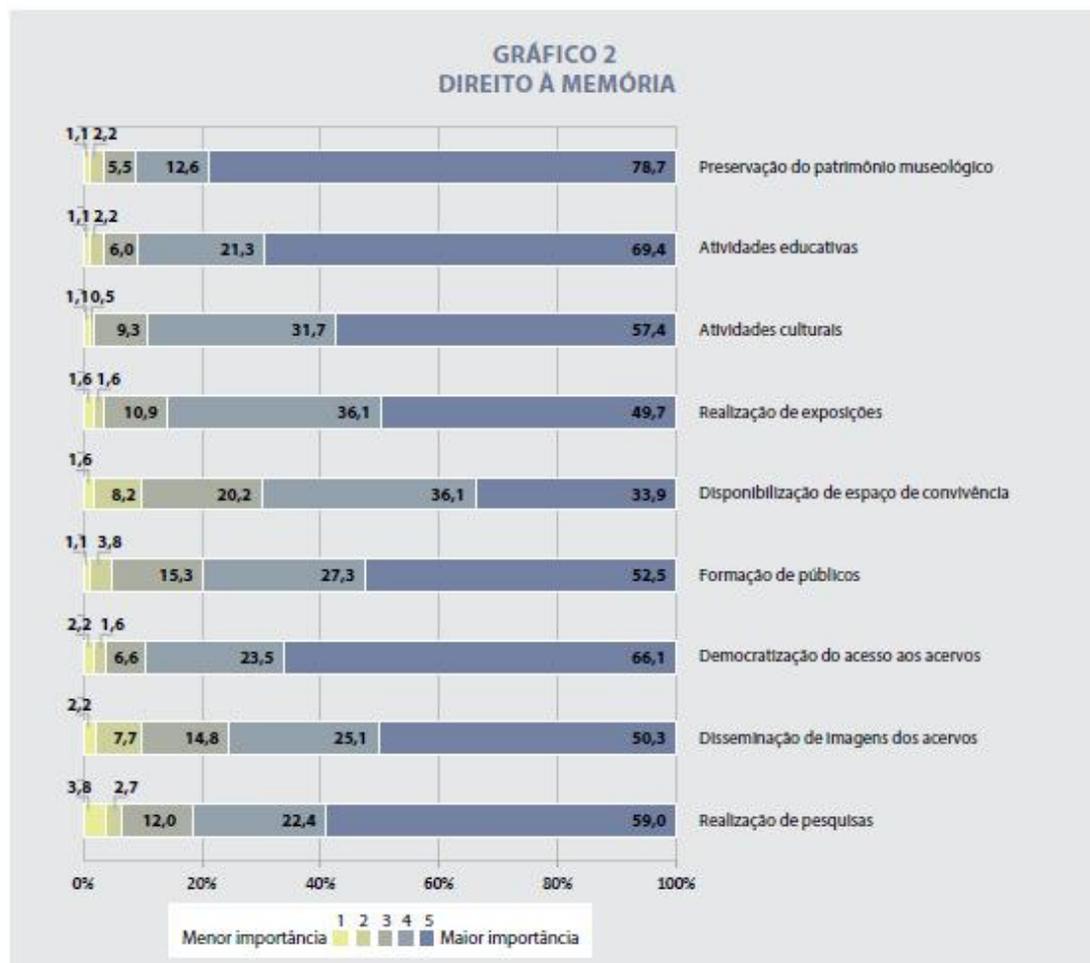
Figura 29 - Aspecto do Museu Colégio Dante Alighieri – Projeto em comemoração aos 100 anos.
Fonte: <http://www.albertofariaarquiteto.com/> Acesso: 28/08/2014

10.2 - Educação e ação cultural nos museus escolares

“Os museus têm o importante dever de promover o seu papel educativo e atrair maiores audiências da comunidade, localidade ou grupo que representa”. Interagir com a comunidade e promover o seu patrimônio fazem parte do papel educativo dos museus LEWIS, 2004, p.1).

Em pesquisa realizada pelo IBRAM, a preservação do patrimônio museológico ocupa lugar central nas atividades a ser desenvolvida pelos museus para a garantia do direito à memória. Seguindo-se a essa ação encontram-se as atividades educativas e as culturais (SILVA ... [et al.], 2014, p. 27).

Gráfico 17 - Direito à memória



Fonte: SILVA, Frederico Barbosa da Silva ... [et al.] Encontros com o futuro: prospecções do campo museal brasileiro no início do século XXI /- Brasília, DF: Ibram, 2014. 142p. (Coleção Museu, economia e sustentabilidade, 1), P. 40.

Os museus contemporâneos têm enfrentado múltiplos desafios, entre os quais questões relacionadas às políticas de inclusão social e ampliação das possibilidades de ação cultural dos museus para além das atividades consagradas de acervo e exposições.

Além das técnicas de conservação e exposição, a missão educativa dos museus é um dos fatores mais analisados e ressaltados nos últimos anos. Fixadas pelo ICOM em sua Conferência Geral de 1966, as diretrizes sobre a educação e a ação cultural dos museus ganharam importância se fizeram presentes cada vez em reuniões, seminários e publicações especializadas pós Segunda Guerra Mundial. A Mesa-Redonda de Santiago-do Chile em 1972 reforçou esse debate.

Todos os esforços na recolha, restauro e exposição de objetos tem como objetivo “tornar público o conhecimento e acervo do museu, a pessoas de todas as idades e

estatuto social e deixá-los participar no conhecimento e cultura”. Toda ação museológica deve objetivar “servir o público e a sua educação” (BRÜNINGHAUS-KNUBEL, 2004, p. 129).

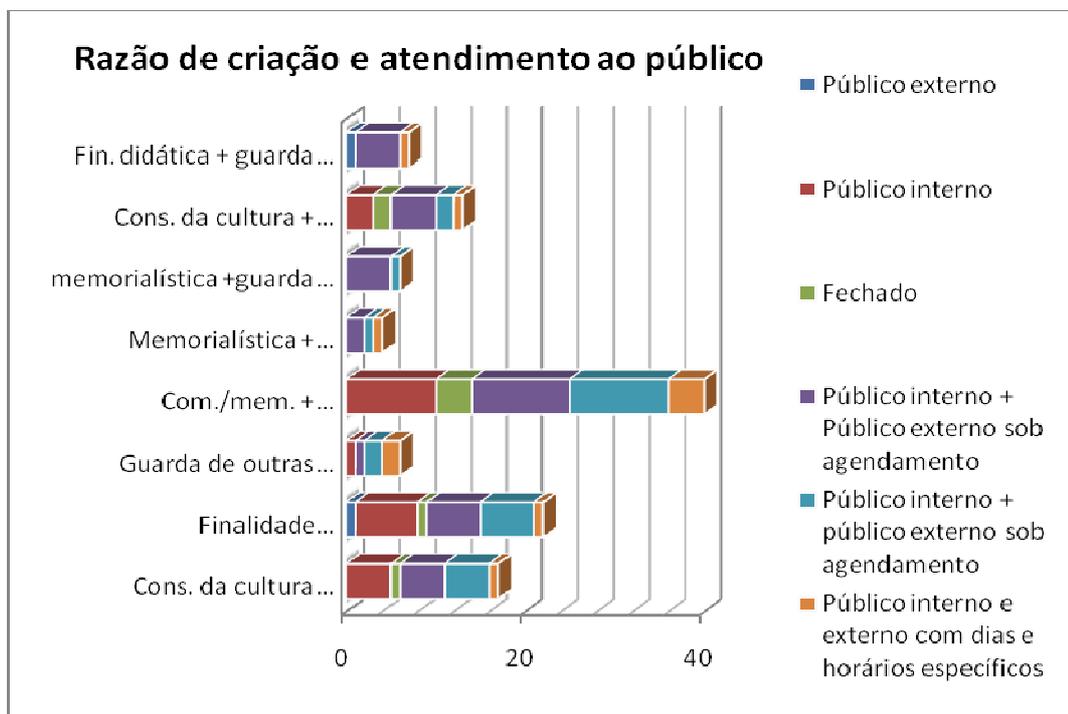
O público é o elemento justificador do museu, tanto de sua existência, como do exercício de suas funções e serviços em nível sociocultural. Nos últimos anos, o público tem assumido um protagonismo inegável nos museus, em que migrou do papel de espectador passivo para o de ator relevante. No entanto, alguns problemas tem se colocado, tanto no que se refere à relação com o objeto (percepção-exposição-compreensão-animação), como no plano de uma estrutura adequada e válida para todo tipo de visitante (FERNANDEZ ALONSO, 2001).

Métodos e meios educativos são utilizados para transmitir o significado do objeto do museu e aumentar a compreensão do visitante, visando um receptor passivo ou incentivando o visitante a envolver-se ativamente e a examinar as coleções, exposições ou o objeto cultural individual a ser estudado (BRÜNINGHAUS-KNUBEL, 2004). Os preconceitos sobre o público, ou o pensamento de que este é uma audiência passiva são apontados pelo pesquisador britânico Mike Alt como alguns problemas na relação com a exposição/museu (SCHOUTEN, 1983).

Na análise univariada de associação estatística por variáveis pesquisadas, o valor encontrado no teste de qui-quadrado (Valor $P= 0,005$) entre a razão da criação e o atendimento ao público ,633, não demonstrou comprovação de relação entre essas duas variáveis. Embora nem sempre tenha ocorrido de forma ativa, à função educativa sempre foi central para os museus escolares. O protagonismo do público – constituição dos museus, laboratórios de aprendizagem – esteve, ou pelo menos deveria estar presente nessa tipologia de museu. Destinados inicialmente ao seu público escolar, tendo como de estudo principal a ação educativa no sentido lato sensu muitos desses museus estenderam ou estão estendendo seu raio de atuação à comunidade como se pode verificar no quadro a seguir.

Além de cumprir a função do reconhecimento, o museu escolar é uma oportunidade de educação patrimonial e museal para a comunidade no qual está localizado.

Gráfico 18: Razão de criação e público atendido nos museus escolares em funcionamento no Brasil



Fonte: Elaboração própria baseado em informações do Guia de Museus Brasileiros, Guia dos Museus Brasileiros/IBRAM, Cadastro de Museus IBRAM, Guia de Museus de Santa Catarina, Guia dos Museus do Estado do Rio Grande do Sul e buscas na Web.

O público interno, ou seja, da própria instituição de ensino é o usuário predominante dos museus escolares, e poucos são os museus que estão atuando de forma “fechada” e sem nenhum tipo acesso do público local ou externo. Ao longo da pesquisa, pode-se perceber a preocupação com o atendimento ao público externo. Além de um número significativo atender esse tipo de público, há museus com horários e dias específicos para tal atendimento, bem como outros com atendimento agendado. Os museus que atendem somente o público externo são aqueles que permanecem com a denominação escolar e cujas escolas encerraram suas atividades letivas e de ensino, entre os quais pode citar o Museu Escolar do Colégio Caraça.

O museu como espaço de lazer e educação não-formal não deve coagir a aprendizagem do visitante. Nesse sentido, tanto os museus escolares, quanto os de ciências e os históricos intencionam instrumentalizar o indivíduo, estimulando o desenvolvimento de diferentes habilidades necessárias à atuação ativa, consciente e autônoma na sociedade. Diferentemente dos demais formatos, o museu escolar está diretamente integrado à educação formal. No entanto, se propõem ou deveriam propor a guiar esse processo aguçando a curiosidade, o questionamento, a pesquisa através de ações de educação não-formal.

Mediante o desenvolvimento de diferentes perspectivas, os resultados da ação educativa dos museus podem suscitar resultados coletivos e individuais. “Dentre elas destaca-se: a consciência histórica e noção de temporalidade; o diálogo; a criticidade; a noção de pertencimento; a identidade; e adiversidade cultural” (FIGURELLI, 2011, p 122).

Para M. Brandão (1996), não há ainda avaliações sobre a determinação do impacto que as exposições provocam nos visitantes, do ponto de vista do enriquecimento dos seus conhecimentos, ou do ponto de vista da alteração dos seus hábitos e posturas sobre a realidade cotidiana. Esses trabalhos ainda estão centrados na avaliação das exposições e o estudo dos seus reflexos sobre os visitantes.

Mesmo com a incorporação de recursos tecnológicos, audiovisuais, cenográficos e estéticos, todos os museus expõem em menor ou maior quantidade objetos, sendo este, o principal portador de informação. No entanto, os objetos não falam sozinhos, precisam de recursos, suportes, narrativas e contextos para que a comunicação ocorra com o seu público. Ao se pensar as exposições, as informações sobre cada objeto ou sobre o conjunto de objetos devem ser transmitidas de forma clara, seja, através de utilização de legendas individuais, textos sobre a sala montada, seja através de catálogos e folders sobre a exposição e sobre o museu. Para construir exposições eficientes, além de investir na pesquisa de técnicas e materiais para as exposições, é preciso investir também em pesquisa sobre o visitante (SCHOUTEN, 1983).

Sendo o museu é predominantemente visual, Schouten (1983) atenta para a exploração dessa vantagem. Imagens (gráficos, cartuns, etc.), experiências vividas (sons, aromas, experiências táteis), poemas e humor atingem mais diretamente o observador do que etiquetas. A disposição dos objetos de modo a comunicar-se com o visitante de forma mais direta e contextualizada é um recurso eficiente, bem como a utilização de recursos de comunicação em que uma parte significa um todo.

Entre as imagens, as fotografias têm sido utilizadas com frequência para ilustrar um conceito e atingir uma coerência eficaz nos museus escolares como forma de identificar as experiências vividas. As montagens de salas remontando a períodos anteriores tem sido um dos aspectos reveladores da eficiência da disposição dos objetos de modo a comunicar-se com o visitante de forma mais direta e contextualizada.



Figura 30 - Réplica da sala de aula do Curso Primário (2011) – Memorial Deutscher Hilfsverein.
Fonte: Acervo do Memorial IN BASTOS, JACQUES, 2013, p. 59

Nos museus escolares, a visita guiada e o diálogo educativo são frequentes. Na maioria das imagens analisadas, não foram detectadas evidências de atividades exploratórias e de experimentação.

Sistemas de guias auditivos e audiovisuais vêm sendo utilizados cada vez mais pelos museus. “Os meios audiovisuais têm um elevado potencial na educação do museu, se utilizados de forma correcta”. Nesse cenário de incorporação de novas tecnologias, os computadores têm sido utilizados cada vez pelos museus para a aprendizagem interativa e divulgação do museu (BRÜNINGHAUS-KNUBEL, 2004, p. 35). Os meios audiovisuais também têm sido utilizados por alguns museus escolares, mas, o uso de computadores visando à interatividade ainda é uma realidade distante, ao que parece decorrente da carência de investimentos e espaço físico. A maioria dos museus disponibiliza informações na internet.

Programas de apoio de eventos educativos têm sido bastante utilizados pelos museus e se caracterizam como programas de apoio organizados e promovidos para completar e aumentar as exposições ou mostras regulares ou temporárias incluindo frequentemente projeção de filmes e vídeos, peças de teatro e apresentações musicais, discursos, cursos e conferências. No âmbito dos museus escolares, destaca-se as apresentações artísticas, conferências e palestras como forma de divulgação das ações desenvolvidas pelas instituições, assim como a utilização do método clássico, folhetos,

folders, um livro, brochura ou catálogo como meio de publicizar as informações sobre o acervo ou sobre uma exposição temporária.

Quando utilizados como apoio ao processo do currículo formal em atividades de apoio pedagógico, a visita ao museu geralmente se dá acompanhada de roteiro de trabalho, questões e questionários. Também responsável pelo setor educativo do museu ou professor pode utilizar quadros, textos, apresentações em PowerPoint e outros programas informáticos semelhantes como apoios para ajudar a explicar e aprofundar o conhecimento além do objeto do museu. Textos de apresentação, planos de aula, filmes, pesquisa em página da internet do museu também são recursos comumente utilizados pelos professores antes da visita ao museu. A visita ao museu por escolares é sempre planejada e com objetivos definidos.



Figura 31 - Aula prática no Museu de História Natural da Academia de Comércio - Colégio Cristo Redentor – Academia de Comércio. Fonte: <http://www.academia.com.br/servicos/museu/> Acesso: 2/9/2014

A interpretação do patrimônio cultural deve ser desenvolvida como uma função educativa e não instrucionista - memorização de características das coleções e fatos, reprodução de cenas e vivências pelos alunos. Os procedimentos adotados nos programas desenvolvidos com as escolas orientados por posturas burocráticas e instrucionistas necessitam ser repensados. Não basta conhecer e divulgar o museu, este “precisa ser vivido, compreendido como um local onde a tradição pode ser conhecida, percebida, questionada e reiventada, estimulando e apoiando até mesmo a criação de novos museus” (SANTOS, 2008, p. 142).

A dimensão educativa dos museus tem relação com a perspectiva do museu como uma instituição comprometida com a transformação social,

com a formação dos indivíduos e com a cidadania. Os museus não são meros repositórios de objetos, mas têm um papel social mais amplo (SILVA ... [et al.], 2014, p. 27).

A ação educativa não deve e nem pode ficar restritas às atividades pedagógicas desenvolvidas pelo museu. Todas as ações do museu – preservação, comunicação, documentação e pesquisa - devem ser aplicadas em interação e como função educativa. Centrados na função educativa, os museus escolares também precisam vencer esses desafios.

CONCLUSÕES

Conclusões

A experiência dos museus de educação – museus pedagógicos e museus escolares - remonta ao século XIX, às grandes exposições destinadas, em sua maioria, a mostrar o progresso técnico vivenciado pelas potências industriais e a concepção pedagógica pestaloziana cujos princípios centravam-se na experimentação.

No final do século XIX e início do século XX, esses museus ocuparam importante espaço, pelo menos teoricamente, no campo educacional. Perdendo significado com o declínio da escola normal, os museus de educação reaparecem e ou revitalizam no final do século XX num movimento de tendência mundial, sob várias denominações – Museus da escola, Museu Pedagógico, Museus de História da Educação, Museus escolares - (LINARES, s/d).

O desejo de memória vivenciado no final do século XX e início do século XXI contribuíram para a criação de centros de memória e documentação, memoriais, arquivos, museus, entre outros. As instituições escolares não ficaram imunes a essa dinâmica uma vez que paralelo a esse movimento, houve uma expansão nos campos de interesse sobre a educação escolar. A criação de novos museus cujo objeto é a educação escolar, assim como a revitalização e ressignificação dos já existentes, insere-se neste contexto sociocultural.

Os museus escolares são uma experiência singular e muito interessante por apresentar diferentes soluções na experiência atual da nova museologia como forma de adaptação do museu e da museologia às necessidades do desenvolvimento humano (VARINE, 2013). No Brasil, a musealização do patrimônio histórico-educativo ainda é um movimento tímido, pouco discutido e teorizado. As pesquisas e discussões teóricas atêm-se aos museus enquadrados nas categorias de história da educação e no geral vinculados às universidades. São raros os estudos e pesquisas cujo objeto são os museus surgidos no âmbito das escolas de educação básica.

Os resultados dessa investigação apontam para existência dos museus escolares em funcionamento no Brasil e representa importante contribuição para o alargamento da concepção de museu e museologia. Num universo complexo de instituições, em maioria não tem consideradas no campo do museu e da museologia. Concordando com Varine (2012), são instituições com processos museológicos e compõe o conjunto de alternativas ao museu tradicional.

São museus surgidos no âmbito das próprias instituições, fruto da ação de comunidades escolares com finalidades didáticas e ou de preservação da memória das respectivas escolas. Parte significativa destas instituições museológicas escolares foram criadas em datas comemorativas das escolas, por iniciativa de algumas lideranças

internas e contou com doações da comunidade: ex-professores, ex-diretores, ex-funcionários e ex-alunos, assim como dos profissionais e alunos atuantes à época da criação/organização.

Outro dado importante, refere-se à vinculação dos museus escolares, em sua grande maioria, aos colégios, escolas, institutos de iniciativa particular e confessional, ou seja, ligados a algum tipo de igreja ou ordem religiosa. Foi possível chegar a esta conclusão, através dos museus escolares cadastrados junto ao IBRAM e aos órgãos estaduais e municipais e busca na Web.

Os museus de educação escolar no Brasil não estão restritos aos museus escolares, havendo algumas ocorrências de museus denominados “pedagógicos”, e/ou da história da educação – Museu Ana Maria Casasanta/Museu da Escola de Minas Gerais, Museu da Escola Catarinense, e outros - e os museus virtuais de educação. Entre os museus virtuais mapeados e identificados, podemos citar como exemplo o Museu Virtual da Memória da Educação e o Museu Virtual da Educação de Goiás.

Quanto aos museus classificados como escolares, em sua maioria contam com páginas eletrônicas, redes sociais, blogs e /ou outros meios virtuais para a divulgação e difusão de suas atividades internas e abertas ao público e à visitação.

Os museus escolares no Brasil podem ser pensados como espaços onde a memória favorece a ação e criação ao combinar-se com o esquecimento da memória da escola básica no Brasil. Particular ou público, esses museus apresentam alguns pressupostos comuns aos dos museus comunitários, tais como “iniciativa comunitária, sem especialização disciplinar, e muitas sem muito profissionalismo, mas levando em conta a identidade e os projetos de uma comunidade” apontados por VARINE (1995).

Mapear e falar sobre museus escolares hoje no Brasil não foi uma tarefa simples, uma vez que existem formas variadas de concepção, divulgação/apresentação e função dessa instituição pelas escolas. Apesar do Cadastro Nacional de Museus ter realizado um mapeamento em 2010 dos museus existentes no país, identificando o universo de 3.025 unidades museológicas em todo Brasil, grande parte dos museus escolares não aparece, ou seja, não foram cadastrados. Também as secretarias estaduais de educação e outros órgãos específicos da educação não possuem instrumentos específicos de cadastro dessa modalidade de museu.

Apesar das dificuldades para se obter cifras sobre os museus escolares, o mapeamento permitiu oferecer um panorama geral destes, sendo importante ressaltar que as instituições mapeadas não dão conta de todos os museus escolares existentes no país.

O quantitativo desse formato de museu é bem pequeno se considerado o universo total de museus brasileiros. Levando-se em conta as instituições identificadas nesse processo de investigação, o percentual é de aproximadamente 3%. O quantitativo de museus escolares mapeados por região e unidades das federação é desigual. As regiões sul e sudeste concentram o maior número de museus escolares com destaque para os Estados do Rio Grande do Sul e São Paulo. O nordeste, é a terceira região em quantitativo de museus e a maior concentração ocorre no Estado do Ceará. No que se refere a presença de museus escolares nas regiões Norte e Centro-Oeste, constatamos que possuem o menor número de instituições museológicas.

De acordo com classificação adotada pelo ICOM, os museus que funcionam em instituições escolares ou vinculados a essas enquadram-se na categoria museus de Ciências Sociais e Serviços. Em razão de suas coleções, muitos são denominados e enquadrados como Museus de História Natural em Geral (coleções de botânica, zoologia, geologia, paleontologia, mineralogia, etc.); Museus Históricos (coleções de objetos e recordações de uma época determinada, comemorativos, etc.) e Museus de Etnografia e Antropologia. Os limites da classificação são bastante tênues.

Ao pensar a criação de museus escolares é preciso ainda identificar a instrumentalização do museu e qual o seu papel, o patrimônio utilizado, o público alvo, atores, parceiros dos museus entre outras questões.

Para Vinão (2011), a historiografia educativa não tem estado e nem está isenta do furor comemorativo que caracteriza boa parte da produção histórica. O furor comemorativo mencionado pelo autor estende-se também a outras tipologias de museus e ao patrimônio. No entanto, esse furor não pode ser pensado isoladamente, ele faz parte do momento atual onde há uma grande preocupação com a questão da memória.

Nesse novo movimento dos museus escolares pode-se constatar dois fenômenos: 1) os novos museus criados com funções comemorativas; 2) museus criados com funções memorialísticas, visando a preservação da memória e história da instituição e ou outras temáticas; 3) museus de história natural e tecnologia, sendo os primeiros criados em contextos anteriores retomando sua visibilidade.

Entre os museus identificados, menos da metade foram criados com finalidades didáticas, são museus de história natural se situam num recorte temporal – final do século XIX aos anos 1960, aproximadamente e museus de tecnologia, característicos do final do século XX e início do XXI. Voltados para finalidades didáticas, esses museus são produtos históricos e não podem ser pensados desvinculados do desejo de memória. Os museus comemorativos e de conservação da memória escolar representam um

percentual total bastante expressivo, especialmente os criados partir dos anos 1970 objetivando a preservação do patrimônio histórico escolar.

Caracterizar os museus escolares é preciso levar em conta também a sua natureza, ou seja, mais especificamente, quem são seus mantenedores ou seus vínculos funcionais. No desenvolvimento do campo museal brasileiro prevalece o investimento público, sendo a categoria municipal a que apresenta maior índice (41,1%). As categorias de museus privados no Brasil – que podem pertencer aos grupos associação, empresa, fundação ou sociedade – apresentam percentuais menores em relação às categorias públicas (22%) (INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2011, P. 63, vol, 1).

A natureza administrativa dos museus escolares é bem diferente, prevalece o investimento privado. Com novas funções, os museus escolares incluem-se predominantemente no movimento das instituições de ensino particulares, sobretudo as confessionais, na preservação de sua memória. Quanto à rede de ensino público, esse tipo de instituição tem sido criada/e ou reativadas em sua maioria em colégios centenários que em determinados períodos foram considerados centros de excelência do ensino. No que se refere às tipologias das instituições mantenedoras dos museus pode-se classificar da seguinte forma: a) Particulares – escolas confessionais, escolas de formação de quadros religiosos (seminários), de ensino geral e escolas de formação profissionalizante; b) públicas – de ensino geral e colégios militares que ofertam o ensino regular e preparação militar.

A natureza administrativa dos museus escolares e suas respectivas instituições de ensino são reveladoras de um fazer social que requer condições especiais para fazer lembrar ou esquecer.

Para o sistema de classificação de museus, o ICOM utiliza atualmente a natureza das coleções. Para Desvallés e Mairesse, (2013), a coleção figura no coração das atividades de um museu. Para elaboração de categorias dos museus escolares, utilizou-se como critério a natureza das coleções: a) coleções sobre a memória da escola; b) Coleções de ciências; c) outros temas (etnografia, história local e geral, etc.); d) coleções sobre memória da escola, coleções de ciências e outros temas; e) memória da escola e ciências; f) memória da escola e outros temas; g) Ciências e outros temas.

Pode-se verificar na investigação a prevalência de coleções sobre memória da escola, cujos conjuntos são compostas por coleções de objetos e recordações da história da instituição, evento, cidade. Sobretudo nas instituições confessionais (museus maristas, salesianos, metodistas, evangélicos e outros) e escolas centenárias, além da história da instituição, recordam-se também grupos de indivíduos, categorias profissionais e alguns personagens. Museus que abrigam coleções “outros temas” também cumprem

essa função. Para exemplificar, pode-se citar o Museu Histórico Municipal João Rissati – Escola Municipal de Cafeara, criado para contar a história do povo de Cafeara, cujo nome representa uma homenagem ao café, do qual o município paranaense era grande produtor e o Museu do Colégio Santo Ivo/Museu Maria Soldado, SP destinado a Revolução de 1932.

Coleções de Ciências - zoologia, botânica, paleontologia, antropologia, geologia e mineralogia - representam um percentual bastante significativo entre os museus identificados. Alguns contam com coleções oriundas dos museus escolares do final do século XIX e início do XX entre os quais: Museu do Colégio Mauá, Museu de História Natural Louis Jacques Brunet (Ginásio Pernambucano), Museu de História Natural do ISERJ. O Museu do Computador (PR), Museu Escolar e Comunitário (RS) são constituídos com coleções e objetos representativos das ciências e tecnologia.

As coleções etnográficas em sua maioria dividem espaço com os museus de ciências e históricos. Entre os museus identificados, apenas com esse tipo de coleção cita-se o Museu de Etnologia Indígena do Colégio Cristo Redentor – Academia de Comércio. Aparecem ainda coleções referentes ao patrimônio imaterial e áreas ambientais ao ar livre tanto para os museus históricos como para os de ciências. O museu da Escola Municipal de Cafeara desenvolve atividades de catalogação de acervo, gravação de pronunciamentos dos primeiros moradores da região e de relatos escritos de histórias do município. O Museu Metodista de Educação Bispo Isac Aço – MMEBI conta também com ampla área verde, o “Laboratório ao Ar Livre”, onde são realizados estudos de fauna e flora, observação das relações ecológicas, comportamentos, entre outros.

No que se refere à localização e espaço físico ocupado pelo museu escolar pode-se identificar a predominância de instituição alojada no espaço físico da escola. Outro aspecto interessante são alguns casos de escolas que abrigam museus ou coleções em razão de falta de outros espaços para abrigá-los, embora a criação não tenha nascido na escola, esta a incorpora ao seu dia a dia. Alguns exemplos identificados nessa pesquisa merecem atenção: o Museu “Professor José Luiz Pasin” - Escola Chagas Pereira em Aparecida, São Paulo, o Museu Maria Soldado - Colégio Santo Ivo, São Paulo, SP e o Museu Histórico Municipal João Rissati em Cafeara, Paraná.

Rompendo com a configuração museu tradicional, foi identificado dois museus: o Ecomuseu da Amazônia em Belém, Pará e O Museu Cultural Escolar 2 de Maio em Fortaleza, CE. O primeiro, embora não tenha sido criado com função de museu escolar pode ser considerado também como tal, pois integra as unidades pedagógicas da “Escola Bosque”. Já o segundo que se denomina como museu, não tem coleções materiais e imateriais em si, no entanto, desenvolve ações voltadas para o patrimônio, memória e

atividades culturais com os alunos da escola e tem como meta, a organização de coleções materiais sobre a história da escola.

Quanto aos museus classificados como escolares, em sua maioria contam com páginas eletrônicas, redes sociais, blogs e /ou outros meios virtuais para a divulgação e difusão de suas atividades internas e abertas ao público e à visitação.

Os museus escolares no Brasil podem ser pensados como espaços onde a memória favorece a ação e criação ao combinar-se com o esquecimento da memória da escola básica e profissional no Brasil. Concordando com Varine (2013, p. 196), os museus escolares são frutos “de um processo realmente museológico (conceito inicial, programação, adaptação de locais, levantamento e coleta de objetos, análise e estudo dos objetos, inventário, conservação, apresentação, animação) ligado a atividade escolar.

REFERÊNCIAS

Referências

ABREU, Regina. Patrimônio cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In LIMA FILHO, Manuel Ferreira. ECKERT, Cornélia. BELTRÃO, Jane (orgs.) *Antropologia e Patrimônio cultural: Diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007 – 25ª Reunião Brasileira de Antropologia – Goiânia

ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

ÁLVAREZ DOMÍNGUEZ, P. “Aproximación a la creación de una red demuseos escolares en los centros educativos andaluces”. En ESCOLANO BENITO, A.(ed.): *La cultura material de la escuela*. En el centenario de la Junta para La Ampliación de Estudios 1907-2007. CEINCE, Berlanga de Duero, Soria, 2007, pp. 259-274.

_____. El patrimonio educativo em el marco internacional. // *Simposio Iberoamericano Historia, Educación, Patrimonio educativo*. Ciudad de Buenos Aires, Argentina. Palestra realizada dia 16/10/2013, texto não publicado

_____. Nuevo concepto de los museos de Educación. BERRIO, Julio Ruiz (Ed.). *El patrimonio histórico-educativo Su conservación y estudio*. Madrid: Biblioteca Nueva. 2010

ALONSO FERNÁNDEZ, Luis. *Museología y museografía*, Barcelona, Ediciones del Serbal. 2ª Ed. 2001

ALUNOS FAZEM VISISTA “ a “A máquina do Tempo”. Disponível em <http://www.oparana.com.br/educacao/alunos-fazem-visita-a-amaquina-do-tempo-20762/> 30/09/2012

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. Planejamento de pesquisas qualitativas. In ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas ciências naturais e sociais*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004. P. 147 – 178.

ARÒSTEGUI, Júlio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Tradução de Andréa Dore; revisão técnica de José Jobson de Andrade Arruda. Bauru: EDUSC, 2006 (Col. “História”).

BARCELLOS, Guy Barros. *Manual de implantação de Museus Escolares*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2013.

BARCELLOS, Jorge. O memorial como instituição no sistema de museus: conceitos e práticas na busca de um conteúdo. s/d. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/camarapoa/usu_doc/concmemor.pdf Acesso em 30 mai 2014.

BASTOS, Maria Helena Camara. Pedagogium: templo da modernidade educacional republicana brasileira (1890-1919). In: _____ *Pro patria laboremus: Joaquim José de Menezes Vieira (1848-1897)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002, p. 251-350.

_____. A Educação como espetáculo In: STEPHANOU, Maria. BASTOS, Maria Helena Camara. *Histórias e Memórias da Educação no Brasil* Vol. II – Século XIX Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005

_____; JACQUES, Alice Rigoni. Liturgia da memória escolar - Memorial do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farrroupilha (2002). *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 15, n. 28, jan./jun. 2014, p. 49-76.

BENES, Josef. Contribution à l'éclaircissement du concept de muséologie. *Museological Working Papers* [do] ICOFOM. Estocolmo: ICOFOM, n. 2, 1981, p. 11.

_____. Untitled. Sans Titre. In: Annual Conference of the International Committee for Museology/ICOFOM, 8, October 1986, Buenos Aires [Argentine]. *Symposium Museology and Identity. Basic papers*. Stockholm: International Committee for Museology / ICOFOM; Museum of National Antiquities, Stockholm, Sweden. (ICOFOM STUDY SERIES – ISS 10). 1986.

BERRIO, Julio Ruiz. Los Museos de Educación y la Historia de la Educación. BERRIO, Julio Ruiz (Ed.). *El patrimonio histórico-educativo Su conservación y estudio*. Madrid: Biblioteca Nueva. 2010

BORCIONI, Leonardo. *O Museu Escolar do CEAP: Reflexões sobre a prática museal e a relação entre memória e história/ 2012*Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, RS, 2012

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007

BRÜNINGHAUS-KNUBEL, Cornélia. A Educação do Museu no Contexto das Funções Museológicas IN *Como Gerir um Museu: Manual Prático*, ICOM – Conselho Internacional de Museus 2004

BRUNO, C. Funções do museu em debate: preservação. *Cadernos de Sociomuseologia*, América do Norte, 10, junho 2009, p. 23 – 24. Disponível em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/298>>. Acesso em 16 Aug 2014

CABRÉ, M. T. (1993). La terminología. Teoría, métodos, aplicaciones. Barcelona, Antártida.

_____. (1999) La terminología: representación y comunicación: elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. Barcelona, Lula.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, PROJETO DE LEI N° 01- PL 01- 00490/2013 "Dispõe sobre a implantação de um museu em todas as escolas municipais" Disponível em <http://www2.camara.sp.gov.br/projetos/2013/00/00/0H/UD/00000HUDU.PDF> Acesso: 12/07/2015

CANÁRIO, Rui. *A Escola Tem Futuro? Das Promessas Às Incertezas*. Porto Alegre: Artmed. 2006

_____. A escola: das “promessas” às “incertezas” *Educação Unisinos* 12(2):73-81, maio/agosto 2008

CANDIDO, Maria Inês. Documentação museológica. In *Caderno de diretrizes museológicas I*. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006. 2ª Edição.

CARREÑO, Miryam. Los Nuevos Museos de Educación, um Movimiento Internacional *Encounters on Education* Volume 9, Fall 2008 pp. 75–91

CARRILLO, Isabel. COLLELLDEMONT, Eulàlia. MARTÍ, Jordi. TORRENTS, Jacint. *Los museos pedagógicos y la proyección cívica del patrimonio educativo*. Gijón (Austrias): EdicionesTrea, 2011

CARTOLANO, Maria Thereza. Museus escolares, Pedagogium, Lições das Coisas: prenúncios da mentalidade científica na educação brasileira do final do século XIX. In *Anais do III Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil*, Campinas: Feunicamp, 1996. p. 355-362.

CARVALHO, Cláudia Rodrigues. O projeto de conservação preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa. Fundação Casa de Rui Barbosa Disponível em www.casaruibarbosa.gov.br Sd.

CASTRO, Silvana Delgado Soares. Inventário do Acervo Fotográfico do Ginásio Pelotense. Monografia apresentada sob orientação da profª Drª Francisca Ferreira Michelin, Especialização em Patrimônio Cultural – Conservação de Artefatos. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2006

CERÁVOLO, Maria Suely Moraes. Delineamentos para uma teoria da Museologia. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. V. 12. P. 237 – 268. Jan/Dez. 2004

CHAGAS, Mário. Museus: Antropofagia da memória e do patrimônio. In *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* Museus: antropofagia da memória e do patrimônio. Org. CHAGAS, Mario. nº 31 Brasília: MinC/IPHAN, 2005

CHALOPA, Rosa Fátima de Souza. CUNHA, Maria Teresa Santos. Entre porões e sótãos: O Patrimônio Histórico-Educativo em cena. Entrevista com Maria Cristina Menezes. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 223-249, jan./jun. 2014

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3 ed. – São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006

CIDOC/ICOM. Declaração de princípios de documentação em museus e Diretrizes internacionais de informação sobre objetos de museus: categorias de informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC-ICOM). São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo; Associação de Amigos do Museu do Café; Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2014.

COLÉGIO MAUÁ. Disponível em <http://www.maua.g12.br/site/categoria/destaques-da-home/museu-categorias-destaques/> Acesso: 30/07/2014

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM). Disponível em <http://www.icom.org.br/> Acesso em 16/09/2013

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso: 17/11/2013

CURY, Cláudia Engler. Ensino de História: a construção de memórias e identidades urbanas. Associação Nacional de História – ANPHU, *XXIII Simpósio Nacional de História*, Londrina, 2005

CURY, Marília Xavier. Museu, filho de Orfeu, e musealização. ICOFOM LAM 99 *VIII Encontro Regional Museologia, Filosofia e identidade na América Latina e no Caribe*. Coro, Venezuela, 1999

DALLABRIDA, Norberto. Memorial do CEMJ, um museu montessoriano. Disponível em http://www.jornaldaeducacao.inf.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1828&Itemid=66# Acesso 02/08/2014

DAVALLON, Jean. Tradition, mémoire, patrimoine In Schiele, B. (dir.) *Patrimoines et identités*, Quebec : Editions MutiMondes, 2002, p. 41 - 64

DECRETO Nº 980 de 8 de Novembro de 1890 Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-980-8-novembro-1890-518331-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso: 23/3/2014

DECRETO Nº 8.124, DE 17 DE OUTUBRO DE 2013. Disponível http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm Acesso: 23/3/2014

DECRETO nº 7.247 DE 19 DE ABRIL DE 1879—Carlos Leôncio de Carvalho Reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte e o Superior em todo o Império Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/34/doc01a_34.pdf Acesso 23/01/2013

DECRETO nº 9.211, de 15 de Dezembro de 1911 Disponível em <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:1911-12-15:9211> Acesso 23/01/2013

DECRETO N. 6.746/1941 de 23 de Janeiro de 1941 Aprova o regimento do Museu Nacional. Disponível em www2.camara.leg.br/.../decreto-6746-23-janeiro-1941-331358-publicacaooriginal-pehtml. Acesso: 25/08/2014

DELOCHE, Bernard. Méfions-nous des débats abstraits! In: [ANNUAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR MUSEOLOGY / ICOFOM, 9]; October 1986, Buenos Aires [Argentina]. *Symposium Museology and Identity - Colloque La Museologie et L'Identite. Comments and views – Commentaires et poits de vue*. Coord. Vinoš Sofka. Stockholm: International Committee for Museology / ICOFOM; Museum of National Antiquities, Stockholm, Sweden. (ICOFOM STUDY SERIES – ISS 11). 1986.

DESVALLÉES, André. A propôs de la définition du musée. In MAIRESSE, François; DESVALLÉS, André. (Dir.) *Vers une redéfinition du musée? Avant-propos de Michel Van Praët*. Paris : l'Harmattan, 2007.

DESVALLÉS, André, MAIRESSE, François (Ed.). *Conceptos claves de museologia*. Paris: Armand Colin, 2010. Traducido de la versión francesa por Armida Córdoba

_____. *Dictionnaire encyclopédique de muséologie*. Paris: Armand Colin, 2011. 732 p.

_____. 2013. *Conceitos-chave de Museologia*. Tradução de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. ICOM. Armand Colin. ISBN: 978-85-8256-025-9.

ECOMUSEU DA AMAZÔNIA, Disponível em <http://ecomuseuamazonia.blogspot.com.br/> Acesso: 01/09/2014.

EDSON, Gary. Définir Le musée. In MAIRESSE, François; DESVALLÉS, André. (Dir.) *Vers une redéfinition du musée? Avant-propos de Michel Van Praët*. Paris: l'Harmattan, 2007.

ESCOLA DE HORTICULTURA WENCESLAU BELLO. *Jornal "Correio da Manhã"*, 25 de março de 1949, p. 12. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/> Acesso: 20/05/2014

FARIA, Ana Carolina Gelmini de. A década de 1950 e as múltiplas relações entre os museus e a educação: um estudo sobre o Curso de Organização de Museus Escolares do Museu Histórico Nacional (1958) *Anais do 18º Encontro da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação* 26 a 28 de setembro de 2012 PUCRS - Porto Alegre - RS

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. As retóricas das Reformas IN FARIA FILHO, Luciano Mendes de. NASCIMENTO, Cecília Vieira do. SANTOS, Marileide Lopes dos. *Reformas educacionais no Brasil: democratização e qualidade da escola pública*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010, 192 p.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. SOARES, Maria Leonor Barbosa. O projeto "Para um museu vivo da escola primária" – concepção e inventário. IN MENEZES, Maria Cristina (org.) *Educação, Memória, História*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004

FELGUEIRAS, Margarida Louro. Herança educativa e museus: Reflexões em torno das práticas de investigação, preservação e divulgação histórica. *Rev. bras. hist. educ.*, Campinas-SP, v. 11, n. 1 (25), p. 67-92, jan./abr. 2011

_____. (Entrevista) Nós da Educação, TV Paulo Freire 2010, Disponível em <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/debaser/singlefile.php?id=17491> Acesso: 16/05/2012

_____. Materialidade da cultura escolar. A importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. *Pro-Posições*. v. 16, n. 1 (46) -jan./abr. 2005

FERNANDES, Rogério. Cultura de escola: entre as coisas e as memórias. *Pro-Posições*. v. 16, n. 1 (46) -jan./abr. 2005

FIDALGO, Fernando. MACHADO, Lucília. *Dicionário da Educação Profissional*. Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação. Belo Horizonte, MG, 2000

FIGUERELLI, Gabriela Ramos. Articulações entre educação e museologia e suas contribuições para o desenvolvimento do ser humano. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio | MAST - vol. 4 no 2 – 2011* Disponível em <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus> Acesso: 01/09/2014

FERREZ, Helena D. BIANCHINI, Maria Helena S. *THESAURUS para acervos museológicos*. Rio de Janeiro: Minc/SPHAN/Pró-Memória, 1987. 2 v. 482 p.

_____. Documentação Museológica: teoria para uma boa prática. Cadernos de Ensaios n. 2, Estudos de Museologia. Rio de Janeiro: MINC / IPHAN / Museu Nacional de Belas Artes, p. 64-74, 1994. Disponível online em: http://www.nucleodepesquisadosexvotos.org/uploads/4/4/8/9/4489229/ferrez_h_d_documentao_museologica._teoria_para_uma_boa_pratica.pdf Acesso: 01/09/2014

FISCARELLI, R. B. O. *A construção do saber sobre a utilização de objetos no ensino brasileiro*. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

FUNARI, Pedro Paulo. Os historiadores e a cultura material. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p.81-110.

_____; ZARANKIN, Andrés. Cultura material escolar: o papel da arquitetura. In: *Revista Pro-Posições*. Dossiê Cultura escolar e cultura material escolar: entre arquivos e museus. Faculdade de Educação, UNICAMP: Campinas, SP. Vol. 16, nº1 (46), jan/abr, p.135-144, 2005.

GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. *São Paulo em Perspectiva*, 14(2) 2000

_____. *História das Idéias Pedagógicas*. São Paulo: Editora Ática, 2003

_____. A questão da educação formal/não formal. *Sion: Institut Internacional des Droits de 1^{er} Enfant*, 2005. Disponível em www.vdl.ufc.br/.../Educacao_Formal_Nao_Formal_2005.pdf. Acesso: 13/03/2014

GAGNEBIN, J. M. O que significa elaborar o passado? In GAGNEBIN, J. M. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2009

GARRIDO, Francisco Canes. Objetos escolares y museos de educación. BERRIO, Julio Ruiz (Ed.). *El patrimonio histórico-educativo Su conservación y estudio*. Madrid: Biblioteca Nueva. 2010

GIL, Carmem Zeli de Vargas. ALMEIDA, Doris Bittencourt. Patrimônios da educação: o ensino e a pesquisa. *Revista Latino-Americana de História* Vol. 2, nº. 6 – Agosto de 2013 – Edição Especial, PPGH-UNISINOS, p. 121 – 136

GOMES, Inês Duarte Aleixo Lourenço de Oliveira. *Os Museus Escolares de História Natural – Análise histórica e perspectivas de futuro (1836-1975)*. Lisboa, 2014. Tese orientada pela Doutora Marta Catarino Lourenço e pelo Professor Doutor Luís António de Matos Vicente, especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutor em História e Filosofia das Ciências.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: Coleções, Museus e Patrimônios*. Rio de Janeiro: Coleções Museu, Memória e Cidadania, 2007

_____. *A Retórica da perda os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ – Ministério da Cultura – Iphan, 2002

_____. *Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios*. *Horiz. antropol.*[online]. 2005, vol.11, n.23, pp. 15-36.

_____. Os limites do patrimônio. In LIMA FILHO. Manuel Ferreira. ECKERT, Cornélia. BELTRÃO, Jane (orgs.) *Antropologia e Patrimônio cultural: Diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007 – 25ª Reunião Brasileira de Antropologia – Goiânia

GONÇALVES, Nadia G. Centro de Memória do Colégio Estadual do Paraná: Considerações sobre seu acervo documental. *VI Congresso Brasileiro de História da Educação*. Vitória – ES, Maio 2011 Disponível em www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/.../1081.doc Acesso: 19/11/2013

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre a memória social In GONDAR, Jô. DOBEDEI, Vera (orgs). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005

_____. Lembrar e esquecer: desejo de memória. In COSTA, I. T. M e GONDAR, Jô (orgs). *Memória e Espaço*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000

GONZALÉZ, Germán González. Rayas, um museo y archivo de la educación. *Boletín Millares Carlo*, nun. 18. Centro Asociado Uned. Las Palmas de Gran Canaria, 1995.

GRANATO, Marcus. “Apresentação”. Vol. 9 (MAST Colloquia) *Conservação de Acervos*, org. Marcus Granato et al., 5-14. Rio de Janeiro: MAST. 2007.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira (volume XVIII) (Lisboa e Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, LDA., s.d.), pp. 275-278, p. 275

GRIMALDI, Lucas Costa. BASTOS, Maria Helena C. O Acervo do Memorial Do Deutscher Hilfsverein ao Colégio Farroupilha (2002-2012) Salão UFRGS, 2012 Disponível em http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/65332/Poster_25306.pdf?sequence=2

GUARNIERI, Waldisa Russio Camargo. L'interdisciplinarité en Muséologie. *MuWop/DoTraM*, Estocolmo: ICOM, n. 2, p. 58-59, 1981.

GUIA DE MUSEUS BRASILEIROS. USP. Universidade de São Paulo. Comissão de Patrimônio Cultural. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008 (Uspiana Brasil 500 anos).

GUIA DOS MUSEUS DO RIO GRANDE DO SUL. Sistema Estadual de Museus do RS. Disponível em <http://www.sistemademuseus.rs.gov.br/arquivos.htm> Acesso: 04/05/2012

GUIA DOS MUSEUS DO RIO GRANDE DO SUL. Sistema Estadual de Museus do RS. Disponível em <http://www.sistemademuseus.rs.gov.br/arquivos.htm> Acesso: 04/05/2012

GÜTHZ, Saulo. CARVALHO, Claudia de. Conservação Preventiva: Ambientes Próprios para coleções. IN MAST Colloquia. Conservação de Acervos. V.9, p.25-43, Rio de Janeiro, 2007.

HENRIQUES, Rosali. Museus Virtuais e Cibermuseus: a internet e os museus. Disponível em www.museudapessoa.net/oquee/.../rosali_henriques_museus_virtuais Acesso em 24/09/2012

HENRI RIVIÉRE, Georges (1961): *Seminário Regional de la UNESCO sobre la función educativa de los museos* (7-30, septiembre, 1958). París, UNESCO, p. 39.

HERREMAN, Yani. Exposição, Exibições e Mostras IN *Como Gerir um Museu: Manual Prático*, ICOM – Conselho Internacional de Museus 2004

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)/Museu Imperial, 1999.

HUYSEN, Andreas. Passados presentes: mídia, política, amnésia. In HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000

_____. Escapando da Amnésia. In Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro: IPHAN, n. 23, 1999.

ICOM. *Código de Ética do ICOM para Museus*. Disponível em <http://archives.icom.museum/codes/Lusofono2009.pdf> Acesso: 09/11/2013

IENH - MUSEU DA EDUCAÇÃO Disponível em <http://www.ienh.com.br/site2008/index.php?unidade=1&secao=72> Acesso: 20/02/2014

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE *Estatísticas do Século XX*. Rio de Janeiro. RJ 2006, PDF Disponível em <http://seculoxx.ibge.gov.br/es/publicacao> Acesso: 30/01/2014

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Guia dos Museus Brasileiros*/Instituto Brasileiro de Museus. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011.

_____. *Museus em Números*/Instituto Brasileiro de Museus. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011, vol.1, p. 48

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Guia dos Museus Brasileiros/Instituto Brasileiro de Museus. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus, 2011, vol. 1

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como objeto histórico. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Campinas: Autores Associados. Nº 1. jan/jun de 2001.

KNAUSS, Paulo. A presença de estudantes: o encontro de museus e escola no Brasil a partir da década de 50 do século XX. *Varia hist.* [online]. 2011, vol.27, n.46, pp. 581-597.

KOPTCKE, Luciana Sepúlveda. LOPES, Maria Margareth. PEREIRA, Marcelle. A construção da relação museu-escola no Rio de Janeiro entre 1832 e o final dos anos 1927. Análise das formas de colaboração entre o Museu Nacional e as instituições da educação formal. Associação Nacional de História – ANPHU, XXIV *Simpósio Nacional de História*, 2007

LADKIN, Nicola. Gestão de Acervo IN *Como Gerir um Museu: Manual Prático*, ICOM – Conselho Internacional de Museus 2004

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 5ª. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2002

LARRAURI, Ilker. Le programme des musées scolaires au Mexique. *Museum*, Musée moderne, musée vivant Réflexions, expériences. Vol. XXVII, nº 2, Revue trimestrielle publiée par l'Unesco, 1975, p. 61- 69

LE GOFF, J. A História Nova. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LEI nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> Acesso: 25/4/2014

LEWIS, *Geoffrey*. O Papel dos Museus e o Código de Ética Profissional IN *Como Gerir um Museu: Manual Prático*, ICOM – Conselho Internacional de Museus 2004

LIMA, Diana. Farjalla Correia. Museologia e patrimônio interdisciplinar do campo: história de um desenho (inter)ativo. In: ENANCIB 2007- ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (8), 2007, Salvador. *Anais VIII ENANCIB 2007, GT- Debates sobre Museologia e Patrimônio*. Salvador: ANCIB; PPGCI-UFBA, 2007. n. p. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/DMP--060.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

_____. Ciência da Informação e Museologia em tempo de conhecimento fronteiriço: aplicação ou interdisciplinaridade? In: ENANCIB 2012 - ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (13), 2012, Rio de Janeiro. *Anais IX ENANCIB, 2008, GT 1 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação*. Rio de Janeiro: ANCIB, PPGCI ECA/USP, 2008. n. p. 1 CD ROM.

_____. RODRIGUES DA COSTA, Igor F. Patrimônio, herança, bem e monumento: Termos, usos e significados no campo museológico. In: ICOFOM ANNUAL SYMPOSIUM - Museology and History: a field of knowledge (29). 2006. Museo Nacional Estancia Jesuítica de Alta Gracia y Casa del Virrey Liniers. Alta Gracia,

Argentina. *Anais XXIX ICOFOM 2006*. Córdoba, Alta Gracia: ICOFOM/ICOFOM LAM. 2006. p. 320-326. (ICOFOM Study Series- ISS 35). Disponível em: http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/icofom/pdf/ISS%2035%202006%20History.pdf Acesso em: 25 jun. 2012.

_____. Herança cultural (re)interpretada ou a memória social e a instituição museu Releitura e reflexões. *Revista Museologia e Patrimônio*, Vol. 1, No 1 2008, (a) Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/4> Acesso em 10 fev 2012

_____. Museologia, informação, comunicação e terminologia: pesquisa termos e conceitos da Museologia (UNIRIO). In: GRANATO, M., SANTOS, C. P., _____. Atributos simbólicos do patrimônio: museologia/“patrimoniologia” e informação em contexto da linguagem de especialidade. In: ENANCIB 2010 - ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (11), 2010, Rio de Janeiro. *Anais XI ENANCIB 2010, GT 9 – Museu, Patrimônio e Informação*. Rio de Janeiro: ANCIB, PPGCI-IBICT/UFRJ, 2010. n. p. 1 CD ROM. Disponível em: <http://congresso.ibict.br/index.php/enancib/xienancib/paper/view/273/311>. Acesso em: 25 jun. 2012.

_____. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi*. Cienc. Hum., Belém, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan.-abr. 2012

Lima Franco, Julio de (org.). *Catálogo da biblioteca do Museu escolar nacional - Museu Escolar Nacional (Brasil)*. Biblioteca Rio de Janeiro : G. Leuzinger, 1885, 394 p. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/221715>

LINARES, M^a CRISTINA: "Museos Pedagógicos - Museos Escolares - Museos de Historia de la Educación". http://estatico.buenosaires.gov.ar/areas/educacion/programas/me/pdf/museos_pedagogicos_%20museos_escolares_museos_de_historia_de_educacion.pdf Acesso: 20/5/2012

_____. 160 años de museos sobre a educación. ALDEROQUI, Silvia (coord.), *Los visitantes como patrimonio* El Museo de Las Escuelas. Universidad Nacional de Luján. Buenos Aires Ciudad, 2012.

LOUREIRO, José Mauro Matheus. O objeto de estudo da Museologia IN GRANATO, Marcus. SANTOS, Cláudia Penha dos. *Museu: instituição de pesquisa*. Rio de Janeiro: MAST, 2005 (MAST, Colloquia;7)

LOUREIRO, M. L. N.M. A Documentação museológica entre arte e ciência IN GRANATO, Marcus. SANTOS, Cláudia Penha dos Santos. LOUREIRO, Maria Lúcia. N.M. *Documentação em Museus*. Rio de Janeiro: MAST. 2008. p. 103 113. (MAST COLLOQUIA, 10).

M. BRANDÃO, J. Ação Cultural e Educação em Museus. *Cadernos de Sociomuseologia*. América do Norte, 5, Jun. 2009. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/252> Acesso: 12/9/2014

MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: CATANI, Denice B. e SOUSA, Cynthia P.(orgs.). *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras Editora, 1998, p. 51-70.

MAGISTRA REALIZOU A 11ª SEMANA NACIONAL DE MUSEUS. <http://magistra.educacao.mg.gov.br/index.php/noticias/3671/1831-magistra-realizou-a-11o-semana-nacional-de-museus> Acesso: 10/08/2014

MANHART, Christian. Mesa Redonda de Santiago de Chile. In: NASCIMENTO JUNIOR, José do; TRAMPE, Alan; SANTOS, Paula Assunção dos. (Org.). *Mesa redonda sobre la importancia y el desarrollo de los museos en el mundo contemporáneo*: Mesa Redonda de Santiago de Chile, 1972. Vol. 1. Brasília: Ibram/MinC; Programa Ibermuseos, 2012.

MANSARD, Luisa Fernanda Rico. El museo escolar como práctica educativa Influencias y reflexiones para la actualidad. *Correo del Maestro* Núm. 130, marzo 2007Fuente: <http://www.correodelmaestro.com/anteriores/2007/marzo/incert130.htm>

MARIZ, Anna Carla Almeida. *A informação na internet* Arquivos públicos brasileiros. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2012.

MAROEVIC, 1993:96-97 apud MAROEVIC, Ivo. Identity as a constituent part of Museality. In: [ANNUAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR MUSEOLOGY / ICOFOM, 8]; October 1986, Buenos Aires [Argentine]. *Symposium Museology and Identity. Basic papers*. Stockholm: International Committee for Museology / ICOFOM; Museum of National Antiquities, Stockholm, Sweden. (ICOFOM STUDY SERIES – ISS 10). 1986.

MAROEVIC, Ivo. O papel da musealidade na preservação da memória. Texto apresentado no *Congresso Anual do ICOFOM– Museologia e Memória*. Paris, 1997) Trad. – Tereza Scheiner Profa. Tereza Scheiner – Disciplina Museologia 01 – 2006/1115

MEMORIAL DO CENTRO EDUCACIONAL MENINO JESUS – SC Disponível em :[http://www.jornaldaeducacao.inf.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1828#myGallery1-picture\(4\)](http://www.jornaldaeducacao.inf.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1828#myGallery1-picture(4)) Acesso: 21/01/2014

MENESES, Ulpiano T. B. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Revista Estudos Históricos*, n. 21, 1998.

MEUNIER, Anik. Le patrimoine scolaire, entre rupture et continuité IN MEUNIER, Anik (org.). *Patrimoine Scolaire sa sauvegarde et sa valorization* Quebec, Canada: Éditions Multimondes, 2006,

MICHALSKI, Stefan. Conservação e Preservação do Acervo IN *Como Gerir um Museu: Manual Prático*, ICOM – Conselho Internacional de Museus 2004

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> Acesso: 14/04/2014

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Resolução Nº 4, de 31 de Março de 2014 Acesso: 14/04/ 2014

https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000004&seq_ato=000&vlr_ano=2014&sgl_orgao=FNDE/MEC

MINISTÉRIO DA CULTURA. Política Nacional de Museus Memória e Cidadania, 2003, Brasília, DF Disponível https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf

MINISTÉRIO DA CULTURA. Política Nacional de Museus Bases para a Política Nacional de Museus, Brasília, DF Disponível <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/38605/bases-para-a-politica-nacional-de-museus.pdf/f5c00b28-d460-4b5b-8342-2b547d2932d6> Acesso: 13/07/2015

MUSEU ANCHIETA DE CIÊNCIAS NATURAIS Disponível em http://www.cienciamao.usp.br/tudo/exibir.php?midia=mcc&cod=_museuanchietadeciencia_snaturais Acesso: 29/07/2014

MUSEU BISPO ISAC AÇO Disponível em <http://www.metodistadosul.edu.br/institucional/capa/museu/historia-mmebi.php> Acesso: 29/07/2014

MUSEU CASARÃO DA VÁRZEA Disponível em www.cmpa.tche.br/index.php/colégio/2011-05-30-12-45-15 Acesso: 29/07/2014

MUSEU DE CIÊNCIAS DO COLÉGIO LA SALLE DORES Disponível em <http://www.lsdores.com.br/museudeciencias/armarios.html> Acesso: 20/07/2014

MUSEU DA E.E. DOUTOR FRANCISCO TOMAS DE CARVALHO. Disponível em <http://diariodenoticias.com.br/noticias.asp?idnoticia=4581&act=det> Acesso: 03/07/2014

MUSEU DE CIÊNCIAS NATURAIS E TECNOLOGIA – Colégio Emilie de Villeneuve, http://www.colegioemilie.com.br/default.asp?site_Acao=MostraPagina&Paginald=64, Acesso 26/08/2014

MUSEUS DE ETNOLOGIA INDÍGENA E HISTÓRIA NATURAL DA ACADEMIA DE COMÉRCIO (Colégio Cristo Redentor) Disponível em <http://www.academia.com.br/servicos/museu/> Acesso: 25/08/2014

MUSEU DE HISTÓRIA NATURAL, COLÉGIO DANTE ALIGHIERI – <http://www.revistainfra.com.br/portal/Textos/?Destaque/14162/Muito-al%C3%A9m-da-sala-de-aula-> Acesso: 29/08/2014

MUSEU DE ITUPORANGA poderá entrar no Programa Nacional de Educação Ambiental 05 de Setembro de 2013 <http://www.rbatv.com.br/noticia-jr/museu-de-ituporanga-podera-entrar-no-programa-nacional-de-educacao-ambiental-7606> Acesso: 03/07/2014

MUSEU ESCOLAR. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (volume XVIII) (Lisboa e Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, LDA., s.d.), pp. 275-278, p. 275.

MUSEU ESCOLAR DO COLÉGIO EVANGÉLICO AUGUSTO PESTANA. Disponível em [http://ondequando.com/local/4041/Museu-Escolar-do-Col%C3%A9gio-Evang%C3%A9lico-Augusto-Pestana-\(Meceap\)](http://ondequando.com/local/4041/Museu-Escolar-do-Col%C3%A9gio-Evang%C3%A9lico-Augusto-Pestana-(Meceap)) Acesso: 29/04/2014

MUSEU ESCOLAR GERTUD FRANKOWIA Disponível em
<http://arquivohistoricoibirama.blogspot.com.br/2011/06/grupo-escolar-eliseu-guilherme.html> Acesso: 03/07/2014

MUSEUS ESCOLARES. Jornal “Correio da Manhã”, 1º caderno, Terça-feira, 5 de Novembro de 1963, p. 10. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/>
 Acesso: 20/05/2014 MUSEU ETE FMC. Disponível em: www.ete.g12.br/index.php/asia-ete-fmc/asia-ete-fmc/.../museu-ete-fmc Acesso: 20/05/2014

MUSEU HISTÓRICO IRMÃ MELÂNIA MOTTOSO Disponível em <http://ondequando.com/>
<http://www.cultura.rs.gov.br/mapa/#lat=-29.97649899457515&lng=-52.192413827734526&zoom=8> Acesso: 20/05/2014

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Currículo do Curso de Museus, 1932/1934, 1946, 1968/1971, 1973/1976). Disponível em
<http://www.pelotas.rs.gov.br/noticias/detalhe.php?controle=MjAxMy0wOS0yNQ==&codnoticia=35177> Acesso: 01/08/2014

Museu Histórico Nacional. *1ª Seção de História - 1958*. Museu Histórico Nacional, 1958b. Relatório – 1ª seção Curso de Museus Disponível em
<http://www.docvirt.com/WI/hotpages/hotpage.aspx?bib=BibVirtMHN&pagfis=40704&pesq=&url=http://docvirt.com/docreader.net> Acesso: 05/04/2014

_____. Museu Histórico Nacional. Currículo do Curso de Museus, 1932/1934, 1946, 1968/1971, 1973/1976 Disponível em
<http://www.docvirt.com/WI/hotpages/hotpage.aspx?bib=BibVirtMHN&pagfis=40704&pesq=&url=http://docvirt.com/docreader.net> Acesso: 05/04/2014

MUSEU IRMÃO PASCHOAL PASA Disponível em
<http://colegiomarista.org.br/conceicao/multimidia/7-primavera-dos-museus-exposicao-cultura-afro-brasileira> Acesso: 01/08/2014

MUSEU JOÃO RISSATI. Disponível em
www.museudavida.fiocruz.br/brasiliانا/cgi/cgilua.exe/.../start.htm?.. Acesso: 25/8/2014

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo, n. 10, p. 7 -28, dez, 1993

OLIVEIRA, Sabrina Soares de Oliveira. A função educativa da secção de Extensão cultural do Museu Nacional na gestão de Paschoal Lemme (1943 – 1946) *Anais do XV Encontro Regional de História da Anphu* – Rio de Janeiro, 2012.

O Programa Museu na Escola da Secretaria de Educação do Paraná Disponível em
<http://www.museudafamilia.org.br/convite-colegios-e-escolas-pr-mais/> Acesso: 01/08/2014

PACHECO, Luiza Segabinazzi. Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac - Contextualização e Caracterização com os Institutos de Educação no interior gaúcho. 19&20, Rio de Janeiro, v. VII, n. 3, jul./set. 2012. Disponível em:
 <http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/lsp_ies.htm>.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007

PESEZ, Jean Marie. História da cultura material. In: LE GOFF, Jacques. *A história Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

PETRY, Marília Gabriela. Museu Escolar: o que dizem os inventários (Santa Catarina/1942-1942) *VI Congresso Brasileiro de História da Educação – Invenção, Tradição e Escritas da História da Educação no Brasil*. Vitória, ES 16 a 19 de Maio de 2011 Disponível em www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/.../715.doc Acesso: 05/01/2014

Petry, Marília Gabriela, Gaspar da Silva, Vera Lucia. MUSEU ESCOLAR: SENTIDOS, PROPOSTAS E PROJETOS PARA A ESCOLA PRIMÁRIA (SÉCULOS 19 E 20) *Revista História da Educação* [On-line] 2013, 17 (Septiembre-Diciembre) : [Data de consulta: 5 / julho / 2014] Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321628477006>

PETRY, Marília Gabriela and SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Museu escolar: sentidos, propostas e projetos para a escola primária (séculos 19 e 20). *Hist. Educ.* [online]. 2013, vol.17, n.41, pp. 79-101.

PINHEIRO, Antônio Carlos Ferreira. Grupos escolares na Paraíba: iniciativas de modernização escolar (1916 – 1922) In Diana Gonçalves (org.). *Grupos escolares. Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006

PINHO, Joana Balsa de. Museus e internet – recursos online nos sitios web dos museus nacionais portugueses, 2006 Disponível em cibersociedad.net/public/k3_arxius_gts/3_142_icfjualp_arx_gts.pdf Acesso: 05/01/2014

PIOVESAM, Greyce Kely. VEADO, Natália Dias Advíncula. *Guia de Museus de Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 2008

POMIAN, Krzysztof. Coleção. *Enciclopédia Einaudi Vol. 1 Memória – História*. Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1984.

Poulot, Dominique. *Museu e Museologia*. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte – MG: Autêntica Editora, 2013.

PRIOSTI, Odalice Miranda. Museologias Contemporâneas *Seminário de implantação do Ecomuseu da Amazônia e do pólo museológico de Belém/PA* 8-10 de junho de 2007

PROJETO DE LEI 01-00490/2013. Disponível em www2.camara.sp.gov.br/projetos/2013/00/00/0H/.../00000HUDU.PDF

REMENCHE, Maria de Lourdes Rossi. Terminologia – Reconstrução histórica dos principais paradigmas epistemológicos da Ciência Terminológica. *TRADTERM*, 16, 2010, p. 343-364.

REDE, Marcelo. História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 4, p. 265- 82, 1996.

RESOLUÇÃO Nº 4, de 31 de Março de 2014 Disponível em <https://www.fnnde.gov.br/.../UrlPublicasAction.php?...2014...> Acesso: 30/08/2014

REVISTA DO MUSEU NACIONAL. Instruções para a organização de pequenos museus escolares. Edições de 1944 e 1945. Disponível em <http://www.obrasraras.museunacional.ufrj.br/o/0066/0066.pdf> Acesso: 15/10/2013

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Instruções para a organização de pequenos museus escolares. Vol. IX, nº 24, Setembro – outubro 1946 Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/issue/view/209> Acesso: 03/08/2015

RIEGL, Aloys. "O culto moderno dos monumentos" 1903

ROBERTS, Andrew. Inventário e Documentação IN *Como Gerir um Museu: Manual Prático*, ICOM – Conselho Internacional de Museus 2004

ROMERO, Teresa Rabazas. ZAMORRA, Sara Ramos. Património histórico-educativo de Espanha. Museología y museografía. BERRIO, Julio Ruiz (Ed.). *El patrimonio histórico-educativo Su conservación y estudio*. Madrid: Biblioteca Nueva. 2010

ROQUETTE-PINTO, Paulo. *Organização e preparação de museus escolares*. Porto Alegre: Globo, BN II 390, 4, 20.

ROTMAN, MÓNICA. CASTELLS, Alícia Norma González de. Patrimônio e cultura: processos de politização, mercantilização e construção de identidades In LIMA FILHO. Manuel Ferreira. ECKERT, Cornélia. BELTRÃO, Jane (orgs.) *Antropologia e Patrimônio cultural: Diálogos e desafios contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007 – 25ª Reunião Brasileira de Antropologia – Goiânia.

RUIZ BERRIO, Julio. Pasado, presente y porvenir de los museos de educacion. In, Escolano Benito, A. y Hernandez Diaz, J. *La memoria y el deseo. Cultura de la escuela y educación deseada*. Valencia: Tirant lo Blanch, 2002,43-65

_____. Los Museos de Educación y la Historia de la Educación. BERRIO, Julio Ruiz (Ed.). *El patrimonio histórico-educativo Su conservación y estudio*. Madrid: Biblioteca Nueva. 2010

_____. Los museos de Educación y la historia de la educación. RUIZ RUIZ BERRIO, Julio (Ed.). *El patrimonio histórico-educativo su conservación y estudio*. Madrid – España: Biblioteca Nueva Museo de História de la Educación “Manuel B. Cossio”, 2010

SALES, Rodrigo de. Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) como aporte teórico para a representação do conhecimento. VIII ENANCIB – *Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação*. 28 a 31 de outubro de 2007 • Salvador • Bahia • Brasil Disponível em <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT2--036.pdf> Acesso em 20/01/2014

SANSONI, Andrés. Considérations pour une <<alétheia>> du phénomène musée In MAIRESSE, François; DESVALLÉS, André. (Dir.) *Vers une redéfinition du musée? Avant-propos de Michel Van Praët*. Paris: l'Harmattan, 2007.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. CHAGAS, Mario de Souza. A vida social e política dos objetos de um museu. *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro, v.34, 0, p.195-220, 2002.

SANTOS, Maria Célia. *Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, a educação e o museu*. Rio de Janeiro: Minc/IPHAN/DEMU, 2008.

SAVIANI, Dermeval. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. 3ª Ed. Ver. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

_____. Método intuitivo Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_metodo_%20intuitivo%20.htm, Acesso: 21/01/2-13.

SAVIANI, Dermeval, Pedagogia tecnicista. Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_pedagogia_tecnicista.htm Acesso: 03/07/2014

SCHEINER, T. C. Museologia e Pesquisa: perspectivas na Atualidade. In: GRANATO, M; SANTOS, C.P.. (Org.). MAST COLLOQUIA. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, 2005, v. 07, p. 85-100.

_____. Políticas e diretrizes da Museologia e do patrimônio na atualidade. In BITTENCOURT, José Neves. GRANATO, Marcus. BENCHETRIT. *Museus, Ciência e Tecnologia*. Livro do Seminário Internacional. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2007

_____.Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi*. Cienc. Hum., Belém, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan.-abr. 2012

_____. Teoria da Museologia. Disciplina ministrada no Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT. Rio de Janeiro, março de 2012. Texto não publicado.

_____. Imagens do Não-lugar: Comunicação e os Novos Patrimônios. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2004.

_____. SCHEINER, T. C. M. . Sobre laços, caminhos, pontes e museus. *Revista Museu* , v. 2005, p. 18052005, 2005.

SCHELBAUER, Analete Regina. O método intuitivo e lições de coisas no Brasil do século XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. *História e Memórias da Educação no Brasil*. Vol. II – Século XIX. Petrópolis: Vozes, 2ª. Ed., 2006, p. 132-149.

_____. Fonte para o estudo da história da educação brasileira: o Congresso da instrução do Rio de Janeiro. *I Congresso de História da Educação Brasileira*. Campinas, SP. Disponível em http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/022_analete_regina.pdf Acesso: 24/01/2013

SCHOUTEN, Fransz. Visitor perception, the right approach, in: *Design as an educational tool*, P. Pouw en F. Schouten (eds), RA Studies in Museology, 1983, p. 37 – 46, tradução Teresa Scheiner

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Os Museus Etnográficos Brasileiros – “Polvo é povo, molusco também é gente”. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SENADO FEDERAL, Decreto n. 890 de 1890 Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=49557> Acesso: 23/1/2013

_____, Decreto n. 891 de 1890 Approva o Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Distrito Federal. http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/4_1a_Republica/decreto%20981-1890%20reforma%20benjamin%20constant.htm

_____. DECRETO N. 6.746 – DE 23 DE JANEIRO DE 1941 Aprova o Regimento do Museu Nacional Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=18433&norma=33544>

SILVA, F. C. T. Cultura escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 201-216, 2006. Editora UFPR.

SILVA, Frederico Barbosa da Silva ... [et al.] Encontros com o futuro: prospecções do campo museal brasileiro no início do século XXI /– Brasília, DF: Ibram, 2014. 142p. (Coleção Museu, economia e sustentabilidade, 1), P. 40.

SINODAL MUSEU. Disponível em <http://www.sinodal.com.br/museu/index.html> Acesso em 30/07/2014

ŠOLA, Tomislav. [untitled]. In: [ANNUAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR MUSEOLOGY/ICOFOM, 5]; July/juillet 1983, London [UK]. Joint Colloquium Methodology of Museology and professional training - Méthodologie de la Muséologie et la formation professionnelle. *Symposium Museum, Territory, Society: new tendencies/new practices - Musée, Territoire, Société: nouvelles tendances/nouvelles pratiques*. Coord. Vиноš Sofka. Stockholm: ICOM, International Committee for the Training of Personnel/ICTOP and International Committee for Museology/ICOFOM; Museum of National Antiquities, Stockholm, Sweden. (ICOFOM STUDY SERIES – ISS 4). 1983

SOUZA, Rosa Fátima de. FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil In VIDAL, Diana Gonçalves (org.). *Grupos escolares. Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006

_____. Ressonâncias da Escola Nova no Ensino Primário Paulista Congresso Brasileiro de História da Educação (5. : 2008 : Aracaju, Sergipe)..O ensino e a pesquisa em história da educação: 5. *Congresso Brasileiro de História da Educação – São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Universidade Tiradentes, 2008*. Disponível em www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/566.pdf Acesso: 03/02/2014

_____. Objetos de ensino: a renovação pedagógica e material da escola primária no Brasil, no século XX. *Educ. rev.* [online]. 2013, n.49, pp. 103-120. ISSN 0104-4060.

_____. História da cultura material escolar: um balanço inicial. In: *Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos*. São Paulo: Cortez, 2007, p.: 163 -189.

STRANSKY, Zbynek Z. Methodology of Museology and training of personnel In *Annual conference of the international Committee for Museology/ICOFOM*, 5 Brno – Czechoslovakia July/juillet 1983

TRIGUEIROS, F. dos Santos. *Museu e Educação*. 2ª ed. Prefácio de Heloísa Alberto Torres. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1958.

UNESCO. Carta para a preservação do patrimônio digital. 2003 Disponível em http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CI/CI/pdf/mow/charter_preservation_digital_heritage_es.pdf Acesso: 20/07/2016

VARELLA, Irineu G. OLIVEIRA, Priscila D. C. F. de. Observatórios do Brasil. AstroGuia – Uranometria Nova – 1995/1997. Última atualização: 31/12/2010. Disponível em <http://www.uranometrianova.pro.br/planetarios/planbrasil.htm> Acesso: 20/08/2015

_____. Planetários do Brasil. AstroGuia – Uranometria Nova – 1995/1997. Última atualização: 22/04/2012. Disponível em <http://www.uranometrianova.pro.br/planetarios/planbrasil.htm> Acesso: 20/08/2015

VARINE, Hugues de. A respeito da Mesa-Redonda de Santiago. Tradução Marcelo M. Araújo e M. Cristina O. Bruno ARAUJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Orgs.). *A Memória do Pensamento Museológico Contemporâneo: documentos e depoimentos*. São Paulo: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro**: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Trad. de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre:Medianiz, 2012.

VECHIA, Ariclê e SANTOS, Ademir Valdir dos (orgs). *Cultura Escolar e História das Práticas Pedagógicas*. Curitiba: Ed. UTP, 2008.

VIDAL, Diana Gonçalves. Por uma pedagogia do olhar: os museus escolares no fim do século XIX In VIDAL, Diana Gonçalves. SOUZA. Maria Cecília Cortez de Souza. *A memória e a sombra A escola brasileira entre o Império e a República*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. As viagens, os viajantes _ tantas espécies deles! Os desafios da pesquisa em história comparada da educação. *VII Seminário Temático A Matemática Moderna nas Escolas do Brasil e de Portugal: estudos históricos comparativos*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) 2009 Disponível em http://www.smmmfloripa.ufsc.br/pesquisa_historia_da_educacao.pdf Acesso em 29/09/2013

VENÂNCIO FILHO, Francisco. *A educação e seu aparelhamento moderno*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

VIÑAO-FRAGO, Antonio. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: *História da Educação*, arquitetura e espaço cultural. São Paulo: Cortez, p. 15-47, 2005.

_____. El patrimonio histórico-educativo: memória, nostalgia y estudio. *Com-Ciencia Social*: El lugar de la memória en la educación. Número 15. Año 2011.

WIT, Nara Beatriz. Ensino ou Memória? (In)visibilidade dos museus escolares em Porto Alegre, RS. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – Curso de Museologia. Porto Alegre. 2013. Orientadora Zita Rosane Possamai.

APENDICES

Museu Professora Roma – Colégio Estadual Júlio de Castilhos	1	2	5	3	1	1	3	1	1	2
Museu Casarão da Várzea	1	2	2	3	4	1	4	2	1	2
Memorial Sévigné – Colégio Bom Jesus Sévigné	1	2	2	1	1	1	3	1	1	2
Memorial São Francisco	1	2	5	1	1	1	3	1	1	2
Museu de Ciências do Colégio Americano	1	2	3	1	2	1	2	1	1	2
Memorial Escola Técnica Estadual Irmão Pedro	1	2	5	3	1	1	2	1	1	2
Memorial do Colégio Bom Conselho	1	2	5	1	1	1	2	1	1	2
Museu do Instituto Metodista Centenário	1	2	5	1	1	1	4	1	1	4
Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac	1	2	5	3	1	1	6	1	1	2
Memorial do Colégio Manoel Ribas	1	2	5	3	1	1	6	1	1	2
Museu da Natureza Paulo Gama	1	2	3	3	2	3	5	1	1	1
Museu do Colégio Mauá	1	2	7	1	6	4	4	3	1	4
Centro de Memória Escolar Profª Eloísa Weber	1	2	2	4	1	1	2	1	1	2
Museu Escolar Professor Arnildo Hoppen	1	2	5	3	7	4	6	1	1	2
Museu de História da Tecnologia Harald Alberto Bauer / Museu do Cimol	1	2	8	1	3	1	6	1	1	2
Museu de Ciências Naturais do Colégio Ulbra Colégio Ulbra São Lucas	1	2	8	1	4	1	3	1	1	2
Memorial Champaganat	1	2	5	1	4	1	4	1	1	2
Centro de Memória da escola Dr. Amadeu da Luz	1	3	5	3	1	4	5	1	1	2
Museu Casa da Memória da Escola Número 1	1	3	2	1	1	1	4	2	1	2
Memorial do Centro Educacional Menino Jesus	1	3	5	1	1	1	4	1	1	2
Museu do Homem do Sambaqui “Padre João Alfredo Rhor	1	3	3	1	6	5	3	4	2	4
Museu Escolar do Seminário São Francisco de Assis	1	3	3	1	2	1	2	1	1	2
Museu Escolar Gertud Frankowia –	1	3	2	3	1	1	2	1	1	3
Museu Escolar de Linha São Lourenço	1	3	2	1	3	1	4	1	2	5
Museu Escolar da Escola Básica Municipal Sebastião Rodrigues de Souza	1	3	5	4	1	2	4	1	1	3
Museu do Colégio Bom Jesus Diocesano	1	3	5	1	1	1	3	1	1	2
Museu e Laboratório de Taxidermia do Colégio Santos Anjos	1	3	8	1	2	1	2	1	1	2
Memorial do Colégio Marista Nossa Senhora da Penha	2	1	5	1	1	1	4	1	1	1
Museu Constância Nora	2	2	7	1	7	1	4	1	1	1
Museu do Colégio Nazareth	2	2	5	1	1	1	3	1	1	2
Museu Leopoldo Cathoud	2	2	3	3	2	1	4	1	1	2
Museu do Colégio Militar - Belo Horizonte	2	2	5	3	5	5	5	1	2	2

Museu do Colégio Arnaldo	2	2	3	1	2	6	4	5	2	1
MMuseu Marista	2	2	5	1	1	4	5	2	1	1
Museu de Etnologia Indígena e História Natural da Academia do Comércio	2	2	8	1	4	4	4	2	1	4
Memorial Padre Carlos	2	2	5	1	1	1	4	2	1	2
Museu Histórico de Nossa Senhora Auxiliadora	2	2	5	1	3	1	2	1	1	2
Museu ETE/FMC – Colégio Marista	2	2	6	1	3	4	4	2	1	4
Centro de Memória Irmã Paula Boisseau	2	2	5	1	1	1	4	1	1	2
Museu do Colégio - Santuário do Caraça	2	2	3	1	7	1	1	1	1	2
Museu Histórico do Ginásio São José	2	2	5	1	5	1	5	1	1	2
Museu da Capela Nossa Senhora das Dores Irmãs Dominicanas de Monteils	2	2	5	1	5	1	4	1	1	1
Museu do colégio Jesuíta/Memorial Jesuíta	2	3	5	1	5	4	5	1	1	2
Acervo do Colégio Militar do Rio de Janeiro	2	3	2	3	1	1	5	1	1	2
CEMI - ISERJ	2	3	5	3	1	1	5	1	1	2
Museu de História Natural do ISERJ	2	3	3	3	2	1	5	1	1	3
Centro de memória da escola técnica estadual Carlos de Campos	2	4	2	3	2	1	5	1	1	2
Museu escolar do Seminário de Santo Antônio	2	4	3	1	2	1	6	1	1	2
Museu da E. E. Doutor Francisco Tomas de Carvalho	2	4	5	3	2	1	2	1	1	1
Museu Histórico do Colégio Apollo	2	4	5	1	1	1	2	1	1	1
Centro de Memória Madre Francisca Peeters	2	4	6	1	1	1	6	1	1	2
Museu Escolar Prof. Joana Fornari/ Museu Escolar do Conde	2	4	5	3	1	1	2	1	1	2
Museu de História Natural da Escola Pandavas	2	4	3	5	2	1	2	1	1	2
Museu do Colégio Piracicabano/Museu Prof ^ª . Jair de Araújo Lopes – Centro Cultural Martha Watts	2	4	7	1	7	5	4	2	1	4
Museu Theodor Koelle do Colégio Koelle	2	4	5	1	1	1	6	1	2	2
Memorial Escolar Dirce S. Carbonara	2	4	2	3	1	1	6	1	2	2
Museu da E. E. Caetano de Campos	2	4	3	3	2	1	5	1	2	2
Acervo da E. E. Culto à Ciência	2	4	6	3	4	1	5	1	2	2
Museu Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo	2	4	4	1	3	1	5	2	1	4
Museu do Colégio Santo Américo	2	4	9	1	1	1	4	2	1	4
Museu de História Natural do Colegio Santo Andre	2	4	3	1	2	1	2	1	1	5
Museu de História Natural do Colégio São Luis - Fernão Cardim	2	4	3	1	2	1	4	2	1	4
Museu Padre Anchieta	2	4	9	1	2	1	4	2	1	4
Museu de Ciências Naturais e Tecnologia	2	4	9	1	2	4	4	2	1	2

Memorial do Colégio Passionista São Paulo da Cruz	2	4	5	1	1	1	5	1	1	2
Museu do Colégio Santo Ivo	2	4	4	1	3	1	6	1	1	2
Museu Maria Soldado	2	4	4	1	3	1	5	1	1	2
Museu da História dos Salesianos no Brasil	2	4	6	1	3	1	4	1	1	2
Memorial do Colégio Marista Arquidiocesano	2	4	2	1	2	4	5	1	1	2
Museu de História Natural do Colégio Dante	2	4	3	1	2	1	2	1	2	1
Museu de História Natural da Escola Vila Alegria	3	1	3	1	2	1	2	1	2	1
Museu do Instituto Nossa Senhora da Piedade	3	1	2	1	1	1	5	1	1	1
Memorial do Colégio Antônio Vieira	3	1	5	1	1	1	5	5	1	2
Museu do Colégio Militar de Salvador	3	1	5	2	1	4	4	1	2	1
Museu Histórico e Cultural Dr. Salomão Alves de Moura Brasil de Aracoiaba	3	2	7	4	3	4	5	1	2	1
Museu da Escola Normal Justiniano de Serpa	3	2	8	3	2	1	5	1	1	4
Museu Histórico Escolar Gustavo Barroso	3	2	2	3	1	1	4	2	1	2
Museu Cultural Escolar 2 de Maio	3	2	2	3	1	2	2	1	1	3
Museu Padre Júlio Maria	3	2	4	1	3	4	6	1	1	1
Museu do Colégio Lourdinias	3	3	4	1	2	1	2	1	1	2
Museu do Colégio Executivo	3	5	5	1	1	1	2	1	1	2
Núcleo Municipal de Estudos das Ciências de Petrolina - NUMEC	3	4	3	4	2	1	4	1	1	4
Museu de História Natural Louis Jacques Brunet	3	4	3	3	2	5	5	3	1	4
Museu Madre Agathe Verhele	3	4	5	1	3	1	5	2	1	5
Memorial do Colégio Santa Clara	4	1	5	1	1	1	5	2	1	6
Museu do Colégio Latino Americano	4	2	4	1	3	1	4	1	1	5
Museu de Ciências da Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Maria	5	1	3	4	3	3	5	1	1	1
Ecomuseu da Amazônia	5	1	3	4	3	5	4	1	1	4
Museu do Colégio Gentil Bittencourt.	5	1	5	1	1	1	2	1	1	1

Região e UF
Região
Sul 1
Paraná 1
Rio Grande do Sul 2
Santa Catarina 3
Sudeste 2
Espírito Santo 1
Minas Gerais 2
Rio de Janeiro 3
São Paulo 4
Nordeste 3
Bahia 1
Ceará 2
Paraíba 3
Pernambuco 4
Rio Grande do Norte 5
Centro oeste 4
Goiânia 1
Mato Grosso 2
Norte
Pará 1

Natureza administrativa
1 - Particular
2 - Federal
3 - Estadual
4 - Municipal
5 - Comunitária

Tipo de exposição
1 - Permante
2 - Temporária
3 - Itinerante
4 - Permanente + Temporária
5 - Permanente + Temporária + Itinerante

Tipos de coleções
1 - Particular
2 - Federal
3 - Estadual
4 - Municipal
5 - Comunitária
6 - Ciências e outras
7 - Memória da escola + Ciências + outras

Razão para criação do museu
1 - Comemorativa/Memorialística
2 - Conservação da cultura material
3- Finalidade didática/ensino
4 - Guarda de outras coleções
5 - Comemorativa/memorialística + conservação cultura + guarda de coleções
6 - Memorialística + finalidade didática
7 - memorialística +guarda de outras coleções
8 - Conservação da cultura + finalidades didáticas
9 - Finalidade didática + guarda de coleções + conservação cultura material escolar

Atendimento ao público
1 - Público externo
2 - Público interno
3 - Fechado
4 - Público interno + Público externo sob agendamento externo
5 - Público interno + público externo sob agendamento
6- Público interno e externo com dias e horários específicos

Tipo de conservação
1 - Preventiva
2 - Preventiva e curativa

Estado de Conservação das coleções
1 - Bom estado de conservação
2 - Razoável
3 - Mau estado
4 -Não informado

Documentação
1 -Inventário - total
2 - Inventário - Parte
3 - Sem inventário
4 - Inventariada e catalogada
5 - Inventariada e em processo de catalogação

APENDICE B – Caderno Iconográfico



Aspectos do Museu Histórico Municipal João Rissati – Cafeara/PR. Fotos: Eliana Moro Réboli
Disponível em <http://www.cosem.cultura.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=940&evento=15>
Acesso: 01/09/2014



Aspecto do acervo do Museu Prof. Guido Straube
Fonte: <http://www.cep.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=12> Acesso: 21/01/2014



Aspectos do Museu Escolar do Colégio Evangélico Augusto Pestana – MECEAP
 Fonte: <http://router.ceap.g12.br/site/museu.php> Acesso: 21/01/2014



Aspecto do Museu IENH
 Fonte: <http://www.ienh.com.br/site2008/index.php?unidade=1&secao=72#im> Acesso: 21/01/2014



Aspecto do Museu do Índio Tikuna - IENH

Fonte: <http://www.ienh.com.br/site2008/index.php?unidade=1&secao=72#im> Acesso: 21/01/2014



Aspecto de atendimento ao público escolar interno Museu do Índio Tikuna - IENH

Fonte: <http://www.ienh.com.br/site2008/index.php?unidade=1&secao=72#im> Acesso: 21/01/2014
Acesso: 28/08/2014



Aspectos Museu Escolar e Comunitário E. M.E.F – Bom Pastor – Panambi, RS Disponível em <http://comunidade-capao.blogspot.com.br/2011/08/escola-museu-escolar-recebe-atencao.html> Acesso: 20/12/2013



Aspecto das coleções de medalhas antigas e de minerais do Museu Irmão Paschoal Pasa ou Zoobotânico do Colégio Nossa Senhora da Conceição
Fonte <http://colegiomarista.org.br/conceicao/sala-de-aula/olhando-o-passado-podemos-entender-melhor-o-futuro>. Acesso: 20/08/2014



Aspecto do Museu Irmão Paschoal Pasa ou Zoobotânico do Colégio Nossa Senhora da conceição
 Fonte <http://colegiomarista.org.br/conceicao/sala-de-aula/olhando-o-passado-podemos-entender-melhor-o-futuro>. Acesso: 20/08/2014

**Você conhece
o Museu
Ir. Paschoal
Pasa?**

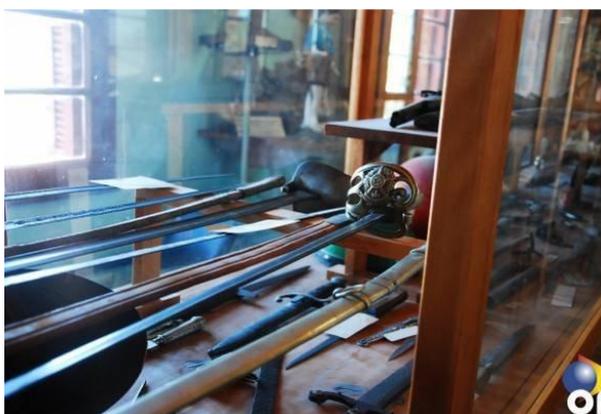
Uma coleção de rica história, ciências
e artefatos relevam um pouco mais
do mundo, além da sala de aula.
Olhando o passado, a gente pode
entender melhor o futuro!

**Visite. Conheça.
Explore este espaço do nosso Colégio.**

 COLÉGIO MARISTA
CONCEIÇÃO

Cartaz de Divulgação do Museu Irmão Paschoal Pasa ou Zoobotânico do Colégio Nossa Senhora da conceição no site do colégio

Fonte: <http://colegiomarista.org.br/conceicao/sala-de-aula/olhando-o-passado-podemos-entender-melhor-o-futuro>. Acesso: 20/08/2014



Aspectos do Museu do Instituto Menino Deus (MUSIMEDE) Disponível em <http://www.meninodeus.com.br/museu/on/index.htm> Acesso: 20/08/2014



Aspecto Museu do Colégio Municipal Pelotense
Disponível em http://www.guiaturisticadepelotas.com/pt/museu_colegio_municipal_pelotense.html
Acesso: 20/08/2014



Museu de Ciências do Colégio La Salle Dores
<http://colegiolarista.org.br/matricula/rosario/sobre/fotos-ambientes.asp> Acesso: 20/08/2014



Aspecto de atividade educativa do Memorial São Francisco - Instituto http://www.institutosaofrancisco.com.br/imagens/banco_dados/noticias_/b1757ac712c7481075d0f67895572b62_579a9394d2b05109a9496e4ec62394d0.JPG



Aspecto do Memorial do Deutscher Hilfsverein - Colégio Farroupilha, Porto Alegre, RS
Disponível em <http://colegiofarroupilha.com.br/noticias/see/836> Acesso: 20/08/2014



Aspecto do Memorial do Deutscher Hilfsverein - Colégio Farroupilha, Porto Alegre, RS. Bustos de Schiller e Goethe expostos no Saguão das Artes pertenceram ao auditório da antiga sede do Velho Casarão, na década de 1930, situado na Avenida Alberto Bins.

Disponível em <http://colegiofarroupilha.com.br/noticias/see/836> Acesso: 20/08/2014



Aspecto do Museu Metodista de Educação Bispo Isac Aço – MMEBI (Núcleo de Ciências)
Disponível em http://www.metodistadosul.edu.br/redessociais/museu/?page_id=5 Acesso: 20/08/2014



Aspecto do Museu Metodista de Educação Bispo Isac Aço – MMEBI (Exposição Rochas e minerais)
Disponível em http://www.metodistadosul.edu.br/redessociais/museu/?page_id=5 Acesso: 20/08/2014



Aspecto do Museu Metodista de Educação Bispo Isac Aço – MMEBI (Memória da Instituição)
Disponível em http://www.metodistadosul.edu.br/redessociais/museu/?page_id=5 Acesso: 20/08/2014

Convite – Palestra

Museus Escolares em Porto Alegre

Com a Museóloga **Nara Beatriz Witt**

O Museu Metodista de Educação Bispo Isac Aço convida a todos para participar de uma palestra com a temática Museu e Escola.
O evento integra as atividades da 12ª Semana de Museus.

Data: 16/05/2012
Horário: 16hs
Local: Sede administrativa do MMEBI.
Rua Dr. Lauro de Oliveira 71. Porto Alegre/RS
Mais informações: (51) 3316-1198
museu.mmebi@metodistasul.edu.br

Contamos com a sua presença!

Convite palestra - Museu Metodista de Educação Bispo Isac Aço – MMEBI. Disponível em http://www.metodistasul.edu.br/redessociais/museu/?page_id=5 Acesso: 20/08/2014



MUSEU ANCHIETA
de Ciências Naturais

COLÉGIO ANCHIETA
125 ANOS

**Oficina de Minerais e Rochas
para alunos do 5º Ano**



Atividades de ação cultural desenvolvidas pelo Museu Anchieta de Ciências Naturais
Disponível em <https://pt-br.facebook.com/ColegioAnchietaPOA/timeline> Acesso: 20/09/2014



Aspecto Museu de Ciências – Colégio Marista Nossa Senhora do Rosário
<http://colegiomarista.org.br/rosario/sobre/fotos-dos-ambientes> Acesso: 18/07/2014



Memorial do Bom Conselho

Disponível em <http://www.bomconselho.com.br/galeria-245-> Acesso: 10/07/2014



Visita de estudantes da E. E. São Canísio ao Museu do Colégio Mauá

Fonte: http://saocanisio.blogspot.com.br/2011_06_01_archive.html Acesso: 05/09/2014



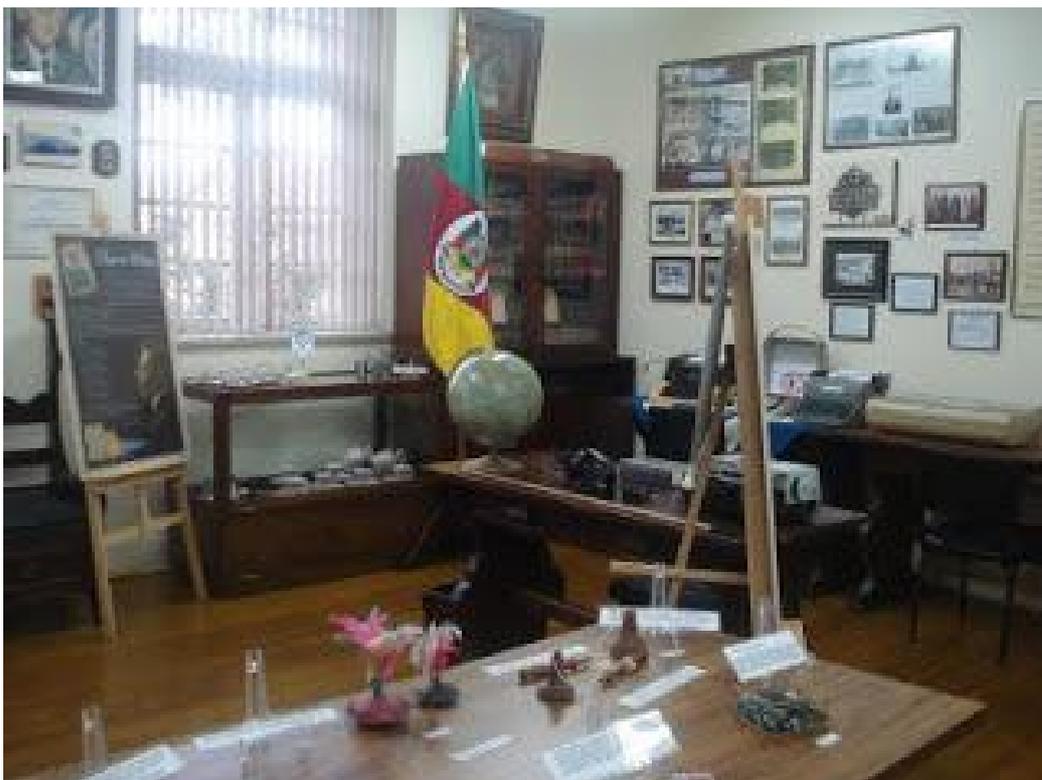
Aspecto de coleção do Colégio Mauá

Disponível em <http://www.maua.g12.br/site/wp-content/uploads/2014/04/Museu-Col%C3%A9gio-Mau%C3%A1-0311.jpg> Acesso: 05/09/2014



Aspecto Memorial do Colégio Manoel Ribas

Fonte: <http://sistemademuseussm.blogspot.com.br/p/quem-esta-no-smm.html> Acesso: 07/09/2014



Acervo Histórico do Instituto Estadual de Educação Olavo Bilac

Fonte: http://acervohstolavobilac.blogspot.com.br/2011_05_01_archive.html Acesso: 15/07/2014



Réguas usadas nas aulas de desenho,
principalmente as réguas T



Barras paralelas das aulas de Educação
Física

Aspectos Museu escolar professor Arnildo Hoppen - São Leopoldo RS

Disponível em http://mantendocontato.blogspot.com.br/2006_05_01_archive.html Acesso: 15/07/2014



Ação educativa com alunos da 5ª série no Memorial Champagnat, Viamão, RS
Disponível em: colegiomarista.org.br/gracas/multimedia/visita-ao-memorial Acesso: 07/09/2014



Aspecto Memorial do Centro Educacional Menino Jesus
Disponível em: www.meninojesus.com.br Acesso: 12/09/2014



Aspecto Museu do Homem do Sambaqui "Padre João Alfredo Rhor – Colégio Catarinense
Disponível em: vivendofloripa.com.br Acesso: 06/09/2014



Aspecto Museu do Homem do Sambaqui "Padre João Alfredo Rhor – Colégio Catarinense
Disponível em www.jseuita.org.br Acesso: 06/09/2014

Museu e laboratório de taxidermia



Aspecto do Museu e Laboratório de Taxidermia do Colégio Santos Anjos – SC
Fonte: <http://csantosanhos.com.br/atividades-ensino-fundamental/> Acesso: 07/09/2014



Memorial do Colégio Marista Nossa Senhora da Penha - ES
Disponível em <http://marista.edu.br/nspenha/lancamento-do-livro-e-do-memorial-marista/> Acesso: 20/09/2014



Aspecto Museu Constância Nora - MG
Disponível em <http://www.apcejequitiba.org.br/index.php?pagina=123> Acesso: 20/09/2014



Aspecto Museu Constância Nora - MG

Disponível em <http://www.apcejequitiba.org.br/index.php?pagina=123> Acesso: 20/09/2014



Aspecto Museu Constância Nora - MG

Disponível em <http://www.apcejequitiba.org.br/index.php?pagina=123> Acesso: 20/09/2014



Figura: Aspecto do Museu do Colégio Nazareth – Araçuaí, SP

Fonte: <http://pt.urbita.com/brazil/virgem-da-lapa/museu-do-colegio-nazareth/photos>
01/09/2014

Acesso:



Aspecto Exposição Museu do Colégio Arnaldo - MG

<http://www.colegioarnaldo.com.br/multimedia/fotos/museu-do-colegio-arnaldo/> Acesso: 20/08/2014



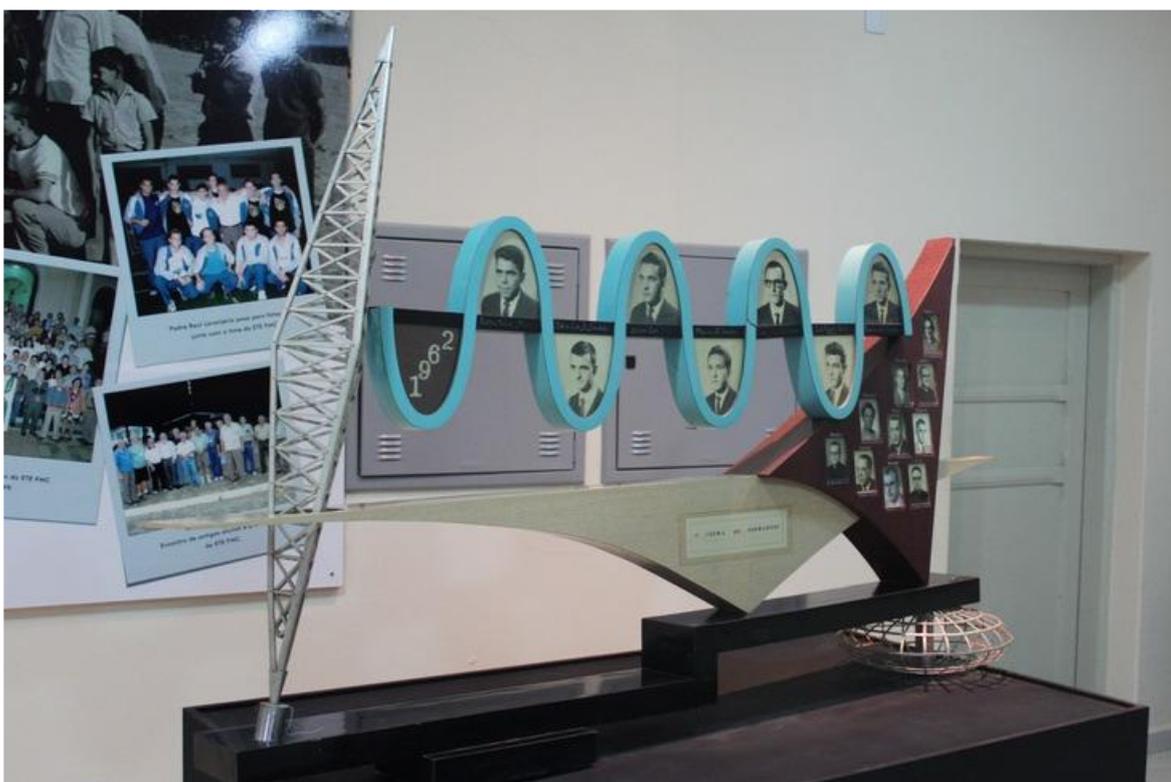
Aspecto Exposição Museu do Colégio Arnaldo - MG
<http://www.colegioarnaldo.com.br/multimedia/fotos/museu-do-colegio-arnaldo/> Acesso: 20/08/2014



Aspecto Exposição Museu do Colégio Arnaldo - MG
<http://www.colegioarnaldo.com.br/multimedia/fotos/museu-do-colegio-arnaldo/> Acesso: 20/08/2014



Aspecto Museu de Etnologia Indígena Colégio Cristo Redentor – Academia de Comércio - MG
Disponível em <http://www.academia.com.br/servicos/museu/> Acesso: 15/09/2014



Aspecto Museu ETE /FMC – Detalhe da placa de formatura da primeira turma
Fonte: <http://www.pinterest.com/pin/21040323229574854/> Acesso: 08/09/2014



ERROR: stackunderflow
OFFENDING COMMAND: ~

STACK: